

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS

Organização

Fernando Diogo
Alexandra Castro
Pedro Perista

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS

Organização

Fernando Diogo

Alexandra Castro

Pedro Perista

hnmus

PREFÁCIO

1. Para quem no início dos anos oitenta do século passado dava os primeiros passos no estudo sistemático da pobreza em Portugal, é verdadeiramente reconfortante ter nas mãos um livro em que cerca de vinte especialistas analisam e comentam os mais diversos aspetos do problema. A elevada qualidade dos autores e autoras e a diversidade das respetivas origens torna a obra particularmente valiosa, não só pelo que afirma mas também pelas questões que, expressa ou implicitamente, levanta. É sobretudo destas últimas questões que tenciono ocupar-me neste singelo prefácio, umas vezes sublinhando aspetos que merecem ênfase e outras colocando pistas que poderão, eventualmente, contribuir para o aprofundamento do conhecimento da *pobreza* e da *exclusão*, com vista à sua erradicação. Não poderei fazer justiça aos textos, mas apenas comentar alguns pontos suscitados pela leitura dos capítulos. Mesmo assim, ficarei longe de cobrir todas as matérias pertinentes.

2. Antes do mais, emerge a questão terminológica. Do que estamos a falar quando falamos de *pobreza* e de *exclusão social*? Não defini-las, tomando como assente que são termos unívocos e precisos, implica o risco de mal-entendidos e pode tornar equívoco o discurso. Antes do mais porque as próprias noções de pobreza e de exclusão social têm recebido, na literatura da especialidade, significados diversos. E, em segundo lugar, porque é grande o risco de serem confundidas com um outro problema social, o da *desigualdade*. Na prática, por vezes estes três problemas coexistem na mesma pessoa ou família, pelo que nem sempre será fácil isolá-los, cada um em relação aos outros. Neste entendimento, os diversos capítulos deste livro permitem ao leitor, implícita quando não explicitamente, identificar o problema abordado, embora nem sempre incluam as desejáveis definições.

3. A *desigualdade* tem já uma longa história de análise científica, que tem decorrido paralelamente à da pobreza. Creio que hoje se impõe que as ciências sociais se debrucem sobre a relação entre uma e outra, da qual poderá eventualmente depender o maior ou menor sucesso do que se faça para combater-las. Para quem desconfia que os recursos (materiais, humanos, de boas-vontades, etc.) gastos na luta contra a pobreza não têm sido correspondidos pelos resultados, é forçoso que surjam interrogações sobre as razões da desproporção, designadamente quanto a fatores que têm sido ignorados no desenho dos projetos, programas e políticas.

A desigualdade constitui uma das características mais complexas das sociedades. Revestiu formas diversas ao longo dos tempos, e continua a merecer crescente atenção nos dias de hoje, designadamente por parte de organizações internacionais (OCDE, Banco Mundial, etc.). Simplificando, poderia dizer-se que há, primeiramente, a questão de distinguir a desigualdade da *diferença*; em segundo lugar, temos que ser capazes de responder à pergunta formulada e amplamente comentada por Amartya Sen¹, sobre «igualdade de quê?». A desigualdade será uma característica da condição humana, pelo que teremos de reconhecer que a mesma poderá ser «aceitável» ou «inaceitável». À luz de que critério? Neste mundo de cultura tecno-meritocrática em que vivemos, poderá haver quem sugira algum critério *técnico*. Penso que o mais importante é que a distinção assente, acima de tudo, em critérios *éticos*. Entre a desigualdade «aceitável» e a «inaceitável» existe uma barreira mais ou menos larga, como a «terra de ninguém» separa as fronteiras. Todavia, existe uma distinção fundamental entre essa barreira e a «linha de pobreza» que separa os pobres dos não-pobres. Está nisso a diferença entre os conceitos de pobreza e de desigualdade: a primeira requer a definição de um limiar abaixo do qual as pessoas são pobres, ao passo que a desigualdade é, fundamentalmente, uma noção relativa (ter *mais* ou *menos* do que o outro, embora a amplitude da diferença possa ter significado). Lamentavelmente, a amplitude das desigualdades entre e no interior dos países é de molde a não deixar dúvidas quanto à inaceitabilidade da situação atual.

1 Ver, por exemplo, Sen, Amartya, *Equality of What?*, THE TANNER LECTURE ON HUMAN VALUES, delivered at Stanford University, May 22, 1979

A dimensão estrutural da desigualdade fica claramente afirmada nestas linhas extraídas do Relatório do Banco Mundial, de 2006: “a distribuição desigual do poder entre os ricos e os pobres — entre grupos dominantes e subordinados — ajuda os ricos a manter o controlo sobre os recursos. (...) [A]s desigualdades económicas e sociais estão, elas próprias, embebidas em instituições sociais e culturais desiguais”². No mesmo texto se lê que “O poder desigual modela instituições e políticas que tendem a promover a persistência das condições iniciais”³.

4. O conceito mais frequentemente confundido com o da pobreza é o da *exclusão social*, como se todo o «problema social» necessariamente significasse pobreza. Uma vez mais, é um conceito que tem estado sujeito a diferentes definições, sobretudo a partir do momento em que, no princípio dos anos noventa do século XX, a Comissão Europeia adotou o termo, dando uma dimensão europeia a uma noção surgida sobretudo na escola francesa das ciências sociais. Pouco depois, possivelmente por influência da OIT, a exclusão social passou a ser objeto de análise à escala mundial.

O que importa salientar é que a *exclusão social* é fundamentalmente um problema relacional, de laços das pessoas e grupos com os outros, pessoas, grupos, instituições e sociedade. Na sua versão original, do sociólogo francês Robert Castel, a exclusão social representa o estado extremo de um *processo de marginalização* ao longo do qual se vão quebrando os laços entre o indivíduo e os sistemas sociais, dentre os quais são os mais importantes os laços com o mercado de trabalho e os que ligam o indivíduo à família e aos amigos, adquirindo uma dimensão afetiva.

Segundo as definições que utilizo⁴, existem vínculos fortes entre a pobreza e a exclusão, a tal ponto que a pobreza necessariamente implica exclusão, embora o contrário nem sempre aconteça. O que é muito frequente é a sobreposição de ambos os tipos de problema na mesma pessoa ou família.

Uma outra questão relevante está no facto de a pobreza (como a exclusão e a desigualdade) ser considerada como um *problema social*. Na linguagem comum, o termo «social» invoca algo que abrange uma

2 World Bank (2006), *World Development Report*, Washington, p. 20-21.

3 Ibidem.

4 Ver Bruto da Costa, Alfredo (1998), *Exclusões Sociais*, Gradiva, Lisboa, reimpressão.

vasta parte da sociedade. Há diversas razões para justificar o termo. Porém, uma maneira de o entender é considerar que um *problema* é definido como *social* quando, como sugere Victor George, “se aceita que as suas causas se hão de encontrar na estrutura social e económica da sociedade”⁵. O mesmo se pode dizer da exclusão social⁶.

5. A maior parte dos estudos sobre a pobreza são de natureza estática. Referem-se apenas a um dado ano e mesmo quando cobrem uma sucessão de anos, têm por base amostras que variam de ano para ano. Tais estudos não chegam a captar dimensões importantes do problema, relacionados designadamente com a persistência da pobreza (na vida dos pobres) e com a sua verdadeira extensão. É o que só estudos longitudinais permitem analisar. A pobreza de longa duração apresenta aspetos que se não verificam na pobreza recente e, por outro lado, a percentagem de famílias que passaram pela pobreza em pelo menos um dos anos de um dado período plurianual é superior ao valor da taxa anual de pobreza calculada com base em amostras anuais diversas.

6. Outro ângulo importante de análise da pobreza respeita aos diversos grupos de idade, verificando-se que o mais vulnerável desses grupos é, segundo os dados mais recentes (valores de 2013), o de 0-17 anos. Esta é uma razão acrescida para que se dê particular atenção a esse grupo e, designadamente, ao das crianças⁷. Assim surgiu a designação de «*pobreza infantil*». Se bem que seja de uso corrente na literatura, é uma expressão que merece alguma reflexão.

Se definirmos (como tenho feito) a *pobreza* como uma «situação de privação por falta de recursos», a conclusão imediata é a de que, em rigor, a pobreza infantil não existe. Com efeito, de modo geral, a criança não é titular de recursos. Quer isto dizer que o que queremos expressar quando falamos de pobreza infantil é a *privação* infantil, entendendo por privação uma situação de carência. O que acontece na prática é, portanto, que a criança pobre participa da pobreza da família. Daqui resulta que o combate à pobreza das crianças implica o combate à pobreza das respetivas famílias.

5 George, Victor (1973), *Social Security and Society*, Routledge & Kegan Paul, London, p. 1.

6 Ver Caumartin, Philippe e Rouet, Mgr. Albert (2000), *Du Bon Usage de l'Exclusion*, Desclée de Brouwer.

7 Pressuponho que a parte superior do grupo dos 0-17 anos respeita a jovens, embora seja designado por «crianças».

Esta perspetiva de política carece de duas considerações complementares. A primeira é a de que o que ficou dito não significa que não existam ações e medidas especificamente dirigidas às crianças no combate à privação e mesmo à falta de recursos. É o caso, por exemplo, do abono de família, bem como do apoio social em domínios diversos, e medidas específicas no domínio da capacitação, por forma a quebrar o ciclo vicioso da *transmissão intergeracional da pobreza*. São medidas que, se bem que dirigidas especificamente às crianças, não podem deixar de envolver as respetivas famílias. Em segundo lugar, mesmo do ponto de vista teórico, podemos admitir que a escala de equivalência pressupõe que uma parcela dos recursos da família é «atribuída» a cada membro, criança ou adulto. Neste caso, poderemos falar em pobreza infantil em sentido próprio.

7. Um caso em que a pobreza se sobrepõe à exclusão social é o da *população cigana*. É dos problemas sociais mais complexos e de mais difícil solução, e que ocorre em diversos países da Europa. Creio que a complexidade resulta de se tratar de um caso paradigmático de um «encontro» de culturas com identidades fortes, requerendo uma flexibilidade sábia e uma abertura para o «universal», de ambos os lados. Nenhuma das duas culturas em causa (a cigana e a da sociedade mais ampla) pode ser marcada por critérios inamovíveis. Daqui resultaria, de um lado, um comportamento excludente, e, do outro, uma atitude de autoexclusão.

Não é este o lugar para analisar de forma desenvolvida este tema, mas apenas para sublinhar a importância de uma reflexão profunda e continuada sobre o assunto, para bem das comunidades ciganas e das sociedades a que estão ligadas.

8. Nenhum estudo sobre a pobreza e a exclusão social pode ignorar o problema da *população idosa*. É outro magno problema social que se depara à Europa em geral e ao nosso país em particular. É sabido que o grupo dos idosos é um dos mais atingidos pela pobreza em Portugal. Todavia, importa ter presente que esse não é o seu problema específico. O verdadeiro problema do idoso é o isolamento. Isolamento em relação aos grupos etários mais jovens, em relação à família, aos amigos, à sociedade em geral. Os idosos são tipicamente um grupo atingido pela exclusão social. São a cultura vigente, o estilo de vida dominante e a organização social que excluem os idosos, em vez de facultar os meios (que não apenas financeiros) de que necessitam para permanecerem

como membros plenos da sociedade durante o tempo em que possam sê-lo, a escolherem livremente o seu estilo de vida e a terem vidas independentes na vizinhança que lhes é familiar, durante o tempo que quiserem e puderem.

Entre nós, cerca de $\frac{1}{4}$ dos pobres são reformados, pelo que a colocação da pensão mínima de reforma ao nível do limiar de pobreza reduziria nessa proporção a pobreza no país⁸.

9. Cerca de 50% dos pobres adultos no país dependem do *mercado de trabalho*, como empregados (por conta própria ou d'outrem) ou na condição de *desempregados*⁹. Por efeito da crise e das políticas adotadas para a combater, o peso dos desempregados entre os pobres aumentou substancialmente. Sobretudo para estes, o emprego é certamente o fator fundamental de inclusão social, não apenas por razões económicas, mas também por motivos sociais e de identidade social. É um problema habitualmente abordado como se a absorção do desemprego fosse uma questão de crescimento económico. É assim, desde que se trate de um crescimento criador de emprego, o que nem sempre acontece. Interessa, por outro lado, inquirir sobre o tipo e a qualidade dos empregos criados e a criar. A «desvalorização» do trabalho humano é, certamente, um dos problemas sociais mais graves da última década.

Resta o problema de saber qual será o lugar do trabalho na economia do futuro, e se não teremos de rever a ideia que temos de «pleno emprego».

10. Um dos equilíbrios difíceis de conseguir, quer do ponto de vista teórico, quer na perspetiva prática é o da relação entre o pobre/excluído e o sistema económico e social onde residem as causas mais profundas. O simplismo pode levar a subestimar qualquer dos dois «locais» de intervenção. Num dos lados, tudo parece depender das mudanças e progressos por parte dos indivíduos atingidos. Poderá chegar-se ao ponto de não dar conta da necessidade das mudanças sociais e das políticas públicas necessárias. Do lado oposto, pode ignorar-se que, em última instância, o processo de vencer a pobreza e/ou a exclusão é uma conquista de «autopromoção», e que tem lugar fundamental a liberdade para cada um construir o futuro que tem razões para preferir.

8 Naturalmente que estas estimativas terão de entrar em linha de conta com o número de pessoas que dependem da reforma em causa.

9 Sem contar os desempregados que a definição oficial (EUROSTAT) oculta.

11. A pobreza é um fenómeno complexo, segundo diversos ângulos de leitura. Um deles corresponde ao facto de que, além de se revestir de aspetos científicos, técnicos e culturais, é eminentemente um problema *político*. Não só porque o combate à pobreza e à exclusão requer políticas, mas também porque fatores de natureza política estão por detrás das causas da pobreza e da exclusão e do que facilita ou dificulta a sua erradicação. Corremos o risco de nos centrarmos na resiliência dos fenómenos, subestimando a resiliência das instituições sociais e das desigualdades que resistem às mudanças necessárias. Daí que, pessoalmente, defenda que, do ponto de vista institucional, o combate à pobreza e à exclusão social deve ser colocado ao mais alto nível da governação e de outras instituições democráticas.

Um outro tipo de desvio, este de natureza científica, é o de tratar a pobreza como se fosse apenas um problema de *redistribuição* e, portanto, de *política social*. É relevante o papel da política social no combate à pobreza, mas não suficiente. As causas da pobreza também estão radicadas na *distribuição primária do rendimento*, sendo certo que as desigualdades dessa distribuição podem ser atenuadas pela redistribuição, porém, em grau limitado. A política económica (entre outras) tem lugar da maior importância no combate à pobreza.

12. O estudo da pobreza tem o risco de se limitar a analisar os mecanismos causadores, menosprezando os que podem levar o pobre a sair da situação. O conhecimento das causas é, naturalmente, indispensável para se conhecer o modo de prevenir e erradicar. Porém, e embora os mecanismos de entrada na pobreza também digam algo sobre a forma de sair dela, a análise dos processo de saída têm utilidade indiscutível. Em princípio, qualquer processo de saída da pobreza é um processo de (re)qualificação e/ou de (re)capacitação (Sen). A análise de casos exemplares de «saídas» é parte importante do conhecimento sobre a pobreza. Há, porém, que ter presente que os percursos analisados e as lições extraídas podem ser parcialmente enganadoras se se centrarem apenas nos percursos do pobre e ignorarem o papel das políticas e das mudanças sociais nesse processo.

13. Embora em sentido diverso, é igualmente relevante proceder à avaliação a posteriori de políticas e programas, europeus e nacionais, que, direta ou indiretamente, ajudam a atenuar a pobreza e a exclusão social. Essas medidas são normalmente publicitadas quando lançadas,

mas pouco se vem a saber dos seus efeitos reais. É, pois, uma iniciativa útil ter-se neste livro a avaliação de algumas dessas medidas.

Pelo que respeita, em particular, à *assistência social*, vale a pena colocar o problema no seu correto contexto conceptual e prático. Há quem pense da assistência como um conjunto de medidas residuais, postas à disposição dos mais pobres, quer pelo Estado, quer por instituições particulares. São prestações ou apoios discricionários, dependentes de decisões que chegam a enaltecer quem as toma e que, com a mesma discricionarietàade com que são tomadas, podem ser alteradas ou retiradas. Por outras palavras, essas medidas não têm subjacente qualquer noção de direitos por parte dos necessitados.

Dentre quem seja sensível à pobreza conceptual e a este tipo de medidas, há quem prefira não utilizar o termo «assistência» e optar por outra designação mais consentânea com a ideia de «justiça». Assim, surgiu entre nós a referência à «ação social», que tem um significado específico mas também serve para substituir aquela palavra desacreditada entre a generalidade dos atores sociais.

Infelizmente, esta reação não vai ao centro da questão, o qual reside precisamente na discricionarietàade (que continua, não obstante a alteração terminológica) e a total ausência de direitos. Em vez de utilizar neste caso o termo «ação social» (que tem um significado próprio e diverso), prefiro designar esse tipo de medidas por «assistencialismo», reabilitando a «assistência social» na expressão e na prática, à luz da Carta Social Europeia, do Conselho da Europa, que Portugal ratificou e a que está obrigado.

No seu artigo 13º, a Carta define o «Direito à assistência social e médica»¹⁰, cujas características devem ser sublinhadas porque ainda não fazem parte da cultura de quantos têm maiores responsabilidades pela promoção do bem comum. Vejamos alguns aspetos da Carta.

Em primeiro lugar, como o próprio título indica, trata-se de um *direito*. Lê-se na jurisprudência do Comité Europeu dos Direitos Sociais, que tem a função de fiscalizar o cumprimento da Carta Social: “As partes contratantes não têm apenas o poder de atribuir a assistência que julguem adequada; estão sob a obrigação que podem ser chamados pelo tribunal a cumprir”¹¹. O artigo 13º faz parte do disposto no artigo

10 Carta Social Europeia Revista (1991), Conselho da Europa. Versão em língua inglesa.

11 DIGEST OF THE CASE LAW OF THE EUROPEAN COMMITTEE OF SOCIAL RIGHTS, 1 September 2008.

30º da mesma Carta, que afirma em termos mais amplos, «o direito de proteção contra a pobreza e a exclusão»¹².

A quem assiste o direito de assistência social e médica? A “qualquer pessoa que não disponha de recursos adequados e que não esteja em condições de os angariar pelos seus próprios meios ou de os receber de outra fonte, designadamente por prestações resultantes de um regime de segurança social”.

Direito a quê? A “uma assistência apropriada e, em caso de doença, [a]os cuidados necessários ao seu estado”. Ou seja “recursos necessários para viver uma vida decente e «satisfazer as necessidades básicas de um modo adequado. (...) O nível de recursos abaixo do qual uma pessoa tem direito à assistência é medido com referência ao limiar de pobreza no sentido definido abaixo»¹³.

O direito à assistência “não poderá depender apenas da discricção das autoridades administrativas: deve constituir um direito individual estabelecido na lei e apoiado por um efetivo direito de recurso” (a um tribunal ou a um órgão independente)¹⁴.

A assistência social deverá ser prestada enquanto a situação de necessidade persistir.¹⁵ A redução ou suspensão dos benefícios de assistência social só são admitidas “se não privarem a pessoa em causa dos seus meios de subsistência. Além disso, tem de ser possível recorrer contra uma decisão de suspender ou reduzir a assistência”¹⁶.

14. O combate à pobreza e à exclusão social é uma área de intervenção onde parece haver uma certa tendência para apresentar em termos alternativos fatores que, por natureza, são complementares e, portanto, cumulativos. Peixe ou cana? Assistência ou promoção/autonomização? Proximidade ou instituições centrais? Estado ou instituições particulares? Terceiro sector ou macropolíticas? As respostas a todas estas interrogações estão na substituição do «ou» por «e». Com efeito, uma das características da pobreza e da exclusão é a de que são problemas a um tempo *individuais* e *sociais*. Carecem de intervenções pessoalizadas,

12 Carta Social Europeia Revista (1991).

13 DIGEST, ver nota 10. Limiar de pobreza definido a 50% da mediana do rendimento equivalente.

14 Ibidem.

15 Ibidem.

16 Ibidem.

bem como de ações locais, regionais e nacionais. Carecem de políticas europeias, para não falar nas de âmbito ainda mais global.

15. Uma vez mais, felicito os coordenadores e os autores e autoras deste livro pela ampla matéria de informação e para reflexão que oferecem ao leitor. Os temas abordados ilustram bem como o conhecimento e a ação devem fertilizar-se mutuamente.

Alfredo Bruto da Costa

INTRODUÇÃO

A pobreza e a exclusão social são traços caracterizadores da sociedade portuguesa. O elevado número de indivíduos nesta situação ao longo dos tempos assim o indicia. A produção de estatísticas fiáveis e regulares sobre a temática é, porém, recente, começando a ser uma realidade sobretudo a partir da década de 90 do século XX e, ganhando regularidade a partir de 2003, com a instituição do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), parte do inquérito europeu *European Union Statistics on Income and Living Conditions* (EU-SILC). No entanto, os dados disponíveis são inequívocos: a pobreza, na sua dimensão monetária, é uma realidade quotidiana para cerca de 20% da população portuguesa. De igual forma, a exclusão social, nas suas diferentes facetas, abrange um elevado número de pessoas em Portugal. Estes fenómenos e os conceitos em que são expressos tendem, em boa parte, a afetar os mesmos indivíduos.

Embora se tratem de fenómenos que não se podem reduzir à sua dimensão estritamente monetária, isso é, em grande medida, o que acontece com os indicadores selecionados para os medir pelos aparelhos estatísticos. A ênfase na dimensão monetária da pobreza é, aliás, compreensível; por um lado, na génese desta está a ausência de recursos monetários e, por outro, a quantificação permite definir populações de forma clara e estabelecer comparações relativamente objetivas entre anos e entre territórios. Como tal, os indicadores estatísticos de base monetária que têm dominado a produção de dados sobre a pobreza têm permitido responder às necessidades burocráticas e políticas de gestão da *res publica*.

A definição dos conceitos de pobreza e de exclusão social é, portanto, crucial. Tomou-se, nesta obra, porém, e face à existência prévia

de contributos importantes a este nível que poderão ser mobilizados (Almeida *et al.*, 1992; Bruto da Costa, 1998; Bruto da Costa *et al.*, 2008), por exemplo, a opção de não incluir capítulos abordando especificamente esta questão.

Não obstante, é importante referir que nesta problemática existem, claramente, duas dimensões que merecem toda a nossa atenção e que são mal acomodadas pelos indicadores estatísticos. Por um lado, referimo-nos ao facto de a própria pobreza ser um fenómeno multidimensional e, por outro, de os recursos que mobilizamos para nos inserir na sociedade (assim como as capacidades que desenvolvemos) estarem longe de se restringir aos monetários.

A analogia que Bourdieu primeiramente estabeleceu entre recursos monetários e outros tipos de recursos é, neste aspeto, uma forma muito útil de lidar com o assunto (capital cultural, capital escolar, capital social, capital simbólico e capital económico)¹.

Por outro lado, se as próprias ideias de pobreza e de exclusão social tendem a centrar as atenções nos indivíduos que as experienciam, não nos podemos esquecer que a sua produção e reprodução social apresenta uma importante componente estrutural. Quer dizer, se são pobres e/ou excluídos indivíduos concretos, a sua condição de pobreza e/ou de exclusão constrói-se e reproduz-se, em boa parte, a partir de fatores estruturais que lhes são exteriores e anteriores mas que, não obstante, não deixam de os influenciar até ao limiar da determinação social dos seus destinos individuais.

Neste sentido, a forma como a sociedade se organiza em termos políticos e em termos económicos é determinante. Na dimensão política assume particular importância o estado, como instrumento produtor, angariador e redistribuidor de recursos, bem como o sistema político e as elites (que dominam e gerem o estado a partir do sistema político). Se a forma como os recursos e serviços do estado são distribuídos é objeto de intensas lutas políticas, as elites têm aí um papel central e, por essa via, assumem um lugar cimeiro na decisão de quem é beneficiado (e quem é prejudicado). Portanto, são estas elites que, em boa parte, decidem, criando condições para situações de maior ou menor desigualdade de distribuição de rendimentos, potenciadoras ou mitigadoras da

1 Outros contributos relevantes a este nível podem ser mencionados. Sem querermos ser exaustivos, referiríamos apenas os contributos de Amartya Sen (1985, 1999) e, a nível nacional, de João Ferreira de Almeida *et al.* (1992) e Alfredo Bruto da Costa (1998).

pobreza, e para o maior ou menor acesso a bens e serviços vários e a uma maior ou menor participação na sociedade.

Apesar do carácter estrutural e extenso da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa não existe um conjunto abundante de trabalhos e de investigadores/as que abordem este problema de forma sistemática ao longo dos anos.

O primeiro estudo de grande fôlego foi realizado há precisamente 30 anos (Bruto da Costa *et al.*, 1985) e centrou-se na exploração de dados do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias 1980/81 e de um questionário específico. Consistiu, em boa parte, na caracterização das famílias em situação de pobreza e permitiu perceber que esta se associava com características sociais e territoriais (Bruto da Costa *et al.*, 1985: 58).

Desde este estudo inicial foi desenvolvido um conjunto de outros trabalhos² que procuraram, com frequência, abordar aspetos particulares deste fenómeno social: quer pela escolha de populações específicas dentro do universo das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão, quer pela limitação das análises a territórios circunscritos, quer ainda por análises representativas do território nacional centrando-se nos dados estatísticos produzidos pelo INE: Silva *et al.* (1989), Silva (1991), Almeida *et al.* (1992), Garcia *et al.* (2000), Castro *et al.* (2002, 2005 e 2012), Diogo e Roque (2002), Guerra e Amor (2002), Hespânia e Gomes (2002), Sousa *et al.* (2002a e 2002b), Rodrigues e Demée, (2002), Capucha (2005), Diogo (2007), Farinha Rodrigues (2007), Bastos *et al.* (2008 e 2011), Bruto da Costa *et al.* (2008), Pereirinha *et al.* (2008), Rodrigues (2010), Sarmiento e Veiga (2010), Teixeira *et al.* (2010), Castro e Guerra (2010), entre outros.

Mau grado a listagem acima feita mas considerando a extensão dos problemas na sociedade portuguesa e a sua persistência no tempo, o número de investigadores/as e de publicações que lhe são dedicadas é, como dissemos, surpreendentemente escasso.

Uma obra que, de certa forma, sintetizasse o que se sabe sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal, envolvendo boa parte daquelas/as que as têm vindo a estudar de forma sistemática, era, pois, uma necessidade.

Foi com base neste diagnóstico que a equipa coordenadora da Secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Por-

2 Aqui só exemplificaremos os que foram publicados em livro.

tuguesa de Sociologia se propôs à edição deste livro, centrado em dois propósitos principais: i) que reunisse especialistas da área e ii); que se focasse em resultados de pesquisas empíricas, em particular nas populações em situação de pobreza e/ou exclusão e não tanto na teoria ou nas políticas de combate à pobreza e à exclusão social³.

Neste sentido, este trabalho procurou responder a vários objetivos: i) trazer para junto do maior número de pessoas a reflexão acerca das problemáticas da pobreza e da exclusão social em Portugal; ii) constituir uma referência para aulas de primeiro ciclo e trabalhos pós-graduados; iii) apoiar as práticas de intervenção; iv) fundamentar as políticas sociais.

Não nos foi possível, naturalmente, reunir todos os contributos significativos na área, quer por razões da dimensão da obra, quer pela impossibilidade de participação de alguns autores e autoras, seja por excesso de trabalho ou por motivos pessoais diversos. Temos, porém, a convicção de que os 15 capítulos que constituem este livro nos permitem sintetizar boa parte do que, mais recentemente, tem sido feito na análise da pobreza e da exclusão social em Portugal.

Pensamos, assim, contribuir para dar centralidade, nas agendas política e mediática, a estas temáticas, centralidade essa que não deverá constituir menos do que uma exigência, face à sua extensão e estruturalidade na sociedade portuguesa. Este propósito é potenciado pelo já grande estado de maturação do campo nas ciências sociais em Portugal nos últimos 40 anos e tornado ainda mais relevante pela situação económica e social que o país atravessa.

Assim, o livro “Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos”, encontra-se estruturado em quatro grandes blocos. Um primeiro bloco inclui três textos mais revestidos com um carácter de enquadramento, que pretendem situar as questões da pobreza e da exclusão social em Portugal de um ponto de vista mais conceptual.

Manuel Carlos Silva aborda o trinómio desigualdade, pobreza e exclusão social, procurando analisar de que forma estes conceitos têm sido conceptualizados e legitimados ao longo dos tempos.

3 Estes dois aspetos aparecem neste livro mas desempenham um papel instrumental que não tira o palco ao seu cerne: os indivíduos em situação de pobreza ou de exclusão, as suas características, potencialidades e desafios.

Por seu lado, o texto de Luís Capucha analisa os contributos do conhecimento para o combate à pobreza apontando lacunas e limitações nesta relação para explorar, depois, a contribuição específica de um instrumento conceptual como a tipologia dos modos de vida da pobreza em Portugal.

A terminar este bloco, o texto de Nuno Alves, fazendo uso dos dados nacionais do Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento, aborda a pobreza do ponto de vista dinâmico, salientando características base da população pobre em Portugal, à luz das dinâmicas de entrada, persistência e saída de uma situação de pobreza ao longo do período compreendido entre 2006 e 2011.

O segundo bloco, reunindo cinco textos que recorrem a diferentes abordagens metodológicas, incide sobre grupos sociais particularmente expostos à vulnerabilidade. Os primeiros dois textos abordam a pobreza infantil traçando um retrato dos efeitos da crise económica e financeira que se tem feito sentir desde 2008.

O texto de Manuel Sarmento, Natália Fernandes e Gabriela Trevisan, partindo de uma análise global sobre as restrições associadas a algumas políticas públicas e ao seu reflexo multidimensional na exposição das crianças a situações de privação, introduz o ponto de vista das próprias crianças sobre os significados e impactos da crise nas suas vidas, para discutir a forma como estas condições se refletem no processo de redefinição da infância como categoria geracional.

Amélia Bastos, por seu lado, privilegiando uma análise longitudinal quantitativa e comparativa com a situação do conjunto dos países da União Europeia e refletindo sobre os métodos utilizados pelas fontes oficiais, destaca como se expressa o problema da pobreza infantil em Portugal, nas suas diferentes dimensões, e como ele traduz a relativa ineficácia das políticas sociais desenvolvidas ao nível da infância e juventude.

O terceiro texto, da autoria de Fernando Diogo, realçando a limitação associada às fontes oficiais que medem a pobreza, aprofunda, para o contexto açoriano, como se manifesta a pobreza entre a população que trabalha, nomeadamente entre a população beneficiária do Rendimento Social de Inserção e explora a sua relação com o mercado de trabalho e com a educação, pondo em relevo as variáveis que afetam esta relação e apontando pistas para a necessidade de se aprofundar esta temática.

Alexandra Castro partindo de uma abordagem etnográfica a um conjunto de famílias ciganas com níveis diferenciados de inserção territorial e de mobilidade espacial, explora os fatores que contribuem para a persistência das situações de exclusão face ao mercado habitacional. Se, por um lado, destaca as estratégias e as dinâmicas de mobilidade associadas a modos de organização social, política e económica das famílias e os fatores de ligação/pertença a determinados lugares; por outro, dá conta das narrativas institucionais que vão permitindo um tratamento de exceção, nomeadamente pela mobilização da categoria de “nómada”.

No último texto deste bloco, Alexandra Lopes problematiza a relação entre a pobreza e a população idosa. Partindo daquelas que são as tendências e desenvolvimentos recentes a este respeito, discute, com recurso a dados do projecto SHARE – *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* – as vulnerabilidades estruturais que identifica como estando na origem das situações de pobreza entre a população idosa.

O terceiro bloco inclui três textos que se focam na forma como a pobreza é vivenciada por aqueles/as que a experienciam e na forma como, a partir daí, as suas identidades sociais se transformam e reconfiguram.

Partindo dos resultados de um conjunto de seis estudos realizados entre 2007 e 2013, e da definição de perfis de pobreza, Isabel Guerra e Teresa Costa Pinto analisam a interação entre oportunidades sociais e capacidades individuais para compreender de que forma estas são accionadas e como é que as transformações identitárias individuais impactam na vivência da população pobre portuguesa neste período de crise.

No segundo texto, Fátima Toscano procura encontrar os processos de requalificação sócio-identitária que fundamentam a saída da pobreza de mulheres migrantes portuguesas no País Basco. Para o fazer, mobiliza a análise qualitativa de várias entrevistas e escarpeliza um caso exemplar, a partir do qual apresenta as suas conclusões, em especial as componentes centrais destes processos de requalificação, bem como os recursos que desempenham um papel central na saída da pobreza.

No último texto deste bloco, Inês Amaro mobiliza dois estudos sobre a pobreza onde se destaca o conceito de desafiliação como elemento de ligação entre indivíduo e sociedade. Nestes estudos, de cariz qualitativo, as histórias de vida são interpeladas a partir deste conceito,

procurando-se sistematizar as modalidades de desafiliação na sociedade portuguesa.

No primeiro dos quatro textos que compõem o quarto e último bloco deste livro, centrado no papel das políticas sociais no combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, Pedro Perista analisa o papel do Fundo Social Europeu (FSE) a este nível no período de programação 2007-2013. A partir da análise dos estudos de avaliação e relatórios produzidos no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional e respetivos Planos Operacionais, o texto procura compreender de que forma o objetivo do reforço da inclusão social foi integrado no quadro do FSE e quais os resultados alcançados pelas iniciativas e medidas apoiadas.

O problema da relação com a assistência social é desenvolvido por Francisco Branco. Se, num primeiro momento, é abordada a problemática teórica dos dispositivos de assistência social, o cerne do texto é a definição dos diversos perfis de beneficiários/as a partir dos motivos que estes/as declaram para requerer este apoio social, com especial preocupação sobre as dimensões associadas ao tempo de permanência *versus* autonomização dos indivíduos.

Ana de Saint-Maurice e Vanessa Palma Baptista, a partir do relatório de avaliação externa da 4ª Geração do programa 'Escolhas' (2010-2012), identificam o impacto percecionado pelas crianças e jovens beneficiários/as nos seus processos de regresso à escola, em especial no sucesso escolar, na relação com a família e na inserção na comunidade local (bairro).

No texto que encerra esta obra, Madalena Matos e Sónia Costa, fazendo uso dos resultados de um estudo específico realizado para o Instituto de Segurança Social, IP, caracterizam os modelos de intervenção e estratégias de implementação do Rendimento Social de Inserção, bem como a sua população beneficiária, analisando quais os impactos dos acordos de inserção no desempenho da medida.

Para finalizar, resta-nos agradecer a quem tornou este livro possível, em primeiro lugar à APS, na pessoa da sua Presidente, Ana Romão, que nos desafiou a incluirmos este livro nas comemorações dos 30 anos da Associação. As ciências sociais emergiram no século XIX em boa parte para estudar os problemas sociais associados ao pauperismo das classes populares da altura; por outro lado, neste ano de 2015, comemoramos

30 anos de APS e 30 anos do primeiro estudo extensivo sobre a pobreza em Portugal, uma dupla coincidência que se assinala.

Gostaríamos também de agradecer ao professor Manuel Sarmento do Cento de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), pelo co-financiamento que tornou possível a edição deste livro e ao editor da Húmus, Rui Magalhães, que, desde a primeira hora, acolheu esta ideia.

Finalmente, gostaríamos de agradecer aos autores e autoras a honra que nos dão de escrever textos neste livro e a paciência que tiveram para com o trabalho adicional que a revisão de pares dos seus textos implicou, bem como ao professor Alfredo Bruto da Costa, pioneiro dos estudos sobre a pobreza em Portugal, que muito nos prestigia com a autoria do prefácio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elisabeth Reis. 1992. *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.
- BASTOS, Amélia (Coord.), Carla Machado e José Passos. 2011. *Números com Esperança. Abordagem Estatística da Pobreza Infantil em Portugal: da Análise às propostas de Actuação*. Porto: Editora Almedina.
- BASTOS, Amélia, Fernandes, Graça Leão, Passos José e Malho, Maria João. 2008. *Um olhar sobre a pobreza infantil: Análise das condições de vida das crianças*. Coimbra: Almedina.
- CAPUCHA, Luís. 2005. *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.
- CASTRO, Alexandra (coord.). 2012. Sónia Costa, Marta Santos, Maria José Lobo Antunes e Isabel Guerra. *A cidade incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*. Porto: EAPN.
- CARMO HERMANO, (1996). *Exclusão Social, rotas de intervenção*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CARMO, Renato, Cantante, Frederico e Baptista, Inês (2010), “Desigualdades Sociais, 2010: Análise de indicadores (Portugal e comparação europeia)” in R.Carmo (org) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CASTRO, Alexandra e Guerra, Isabel. 2010. *Os caminhos da pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

- CASTRO, Alexandra e Marques, Ana Sofia. 2005. Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- CASTRO, Alexandra; Cecília Cavalheiro, Maria João Quedas, Fernanda Rodrigues, Florbela Guerra e Isabel Guerra. 2002. *Os beneficiários do RMG: trajetórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*. Lisboa: IDS.
- COSTA, Alfredo Bruto da. 1998. *Exclusões sociais*, Lisboa: Gradiva / Cadernos Democráticos – Fundação Mário Soares.
- COSTA, Alfredo Bruto da (coord.), Isabel Baptista, Pedro Perista e Paula Carrilho. 2008. *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, Alfredo Bruto da, Manuela Silva, José Pereirinha e Madalena Matos. 1985. *A pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- DIOGO, Fernando. 2007. *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, Fernando e Roque, Ricardo. 2002. *Vidas no feminino: um estudo dos impactes biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*. Lisboa: IDS.
- FARINHA RODRIGUES, Carlos Alberto. 2007. *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina.
- GARCIA, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto e M^a Inês Amaro. 2000. *Estranhos: Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta.
- GUERRA, Isabel; Lopes, Elisabete e Amor, Teresa. 2002. *Caracterização dos perfis dos beneficiários do RSI: Minorias Étnicas*. Lisboa: IDS.
- HESPAÑA, Pedro e Gomes, Dora. 2002. *Caracterização dos perfis dos beneficiários do RSI: Famílias com problemas de saúde*. Lisboa: IDS.
- PEREIRINHA, José A. (1996), "2A pobreza e exclusão social" in J.M. Ferreira et al. (orgs), *Entre a Economia e a Sociologia*; 208-232, Oeiras: Celta Editora
- PEREIRINHA, José António (coord), Nunes, Francisco, Bastos, Amélia, Casaca, Sara Falcão e Machado, Carla. 2008. *Género e pobreza: impacto e determinante da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- RODRIGUES, Eduardo Victor. 2010. *Escassos caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto: Afrontamento.
- RODRIGUES, Fernando e Demée, Maria Cecília. 2002. *Desempregados de Longa Duração*. Lisboa: IDS.
- SARMENTO, Manuel Jacinto e Fátima Veiga (org.). 2010. *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*. Ribeirão: Húmus.
- SEN, Amartya. 1985. *Commodities and Capabilities*. Amsterdam: North-Holland.
- SEN, Amartya. 1999. *Development as freedom*. New York: Anchor Books.

- SILVA, Manuela e Costa, Alfredo Bruto da (coord.). 1989. *A pobreza Urbana em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- SILVA, Manuela. 1991. *A pobreza infantil em Portugal*, S.L.: Comité português para a UNICEF.
- SOUSA, Vanessa Duarte, Dias, Nelson Santos e Cunha, Tito Campos. 2002^a. *Caracterização dos perfis dos beneficiários do RSI: Isolados com mais de 55 anos*. Lisboa: IDS.
- SOUSA, Vanessa Duarte, Dias, Nelson Santos e Cunha, Tito Campos. 2002^b. *Caracterização dos perfis dos beneficiários do RSI: Jovens em situação de marginalidade*. Lisboa: IDS.
- TEIXEIRA, Aurora A. C., Silva, Sandra T., Teixeira, Pedro (org.). 2010. *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal? Em memória da Professora Leonor Vasconcelos Ferreira*. Porto: Vida Económica.

CONCEPTUALIZAÇÕES

DESIGUALDADE, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: ENTRE LEGITIMAÇÕES E REALIDADES DE ONTEM E HOJE

Manuel Carlos Silva*

INTRODUÇÃO: O PROBLEMA

Um dos recorrentes temas nas sociedades, desde as antigas escravagistas, passando pelas feudais e despóticas, até às modernas sociedades industriais, é o das desigualdades sociais, as quais têm sido amiúde abordadas, subsumidas e analisadas através do conceito de exclusão social, a par ou em substituição de um outro – o de pobreza –, a qual tem constituído uma realidade marcante ao longo da história, quer em meio rural, quer em meio urbano (cf. Wolf 1983, Geremek 1995). Independentemente da terminologia – a qual não é de resto inocente (cf. Silva 2008 e 2009) – importa para já sublinhar que a temática das desigualdades e/ou exclusões sociais, remetendo para uma velha questão, tem-se tornado, com as profundas mudanças nas sociedades capitalistas e com o desmoroamento das sociedades ditas socialistas, também um problema atual mas altamente controverso.

Perante o facto de as desigualdades sociais terem representado uma constante e, simultaneamente, apresentado formas e graus diversos no espaço e no tempo, a questão que pertinentemente se pode colocar será a seguinte: por que é que existem desigualdades, se mantêm e (re)emergem? Será um fenómeno universal e constitutivo de toda e qualquer sociedade ou produto histórico de determinados tipos de sociedade até hoje? Mais, por que é que se tem mantido, ainda que em formas e graus diversos, ao longo dos diferentes tipos de sociedades? Será algo de fatal e inevitável ou algo que pode ser abolido no futuro?

* Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova), Universidade do Minho.

Além de tratar-se de questões altamente complexas, seria descabido pretender, neste texto, dar uma resposta cabal a todas estas questões, para as quais provavelmente, para além dos legados teóricos, só profundos debates e pesquisas de médio e longo alcance, com o concurso de várias ciências sociais poderão deslindar, tendo aliás também presente que, no quadro dos actuais paradigmas socio-antropológicos, não há consenso.¹

Desigualdade social pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta. Relativamente aos objectos susceptíveis de apropriação por parte de uns actores em detrimento de outros, quer na vida quotidiana, quer no léxico das ciências sociais, sobressaem como conceitos mais utilizados os de bens, capitais, recursos, valores, privilégios, recompensas, oportunidades, serviços, entre outros.²

Uma questão fulcral atinente à estruturação das desigualdades sociais prende-se com o sujeito da apropriação, já individual, já coletivo, dos objetos de apropriação. Neste sentido, estamos confrontados com determinadas classes/grupos ou actores sociais que, ao longo da história, se têm apropriado e, eventualmente, monopolizado e excluído outros actores que são por aqueles expropriados e dominados. Por outro lado, importa, na esteira de Bader e Benschop (1988), ter presente a questão relativa aos critérios de alocação de recursos e aos mecanismos de aquisição e transmissão dos mesmos, bem como à duração da apropriação e respetivos resultados em direitos, recursos e privilégios. Sob velhas ou novas formas organizacionais e interativas, as desigualdades pré-existentes são alimentadas e reproduzidas por hábitos e ações rotineiras de instituições, classes, etnias e género dominantes.

Neste texto, na sequência de breve exposição dos diversos tipos de desigualdade, exclusão e pobreza na história, serão apresentadas algumas das principais representações e legitimações elaboradas e veicu-

1 Cf. Silva (2008, 2009). Em Portugal o tema da pobreza, da exclusão social e ultimamente desigualdade social tem sido largamente abordado, sendo de referir, entre outros, os trabalhos de M. Silva (1989), Fernandes (1991), Almeida *et al.* (1992), H. Carmo (1996), Pereirinha (1996), A. B. Costa (1998), R. Carmo *et al.* (2010), Silva (2009, 2013), A. F. Costa (2012), Almeida (2013).

2 Para Bader e Benschop (1988) o termo mais adequado e genérico a ser utilizado seria o de "objectos de apropriação" nas múltiplas formas de desigualdade social, englobando, entre outros, coisas, pessoas, qualificações, lugares sociais, posições organizacionais, ideias, relações sociais.

ladas por membros das classes dominantes sob o idioma dos escritos bíblicos, religiosos ou teológicos e/ou, em fases posteriores, por filósofos, intelectuais, políticos e ideólogos e, a partir dos séculos XIX até hoje, por diversos cientistas sociais de vários quadrantes e correntes, nomeadamente economistas, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos. Seguir-se-á uma desconstrução da mais contemporânea e recente forma de legitimação das desigualdades a partir do conceito de meritocracia sustentada pela perspetiva estruturo-funcionalista (cf., entre outros, Durkheim 1977, Parsons 1988, Davis e Moore 1976). Por fim, apresentarei, a jeito de conclusão, algumas notas finais.

(DES)IGUALDADES E EXCLUSÕES SOCIAIS NA HISTÓRIA: AS LEGITIMAÇÕES

Tal como referido, os sistemas de estratificação social com repartição desigual de riqueza, recursos e recompensas têm constituído, em menor ou maior grau, uma constante em diversos tipos de sociedades. Segundo Lenski (1966), os principais sistemas de estratificação social ao longo da história, conhecendo uma evolução no sentido do mais elementar para o mais complexo e, simultaneamente, mais impessoal, diferenciar-se-iam e caracterizar-se-iam conforme os diversos tipos de sociedades:

- i) as sociedades caçadoras e recolectoras teriam tido um sistema de estratificação pouco pronunciado, cujas bases de diferenciação seriam a idade, as habilidades e/ou qualidades pessoais e, sobretudo, o desempenho de funções mágico-religiosas por parte de *shamans*, em regra chefes das tribos;
- ii) as sociedades horticuloras simples detinham sistemas de estratificação algo mais diferenciados devido à competição pelos lugares de chefia nas esferas mágico-religiosa e sobretudo militar, em que a condução da guerra constituiria uma das principais bases de diferenciação social, originando-se neste tipo de sociedade o sistema escravagista;
- iii) as sociedades horticuloras avançadas conheceriam já um sistema ainda mais diferenciado e desigual que o anterior, o qual assentaria na criação de novas técnicas de cultivo e instrumentos metálicos de trabalho, dando lugar a um sistema despótico de governo controlado por uma elite privilegiada, da qual dependia uma camada de funcionários e técnicos, e para

a qual trabalhava o povo comum, forçado a ceder-lhe os excedentes do produto do seu trabalho;

iv) as sociedades agrárias que, caracterizando-se por um considerável avanço tecnológico nos sistemas de produção (uso de energia animal, invenção da roda e do arado) e por uma divisão de trabalho e organização político-administrativa mais complexa, teriam criado condições para a emergência de grandes Estados com forte diferenciação social que desembocou no sistema escravagista (vg. Grécia e Roma);

v) as sociedades hidráulicas ou de despotismo oriental (cf. Wittfogel *in* Godelier 1973), assim designadas por ser o governo central não só o regulador dos sistemas de irrigação e respetivas obras públicas como o principal detentor da propriedade, dos sistemas de produção e do próprio território, levando Marx (1973) a denominar este sistema específico de modo de produção asiático, composto por três camadas no governo – o soberano e sua corte no topo, os altos funcionários decisores no aparelho burocrático e os funcionários executores subalternos – e três grupos sociais de súbditos (camponeses, artesãos e comerciantes);

vi) as sociedades de castas, que, constituindo um dos sistemas mais rígidos e hierarquizados de estratificação, cujo exemplo histórico mais acabado é o sistema de castas indiano,³ eram compostas de grupos adscritos por nascimento, cuja interação social em termos de ocupações, códigos de conduta, rituais, contactos sociais nomeadamente trocas matrimoniais, era proibida, de modo a evitar contaminação entre indivíduos de castas diferentes e, assim, impedir qualquer processo de mobilidade social;

vii) as sociedades estamentais, as quais, sendo historicamente coincidentes com as sociedades (para)feudais, presentes sobretudo na Europa e no Japão, se caracterizavam por comportarem sistemas de estratificação com-

3 Não obstante o número variadíssimo de castas na Índia, Lenski (1966) e Tezanos (1989) subsumem-nas em quatro grandes tipos: a) a dos sacerdotes (*brahmanes*); b) a dos guerreiros (*chatrias*); c) a dos comerciantes (*vaisyas*) e d) a dos trabalhadores manuais (*sudras*), a que corresponderiam respetivamente as seguintes funções ou tarefas: os *brahmanes*, simbolizados pela boca, estudariam e ensinariam; os *chatrias*, enquanto braços do corpo, ocupar-se-iam da proteção; os *vaisyas*, representados pelas ancas, cuidariam do gado; e os *sudras*, figurados pelos pés, teriam a tarefa de trabalhar manualmente e servir os outros três tipos de castas. A casta, segundo Weber (1978), forma um grupo estatutário totalmente fechado, sendo a distância e até segregação social a sua característica típica, que simultaneamente a distinguiria, ainda segundo o mesmo autor, quer da tribo por esta ser mais uma associação política, quer da guilda por esta permitir a comensalidade e a confraternização com outras guildas. Cf. também Cox (1970:xii), para quem o sistema de castas formaria a base da estabilidade do sistema indiano.

postos por ordens ou estamentos: o monarca e a nobreza, ocupados com o governo e a defesa do Estado; o clero, encarregado de zelar pela salvação das almas e, ao mesmo tempo, de legitimar a ordem temporal; o povo-servo, ocupado em laborar e cultivar as terras dos senhores, prestar-lhes vassalagem e pagar-lhes tributos e outras obrigações próprias de relações de dependência feudal;

viii) as sociedades capitalistas industriais, assentes numa relação de exploração da força de trabalho assalariada por parte da classe burguesa, cuja legitimação ideológica assenta no alegado princípio da meritocracia;

ix) as sociedades ditas socialistas que, não obstante a socialização dos meios de produção, a planificação económica e a introdução de políticas públicas redistributivas no campo da educação, da saúde, da habitação e transportes, reproduziram ou introduziram pela via do partido único e do controlo do Estado determinados privilégios de uma camada social dirigente.

Sobre as origens das desigualdades apontam-se diversas causas histórico-sociais que vão desde as teorias da apropriação privada do sobretrabalho e da própria propriedade, passando pelas da divisão do trabalho (manual-intelectual, masculino-feminino), até às teorias da coerção ou violência e ainda até às explicações de tipo valorativo-normativo.

As desigualdades e exclusões sociais, inerentes às sociedades pré ou não-modernas, eram assumidas como simples produto da ordem natural das coisas ou até como algo emanado da simples vontade dos deuses e/ou da transcendente ordem divina. Seja nas Leis de Manu hindus inscritas nos Livros dos Vedas, seja na maior parte dos textos bíblicos hebraicos, seja ainda nos escritos islâmicos do profeta Maomé, alude-se às funções sacralizadoras das desigualdades de casta, de classe ou de género, ainda que não necessariamente, segundo Cox (1970), de raça. Nos impérios egípcio e assírio verificou-se o opróbrio de certas profissões e a escravidão de certos grupos sociais, assim como no contexto oriental foram dadas para a então existente estratificação social justificações mítico-religiosas e filosóficas em conformidade com o pensamento oriental nomeadamente taoista (cf. Tezanos 1989). Em síntese, salvo as interpretações proféticas de protesto em certos escritos de determinadas religiões, em especial da judaica, a grande parte das doutrinas religiosas apresentava, em relação às desigualdades e exclusões sociais, um carác-

ter justificativo e legitimador que visava obter o conformismo com a ordem instaurada e vigente.

Na antiguidade clássica, nomeadamente no sistema escravagista greco-romano, também os filósofos como Aristóteles (1997) e Platão (2001) legitimaram, cada um a seu modo, a forte diferenciação social entre patrícios e plebeus, entre mestres e escravos, entre cidadãos e bárbaros. No entanto, enquanto Aristóteles (1997), constatando a existência de três elementos na sociedade grega – ricos, pobres e médios – pugnava por um Estado estável com classe média numerosa, Platão (2001) justificava a existência da classe subordinada dos produtores (englobando agricultores e artesãos), da classe dos guerreiros para manter a segurança e, num lugar superior, dos filósofos donde deveriam sair os governantes.

Salvo algumas figuras proféticas e/ou heréticas que denunciaram o sistema de servidão feudal, durante a longa Idade Média a função legitimadora das desigualdades e exclusões sociais foi levada a cabo em especial por teólogos e membros da elite eclesiástica. Não obstante o cristianismo representar um avanço em relação às ideologias escravagistas, nas mentalidades dominantes das sociedades anteriores ao capitalismo tão pouco surgiu qualquer objeção política nem mesmo moral sobre as existentes formas de exclusão social. Pelo contrário, conhecendo as hierarquias sociais uma acentuada rigidificação até à modernidade, as situações de pobreza e exclusão social eram assumidas de modo ‘natural’ e sob um incontornável signo de fatalidade e, não raro, de resignação. Seria necessário esperar pela segunda metade do século XVIII para, na sequência ou a par dos movimentos sociais e políticos anti-feudais, os enciclopedistas e iluministas virem abalar as convicções naturalizadas ou divinizadas em torno das diversas formas de desigualdade e exclusão social. Não só as conceções aristotélico-tomistas, de cariz estático e metafísico, nomeadamente em torno do universo e da natureza humana foram abaladas, como as próprias desigualdades sociais (de classe, sexuais), dadas como naturais, viriam a ser postas em causa pelos pensadores iluministas nomeadamente Rousseau (1974, 1995). Segundo este autor, o homem, no seu estado natural, seria bom e igual em direitos naturais; todavia, para viver em sociedade, teve que prescindir da sua primitiva liberdade natural e, através de um contrato social, delegar noutras instâncias nomeadamente estatais essas prerrogativas, de modo a que a sua vida e os seus bens fossem salvaguardados em segurança.

As velhas formas despóticas, escravagistas e feudais, além de cruéis e injustas, representavam um enorme desperdício de recursos, e, por isso, a abolição dessas formas de exclusão social pré-modernas constituiu um enorme avanço, expresso no pensamento rousseauiano. Por outro lado, importa ter presente que às velhas formas de exclusão social se substituíram, na nascente sociedade burguesa, outros sistemas de exclusão, nos quais as classes exploradas e/ou categorias marginais e deficientes deveriam, sob a ideia da capacidade regenerativa do trabalho, ser postos ao serviço do “interesse geral”, o qual, contudo, na prática, coincidia com os grandes interesses particulares da burguesia. No quadro da acumulação primitiva de capital conducente à industrialização e que implicou a desestruturação das sociedades agrárias e protoindustriais tradicionais confluíram a expropriação dos pequenos produtores agrícolas e artesanais, o crescimento demográfico e o êxodo rural em direção às cidades, emergindo o desemprego e novas formas de pobreza e mesmo miséria social, tal como o analisaram e descreveram Marx (1974) e Engels (1975). Segundo Foucault (1996), a partir do século XVIII, os reclusos eram, na sua grande maioria, pobres, dos quais muitos eram considerados ‘vagabundos’, ‘marginais’ e não raro identificados como ‘criminosos’, sendo as prisões uma espécie de depósitos e fábricas de delinquentes, uns considerados membros de ‘classes perigosas’, outros “profissionais” integrados e úteis ao sistema.

Se até ao século XIX a assistência aos pobres e “marginais” era concedida através de instituições privadas ou de caridade nomeadamente as eclesiásticas, em pleno processo de industrialização e dada a amplitude dos problemas sociais, surgiu em 1834 na Inglaterra a *Lei dos Pobres*, à qual presidia o objetivo de regular e controlar, em casas de trabalho ou noutros locais apropriados, as pessoas desempregadas ou em situação de pobreza extrema. Esta e outras leis subsequentes não visavam ainda de modo algum dar os primeiros passos para a criação de um Sistema de Segurança Social, substituindo-se, quando muito, apenas às formas de assistência e caridade privada ou eclesiástica. A ideia de um Estado-providência com maior intervenção estatal neste domínio surge não na Inglaterra – cuja *Lei de Pensões* ocorrerá em 1908 e a *Lei de Saúde e Desemprego* em 1911 – mas justamente na Alemanha sob Bismarck: a *Lei dos Pobres* em 1870, a *Lei para Seguros de acidentes de trabalho* em 1882, a *Lei sobre Seguro Médico* em 1883, a *Lei sobre o Seguro de Velhice e Incapacidade* em 1889, medidas legislativas estas também seguidas, com

pequenas variantes, em países nórdicos como a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia e a Noruega. Outros países europeus e sobretudo os Estados Unidos só conheceriam parcialmente a implementação deste tipo de leis sociais na década de trinta do século XX. Porém, a fase mais consistente do Estado-providência de carácter e alcance universalista viria a ter lugar a partir das décadas de cinquenta e sessenta, do século XX, sendo destinados em despesas sociais nos países europeus entre 25% e 37% do PNB nos anos cinquenta e entre 27 e 54% em 1975 (cf. González *et al.* 1992:33 ss).

AS DESIGUALDADES HOJE: A MERITOCRACIA COMO VELHA E NOVA IDEOLOGIA DE JUSTIFICAÇÃO

Retomando a importância da época do Iluminismo e, em particular, a extrema relevância das ideias rousseauianas, estas tiveram expressão política, quer nas proclamações da revolução americana em 1776, quer sobretudo na tríade paradigmática “liberdade, igualdade, fraternidade” da revolução francesa de 1789. Ambas as Declarações assentam no pressuposto da universalidade da natureza humana e dos seus valores. A natureza de cada homem reporta-se a uma humanidade ideal que está em todos, mas em ninguém em particular. A partir daqui este ideal torna-se uma referência fundamental que orienta os movimentos políticos e educativos em vários países e nações emergentes até ao dia de hoje. Mas será que haverá hoje consenso na sociedade moderna acerca da necessidade ou do imperativo no sentido de implementar uma relativa igualdade social? De modo nenhum, como veremos.

Tal como referem Bader e Benschop (1988), Sen (1999) e Silva (2009), na questão das desigualdades sociais não está obviamente em causa nem a diversidade bio-genética (sexo, cor da pele) nem a valorização ‘natural’ de qualidades (força física, velocidade) nem mesmo sequer as desigualdades horizontais resultantes das diferenciações de papéis e da própria divisão social do trabalho. Embora interligadas com estas, sobretudo quando diferentemente valorizadas, questionáveis serão as desigualdades verticais assentes no diferenciado grau de controlo ou poder de disposição sobre recursos e recompensas, mas sobre as quais não há consenso sobre a necessidade ou sequer a possibilidade de erradicá-las.

O conceito de exclusão social é amiúde apresentado como o conceito-chave dum novo e recente paradigma, embora de facto este conceito seja clássico e avançado por Durkheim e sobretudo Weber, mas sobre o qual paira um certa ambiguidade analítica, tendo diversos conteúdos e alcance conforme nos situemos na tradição durkheimiana, weberiana, interacionista simbólica ou marxista. Assim, para Durkheim (1977) exclusão social é entendida como perda do laço socio-moral face à consciência coletiva, uma desestruturação numa sociedade desprovida de valores e referências morais para alguns dos seus membros, derivada da anomia social, a qual ocorre seja pela excessiva e forçada divisão social do trabalho, seja porque a ‘densidade material’ nas trocas económicas e sociais prevalece sobre a ‘densidade moral’. Já, porém, para Weber (1978), que admite a conflitualidade em diversas dimensões e expressões, a exclusão social será resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercado, ora das relações fechadas próprias de certos círculos que tendem a usurpar, monopolizar ou restringir o acesso a determinados recursos, bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária.

Próxima da posição weberiana situa-se, por um lado, a perspectiva simmeliana em torno da categorização do pobre pelos outros, enquadrando a sociedade como conjunto de formas sociais resultantes de fluxos, interações e sociabilidades, em que a exclusão social surge de processos duais de dissociação ou clivagem, por exemplo, entre autóctones e forâneos (Simmel 1971, 1987); e, por outro, a abordagem interacionista simbólica (Goffman 1988) que incide mais o seu olhar analítico nas interações do quotidiano e nos significados atribuídos pelos actores sociais, significados esses construídos em contextos sociais, podendo desembocar em processos ora simétricos ora assimétricos, em que estes últimos são geradores de exclusão social. O interacionismo simbólico equaciona o problema da exclusão social através da teoria da rotulagem e estigmatização por parte das instituições e dos indivíduos de comportamento regular dito normal face aos que denotam comportamentos considerados desviantes ou transgressivos, dando, não raro, assim lugar a situações de marginalização e discriminação sociais.

Por fim, já numa perspectiva marxista, marcadamente estrutural com base em fatores mais socioeconómicos, a exclusão social seria um processo de desapropriação da maioria dos cidadãos resultante da

apropriação privada dos meios de produção por parte das classes dominantes (Marx 1974), pelo que excluídos seriam, contrariamente à visão durkheimiana, não apenas determinados grupos sociais vulnerabilizados, desestruturados e afetados pela anomia social, mas todos membros das classes exploradas e oprimidas, mormente os trabalhadores assalariados e os que sofram de qualquer tipo de privação, nomeadamente em termos económicos e sociais.⁴

É cada vez mais frequente subscrever-se a distinção analítica entre desigualdade e exclusão social. Para Santos (1995, 1995a), apesar de a desigualdade e a exclusão serem inerentes à atual sociedade moderna, ambas seriam consensualmente reconhecidas e classificadas, pelo menos a nível da retórica, como “não legítimas”. Certas teorias desde o próprio Rousseau (1995) e demais autores iluministas abalaram a crença na ‘natural’ hierarquia das classes, dos géneros e, embora em menor medida, das raças e etnias; por outro lado, algumas teorias neoinstitucionais reformadoras, assumindo, pelo menos retoricamente, a defesa da igualdade de oportunidades, consideram como disfuncionais e até ilegítimas certas formas de desigualdade e exclusão sociais. No entanto, outras há – aliás ainda bem fundas – para as quais a desigualdade social nomeadamente a própria estratificação social é algo de ‘natural’, de intrínseco a qualquer sociedade, inevitável e, portanto, teórica e socialmente legítima. Aliás, esta conceção, além de perpassar o senso comum, constitui a base ‘teórica’ justificativa do *statu quo* e da consequente refutação, por parte quer de (neo)liberais quer de sociais-democratas, de qualquer ‘veleidade’ utópica, igualitária, socialista. Basta fazer uma breve incursão em teóricos funcionalistas como Durkheim (1977 II:170 ss) e sobretudo estruturo-funcionalistas de raiz sobretudo americana como Parsons (1967) e Davis e Moore (1976) para nos apercebermos que, não só na prática como em sede de teoria, a estratificação é concebida

4 Xiberras (1993) na sua obra sobre teorias da exclusão incomprensivelmente ignora a abordagem marxista. Mais, ela não só ignorou Marx e os contributos (neo)marxistas como deformou e enviesou o pensamento weberiano, interpretando-o apenas como uma forma vertical de analisar o laço social, assumindo que todos os pais fundadores da Sociologia ter-se-iam ocupado primordialmente da ordem e da coesão social, enquanto características preexistentes na sociedade e princípios enformadores da organização social. É esta velha ideia retocada que faz surgir posições como a de Rodrigues *et al.* (1999) ao pretendem que o debate nas sociedades atuais já não se centra nas desigualdades sociais nem no carácter inigualitário da sociedade mas na noção de exclusão, a qual, estando ligada não à oposição de interesses mas à fragilidade, “*ultrapassa a da desigualdade*” (1999:70).

como inerente a toda e qualquer sociedade, pelo que a relativa igualdade social nem é possível nem é desejável para o bom e adequado funcionamento da mesma. Segundo estes autores, determinadas funções, exigindo maior talento herdado ou competências adquiridas, devem ser premiadas e melhor recompensadas que outras de menor importância e valor, do mesmo modo que as funções menos importantes deverão ser ocupadas pelos menos capazes e menos bem ou pior remuneradas, os quais, por incapacidade ou incompetência, deverão ser penalizados. Cristalinamente transparentes, tais teorias social-darwinistas ainda não desapareceram do mapa teórico-ideológico, social e mesmo estatal e retornam de modo recorrente, sobretudo e quando as crises sociais e económicas como a actual se agudizam. Mais, não só as práticas como as próprias retóricas em torno da modernização e da competitividade, amiúde presentes no discurso político e até retraduzidas em certas leis, assumem, senão a exclusão, pelo menos a desigualdade como um requisito de funcionamento das sociedades modernas, cujas consequências negativas poder-se-ão minorar mas nunca eliminar. Se, por um lado, como refere Santos (1994), o Estado, sendo a condensação de contradições sociais e económicas e mantendo uma relativa autonomia face a estas, necessita de 'salvar a face' e legitimar-se perante os cidadãos e, portanto, assumir-se contra a exclusão social, por outro, não pode deixar de criar as condições necessárias à acumulação de capital e, consequentemente, reproduzir ou até (re)criar desigualdades sociais, velhas ou novas. Por isso, entendo ser imprescindível articular analiticamente exclusão social e desigualdade social. A distinção poder-se-á obviamente fazer; porém, convém, antes de mais, sublinhar que os termos desigualdades e exclusão social representam dois níveis diferenciados de abstração que, embora se possam reforçar mutuamente, pressupõem, seguindo aqui de perto Bader e Benschop (1988), que a desigualdade detenha prioridade analítica sobre a exclusão social. Embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto, um corolário do próprio sistema de desigualdades sociais. É este que não só provoca integração subordinada mas também situações de pobreza e de exclusão por afastamento, expulsão ou eliminação do grupo minoritário, do diferente, apresentando-se amiúde as situações de desigualdade com maior grau de sofisticada subtileza e as de exclusão com eventual maior grau de crueldade (vg. o massacre de índios, o nazismo, o *apartheid* ou hoje, por exemplo, a discrí-

minação étnica de cidadãos negros ou ciganos). Trata-se contudo de processos, que, embora diferenciados, se imbricam e exigem uma perspectiva sintética na relação entre estrutura e ação. Donde, programas e ações políticas que icem as bandeiras da fraternidade, da justiça e da igualdade sociais, em termos não apenas retóricos mas efetivos, são paradoxalmente classificados de inadequados, idealistas, utópicos.

Circunscrevendo-nos à atual sociedade capitalista, se, por um lado, as teorias (estruturo)funcionalistas, propensas a acentuar os equilíbrios e os consensos, são cada vez mais anacrónicas e incapazes de compreender e explicar uma realidade social perpassada pelo conflito, por outro, os teóricos marxistas, impregnados de desejos revolucionários, acaba(ra)m contudo por ver adiadas as mudanças revolucionárias na sociedade ocidental. Em contrapartida, verificou-se a emergência de algumas revoltas e até revoluções em sociedades agrárias do Terceiro Mundo –, umas abortadas logo de seguida, outras por fim recuperadas e outras ainda em longo processo de resistência e de futuro incerto. Por outro lado, o capitalismo, além de ter denotado uma grande capacidade de regeneração e adaptação, viu, pelo menos temporariamente, as suas posições reforçadas com a falência dos ensaios e das experiências históricas de ‘socialismo real’.

Embora não exclusivamente, a igualdade proclamada em termos formais desde o século XVIII interessou sobremaneira à ascensão da burguesia e tem-se tornado um princípio genérico com progressiva mas ainda insuficiente tradução política concreta para todos os cidadãos. Enquanto certas classes e grupos – uns emergentes, outros já instalados e reconvertidos – conseguem aproveitar as novas condições políticas para firmar ou melhorar as suas posições, outros vêem-se arredados dos recursos, recompensas e privilégios da nova ordem burguesa. Tal como referi, com o processo gradual de desvinculação da servidão feudal possibilitado pela revolução burguesa reemerge simultaneamente um novo processo de exclusão que viria a ser justificado pelos primeiros teóricos liberais, entre os quais é de realçar Malthus (1999) que chega a legitimá-lo cruelmente na base do argumento da carência de recursos para todos os homens: *“Um homem que nasce num mundo já possuído pelos outros, quando não pode obter os meios de subsistência dos pais sobre os quais pode ter justas pretensões, e se a sociedade não quer o seu trabalho, não se pode arrogar de nenhum direito à mínima porção de alimentos e não tem*

motivo para estar onde está. Resta-lhe apenas a exclusão social e a eventual compaixão dos que têm assento no banquete” (Malthus 1999:163).

Segundo Castel (1998), a problemática da exclusão social não é compreensível nem explicável, se não for equacionada numa dimensão histórica no quadro da questão social e das suas metamorfoses ao longo do tempo e dos diversos tipos de sociedade. Se, segundo Castel (1998), falar de metamorfoses da questão social não implica tratar-se de uma espécie de substância que se manteria inalterável, não obstante as diferentes formas ou atributos que assuma, importa contudo reter algumas constantes ou homologias nos diferentes tempos quanto aos modos como a sociedade encara as condições de produção de coesão e integração social, bem como os grupos ou indivíduos que se tornaram desfilhados, desclassificados ou simplesmente excluídos e marginalizados do sistema social. Tomem-se como exemplos paradigmáticos os ‘pobres’, os ‘vagabundos’ e os ‘marginais’ e/ou ‘criminosos’ da época pré-industrial ou, mesmo industrial, os ‘desempregados’, ‘supranumerários’, ‘precários’, ‘subsídio-dependentes’ e demais excluídos de hoje que tão pouco são imunes a serem objecto de rótulos ou labéus de indivíduos ‘falhados’, ‘preguiçosos’ ou mesmo ‘perigosos’.

Este modo de equacionar o problema em relação à sociedade capitalista contemporânea reenvia-nos para a análise do lugar ocupado pelos atores sociais face ao trabalho e à relação salarial. Se, nos primórdios da industrialização, o assalariamento era uma condição forçada e a evitar porque percebida pelos artesãos, camponeses ou pequenos vendedores desenraizados como incerta, aleatória e degradante, hoje a não obtenção ou a perda do vínculo salarial é (res)sentida como a maior ameaça de desafiliação e isolamento, desagregação e dualização, exclusão e mesmo segregação social, do mesmo modo que o trabalho, além de principal meio de aquisição de bens, constitui a principal fonte de integração social,⁵ ideia sustentada por diversos autores, provindos de diversos quadrantes teóricos, entre os quais Castel (1998), Harvey (1977), Petras (1991), Sennet (2001).

5 O conceito de integração, embora esteja amiúde associado a uma perspectiva estruturo-funcional, nem sempre o é necessariamente. Enquanto forma de inserção social, profissional, familiar e comunitária, integração não é, como esclarece Almeida (1993:830), sinónimo de homogeneidade social nem de padrão comum de representações sociais.

NOTAS FINAIS

Na procura das causas das desigualdades sociais, importa, porém, nesta matéria, distinguir, na esteira de Bader e Benschop (1988), a dimensão histórica da teleológica, os processos iniciais da sua génese e os processos da sua reprodução. Após a clarificação do conceito central da desigualdade, foi feita uma revisitação das diversas formas de desigualdades em diversos modos de produção e formações sociais ao longo da história, podendo constatar-se um relativo avanço nas transições de formas mais desumanas para outras menos desumanas, mesmo quando também exploradoras e opressoras. Pudemos constatar, nos diversos modos de produção e formações sociais, que, contrariamente aos pressupostos positivistas, as teorias e ideologias legitimadoras, ainda que de modo mediado, são inseparáveis dos interesses, do mesmo modo que os diagnósticos e as perspetivas de superação dos velhos e novos problemas das desigualdades sociais diferem entre si.

Hoje uma boa parte dos autores utiliza o termo exclusão social e evita o conceito de desigualdades, posicionamento ambíguo mas suscetível de se enquadrar, quer numa visão (estruturo)funcionalista, quer numa abordagem simmeliana e interacionista simbólica, quer ainda numa perspetiva pseudoweberiana através da utilização dominante ou exclusiva do conceito de *status*. Não é difícil vislumbrar o objetivo destas conceções que pretendem contornar as raízes estruturais da desigualdade, relevar um conceito restrito de exclusão e fixar-se mais nos aspetos mais visíveis da pobreza.

Focalizando-nos mais na designada questão relativa à exclusão social, para Marx (1974) este conceito é entendido de modo diametralmente oposto ao concebido por Durkheim (1977) e, em bastante menor medida, algo mais abrangente que o de Weber (1978). Na esteira da visão marxista e reportando-nos à situação nas modernas sociedades capitalistas, serão excluídos não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afetados pelo processo de mecanização e modernização (os camponeses e artesãos pobres, as famílias monoparentais, minorias étnicas desprovidas, subsídio-dependentes, os sem abrigo, os desqualificados e desempregados), mas também, em maior ou menor grau conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo sobre os meios de produção.

Tal como foi referido, alguns autores sustentam que, enquanto a desigualdade seria mais um fenómeno socioeconómico, a exclusão seria mais sociocultural. Importa, porém, salientar que o estar dentro como integrado ou fora como excluído depende fundamentalmente do ângulo ou da perspectiva teórica em que cada um se coloca. Ou seja, o problema da exclusão obterá obviamente, pelo menos, três respostas diferentes conforme o analista social se colocar numa perspectiva durkheimiana (exclusão como perda do laço sociomoral), weberiano-interacionista (exclusão como fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatutário face aos demais) ou marxista (exclusão como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política).

Vários estudos sobre a pobreza e desigualdades sociais em Portugal⁶ evidenciam, por meio de diversos indicadores, não só assimetrias entre os mais abastados e os mais pobres, como um fosso entre Portugal (e alguns países do sul e leste) e a grande parte dos países desenvolvidos do Centro e Norte Europa. Para além das narrativas justificativas do *statu quo*, às desigualdades sociais a vários níveis subjaz a moderna conceção meritocrática que, além de não questionar os próprios critérios dos méritos e da atribuição das recompensas, evacua da discussão as diferenciadas condições que permitem justamente um diferente grau de acesso e controlo sobre os recursos, ficando-se apenas nas classificações de tipo profissional, as quais seriam, quando muito, resultado de estratégias de luta entre atores sociais.

As desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições (pre)existentes das desigualdades. No entanto, a fim de evitar qualquer raciocínio de tipo circular, impõe-se uma hierarquização dos níveis de análise. Assim, embora cada um dos níveis tenha a sua relativa autonomia, lógica e campo específicos, dever-se-á manter, na esteira de Bader e Benschop (1988), a seguinte hierarquia de níveis de compreensão-explicação: o nível socio-estrutural, embora não determine totalmente, estrutura e integra o organizacional e este, por sua vez, o interacional, afastando-se esta posição de qual-

6 Costa *et al.* (1985, 2012), M. Silva (1989), Almeida *et al.* (1992), Capucha (1998), Carmo *et al.* (2010), Sarmiento e Veiga (2011), C. F. Rodrigues *et al.* (2012), Silva (2013).

quer alinhamento incondicional, em relação quer à teoria organizacional e das elites, quer à teoria interacionista simbólica, quer ainda da teoria dos jogos ou das redes que esquecem ou subalternizam os aspetos estruturais. Porém, a inclusão do nível organizacional e interativo permite-nos evitar cair nas posições rígidas do estruturalismo marxista tradicional que, como referi, subestima as componentes organizacionais e sobretudo interativas.

Os problemas da pobreza e da exclusão social e, em última instância, das desigualdades sociais são inseparáveis das questões relacionadas com o modelo de sociedade e, em particular, com o modelo de desenvolvimento a nível global, o que nos remeteria para as teorias da dependência e do centro-periferia, defendidas respectivamente, entre outros, por Frank (1961), Wallerstein (1990) e, em Portugal, por Santos (1985), Fortuna (1987), Silva e Cardoso (2005) e Ribeiro (2010). Perante as desigualdades sociais, teórica e politicamente insustentáveis e injustificadas, torna-se imperioso, numa ótica emancipatória, não só o reforço do Estado Social como a mobilização de forças sociais e organizações de esquerda, do movimento sindical e doutros movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de. 1993. “Integração Social e exclusão social: algumas questões in *Análise Social*”. vol. XXVIII. 123-124: 829-834.
- ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* 1992. *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, João Ferreira. 2013. *Desigualdades Sociais e Perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- ARISTÓTELES. s.d./1997. *Tratado da Política*. Mem Martins: Europa-América.
- BADER, Veit e Benschop, Albert. 1988. *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- CAPUCHA, Luís. 1998. “Pobreza, exclusão social e marginalidades in J.M.L.”. Viegas e A. F. Costa (orgs). *Portugal, que modernidade?* 245-283. Oeiras: Celta.
- CARMO, Hermano. 1996. *Exclusão Social, rotas de intervenção*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CARMO, Renato Miguel do *et al.* 2010. *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

- CARMO, Renato, CANTANTE, Frederico e BAPTISTA, Inês (2010), “Desigualdades Sociais, 2010: Análise de indicadores (Portugal e comparação europeia)” in R. Carmo (org) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CASTEL, Robert. 1998. *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*. Petropolis: Editora Vozes.
- COSTA, Alfredo Bruto *et al.* 1985. *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Caritas.
- COSTA, Alfredo Bruto da. 1998. *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- COSTA, Alfredo B., Baptista, Isabel, Perista, Pedro e Carrilho, Paula. [2012] 2008. *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, António Firmino. 2012. *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- COX, Oliver C. 1948/1970. *Caste, Class & Race*, Nova Iorque:Monthly Review Press. Modern Reader Paperback.
- DAVIS, Kingley e Moore, Wilbert E. 1945/1976. “Alguns princípios de estratificação”. in O. Velho *et al.* (orgs). *Estrutura de classes e estratificação social*. 115-132, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DURKHEIM, Émile 1893/1977. *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- ENGELS, Friedrich 1892/1975. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença.
- FERNANDES, António Teixeira. 1991. “Formas e mecanismos de exclusão social”. in *Sociologia*, 1:9-66.
- FORTUNA, Carlos (1987), “Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 3:163-193..
- FOUCAULT, Michel. 1996. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FRANK, Andre Gunder (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GEREMEK, Bronislaw. 1995. *A Piedade e a Força. História da Miséria e de Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.
- GODELIER, Maurice. 1973. P»reface in *Sur les Societés pré-capitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenine*». 13-142, Paris: Éditions Sociales.
- GOFFMAN, Erving 1963/1988. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GONZALEZ, Juan Romero e Espacia, Javier Perez. 1992. *Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo*. Madrid: Editorial Sintesis.
- HARVEY, David. 1977. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI.

- LENSKI, Gerhard. 1966. *Power and Privilege. A Theory of Social Stratification*. Nova Iorque: McGraw Hill Book Company.
- MALTHUS, Thomas R. 1798/1999. *Ensaio sobre o princípio da população*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MARX, Karl 1859/1973. “Formes qui précèdent la production capitaliste in M. Godelier (org)”. *Sur le sociétés précapitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenine*. 318-342. Paris: Éditions Sociales.
- MARX, Karl. 1967/1974. *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- PARSONS, Talcott. 1967. “Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social”. in *Ensayos de Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Paidós.
- PARSONS, Talcott. 1951/1988. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
- PEREIRINHA, JOSÉ A. (1996), “A pobreza e exclusão social”, in J.M. Ferreira et al. (orgs), *Entre a Economia e a Sociologia*; 208-232, Oeiras: Celta Editora.
- PETRAS, James. 1991. “Ausencia de futuro”. in *El Pais*, nº 74: 3-4.
- PLATÃO. 2001. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2010), *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, Porto:Afrontamento
- RODRIGUES, Carlos Farinha, FIGUEIRAS, Rita e JUNQUEIRA, Vítor. 2012. *Desigualdade económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, Eduardo V. et al. 1999. “A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal”, in *Sociologia*. 63-101. Porto.
- ROUSSEAU, Jean Jacques sd/1974. *O contrato Social*. Mem Martins: Europa-América.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. 1755/1995. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), “Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português” in *Análise Social*, XXI, 87-88-89:869-901.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1994. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995. *Toward a New Common Sense, Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Londres, Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1995a. “Construção multicultural da igualdade e da diferença”. in *VII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SARMENTO, Manuel e Veiga, Fátima. 2011. *Pobreza Infantil. Realidades, Desafios, Propostas*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SEN, Amartía K. 1999. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.

- SENNET, Richard. 2001. *A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento” in M.C. Silva, A.P. Marques e R. Cabecinhas (orgs), *Desenvolvimento e Assimetrias socio-espaciais*. Perspectivas teóricas e estudos de caso, 23-79, Braga: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos em Sociologia e Iniciação à Leitura.
- SILVA, Manuel Carlos. 2008. “Desigualdade, pobreza e exclusão social: conceitos polissémicos”. in A. A. Monteiro e F. B. Ribeiro (orgs). *Redes Sociais. Experiências, Políticas e Perspectivas*. 137-160. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos. 2009. “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica”. in *Configurações*. Revista de Sociologia. 5/6: 11-40.
- SILVA, Manuel Carlos. 2013. “Pobreza, exclusão social e desigualdade”. in R. Varela (org). *A Segurança Social é sustentável*. 243-272. Lisboa: Bertrand Editora.
- SILVA, Manuela et al. 1989. *Pobreza urbana em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- SIMMEL, Georges. 1971. “The Poor in D.N. Levine (org). *Georg Simmel: On the Individuality and Social Forms*”. The University of Chicago Press.
- SIMMEL, Georg. 1987. “A metrópole e a vida mental in O. G. Velho (org)”. *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- TEZANOS, José Félix. 1989. “Principales teorías sobre la estratificación social in S. del Campo (org)”. *Tratado de Sociologia*. 319-365. Madrid: Taurus.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1990/1974), *O sistema económico mundial*, Porto: Afrontamento.
- WEBER, Max 1920/1978. *Economy and Society*. editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WOLF, Eric. 1983. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press.
- XIBERRAS, Martine. 1993. *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

CONHECIMENTO PARA A AÇÃO: AVANÇOS, LACUNAS E CAMINHOS PARA O ESTUDO DA POBREZA

Luís Capucha*

INTRODUÇÃO

Conjuntamente com a questão da liberdade e da democracia, que estão por conquistar para a maioria da população mundial,¹ com a violência armada que assola várias regiões do mundo e ameaça todo o planeta, com a xenofobia e o desrespeito pelos direitos dos imigrantes, das minorias étnicas, das mulheres e das crianças e, ainda, com as ameaças ambientais que pendem sobre o nosso futuro coletivo, a pobreza constitui um dos principais desafios com que a humanidade se confronta na atualidade.

Segundo o Relatório de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) a pobreza, tal como é medida no conjunto dos países menos desenvolvidos² (que remete para níveis de privação absoluta muito graves), tem vindo a diminuir nas últimas

* Docente no ISCTE-IUL e investigador no CIES. luis.capucha@iscte.pt

- 1 É óbvia a ausência de democracia na China ou na Rússia, mas é preciso recordar que a democracia na Índia, condicionada como ainda está pelo sistema de castas, não é mais do que uma aparência formal.
- 2 O indicador é composto por três dimensões, uma relativa à esperança de vida (percentagem da população que não sobrevive acima dos 40 anos), uma ao conhecimento (taxa de analfabetismo dos adultos) e uma relativa à qualidade de vida (percentagem da população com acesso a água potável, percentagem da população com acesso a cuidados de saúde e percentagem de crianças com menos de 5 anos com peso inferior ao normal). No caso dos países mais desenvolvidos o indicador mantém as três dimensões, mas a respetiva decomposição aponta para a percentagem da população abaixo dos 60 anos, taxa de analfabetismo dos adultos e, para a qualidade de vida, a percentagem da população a viver com rendimentos abaixo da linha de privação de 50% do rendimento médio disponível e taxa de desemprego de longa duração (população desempregada há 12 meses ou mais).

décadas, por força do crescimento económico e da tímida modernização das infraestruturas e serviços em países e regiões muito populosas, como a Ásia Oriental e a América Latina. Porém, as condições de vida de vastos segmentos da população nessas regiões continua longe de padrões de qualidade aceitáveis face aos recursos disponíveis e à riqueza produzida. Por outro lado, noutras regiões do mundo, nomeadamente na África subsaariana, a pobreza absoluta e a completa privação de recursos continua a marcar as condições de vida da maioria das populações. Isso afasta continuamente essas populações das que integram as economias emergentes, marcando uma nova clivagem à escala global (PNUD, 2013; OECD, 2011).

A principal clivagem, porém, continua a ser a que separa os países desenvolvidos e os restantes, apesar da pobreza ter vindo a crescer nos primeiros desde 1980, em resultado de uma distribuição de recursos entre o trabalho e o capital mais injusta para quem trabalha e da consequente, e crescente, concentração da riqueza. De resto, a concentração de riqueza e a acentuação de contrastes entre pobres e ricos é um fenómeno transversal a todo o planeta, que se verifica à escala global e também no interior de cada país (Costa, 2012; Piketti, 2014). Situação tanto mais chocante quanto maior a proporção de pessoas que vivem abaixo de limiares mínimos de qualidade de vida.

Porém, não basta que fenómenos como a pobreza e as desigualdades de rendimentos e de acesso a recursos existam em larga escala, para que constituam um problema social e político reconhecido na esfera pública (ver, entre outros, Hill, 1997). De facto, comparativamente com a situação que se vive nos nossos dias, durante séculos uma proporção incomparavelmente maior de pessoas viveu na pobreza. Contudo, a “naturalização” do fenómeno foi impedindo que fosse visto como um problema social. Foram os movimentos operários nos EUA e na Europa e os seus representantes políticos, bem como os filantropos preocupados com a miséria das condições de vida das famílias operárias, quem colocou o assunto na agenda política. A pobreza dos proletários constituía no séc. XIX e constituiu durante muito tempo a principal “questão social” das sociedades capitalistas. Mas o debate estava confinado a esse conjunto de sociedades. O discurso predominante sobre os problemas do “sul” afirmava que eles relevavam do subdesenvolvimento, resultante da ausência ou incapacidade das elites modernizadoras, segundo as teorias da modernização, ou da dominação do norte sobre o sul, segundo

as teorias da dependência. Só no século XX apareceram as primeiras denúncias sobre as causas sociais internas e externas da pobreza massiva nos países subdesenvolvidos (Dadabhai, 1901).

A transformação da pobreza num “problema social” – isto é, uma situação que as pessoas definem como problemática – resulta da percepção existente hoje de que (i) a sua existência não está inscrita na “natureza imutável” das coisas, nem em atributos individuais, mas sim em processos históricos de natureza económica, social e política; (ii) que se trata de um fenómeno multifacetado e persistente que coloca milhões de pessoas a viver em condições indignas face a padrões minimamente aceitáveis para a condição humana; e que (iii) a humanidade possui os meios para atender às necessidades básicas de toda a população mundial, o que só não consegue fazer porque existem barreiras inscritas nas instituições e nas estruturas económicas, sociais e políticas que regulam a vida no mundo globalizado (Pogge, 2005) e em cada um dos países que o compõem.

A ciência, a par da moral solidária e da ação política, teve, desde o início, um papel determinante no processo de transformação da pobreza num problema social e político que tem de ser enfrentado, sob pena de se colocar em risco a coesão das sociedades. Essa é uma responsabilidade que deve ser assumida, na procura de novas interrogações e na abertura de novos caminhos que permitam melhor compreender o fenómeno para ajudar a melhor apoiar o seu combate. Neste texto procuraremos mostrar que o estudo dos “modos de vida da pobreza” e do modo como eles têm evoluído nos últimos anos, faz parte da assunção dessa responsabilidade.

POBREZA E ESTUDO DA POBREZA

Como diria Karl Marx, digamos também que o problema das ciências sociais, e da sociologia em particular, não está apenas em conhecer o fenómeno da pobreza, mas também em contribuir para as transformações que é preciso operar para a erradicar. O objetivo principal do estudo da pobreza não é apenas o seu conhecimento, e ainda menos somente a sua medida (sem desvalorizar a importância de um e de outra), mas sim a procura de soluções para a combater. O conhecimento não perde valor por assumir uma vocação claramente instrumental. Antes pelo contrá-

rio, ganha um compromisso ético que o mobiliza e justifica. A relação entre o estatuto da sociologia enquanto ciência e o seu contributo para o combate à pobreza não é, pois, um jogo de soma nula. É mutuamente enriquecedora.

CONTRIBUTOS DO CONHECIMENTO PARA O COMBATE À POBREZA

São de dois tipos os principais contributos que, ao longo dos últimos séculos, os estudos sobre a pobreza têm vindo a dar. Em primeiro lugar, a rutura com preconceitos e estereótipos profundamente inscritos nas representações sobre os pobres, vistos por vezes como responsáveis pela sua própria condição, por desleixo, incúria ou preguiça, outras vezes, pelo contrário, como “os simples” sobre os quais repousa a virtude da humildade (Bastos, 1997), livres dos vícios da avarizia e da luxúria consumista (Baudrillard, 1981). Em segundo lugar, a identificação dos fatores estruturais que produzem o fenómeno e das características dos grupos mais vulneráveis, abre horizontes para a produção de políticas mais ajustadas e eficientes.

São notáveis os progressos que o conhecimento da pobreza tem realizado nos últimos anos. Apontamos aqui dois dos motores dos avanços produzidos.

No plano científico, destaca-se a sofisticação dos instrumentos teóricos e metodológicos para a medição do fenómeno. Já não temos à nossa disposição apenas os conceitos – todavia ainda úteis – de pobreza absoluta (Rowntree, 1901), pobreza relativa (Townsend, 1954), pobreza subjetiva (Cantillon, 1996) e cultura da pobreza (Lewis, 1979). Como muitas vezes acontece, o avanço foi resultado do cruzamento de perspetivas concetuais e disciplinares que, neste caso, permitiu progredir em três direções: (i) dar conta da multidimensionalidade do fenómeno, como fazem as “fuzzy-set theories” (Cerioli e Zeli, 1990; Nunes, 2012), ou o indicador de risco pobreza e exclusão social (European Commission, 2012), a “taxa de privação material”, o “multidimensional poverty index (Alkire, Conconi e Roche, 2013) ou as medições do bem-estar (OECD, 2013); (ii) chamar a atenção para a natureza política do problema, isto é, para a existência de direitos humanos não realizados e (iii) considerar o lado ativo dos sujeitos e dos contextos em que vivem,

como acontece com a abordagem não apenas das carências e privações, mas também das capacidades (Sen, 2010) para alcançar uma existência digna em sociedades mais coesas.

Por outro lado, têm-se registados grandes avanços na construção de bases de dados internacionais, como as do EU-SILC (Estatísticas do Rendimento e das Condições de Vida na Comunidade, sucedâneo mais sofisticado do Painel de Agregados Familiares do Eurostat), alimentada por estatísticas nacionais como em Portugal o ICOR (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento), e as do PNUD, que permitem igualmente captar quantitativamente o fenómeno da pobreza na sua multidimensionalidade, mas também proceder a comparações alargadas e longitudinais entre os diferentes países do mundo. Pode-se, pois, trabalhar hoje informação mais diversificada e mais ampla, com mais detalhe, precisão e explorando novas dimensões do problema.

O impacto da divulgação dos dados e dos trabalhos que resultaram destas novas fontes de dados foi muito grande. É certo que a Europa, tolhida pelas indecisões institucionais e pelo desequilíbrio entre as políticas monetárias e orçamentais, por um lado, e as políticas económicas, de emprego e sociais (Rodrigues, 2013), por outro lado, não tem vindo a melhorar a situação, salvo casos excecionais. Mas a nível mundial, como se disse atrás, regista-se uma redução das formas extremas de pobreza, tendo-se trazido para metade, nos últimos anos, o número de pessoas no mundo que vivem com menos de 1,25 USD por dia, limiar estabelecido pela ONU nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (PNUD, 2009). É certo que, como dissemos, tal coincide paradoxalmente com o crescimento das desigualdades na distribuição do rendimento a nível mundial e dentro de cada país. Mas a informação disponível tem permitido a organizações internacionais como a ONU e a OCDE pressionar os governos no sentido de promoverem ações concretas, como a criação de políticas de rendimento mínimo, geralmente focadas em categorias vulneráveis da população (isto é, sem a natureza universalista que tende a fazer a diferença na qualidade das políticas sociais), a expansão do acesso a água potável, a saneamento básico e a eletricidade, o lançamento de campanhas de vacinação e saúde pública, e campanhas de escolarização, entre outras medidas de melhoria das condições de vida das populações mais fortemente atingidas pela miséria em vastas e populosas áreas do planeta.

Sabemos hoje muito mais sobre a extensão e a intensidade da pobreza e a desigualdade relativa entre os pobres e isso tem tido efei-

tos práticos. Sabemos mais sobre o que lhes falta. Também conhecemos melhor quais as categorias em risco e o que as torna vulneráveis.

LACUNAS E LIMITAÇÕES NA RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO E O COMBATE À POBREZA

Há no entanto ainda algumas lacunas importantes que não resultam de dificuldades metodológicas ou operacionais, mas sim da subalternidade (que permanece) do tema da pobreza na agenda política.

Provavelmente a mais evidente das lacunas é a falta de atualidade da informação disponível. Mesmo na Europa, onde os aparelhos estatísticos tendem a ser relativamente sofisticados, quando os dados sobre a pobreza são divulgados já passaram, normalmente, dois anos sobre a data em que eles foram recolhidos. É certo que também este aspeto tem melhorado muito em relação ao passado recente, mas a situação está longe de ser satisfatória. Pode não parecer muito, pois de facto a pobreza tende a ter natureza estrutural, pelo que as grandes mudanças ocorrem lentamente. Mas contextos como o da crise podem acelerar transformações (Callan et. all., 2011) que mereceriam uma intervenção imediata. E além disso, mesmo em contextos “regulares”, esperar dois anos ou mais para apreciar os efeitos de uma orientação política é algo que não se compagina com o ritmo a que hoje se estabelece a agenda e se disputa o poder.

Sabe-se que há uma relação entre a concentração de uma proporção crescente da riqueza num número decrescente de mãos, em resultado do funcionamento desregulado dos mercados, por um lado, e a dinâmica de redução da pobreza, por outro lado. Ora, a informação financeira é obtida quase diariamente, enquanto os respetivos impactos sobre a pobreza só se conhecem quando já nada se pode fazer para a prevenir e nem sequer remediar. Há aqui, pois, uma hierarquia implícita na tempestividade da informação estatística sobre a pobreza e sobre os mercados financeiros que relewa da hierarquia política estabelecida pelos Estados a cada um dos domínios, com claro desfavor para as matérias relativas à coesão social.

Portugal é um bom exemplo da falta que faz ter estatísticas atualizadas. É conhecido que o nosso país conheceu, desde o 25 de Abril, uma trajetória de redução da pobreza que, não deixando ninguém satisfeito,

nem por isso foi menos notável. Deixámos mesmo de ser o país com maior proporção de pobres na Europa dos 15 (aqueles com quem estas comparações fazem mais sentido, por enquanto). Sabemos o que produziu esse resultado de tendência positiva (Capucha, 2005): o crescimento dos salários;³ estratégias familiares centradas na dupla atividade de homens e mulheres, em boa parte resultante da vontade de melhorar o nível de vida das famílias, ainda que à custa da “dupla jornada” de trabalho feminino; taxas de desemprego relativamente baixas até há poucos anos atrás; modernização da economia com a diminuição do peso de setores pouco produtivos – como a agricultura de subsistência – e o crescimento do peso de setores modernos e produtivos, como os ligados à ciência e às profissões dos “manipulares de símbolos” (Costa, Machado e Ávila, 2007); e o crescimento das pensões, nomeadamente por via da entrada no sistema de proteção social de reformados com carreiras contributivas mais prolongadas e com contribuições mais elevadas.

A estas dinâmicas dos mercados acrescem, no plano político,⁴ medidas como a expansão da escolaridade; os ganhos de eficiência dos serviços de saúde (incluindo em segmentos como os que atuam junto de grupos muito vulneráveis, como os toxicodependentes); a fixação do salário mínimo; a criação e sucessivas reformas de um sistema universal de proteção social, fator relevante de redistribuição do rendimento; a diferenciação das prestações familiares de modo a favorecer as famílias de menores rendimentos; a criação e desenvolvimento do mercado social de emprego; a expansão da rede de serviços de ação social em cooperação entre o Estado e organizações da sociedade civil; e, mais recentemente, a criação do Complemento Solidário para Idosos (CSI). O Rendimento Social de Inserção (RSI) teve um impacto particular-

3 Embora o poder de compra do salário mínimo tenha descido 16,1% desde 1974, ano da sua criação, até 2013 (Rosa, 2014), o rendimento mediano anual em Portugal cresceu de € 5.662,00 em 2007 para € 8.678,00 em 2010, descendo depois para € 8.323,00 em 2013. Um crescimento significativamente superior à inflação.

4 Um indicador do efeito das políticas públicas na pobreza é a verificação de que a taxa de risco de pobreza (medida como a percentagem da população com rendimentos, por adulto equivalente, inferiores a 60% do rendimento mediano no país) antes das transferências sociais sobe de 38,0% em 2000, para 43,4% em 2010 e ainda para 45,4% em 2012, ao passo que a mesma taxa após as transferências sociais (sem pensões) desce de 21,0% para 17,9% entre 2000 e 2010, valor este que se manteve em 2012.

mente acentuado na redução da intensidade da pobreza e na redução da privação relativa dos mais pobres entre os pobres (Rodrigues, 2012).

Ora, após 2010, ano em que a União Europeia decide responder com políticas de austeridade à crise de 2007/08 e anos seguintes (Pedroso, 2013), todas estas dinâmicas socio económicas e políticas têm vindo a degradar-se. O desemprego, e particularmente o desemprego sem proteção, subiu de forma assustadora; os salários, incluindo os mais baixos, sofreram uma redução de cerca de 20%; as pensões sofreram uma redução entre 30 a 35%; as políticas educativas de pendor inclusivo têm vindo a ser sistematicamente destruídas a favor da privatização do ensino, enquanto a ciência é reduzida a níveis de subdesenvolvimento; cortou-se nas bolsas e na ação social escolar; verificaram-se cortes acentuados no CSI e no RSI, quer quanto aos valores das prestações, quer quanto à eficácia na cobertura quer, ainda, quanto ao funcionamento da administração; o princípio fundador da ação do governo passou da lógica da solidariedade, conducente a direitos e às respetivas políticas, para a da caridade.

Estas transformações nas políticas não podem deixar de ter reflexos muito negativos na vida das pessoas, que em muitos casos os indicadores disponíveis apenas agora começam a refletir, pondo a nu o recuo da situação social de crise que toda a sociedade já intuiu. Uma coisa porém é intuir, outra é demonstrar e refletir. Quando estará a evidência disponível? A tempo de se julgar as opções tomadas e de arrepiar caminho, ou quando a consolidação institucional das orientações anti-sociais tiverem espaço para oferecer resistência efetiva à correção dos erros que estão a ser cometidos?

Diríamos, em suma, que o atraso na divulgação de alguns indicadores, nomeadamente relacionados com a pobreza, reflete-se num atraso de reflexão e publicação científica que impede um impacto mais imediato da ciência no processo político.

Um segundo domínio em que se verificam lacunas é o da capacidade de captar a perceção dos próprios pobres sobre a sua situação e o que se poderia fazer para a melhorar. O défice de recursos das populações mais pobres não é apenas material e cultural. Tem também a ver com a capacidade de intervir nos processos de decisão e mobilizar poder a favor de medidas que as favoreçam. Ora, por várias razões, a expressão dos interesses dos pobres tende a manifestar-se por via de “intermediários”, nomeadamente profissionais, investigadores e organizações da sociedade civil. A possibilidade de ouvir a sua opinião – como

se ouve a do “cidadão médio Europeu” no European Social Survey – poderia constituir um importante instrumento de *empowerment*. Os pobres geralmente sabem o que lhes falta e são capazes de o exprimir, se as barreiras que os impedem de se fazer ouvir de forma alargada forem removidas. A investigação, que faz bastante, pode todavia fazer mais no sentido de dar voz aos anseios e aspirações dos grupos, famílias e pessoas em situação de desvantagem.

Subsiste ainda uma terceira lacuna. O combate à pobreza implica políticas gerais centralmente administradas. Mas também requer intervenções concentradas no terreno, articuladas, multidimensionais e de proximidade em relação às pessoas. Desenhar intervenções à medida de cada contexto concreto não é possível sem diagnósticos situacionais.

Esses diagnósticos são sempre devedores dos quadros analíticos de quem os produz. Com muita frequência se realça o papel das metodologias de projeto, baseadas na aplicação de técnicas que permitem o envolvimento estratégico dos atores (Capucha, 2008), como um mecanismo que assegura o rigor científico na produção de conhecimento diretamente utilizável para a ação. O envolvimento dos atores é determinante por duas ordens de razões principais. A primeira é que não se pode conhecer bem uma realidade sem compreender o sistema de atores, os seus interesses e perspetivas, no cruzamento dos quais se encontra o lugar geométrico do conhecimento científico de que decorrem intervenções com maior probabilidade de sucesso. A segunda corresponde à sugestão de William Foote White (1991) segundo a qual a melhor forma de testar a proximidade entre o conhecimento cientificamente produzido e a realidade é a devolução desse conhecimento às pessoas objeto de observação.

Mas muitas vezes se esquece, em nome destes princípios, que a realidade não se oferece, tem de ser interrogada (Almeida e Pinto, 1982). Ora, ou a interrogação se baseia no senso comum, ou na teoria. O envolvimento dos agentes locais e das populações não pode revelar senão as ideologias que os guiam, cuja perspetiva está sempre marcada pelo efeito de posição de que nos falavam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968). O seu contributo é incontornável mas não dispensa a construção prévia de um referencial teórico que oriente o processo de pesquisa.

Os conceitos, as teorias e a informação disponível a partir dos procedimentos que servem abordagens e políticas de nível geral, como os

resultantes dos progressos descritos acima, podem revelar-se pouco úteis para intervenções a nível local. É por isso necessário utilizar de modo mais regular novas abordagens, como a “dos modos de vida” da pobreza.

MODOS DE VIDA POBREZA EM PORTUGAL

De facto, podem ser de grande utilidade instrumentos concetuais que permitam captar com maior rigor as especificidades de cada contexto. Exemplo desses instrumentos é a tipologia dos modos de vida da pobreza em Portugal (Capucha, 2005) construída precisamente a partir da observação de comunidades pobres muito diversas. Essa tipologia aponta para a existência de oito tipos-ideais de modos de vida das pessoas, famílias e categorias sociais vulneráveis à pobreza em Portugal: a “destituição”, integrada por famílias e indivíduos em situação de precariedade extrema; a “restrição”, presente entre operários pouco qualificados, de baixos salários e empregos instáveis, assalariados agrícolas, pensionistas de baixas pensões, famílias monoparentais e pessoas com deficiência; a “dupla referência” típica dos imigrantes pobres; a “poupança” característica do campesinato e do campesinato parcial; a “convivialidade” que emerge entre os moradores de bairros pobres, orientados para o hedonismo como estratégia de inversão ocasional do quotidiano marcado pela escassez e a precariedade; o “investimento na mobilidade”, por via da escolarização dos filhos ou da melhoria das condições de trabalho de operários e trabalhadores dos serviços com baixos rendimentos mas empregos estáveis; a “transitoriedade” dos que se vêm face a trajetórias familiares e profissionais interrompidas; e a “desafetação” de grupos mais ou menos “marginais”.

Voltar ao estudo dos modos de vida da pobreza, instrumento concetual particularmente adaptado à produção de bons diagnósticos para a intervenção local, torna-se indispensável dadas as alterações de contexto ocorridas nos últimos anos.⁵

Muitas coisas mudaram em Portugal desde que foram publicados os resultados das últimas pesquisas centradas no conceito de modos de

5 Encontra-se a decorrer no CIES-ISCTE um estudo de nível Europeu sobre as estratégias de “resiliência” dos pobres em contexto de crise que toma o conceito de “modos de vida” como uma das bases concetuais a utilizar e atualizar.

vida da pobreza, particularmente depois da eclosão da crise em 2007/08 e da instalação da política da austeridade. Propomo-nos agora olhar o modo como essas mudanças afetaram cada um dos tipos de “modos de vida” da pobreza.

A sociedade portuguesa conheceu um período de relativa estabilidade e crescimento económico após a adesão às comunidades europeias que tornou quase residual a presença da “transitoriedade”.⁶ Na sequência da crise, voltou à cena de forma dramática. São amplas as evidências diárias do impacto do desemprego de longa duração e da ineficácia (ou demolição) de políticas de apoio ao rendimento que leva milhares de pessoas e famílias a cair numa situação de precariedade extrema. A ausência de mecanismos de “resiliência” torna a sua situação particularmente grave e coloca no horizonte possível a “destituição”, se não forem acionados mecanismos de solidariedade que apoiem quem vive em “transitoriedade” na tarefa de encontrar uma saída.

A presença deste modo de vida em condições de exclusão tende a crescer e a substituição da solidariedade nacional pela caridade local que tem vindo a ser prosseguida apenas consegue reforçar os laços que prendem as pessoas às suas condições de extrema precariedade.

A crise social e a limitação das oportunidades regulares de vida tendem a associar-se ao crescimento da presença de comportamentos como o consumo de estupefacientes e a pequena criminalidade. Depois de mais de uma década de diminuição, por exemplo, dos novos casos de toxicod dependência, estamos a passar por um tempo que pode ver aumentada a presença da “desafetação” na nossa sociedade, com todo o conjunto de perturbações que geralmente lhe anda associado (Gomes, 2013), como o aumento do sentimento de insegurança e da criminalidade, e da dependência de drogas legais e ilegais.

O modo de vida menos afetado pela crise talvez seja a “convivialidade”. A sua presença na sociedade tem-se mantido estável e a força dos laços que integram as comunidades características deste modo de vida, bem como as competências desenvolvidas pelas pessoas e pelas famílias para sobreviver em situações de precariedade e de instabilidade, constituem importantes fatores de resiliência. A diminuição dos recursos

6 Foi muito significativa a sua dimensão e visível a sua condição no contexto de crises que conduziram à desindustrialização de certas regiões do país (Península de Setúbal, Vale do Ave e outras) na década de 80. Embora num quadro muito atenuado, esse modo de vida não desapareceu nunca, até ao regresso em massa nos nossos dias.

disponíveis não deixará, porém, de provocar algum agravamento das condições de vida destas famílias.

Quanto aos imigrantes, a tendência observada após a eclosão da crise é complexa e de efeitos contraditórios. Depois de um período de crescimento forte da imigração que fez de Portugal um recetor líquido de imigrantes (sem que contudo tenha desaparecido a emigração), o país deixou de ser atrativo e muitos dos que vieram voltaram a partir (juntamente com uma nova vaga de emigração dos portugueses). A “dupla referência”, particularmente afetada pelo desemprego e pela precariedade no trabalho, diminuiu a sua dimensão devido à procura de outros destinos ou ao regresso dos imigrantes aos países de origem, muitos deles em processo de crescimento acelerado. Para os que ficaram, o agravamento das condições de vida aproxima-os ainda mais do modo de vida da “restrição” e a caída de algumas destas pessoas em situação de “destituição” é uma possibilidade verosímil.

O envelhecimento e o abandono da atividade agrícola não capitalista há muito que vêm transformando o campesinato numa classe em declínio. Episodicamente a crise faz alguns desempregados regressar aos campos, mas essa situação tende a ser vista como uma solução de recurso. Num quadro de depressão económica e retração do consumo interno, os camponeses têm maior dificuldade de colocação do excedente da produção no mercado, inviabilizando dessa forma uma das componentes do modo de vida da “poupança”, cada vez mais rarefeita.

Parte dos camponeses engrossam as categorias sociais que tendem a desenvolver a “restrição” como modo de vida, o qual foi também fortemente afetado pela crise. Nas décadas mais recentes os salários mais baixos conheceram alguma estabilidade ou uma pequena redução do poder de compra, e o rendimento disponível dos idosos de menores recursos cresceu, por um lado devido a maiores pensões resultantes de carreiras contributivas mais longas e com melhores salários e, por outro lado, à introdução de um conjunto de medidas de luta contra a pobreza, as quais fizeram que esta tivesse conhecido uma redução muito acentuada entre os mais velhos, que deixaram aliás de ser a categoria mais penalizada. Nos últimos anos, os trabalhadores pouco qualificados, precarizados e mal remunerados viram todas estas situações agravar-se e os pensionistas de baixos rendimentos não foram poupados pelas políticas de austeridade. As condições de extrema escassez em que já

viviam serão agravadas e a respetiva deterioração acentuará até limites intoleráveis a miséria da sua condição.

Os anos de crescimento dos salários e rendimentos médios dos portugueses e de democratização do acesso ao ensino, foram favoráveis ao modo de vida do “investimento na mobilidade”. Após a crise, cujos efeitos são devastadores para quase toda a população pobre, este modo de vida verá provavelmente aumentado o seu contingente. De facto, famílias que viviam ligeiramente acima dos limiares de pobreza mas que também desenvolviam estratégias visando a promoção social, estão a juntar-se ao número dos que vivem abaixo desse limiar. Resta saber até que ponto a diminuição dos rendimentos do trabalho e o desemprego não empurrarão as pessoas e as famílias para modos de vida como a “destituição” e a “restrição”. Por outro lado, a estratégia de investimento na escolarização das gerações jovens, que já era de difícil concretização face aos mecanismos de seleção existentes na escola, tornou-se ainda mais complicada, dado o desinvestimento nas medidas de política que vinham a combater a exclusão e o elitismo escolar.

Assim, as dificuldades por que passam as famílias que, lutando nos limites da pobreza, procuravam romper com essa situação, são hoje um espelho do país que, no conjunto, parece ter visto a sua trajetória de convergência com a Europa ser interrompida (Capucha *et al.*, 2014) e assistido – de forma estranhamente passiva – à degradação da qualidade de vida da maioria da população.

BIBLIOGRAFIA

- ALKIRE, Sabine, Adriana Conconi e José Manuel Roche. 2013. *Multidimensional Poverty Index 2013: Brief Methodological Note and Results*. www.ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index.
- ALMEIDA, João Ferreira de e José Madureira Pinto. 1982. *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- BASTOS, Susana Pereira. 1997. *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: D. Quixote.
- BAUDRILLARD, Jean. 1981. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron. 1968. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton Éditeur.

- CALLAN, Tim, Chrysa Leventi, Horacio Levy, Manos Matsaganis, Alari Paulus & Holly Sutherland. 2011. *The Distributional Effects of Austerity Measures: a Comparison of six EU countries*. European Commission, Social Situation Observatory.
- CANTILLON, Bea. 1996. A woman's perspective on Poverty: household work, income distribution. In *Poverty and Economic Inequality in Industrialized Western Societies*. Organizado por Nico Keilman, Jan Lyngstad, Hilde Bojer e Ib Thomsen. Stockholm: Scandinavian University Press.
- CAPUCHA, Luís. 2005. *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- . 2008. *Planeamento e avaliação de projetos – Guia prático*. Lisboa: Ministério da Educação/DGIDC.
- CAPUCHA, Luís, Pedro Estevão, Alexandre Calado e Ana Rita Capucha. 2014. The Role of Stereotyping in Public Policy Legitimation: the Case of the PIGS Label. *Comparative Sociology* 13: 482-502.
- CERIOLO, Andrea e Sergio Zani. 1990. A Fuzzy Approach to the Measurement of Poverty. In *Income and Wealth Distribution, Inequality and Poverty*. Organizado por Camilo Dagum e Michele Zenga. Berlin: Springer Verlag.
- COSTA, António Firmino, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila, orgs. 2007. *Sociedade e Conhecimento*. Oeiras: Celta Editora/CIES-ISCTE.
- COSTA, António Firmino da. 2012. *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- DADABHAI, Naoroji. 1901. *Poverty and un-British Rule in India*. London: S- Sonnenschein & Co.
- European Commission. 2012. *Statistics in focus 9/2012, Population and Social Conditions*.
- GOMES, Sílvia. 2013. *Crime na imprensa: representações sobre imigrantes e ciganos em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia: Universidade do Minho.
- HILL, Michel. 1997. *The Public Policy Press*. Harlow: Pearson Longman.
- LEWIS, Oscar. 1961, 1979. *Os Filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes.
- NUNES, Celso Luís Pereira. 2012. *Poverty Measurement: a Theoretical Contribution and Application to Portugal 2007*. Tese de Doutoramento em Economia: UTL-ISEG.
- OECD. 2011. *Divided we stand: why inequality keeps rising*. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201392-en>.
- . 2013. *How's Life? 2013: Measuring Well-Being*. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264119536-en>.
- PEDROSO, Paulo. 2013. *Portugal in International Crisis. The Impact of Austerity Policy in Economy, Social Model and State Functions*. Report Prepared in September

- 2013 in the Framework of the Friedrich Ebert Stiftung Project “Social Cohesion in Times of Austerity”.
- PICKETTI, Thomas. 2014. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- PNUD. 2009. *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, Lisboa: PNUD.
- 2013. *Relatório do Desenvolvimento Humano. A ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado*. New York: PNUD.
- POGEE, Thomas. 2005. *La pobreza en el mundo y los derechos humanos*. Barcelona: Paidós.
- RODRIGUES, Carlos Farinha, coord., Rita Figueiras e Vítor Junqueira. 2012. *Desigualdade Económica em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, Maria João. 2013. *A Europa ainda é possível. Aventuras políticas no século XXI*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROSA, Eugénio. 2014. *Poder de Compra do Salário Mínimo Nacional*. www.eugeniorosa.com.
- ROWNTREE, Benjamin Seebohm. 1901. *Poverty: a Study of Town Life*. London: Macmillan.
- SEN, Amartya. 2010. *A Ideia de Justiça*. Lisboa: Almedina.
- TOWNSEND, Peter. 1954. Measuring Poverty. *British Journal of Sociology* 5 (2): 130-137.
- WHYTE, William Foote. 1991. *Social Theory for action*. Newbury: Sage.

A DINÂMICA DA POBREZA EM PORTUGAL

Nuno Alves*

INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenómeno eminentemente dinâmico. Em cada ano, um número significativo de indivíduos re(entra) ou sai de uma situação de pobreza. Simultaneamente, uma proporção significativa da população vive numa situação de pobreza persistente, sem perspectivas de aumentar o rendimento familiar acima da linha de pobreza. Esta perspetiva dinâmica da pobreza abre espaço a importantes questões, não só de um ponto de vista analítico mas também de definição de políticas. Que mecanismos causam as transições de e para uma situação de pobreza? Que características institucionais, familiares ou individuais mitigam ou reforçam aquelas transições? Que políticas públicas podem contribuir para influenciar o grau de persistência da pobreza? Para todas estas questões, uma análise intertemporal da pobreza é inescapável.

Esta visão dinâmica da pobreza é importante por três ordens de razões. Em primeiro lugar, permite uma compreensão mais integral do fenómeno da pobreza. De facto, os eventos e os fatores estruturais que condicionam as transições de entrada na pobreza são distintos daqueles que determinam a saída de uma situação de pobreza (Jenkins, 2011). Numa análise estática da pobreza, estas diferenças encontram-se amalgamadas. Em segundo lugar, uma perspetiva dinâmica permite acompanhar os indivíduos em função da duração da pobreza. Esta informação é relevante dado que uma privação material persistente tem implicações significativas sobre o nível de bem-estar e sobre a capacidade de participação na sociedade, que se pode mesmo transmitir em termos intergeracionais (Mookherjee, 2006). Finalmente, uma análise dinâmica

* Economista no Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal. As opiniões neste artigo são da exclusiva responsabilidade do autor e não refletem necessariamente as opiniões do Banco de Portugal ou do Eurosistema.

pode contribuir para uma melhor definição de políticas. Em particular, o desenho das políticas deve reconhecer a importância da persistência da pobreza, bem como dos incentivos que contribuem para mitigar ou acentuar as transições de entrada e saída da pobreza. Neste sentido, a ênfase deve recair não apenas na resposta à situação contemporânea dos indivíduos pobres, mas igualmente na definição de caminhos conducentes à saída e à mitigação do risco de (re)entrada numa situação de pobreza (Bane e Ellwood, 1986).

Este artigo visa apresentar alguma evidência recente sobre a dinâmica da pobreza em Portugal, no quadro da União Europeia (uma análise da persistência da pobreza nos anos 90 pode ser encontrada em Pereirinha e Nunes, 2006¹). O artigo é necessariamente seletivo e encontra-se organizado da seguinte forma. A secção 2 apresenta a base de dados. A secção 3 descreve alguns perfis de pobreza persistente em Portugal, em comparação com a média da área do euro. A secção 4 interpreta as taxas de entrada e saída da pobreza à luz de alguns trabalhos recentes nesta área. Finalmente, a secção 5 apresenta algumas conclusões e desafios de investigação para o futuro.

A BASE DE DADOS

No quadro da União Europeia, a preocupação com a dinâmica e a persistência da pobreza é atestada *inter alia* pelo facto da pobreza persistente ser um dos 11 indicadores primários escolhidos para analisar a pobreza e exclusão social. Neste âmbito, a base de dados sobre o rendimento e as condições de vida das famílias na União Europeia (EU-SILC²) tem não só um módulo seccional, que se centra na evidência referente a um determinado ano, mas também um módulo longitudinal, que visa acompanhar cada indivíduo e família ao longo do tempo (Atkinson e Marlier, 2010). Os dados longitudinais atualmente disponíveis incluem informação de rendimento entre 2004 e 2011³. Sublinhe-se que a complexidade do módulo longitudinal da EU-SILC implica que a disponibilização destes dados é particularmente morosa (para além do facto de

1 A análise em Pereirinha e Nunes (2006) baseia-se no Painel Europeu de Agregados Familiares (ECHP). Esta base de dados foi descontinuada em 2001.

2 ICOR, na designação portuguesa.

3 Os principais indicadores sobre o rendimento e condições de vida na União Europeia, calculados com a EU-SILC, encontram-se disponíveis no sítio do Eurostat.

a cobertura por país não ser uniforme). Para efeitos ilustrativos, basta referir que os dados longitudinais de rendimento referentes a 2011 apenas foram divulgados pelo Eurostat em meados de junho de 2014. Este hiato é assim ainda maior do que o (já de si elevado) hiato referente ao módulo seccional em que se baseiam as análises estáticas da pobreza.

Qualquer estudo sobre a dinâmica da pobreza na União Europeia tem de se adaptar às forças e fragilidades da base de dados EU-SILC. A sua principal qualidade é a representatividade dos dados e a comparabilidade entre países. Refira-se, em particular, que cada base de dados longitudinal para Portugal segue cerca de 3000 famílias e 8000 indivíduos (estes números ascendem respetivamente a cerca de 100000 e 200000 para o conjunto da União Europeia). A principal fragilidade do módulo longitudinal é a duração do painel. De facto, cada indivíduo ou família é seguido apenas até um máximo de quatro anos. Dada esta janela de observação relativamente curta, as análises de duração e recorrência da pobreza não podem ser implementadas com os modelos econométricos apropriados (Polin e Raitano, 2012). Adicionalmente, o enviesamento decorrente da “censura à esquerda” dos dados, isto é, do facto de não ser possível identificar a história de cada indivíduo antes do primeiro ano de observação, torna-se particularmente grave (Comissão Europeia, 2013). Estas limitações não devem ser esquecidas na análise da duração da pobreza que se segue.

ALGUNS FACTOS SOBRE A DINÂMICA DA POBREZA EM PORTUGAL

Neste artigo, a definição de pobreza corresponde ao conceito do Eurostat de um indivíduo em “risco de pobreza”. Assim, um indivíduo é considerado pobre em Portugal se, num determinado período, o seu nível de rendimento por adulto equivalente⁴ (após impostos diretos e transferências sociais) for inferior à linha de pobreza, definida como 60 por cento do rendimento mediano por adulto equivalente em Portugal.

4 Para calcular o rendimento por adulto equivalente, divide-se o rendimento total da família por um fator de equivalência, em que se assume a existência de economias de escala no agregado familiar e uma partilha total do rendimento. No âmbito da União Europeia, é habitualmente utilizada a escala de equivalência modificada da OCDE, que tem em conta a dimensão e a composição da família (o primeiro adulto da família tem um peso de 1, os restantes adultos têm um peso de 0.5 e as crianças até aos 13 anos têm um peso de 0.3).

De acordo com a amostra seccional da EU-SILC, a taxa de pobreza em Portugal em 2011 ascendia a 17.9 por cento (17.0 por cento no conjunto dos países da área do euro⁵). Este valor manteve-se relativamente estável face aos anos anteriores⁶. Esta estabilidade da taxa de pobreza calculada em cada momento do tempo não significa que o conjunto de indivíduos pobres tenha apresentado uma composição estável. Bem pelo contrário, a evidência longitudinal permite concluir que o número de indivíduos que, em determinado momento do seu ciclo de vida, auferem um rendimento inferior ao limiar de pobreza, é bastante superior ao sugerido pela taxa de pobreza calculada de forma estática (tal como evidenciado em Bruto da Costa *et al.*, 2008).

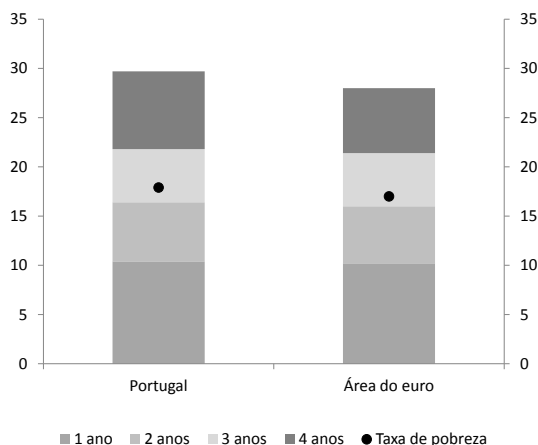
O gráfico 1 apresenta evidência neste sentido para o quadriénio 2008-11. Sublinhe-se novamente que a análise não pode estender-se a um período mais longo, dadas as limitações da base de dados. O gráfico permite destacar três ideias fundamentais. Em primeiro lugar, em cada quadriénio, cerca de 30 por cento da população portuguesa vive pelo menos um ano numa situação de pobreza. Esta proporção manteve-se relativamente estável ao longo do tempo (ou seja, nas amostras longitudinais sucessivas desde o quadriénio 2004-07). Em segundo lugar, uma fração significativa da população cai numa situação de pobreza por um período de apenas um ano (cerca de 10 por cento, tanto em Portugal como na média da área do euro). Estes períodos transitórios numa situação de pobreza têm implicações distintas de durações prolongadas, caso seja possível aos indivíduos amortecerem intertemporalmente o impacto destas transições, nomeadamente através de uma diminuição da poupança, do recurso ao endividamento ou de uma diminuição temporária do nível de consumo. Não obstante, importa sublinhar que a literatura demonstra que mesmo episódios temporários aumentam a probabilidade de uma reentrada posterior numa situação de pobreza (Stevens, 2011). Em terceiro lugar, a proporção de indivíduos que permanece cronicamente numa situação de pobreza é particularmente elevada em Portugal (dadas as características da base de dados, esta permanência não pode ser avaliada por um período superior a 4 anos). No quadriénio em análise, cerca de 8 por cento da população

5 A área do euro corresponde à sua composição atual de 18 países.

6 Neste artigo, a informação analisada termina em 2011, ano para o qual existe atualmente informação das bases de dados seccional e longitudinal para Portugal. Refira-se que os dados seccionais já se encontram disponíveis para 2013 e evidenciam um aumento significativo da taxa de pobreza nesse ano, para 19.5 por cento (após 18.7 por cento em 2012).”

permaneceu sistematicamente numa situação de pobreza. Pode assim concluir-se que cerca de 45 por cento dos indivíduos pobres em Portugal permanece pelo menos quatro anos consecutivos numa situação de pobreza (cerca de 39 por cento na média da área do euro). O elevado número de indivíduos numa situação muito prolongada de pobreza é o principal elemento distintivo da duração da pobreza em Portugal.

Gráfico 1. Distribuição da população (em 2011), por número de anos em situação de pobreza entre 2008 e 2011, em percentagem



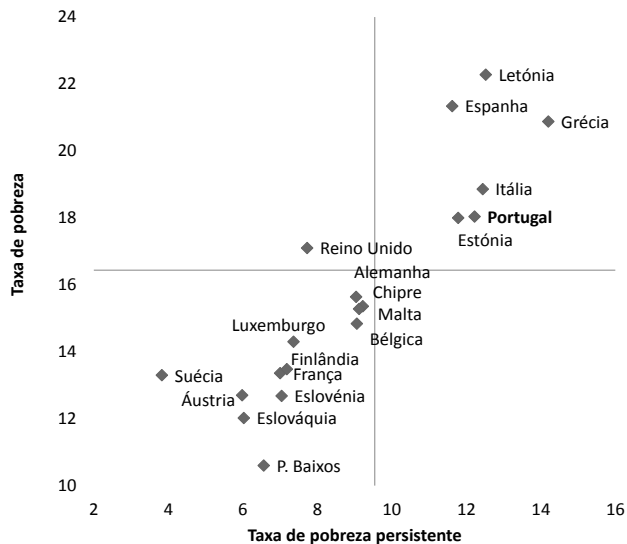
Fonte: Eurostat. Nota: Taxa de pobreza em 2011. Área do euro com 18 países.

Esta evidência justifica uma atenção particular aos indivíduos numa situação de pobreza persistente. No quadro da União Europeia, a persistência da pobreza é habitualmente avaliada de acordo com a definição do Eurostat de um indivíduo em “risco de pobreza persistente”. Neste quadro, um indivíduo é considerado numa situação de pobreza persistente se registar um rendimento equivalente abaixo da linha de pobreza no ano corrente e em pelo menos dois dos três anos anteriores. Note-se que esta definição de pobreza persistente é claramente condicionada pelas características da EU-SILC, nomeadamente o facto de o painel de dados ascender no máximo a 4 anos. Por definição, a taxa de pobreza persistente será sempre inferior à taxa de pobreza, dado que os indi-

vídus numa situação de pobreza persistente são um subconjunto dos indivíduos pobres num determinado momento.

O Gráfico 2 apresenta a relação entre a taxa de pobreza e a taxa de pobreza persistente para um conjunto alargado de países da União Europeia. O gráfico evidencia a existência de uma relação quase linear entre as duas variáveis (Jenkins e Van Kerm, 2014). Deste modo, os países que registam uma maior taxa de pobreza tendem a apresentar uma taxa de pobreza persistente mais elevada. Este facto está em parte relacionado com a própria definição conceptual das variáveis. O gráfico permite também confirmar que a taxa de pobreza persistente em Portugal é uma das mais altas no contexto europeu, situando-se, em média, ligeiramente acima de 12 por cento no período 2006-2011. Neste âmbito, importa notar que a proporção de indivíduos em pobreza persistente no total de indivíduos pobres em Portugal (cerca de 68 por cento, em média, no período 2006-2011) é significativamente maior do que a média da área do euro (cerca de 58 por cento no mesmo período).

Gráfico 2. Taxa de pobreza e taxa de pobreza persistente, em percentagem



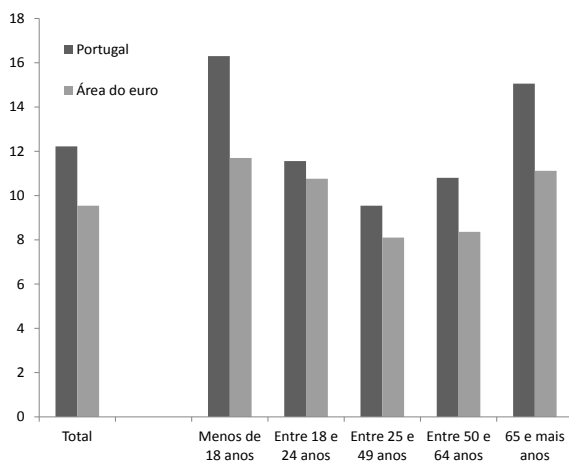
Fonte: Eurostat. Nota: Média dos anos 2006 a 2011.

As linhas a cheio correspondem à média simples da área do euro (18 países)

A elevada persistência da pobreza em Portugal face à média da área do euro é generalizada em termos de escalões etários e da composição dos agregados familiares (gráficos 3 e 4). Refira-se que esta posição relativa dos vários perfis de pobreza persistente é robusta a todas as amostras longitudinais da EU-SILC.

A persistência da pobreza é relativamente mais elevada nos indivíduos mais jovens e nos mais idosos, tanto em Portugal como na área do euro (gráfico 3). Deste modo, a taxa de pobreza persistente apresenta uma forma de U ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Em Portugal, cerca de três quartos dos indivíduos pobres com menos de 18 anos e com mais de 64 anos encontram-se numa situação de pobreza persistente. Este facto sugere, como seria expectável, que as transições de saída de uma situação de pobreza são particularmente difíceis nos escalões etários mais baixos e mais elevados, dado que estes são os segmentos da população com menor capacidade de alterar a geração de rendimento monetário em resposta a choques adversos.

Gráfico 3. Taxa de pobreza persistente, por escalão etário, em percentagem

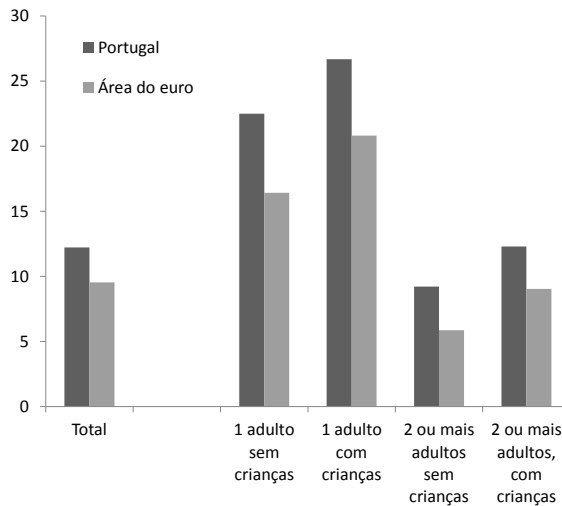


Fonte: Eurostat. Nota: Média dos anos 2006 a 2011

O grau de persistência da pobreza é particularmente elevado nas famílias com um único adulto (gráfico 4). De facto, os agregados familia-

res com vários adultos beneficiam da existência de economias de escala, bem como – no caso de adultos em idade ativa – de uma capacidade acrescida de participação no mercado de trabalho em caso de eventos adversos que conduzam o agregado familiar a uma situação de pobreza. Adicionalmente, o gráfico 4 indica que as famílias com crianças têm uma taxa de pobreza persistente ligeiramente superior. Este resultado está relacionado com o facto de as crianças diminuírem o rendimento equivalente das famílias através do seu peso na escala de equivalência. Neste âmbito, importa destacar que cerca de um quarto das famílias monoparentais vive numa situação de pobreza persistente (ainda que as estimativas neste caso sejam sujeitas a desvios padrão particularmente elevados, dada a rarefação da amostra). Finalmente, importa também referir que a taxa de pobreza persistente é ligeiramente superior nas mulheres face aos homens. De facto, a taxa de pobreza persistente nas mulheres no período 2006-2011 ascendeu, em média, a 12.7 por cento, cerca de 1.1 pontos percentuais acima da taxa de pobreza persistente nos homens⁷.

Gráfico 4. Taxa de pobreza persistente, por tipo de agregado familiar, em percentagem



Fonte: Eurostat. Nota: Média dos anos 2006 a 2011.

⁷ Na área do euro, a taxa de pobreza persistente nas mulheres e nos homens ascendeu, no período 2006-2011, a 10.3 e 8.8 por cento, respetivamente.

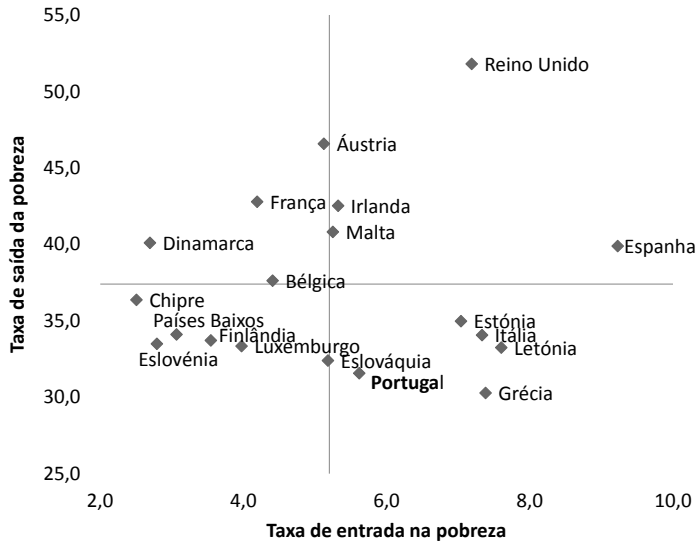
AS TRANSIÇÕES DE ENTRADA E SAÍDA DA POBREZA

A secção anterior caracterizou de forma breve a duração da pobreza e os perfis de pobreza persistente em Portugal. Uma questão complementar no âmbito da análise da dinâmica da pobreza é a identificação das características dos indivíduos e das circunstâncias observáveis que contribuem para a entrada ou saída de uma situação de pobreza.

Neste sentido, o gráfico 5 apresenta as taxas médias anuais de entrada e saída da pobreza, no período 2006-2011, para um conjunto alargado de países da União Europeia, incluindo Portugal. A taxa de entrada na pobreza é medida como a proporção de indivíduos que se encontram numa situação de pobreza no ano corrente e que não se encontravam numa situação de pobreza no ano anterior. Por seu turno, a taxa de saída de uma situação de pobreza é definida como a proporção de indivíduos que não se encontram numa situação de pobreza no ano corrente e que se encontravam numa situação de pobreza no ano anterior. Naturalmente, dada a dimensão relativa da população incluída no denominador de cada um destes indicadores, a taxa de entrada na pobreza é substancialmente inferior à taxa de saída da pobreza.

Em Portugal, cerca de 5,5 por cento da população com rendimentos acima da linha de pobreza num determinado ano transita para uma situação de pobreza no ano seguinte. Por seu turno, cerca de 32 por cento dos indivíduos pobres num determinado ano passa a auferir rendimentos acima da linha de pobreza no ano seguinte. Estas taxas têm sido relativamente estáveis ao longo do tempo. O gráfico 5 revela que Portugal é simultaneamente caracterizado por uma taxa de entrada na pobreza ligeiramente superior à média europeia e por uma taxa de saída da pobreza significativamente inferior à média. A taxa de saída da pobreza é mesmo a segunda mais baixa de entre os países analisados. Esta situação configura a existência de uma “armadilha de pobreza” em Portugal, em que a entrada numa situação de pobreza tem uma baixa probabilidade de posterior inversão (Comissão Europeia, 2013).

Gráfico 5. Taxa de entrada e taxa de saída da pobreza, em percentagem



Fonte: Eurostat. Nota: Comissão Europeia (2013). EU-SILC 2009, 2010 e 2011.

População entre 18 e 64 anos. As linhas a cheio correspondem à média da área do euro (18 países)

Existe uma literatura crescente sobre as circunstâncias que contribuem para estas transições de entrada e saída da pobreza (ver, por exemplo, Comissão Europeia, 2013, Coppola *et al.*, 2012, Polin e Raitano, 2012, e Vandecasteele, 2010). Estes estudos centram-se no papel de eventos demográficos no agregado familiar, de eventos no mercado de trabalho, bem como das características observáveis dos indivíduos e dos agregados familiares. Esta categorização segue o trabalho seminal de Bane e Ellwood (1986). No quadro da União Europeia, estes estudos permitem identificar quatro conclusões principais.

Em primeiro lugar, os eventos no mercado de trabalho são fundamentais na determinação da probabilidade de entrada e saída de uma situação de pobreza (Fouarge e Layte, 2005). Esta conclusão é robusta ao conjunto de países da União Europeia, incluindo Portugal. De facto, o impacto sobre o rendimento familiar de um aumento do número de indivíduos a trabalhar é particularmente acentuado nos decis mais bai-

xos da distribuição de rendimento (Alves e Martins, 2014). Não obstante a participação no mercado de trabalho não ser um seguro completo contra a pobreza⁸, importa sublinhar que a percentagem de indivíduos em idade ativa que saem da pobreza pelo facto de encontrarem um emprego é de cerca de 66 por cento em Portugal, uma das taxas mais elevadas na União Europeia (Comissão Europeia, 2014). Uma criação de emprego dinâmica e generalizada aos vários segmentos da população é assim fundamental para uma diminuição sustentada da pobreza persistente. Neste contexto, surge como particularmente preocupante a forte quebra na criação de emprego em Portugal observada nos últimos anos.

Em segundo lugar, os eventos demográficos têm um contributo relevante na dinâmica da pobreza, em particular nas transições de entrada na pobreza (Jenkins, 2011). De facto, no caso de uma diminuição do número de membros do agregado familiar – decorrente de uma separação ou do falecimento de um dos membros – aumenta significativamente a probabilidade de entrada numa situação de pobreza. Este facto reforça a importância da existência de mais do que um membro da família que participe no mercado de trabalho. Esta participação conjunta alisa o rendimento do agregado face a choques individuais e possibilita uma reação conjunta face a choques agregados.

Em terceiro lugar, as características dos indivíduos e das famílias são importantes na explicação das transições da pobreza. Em particular, o nível de qualificação dos membros do agregado familiar contribui duplamente para mitigar a prevalência da pobreza, não só porque diminui a probabilidade de ocorrência dos eventos no mercado de trabalho que induzem transições para uma situação de pobreza mas também porque aumenta a capacidade de resposta a choques económicos adversos. Similarmente, uma elevada qualificação dos membros do agregado familiar diminui a duração esperada dos episódios de pobreza.

Finalmente, a evidência sugere que a probabilidade de saída ou de entrada numa situação de pobreza depende da designada “duração de estado”, em que o “estado” se refere ao facto de o agregado familiar viver anteriormente numa situação de pobreza (ou não). Em concreto, quanto mais longo o período decorrido num estado de pobreza, menor a probabilidade de saída desse estado. Analogamente, a probabilidade de transi-

8 A percentagem de trabalhadores em Portugal que viviam numa situação de pobreza em 2011 ascendia a cerca de 10 por cento (8.8 por cento na média da área do euro).

ção para a pobreza diminui com o tempo percorrido num estado de não pobreza. Uma questão que ainda não mereceu consenso na literatura é se esta persistência aparentemente estrutural estará simplesmente relacionada com características não observadas dos indivíduos e dos agregados familiares.

REFLEXÕES FINAIS

Uma perspetiva dinâmica sobre a pobreza alarga significativamente o potencial de conhecimento sobre a sua natureza e os seus fatores explicativos. Em Portugal, tal como na generalidade dos países, a prevalência da pobreza na população é muito superior à sugerida pelas taxas de pobreza calculadas num único momento do tempo. Este facto resulta da existência de um número significativo de transições temporárias de e para uma situação de pobreza. Uma característica importante da pobreza em Portugal é a sua elevada persistência no quadro europeu. Esta elevada duração da pobreza encontra-se relacionada com baixas taxas de saída da pobreza em Portugal. Os perfis de pobreza persistente permitem concluir que os grupos mais vulneráveis a esta “armadilha de pobreza” são as famílias monoparentais, as pessoas idosas e os agregados familiares com menor participação no mercado de trabalho.

O reconhecimento da pobreza enquanto fenómeno dinâmico permite centrar as políticas públicas nos segmentos da população mais vulneráveis à persistência da pobreza e em criar as condições estruturais para aumentar as transições de saída da pobreza. Neste âmbito, relevam políticas de longo prazo, centradas nomeadamente na qualificação da população, bem como políticas de incentivo à criação de emprego e à participação no mercado de trabalho. Este enfoque contrasta com as (igualmente importantes) políticas tradicionais de combate à pobreza, mais vocacionadas para mitigar situações temporárias de insuficiência de rendimento.

A literatura teórica e empírica sobre a dinâmica da pobreza ainda está em desenvolvimento. Por um lado, a ligação entre os fluxos de entrada e saída da pobreza e a evolução do conjunto da população pobre em cada momento do tempo é uma área ainda não integralmente explorada. Neste âmbito, a extensa literatura que avalia as transições no mercado de trabalho (Davis *et al.*, 1996) ilustra as amplas oportunidades de investigação neste domínio. Por outro lado, a literatura ainda não

permitiu compreender as razões das diferenças nas taxas de transição da pobreza entre países, nomeadamente no que se refere ao papel da rede de segurança social ou do funcionamento do mercado de trabalho. Finalmente, numa perspetiva mais longa, é importante desenvolver trabalho adicional sobre os canais de persistência intergeracional da pobreza. Estas são algumas das dimensões em que o conhecimento sobre o dinamismo da pobreza permanece incompleto e em que a agenda de investigação é claramente promissora, não só em termos analíticos, mas também como contributo para a definição de políticas.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Nuno, e Carlos Martins. 2014. Mobilidade do Rendimento das Famílias na União Alves, Nuno, e Carlos Martins. 2014. Mobilidade do Rendimento das Famílias na União Europeia e em Portugal: uma Análise de Eventos no Mercado de Trabalho e Demográficos. *Boletim Económico de Abril*. Banco de Portugal.
- ATKINSON, A. B., e Eric Marlier. 2010. *Income and living conditions in Europe*. Eurostat Statistical Books: União Europeia.
- BANE, Mary Jo, e David Ellwood. 1986. Slipping into and out of poverty: the dynamics of spells. *Journal of Human Resources*. 21(1): 1-23.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo, Isabel Baptista, Pedro Perista e Paula Carrilho. 2008. *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- COMISSÃO EUROPEIA. 2013. *EMPLOYMENT AND SOCIAL DEVELOPMENTS IN EUROPE 2012*. UNIÃO EUROPEIA.
- COMISSÃO EUROPEIA. 2014. *EMPLOYMENT AND SOCIAL DEVELOPMENTS IN EUROPE 2013*. UNIÃO EUROPEIA.
- COPPOLA, Lucia, Davide Laurea, Daniela Castro e Mattia Spaziani. 2012. *Poverty transitions in Italy*. mimeo.
- DAVIS, Steven, John Haltiwanger e Scott Schuh. 1996. *Job Creation and Destruction*. Cambridge: The MIT Press.
- FOUARGE, Didier, e Richard Layte. 2005. Welfare regimes and poverty dynamics: the duration and recurrence of poverty spells in Europe. *Journal of Social Policy*. 34(3): 407-426.
- JENKINS, Stephen. 2011. *Changing Fortunes – Income Mobility and Poverty Dynamics in Britain*, Oxford: Oxford University Press.

- JENKINS, Stephen, e Philippe Van Kerm. 2014. The relationship between EU indicators of persistent and current poverty. *Social Indicators Research*. 116(2): 611-638.
- MOOKHERJEE, Dilip. 2006. Poverty persistence and the design of antipoverty policies. In *Understanding Poverty*. Organizado por Abhijit Banerjee, Roland Bénabou e Dilip Mookherjee. Oxford: Oxford University Press.
- PEREIRINHA, José António, e Francisco Nunes. 2006. Política social em Portugal e a Europa, 20 anos depois. *A Economia Portuguesa – 20 Anos Após a Adesão*. Organizado por António Romão, Coleções Económicas, 2ª Série, Nº 1: Almedina.
- POLIN, Veronica, e Michele Raitano. 2012. Poverty dynamics in clusters of European Union countries: related events and main determinants. Working Paper no. 10. Department of Economics: University of Verona.
- STEVENS, Ann Huff. 2011. Poverty Transitions. In *The Oxford Handbook of the Economics of Poverty*. Edição de Philip Jefferson. Oxford: Oxford University Press.
- VANDECASTEEL, Leen. 2010. Poverty trajectories after risky life events in different European welfare regimes. *European Societies*. 12(2): 257-278.

GRUPOS VULNERÁVEIS

A REDEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DA INFÂNCIA E A CRISE ECONÓMICA EM PORTUGAL

Manuel Jacinto Sarmento* / Natália Fernandes** / Gabriela Trevisan***

INTRODUÇÃO

Nos últimos 6 anos (desde 2008), a Europa tem estado mergulhada numa crise económica e financeira que atingiu, em particular, as economias mais vulneráveis, nomeadamente as dos países do Sul. Enfrentando crises de dívida soberana, a maioria dos países do Sul da Europa – Portugal, Espanha, Grécia, Chipre, Itália e Irlanda – recorreram à intervenção da União Europeia e do FMI. A austeridade tem sido a receita seguida em todos esses países, com constrangimentos no uso de dinheiro público, restrições nas políticas sociais, despedimentos na administração pública, redução dos salários nominais e aumento de impostos sobre a população ativa. Ao mesmo tempo, reformas estruturais têm sido anunciadas pelos diferentes governos, com o objetivo proclamado de diminuir a dívida pública e de aumentar o crescimento económico. Porém, estes planos são, por norma, acompanhados de medidas que reduzem a capacidade financeiras das famílias, designadamente, além dos cortes salariais, as reduções e restrições nos principais benefícios sociais e políticas familiares específicas (como, por exemplo, os abonos de família).

* Universidade do Minho/ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). sarmento@ie.uminho.pt

** Universidade do Minho/ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). natfs@ie.uminho.pt

*** Escola Superior de Educação Paula Frassinetti/ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). gabriela.trevisan@gmail.com

As consequências que esta “economia global” tem tido nas vidas das crianças portuguesas são significativas e acreditamos ser fundamental refletir sobre os modos atuais de estruturação da infância que ela implica. As condições estruturais em que a categoria geracional da infância é construída, em cada momento histórico, são geradoras de possibilidades reais de vida das crianças. As relações entre gerações não são sempre uniformes; pelo contrário, modificam-se continuamente. Diferentes condições de estruturação (em termos giddensianos, diferentes modos de regulação e de alocação de recursos) da vida económica, social e cultural geram distintos processos de “generatividade” (Honnig, 2009), isto é, modos de relação e mútua configuração entre gerações, especialmente entre adultos e crianças. A crise económica alterou as relações entre gerações. Um indicador evidente disto mesmo é a forte redução do número de crianças, através da descida do índice sintético de fertilidade nos anos da crise (muito embora esse índice tenha uma tendência de descida anterior): 1,37 em 2008; 1,28 em 2012 (INE, 2014). Mas também nos domínios da administração simbólica da infância, a crise económica produz os seus efeitos: a redução dos direitos, sendo generalizada, afeta especial e especificamente a infância. O nosso ponto é o de que a infância sofre um processo de redefinição, através da restrição às condições de cidadania da infância, por efeito da crise e da forma de gestão política que ela assumiu na Europa, especialmente em Portugal.

As reflexões sobre este efeito de redefinição da infância serão feitas a partir de duas dimensões centrais: uma, de análise de dados gerais sobre as políticas atuais que têm vindo a diminuir direitos sociais e a aumentar os níveis de pobreza. Uma segunda dimensão discutirá dados recolhidos com crianças de modo a tentar caracterizar, a partir dos seus pontos de vista, os significados e impactos da crise nas suas vidas.

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A DIVERSIDADE DA INFÂNCIA

Ainda que um longo caminho se tenha percorrido desde a observação de Prout e James (1990:2-3) acerca do desenvolvimento dos novos estudos sociais da infância de que “a tarefa (...) está longe de estar completa e permanece como uma prioridade para todos os envolvidos no estudo da infância”, algumas questões permanecem em aberto, em particular,

quando analisamos as áreas principais de investigação da infância e os desafios que enfrentam. Novos insights e novas perspectivas sobre a infância e as crianças, preocupações ao nível das metodologias e técnicas de investigação com crianças começam a ser criticamente repensadas, questões éticas revistas e aprofundadas (Christensen e James, 2000) os quais marcam um significativo processo no conhecimento social da infância. Não obstante, a construção de uma teoria sociológica da infância confrontou-se com o dualismo presente em algumas antinomias sociológicas clássicas como agência/estrutura ou natureza/cultura (Prout, 2005). A superação desses dualismos tem vindo a ser construída num esforço por ancorar teoricamente os novos estudos sociais da infância em torno de alguns eixos, designadamente: i) o da ação das crianças (agency), como forma de atualização da estrutura social e da sua renovação; ii) a relação entre desenvolvimento físico e psicológico da criança e ambiente sócio-cultural, na imbricação de corporeidade e cultura; iii) a relação entre adultos e crianças na configuração das gerações na sua mútua relação.

Interessa-nos especialmente esta última dimensão. A generatividade é, em parte, um efeito discursivo – existe infância a partir da denominação desta categoria. Por isso mesmo a História da Infância, a partir de Ariès (1973), tem falado da “descoberta” ou da “invenção” da ideia ou do “sentimento” de infância na modernidade. Mas não é apenas discursivo ou representacional; na verdade, a generatividade decorre de condições estruturais que lhe são correlatas: as formas de vida das crianças, em cada momento histórico concreto, são determinantes na configuração dos processos de controlo e de administração simbólica que os adultos exercem sobre elas e são a base donde emanam as imagens sociais da infância.

Nas últimas décadas – podemos tomar por referência a aprovação pela ONU da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 1989 – um conjunto de temas foi sendo debatido e explorado, trazendo novas conceções sobre a infância e as crianças e seus modos de construção social. Poderá falar-se de uma certa “radicalização” de discursos sobre a infância. Parece ser necessária a criação de uma imagem da criança capaz de a definir por aquilo que é, o que faz e o que a torna distinta e diversa relativamente a outras gerações, nomeadamente a adulta (Jenks, 1992; Honig, 2009). Na verdade, a CDC, ao promover uma imagem das crianças como seres ativos e participantes nas sociedades a que pertencem, configura simbolicamente as crianças como sujeitos de direitos e

deveres e, pela primeira vez, como *cidadãos plenos*. Neste domínio, os direitos de participação em assuntos que as afetam e a importância de audição das suas vozes no espaço público e privado tornaram-se dois grandes temas de investigação na sociologia da infância.

Uma perspetiva crítica sobre a CDC numa sociedade globalizada identificará facilmente deceções e promessas impossíveis de cumprir, quando se consideram as realidades de crianças específicas no Mundo. Indicadores globais sobre pobreza infantil, fome e ausência de cuidados médicos primários, abandono escolar, trabalho infantil ou a situação das crianças-soldado questionam a promessa da CDC. A cidadania infantil permanece, assim, uma realidade ambígua quando pensamos nas condições concretas de vida das crianças e nas suas oportunidades de participação (Sarmiento, 2013; Cockburn, 2012).

Importa sublinhar que nem todas as crianças vivem privações que as afetam profundamente nos seus direitos. Diferentes perspetivas têm procurado estudar a relação entre identidades infantis e diversidades das crianças. Uma perspetiva dialética é, porventura, a mais apropriada para capturar as relações de mútua implicação da identidade social da infância com a diversidade de contextos e práticas sociais das crianças (Sarmiento, 2013). As perspetivas estruturalistas argumentam no sentido de que a infância é socialmente construída e de que todas as crianças são afetadas de modo semelhante: em todo o mundo, as crianças são as que não votam, que não se qualificam enquanto atores políticos, que seguem uma educação obrigatória, que estão proibidas de trabalhar, etc. (Qvortrup, 2010). No entanto é forçoso reconhecer-se que as suas condições de vida, ser rico ou ser pobre, ser rapaz ou rapariga, ser branco ou ser negro, etc., afetam profundamente o modo como as crianças são tratadas, vistas pelos adultos, bem como as oportunidades sociais que possuem: as crianças vivem diferenciadamente a mesma condição comum infantil.

Em síntese, há dois erros que são de evitar quando se relaciona identidade infantil com diversidade social: o erro de focar a análise na diversidade, sem ter em conta os fatores de identidade, dilui a infância enquanto geração, ignorando as condições sociais que a regulam como categoria geracional; o erro da análise estruturalista, por sua vez, considera a categoria geracional infância como se fosse uma classe social, subestimando, de modo paradoxal, as condições de estratificação social, reificando-se, deste modo, a imagem da criança de matriz normativa

européia, branca e de classe média alta. A análise dialética da infância a partir das “crianças nas margens” (Sarmiento e Marchi, 2008), das crianças pobres, trabalhadoras, das crianças de rua, é condição necessária à compreensão e interpretação dos processos sociais que levam a tensões e contradições internas da normatividade da infância, das formas plurais de generatividade e da dominação geracional.

A análise das condições de vida das crianças mais pobres é, portanto, fundamental para compreender os processos sociais desencadeados pela crise económica e os seus impactos na infância.

AS CRIANÇAS POBRES

Em 2013, 2.5 milhões de crianças encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social na Europa (Eurochild & EAPN, 2013). Uma em cada quatro crianças da Europa (isto é, na zona do mundo onde se encontram os mais elevados índices de conforto) sofre diariamente a escassez de recursos necessários a uma vida com condições básicas de conforto. Como nos diz um relatório recente:

“ As crianças vivem em pobreza se o rendimento e os recursos disponíveis para o seu sustento são inadequados para terem um padrão de vida considerado aceitável na sociedade em que vivem e tido como suficiente para assegurar o seu desenvolvimento social, emocional e físico. Devido ao aumento da pobreza as crianças e as suas famílias podem experimentar múltiplas carências devido aos baixos rendimentos, ambiente e habitação pobres, cuidados de saúde insuficientes e dificuldades na educação. Elas são frequentemente excluídas e marginalizadas de atividades sociais, desportivas, recreativas e culturais que normalmente outras crianças usufruem e em que participam. O acesso daquelas crianças aos direitos fundamentais pode ser restringido e limitado, elas podem experimentar situações de estigmatização e discriminação e as suas vozes podem ser não escutadas.” (Eurochild & EAPN, 2013:9)

O risco de pobreza é um conceito amplamente debatido e trabalhado a partir de diferentes perspetivas e com o uso de diversificados indicadores económicos, sociais, etc. Interessa-nos aqui, sobretudo, mais do que apresentar indicadores de pobreza, analisar os fatores de

bem-estar que se encontram postos em causa por efeito do empobrecimento da população, com incidência específica na infância.

Em 2010, a Unicef definiu os principais aspetos do bem-estar infantil: bem-estar material, segurança e saúde, bem-estar educacional, na família e nas relações com pares, comportamentos e risco e bem-estar subjetivo, i.e., o modo como as crianças se sentem em relação a si próprias (Bibi *et al.*, 2010). Apesar de as condições materiais não serem o único determinante de bem-estar são responsáveis por uma grande parte do mesmo, particularmente ao providenciarem as condições de acesso a diferentes recursos, nomeadamente os que ajudam ao exercício de direitos fundamentais e à promoção de inclusão social.

Tal como reportam Eurochild & EAPN, estar em situação de pobreza poderá ter diferentes significados para as crianças, nomeadamente: não ter dinheiro necessário para comer de modo saudável e equilibrado; não ser capaz de comprar roupas novas e calçado; não ter equipamentos que outras crianças têm garantidos, como livros e equipamentos de lazer, tais como uma bicicleta ou um *skate*; viver em casas pobres ou sobrelotadas; viver com aquecimento pouco adequado; ausência de um local tranquilo com espaço suficiente e luz para realizar os trabalhos da escola; não aceder a cuidados de saúde adequados ou cuidados de qualidade à infância ou frequentar uma boa escola; ter poucas possibilidades de brincar em parques infantis não vandalizados, participar em desportos e em atividades culturais/criativas; ter reduzida participação nas decisões que afetam a vida quotidiana (Eurochild & EAPN, 2013: 11).

A CRISE PORTUGUESA E OS PLANOS DE AUSTERIDADE – EFEITOS NAS VIDAS DAS CRIANÇAS

Em Portugal, o empobrecimento das crianças fez-se sentir de modo especialmente acentuado com a crise económica e social. A implementação de programas de austeridade teve efeitos diretos e indiretos nas vidas das crianças e no seu bem-estar. Uma vez que se encontram altamente dependentes das condições de vida dos adultos, as crianças são atingidas de modos distintos pela crise, dependendo de uma multiplicidade de fatores.

A importante quebra das prestações sociais destinadas aos grupos mais vulneráveis da população – por efeito da redução significativa

do universo dos abrangidos pelo subsídio de desemprego, apesar do aumento do número de desempregados; da redução, também, do universo dos abrangidos pelo Rendimento Social de Inserção; e da redução muito expressiva do número de crianças e do valor do abono de família – a par dos cortes sociais e do aumento do desemprego, representa um agravamento significativo da situação social da infância.

Dois relatórios muito recentes sobre a infância e a crise – do Comité Português da UNICEF e do Observatório das Famílias e das Políticas de Família – analisam de forma muito clara os aspetos mais importantes dos efeitos das políticas de austeridade nas condições de vida e de bem-estar das crianças. A partir dos indicadores fornecidos nesses relatórios (Wall *et al.*, 2014a; Wall *et al.*, 2014b), podemos apresentar a seguinte síntese:

- i) Entre 2010 e 2014, houve uma redução significativa do apoio económico do Estado às famílias. A partir de 2010, o acesso a prestações sociais que depende do rendimento das famílias – e.g. Abono de Família, Ação Social Escolar, Subsídios Sociais de Parentalidade, Rendimento Social de Inserção e Subsídio Social de Desemprego – ficou mais restrito, não só em termos do número de famílias beneficiárias mas também dos montantes atribuídos.
- ii) A situação é agravada pelos cortes salariais e pelo aumento dos impostos.
- iii) A ausência de políticas de família e de infância agrava o problema, por efeito de não atribuição de prioridade à infância, quando ela é mais urgente do que nunca, e por inadequação dos instrumentos de regulação dos efeitos das políticas de austeridade sobre as populações mais vulneráveis.
- iv) Em resultado disto, a situação da infância em Portugal pode caracterizar-se nestes números alarmantes: as crianças são, desde 2008, o grupo geracional com maior risco de pobreza; uma em cada quatro crianças vive em privação material e uma em cada dez crianças em situação de privação material severa; o risco de pobreza é mais elevado nas famílias numerosas (41%), nas famílias monoparentais (31%) e nas pessoas desempregadas (38%); as famílias monoparentais com o progenitor desempregado apresentam um risco quase absoluto de pobreza (90%); 30% das crianças perderam o direito ao abono de família em 3 anos (2009 a 2012); as políticas públicas direcionadas às famílias são manifestamente insuficientes, não integradas nem adequadas à gravidade da situação social.

Os aspetos acima sintetizados têm implicações importantes no risco infantil. São particularmente importantes e interessantes a este propósito os dados da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, coligidos e analisados nos Relatórios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Assim, desde o início da crise, acentuaram-se todos os indicadores do agravamento da exposição das crianças a situações de risco, em relação direta com a sua situação social: aumentaram as crianças sinalizadas por exposição a comportamentos desviantes (isto é, violência familiar e comportamentos aditivos) e por abandono e absentismo escolar; as crianças intervencionadas dos primeiros subgrupos etários, especialmente dos 0 aos 5 anos, aumentaram significativamente, sobretudo em consequência de “negligência”; o número de crianças institucionalizadas (isto é, as que exigem uma medida de proteção de grau superior, face ao perigo da sua situação familiar) também aumentou (CNPCJR, 2014). Ou seja, os indicadores mais claros da crise social aumentaram todos!

Vários relatórios internacionais de organizações como a Eurochild, a Unicef, a Overseas Development Institut (cf, respetivamente, Frazer, 2014; De Neubourg *et al.*, 2012; Harper *et al.*, 2009), que analisam numa perspetiva simultaneamente histórica e sincrónica os efeitos das crises económicas na situação da infância, convergem numa mesma ideia: os impactos da crise incidem no: “crescimento da mortalidade e morbidade infantil, do trabalho infantil, da exploração das crianças, da violência contra crianças e mulheres e de outras formas de abuso, no declínio da qualidade da educação e no incremento do abandono escolar e ainda na perda de qualidade nutricional, de proteção social e de bem-estar emocional” das crianças (Harper *et al.*, 2009).

O aumento da exposição das crianças a situações de doença e perturbação emocional e neuropsicológica dos adultos é um dos efeitos identificados decorrente de situações de pobreza (Alves & Rodrigues, 2010) e tem-se vindo a intensificar, em consequência da crise económica e social, tendo particular incidência em quotidianos infantis marcados pela instabilidade, pela disrupção e até mesmo pela violência e os maus-tratos infringidos por progenitores. Não é de estranhar que as crianças sofram especialmente com esta exposição a situações decorrentes de problemas emocionais e a doenças no interior da família.

Além desta exposição a comportamentos disruptivos e mesmo violentos, a privação económica leva, frequentemente, a uma diminui-

ção das possibilidades reais dos atores em participarem em atividades sociais. A pobreza e a exclusão social é um fenómeno multifactorial e multidimensional (Bastos *et al.*, 2008) e uma das suas expressões consiste na deterioração dos laços sociais e na marginalização auto ou hetero provocada. Em última análise, porém, a perda das capacidades participativas não deve ser imputada ao sujeito excluído, mas aos fatores estruturais que a promovem. Vários estudos (e.g. Unicef 2012) sobre famílias de origem socioeconómica baixa sugerem como o limite de dinheiro disponível pode limitar as atividades sociais das crianças, como ir a casa de amigos ou possuir um determinado tipo de roupa, assim como comprar um bem necessário à escola ou a atividades extracurriculares.

Além disso, por efeito da vulnerabilidade estrutural da infância, as crianças raramente são notícia, a sua participação nos processos de decisão coletiva é muito limitada ou mesmo nula, a possibilidade de elas exprimirem opinião e dela ser tida em conta é improvável, intensificando-se o efeito desta invisibilidade num momento de concentração da opinião coletiva na crise e da atenção das famílias na resposta às necessidades quotidianas. No entanto, como salientam Davies e Hill (2006), as crianças têm desempenhado um papel central nas discussões sobre pobreza e inclusão social, ainda que de modo passivo. O foco na proteção e bem-estar infantil tem sido colocado numa perspetiva distante das crianças, sendo desvalorizado o seu papel de participantes ativas nas medidas destinadas a quebrar padrões e ciclos de pobreza e a transformar destinos de exclusão.

AS PERSPETIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE A “CRISE”

Apesar de excluídas na construção da opinião socialmente relevante, quando ouvidas, as crianças são capazes de apontar soluções interessantes para melhorar o seu próprio bem-estar. As crianças e os jovens são capazes de refletir sobre políticas nacionais e sobre estratégias que possam ajudar a superar condições de vida desvantajosas (Davies e Hill, 2006). Em contextos sociais mais marcados pela exclusão social, a participação das crianças e jovens poderá ajudar na quebra de ciclos de pobreza ao promover a participação no desenho de políticas públicas, ao reforçar o sentido de pertença coletiva e ao desenvolver competências adequadas à vida em comum. Como afirma a economista D. Levinson:

“Os economistas precisam de considerar as crianças enquanto agentes com preferências, a partir das quais atuam até onde podem, tendo em conta os constrangimentos das restrições adultas. Isto é justo não apenas para as crianças, mas é também apropriado aos interesses de rigor e de entendimento aprofundado do comportamento humano. Considerar as crianças as atividades e preferências presentes das crianças (mais do que as assumidas ou idealizadas) e, até onde seja possível, a sua agência, poderá desafiar as conclusões convencionais e, talvez, as recomendações políticas em muitas áreas” (Levinson, 2000: 127)

A recolha da opinião das crianças sobre a crise torna-se por isso indispensável. No decurso de investigações inseridas numa linha de pesquisa sobre cidadania da infância, os autores recolheram a opinião das crianças de origem popular em três escolas públicas, nos distritos do Porto e de Braga, abrangendo crianças entre os 9 e os 11 anos. Os procedimentos metodológicos e a caracterização das crianças são trabalhados noutras publicações (Sarmiento, 2015; Machado, 2015; Trevisan, 2014). Por agora, interessam-nos os seus depoimentos, identificando as suas perspetivas sobre os efeitos da crise, sobre as suas causas e sobre as medidas a tomar.

A crise é, antes de mais, motivo de conversa e de construção de opinião. As crianças não são indiferentes, ouviram falar, têm indicadores, exprimem o que pensam e o que sentem. Como observa Mateus¹ (9 anos), “*Ouve-se dizer que está muita crise...que está mau, que não há dinheiro...*”; ou Mariana (9 anos): “*Os preços estão muito altos e não há muito dinheiro*”; ou Catarina (9 anos) “*que estamos em crise*”; ou, ainda, Sara (10 anos) “*Ouve-se dizer que nós estamos em crise e que... devemos poupar no dinheiro*”.

As crianças identificam a crise com o país, mais do que com as suas próprias vidas. Para elas, o país está “mal” e “mau”, mobilizando nos seus discursos a palavra “crise” muito frequentemente. Algumas crianças fazem mesmo um diagnóstico muito reservado acerca do estado em que o país se encontra mergulhado. Na perceção de Mateus (9 anos) há uma “*Pobreza, tristeza*” que assola a sociedade; quanto ao Marco (9 anos), não esconde que “às vezes há emergências” que são difíceis de prever e de contornar; já a Eva (10 anos) obriga-nos a pensar a realidade

1 Todos os nomes são fictícios.

social como uma fatalidade: “*Está muito mal*”, em que o caos se instala, como nos faz pensar o Rui (9 anos,) a situação do país é claramente fácil de identificar: “*está em mau estado*” o que se pode confirmar com a observação final de Tiago (9 anos) que considera que o país se encontra “*Muito doente!*”.

No que diz respeito às implicações vividas, há crianças que assumem que estão diretamente a passar por dificuldades financeiras no seio familiar, como é o caso da Sara (10 anos) que admite “*nós, agora estamos em crise e não temos dinheiro*”, e o Rui (9 anos) que refere que “*Sinto dificuldades no dia-a-dia*” ou, ainda, o Pedro (9 anos) que confessa que “*No meu dia-a-dia, às vezes, não tenho coisas que eu quero... não tenho cereais e outras coisas e tenho de comer pão*”. Um dos efeitos da crise exprime-se mesmo na condição de aluno, como refere a Beatriz (11 anos), ao colocar-se na posição de vítima injustiçada pela desigualdade social: “*A pobreza infantil é sofrimento e tristeza, porque não podemos ter coisas como outras pessoas ricas. Essas fazem-nos inveja, mas também, pois não podemos fazer as coisas da escola. Como por exemplo, pesquisas, trabalhos, imprimir e tirar menos na nota do fim do ano. Isso é injusto.*”

Algumas crianças referem mesmo que as crianças são as principais vítimas da escassez e da pobreza: por exemplo, para o João (10 anos) quem mais sofre as consequências da crise são “*As crianças... elas ficam com fome e isso.*” A Diana (11 anos) também exprime a mesma consciência, indicando como efeitos emocionais da pobreza nas crianças, a tristeza e a solidão: “*Para mim, a pobreza é não ter nada, viver com o que têm. Elas sentem-se tristes por não ter tanto como os outros, sentem-se sós. Não têm nada com que brincar. Normalmente, comem só pão e leite porque não têm dinheiro para comprar comida.*”

A situação familiar, presente ou futura, é objeto de atenção, como refere o Mateus (9 anos): “[A crise] *preocupa-me, porque qualquer dia pode chegar à minha família e depois não termos dinheiro para comer*”, e, se a vida pessoal, como vimos, é invocada, é sobretudo sobre os adultos que a análise da crise incide.

É o que nos diz a Mariana (9 anos), quando refere que “*a crise envolve mais os nossos pais por causa do dinheiro e a nós não*”; assim como a Eva (10 anos), que relata que as grandes dificuldades são sentidas pelos pais e/ou “*Aos adultos [...] Porque são eles que têm de comprar todas as coisas para as crianças*”; ou ainda a Ana (10 anos), que defende que o facto de serem os adultos os responsáveis, lhes atribui maiores responsabilidades

no enfrentamento das adversidades da crise: “os adultos já são mais crescidos e sabem mais da crise e as crianças não, às vezes não têm a noção”; e a Sofia (9 anos) que tem uma opinião semelhante, ao referir que a crise “aos adultos afeta mais e às crianças não afeta tanto”.

A análise dos fatores da crise expressa-se nas crianças em comentários assertivos sobre a desigualdade social e sobre os políticos que identificam como responsáveis. O Rui (9 anos) pede contas ao anterior governo, “[deveriam] mandar o Sócrates logo para a rua, logo no início”; já o Mateus (9 anos) defende a demissão do governo atual “A solução é o Passos Coelho que está a governar mal”, enquanto para Pedro (9 anos) o importante é que se alerte para os problemas sem ocultar a verdade: “o Presidente não mentir às pessoas, dizer a verdade e dar dinheiro”; adjuvando, o Tiago (9 anos) emite a opinião de que “o Cavaco Silva não podia ter tido aquela ordem de retirar dinheiro à população”.

Em síntese, as crianças falam dos políticos como os propulsores do estado em que o país se encontra e só há uma solução viável, que é mudar as políticas e os próprios responsáveis da política nacional.

Se as mudanças políticas e sociais que preconizam não estão nas suas mãos, as crianças exprimem o desejo de participar na sua resolução. Num debate na turma, numa das escolas onde foram recolhidas as opiniões, elas formularam propostas. A primeira proposta apresentada foi a possibilidade de as pessoas comprarem mais produtos portugueses. O símbolo “*made in Portugal*” encontra-se marcado em diferentes produtos nos códigos de barras começados por 560. De maneira a ajudarem a economia interna, as crianças discutiram sobre se deveriam ou não comprar produtos iniciados por 560. O que despertou essa curiosidade foi o facto de uma das crianças ter uma tia, dona de uma loja, preocupada com a diminuição de clientes por causa da crise. Diz a Maria (8 anos): “[a minha tia] disse que deveríamos comprar coisas portuguesas. “Coisas com código de barras 560”, afirmaram vários dos seus colegas.

Na mesma turma, a propósito de compras de Natal, algumas crianças fazem algumas propostas concretas: “Deveríamos comprar *beyblades* para ajudar os nossos pais” (Maria, 8 anos); “Podemos comprar um conjunto de pinturas que custa tipo... 8 euros e 99... o mesmo de um *beyblade*.” (Sara, 8 anos). Nesta turma, as crianças debateram com os professores as formas como a compra de produtos portugueses poderia ajudar as lojas e economias locais – houve troca de conhecimentos económicos básicos com as crianças, levando-as a reformular as suas aspirações de aquisi-

ção de presentes mais caros e revelando o seu interesse em partilhar conhecimentos básicos de economia e práticas de consumo. O excerto do diálogo que se transcreve é ilustrativo disso mesmo:

“Maria (8 anos) – *E se eu não gosto de beyblades?*

Professor – *Compras uma Barbie!*

Vários – *Uma Barbie???*

João (9 anos) – *E nós? Uma Barbie?*

Professor – *Então, o que pensam disso?*

Sara (8 anos) – *Bem ...*

Professor – *Mas a Barbie é mesmo muito cara. À volta de 70 euros... Mais?*

Maurício (8 anos) – *Eu sei de algo muito barato! O beyblade pequeno só custa 3 euros!*

Professor – *Ok mas ela não gosta de beyblades. É rapariga. Se ela não gosta, precisamos de outra sugestão diferente. (...)*

Custódio (9 anos) – *Bem, temos as hot wheels que só custam 1 euro....*

Maria (8 anos) – *Sim, mas elas não gostam!”*

A partir do excerto é possível compreender o modo como as crianças são capazes de perceber implicações específicas da crise nas suas vidas e nas capacidades dos adultos em responderem aos seus pedidos mas, também, e talvez mais importante, reconhecer o modo como são competentes para questionar o seu próprio papel em encontrar soluções que sejam adequadas à sua posição.

Muitas das crianças entrevistadas usam a palavra «poupar» como forma de evitar uma crise e neste caso para fazer face a ela. Algumas crianças dão exemplos concretos: “*A tática de poupança é não estar sempre a sujar-me para não gastarmos em detergentes... meter só a comida necessária no forno para aquecer*” – Rui (9 anos); a Sofia (9 anos) defende também que é nas pequenas coisas do dia-a-dia que se poupa, como por exemplo “*Na água, na luz e no gás [...] em roupa e também outras coisas que não tenham importância*”.

Outras crianças encontram na solidariedade a forma mais direta de combater a crise, considerando os seus efeitos noutras crianças em situação de maior vulnerabilidade. Diz o Augusto (11 anos), quando é convidado a refletir sobre os efeitos da crise nas crianças: “*A pobreza infantil é crianças sem comer no dia-a-dia, não ter prendas no Natal e nos anos. Essas crianças não têm roupa suficiente e também não têm dinheiro.*

Pode-se combater dando-lhes comida e roupa. Conforto, amizade e devíamos construir instituições para crianças. As pessoas com mais dinheiro deviam poupar mais e dar aos pobres. Eu na minha escola se visse uma criança pobre dava-lhe o meu lanche.” O Carlos (11 anos) acrescenta: *“Pode-se combater esse problema. É que os mais ricos podem os filhos deles terem brinquedos que já não brincam mais e podem doar aos mais pobres. A comida que se tenha muito e falta pouco para acabar a validade pode-se dar aos pobres.”* É, no fundo, na relação entre os ricos e os pobres que algumas crianças colocam a raiz do problema e da sua solução. Se a redistribuição de rendimentos, sob formas predominantemente caritativas e assistencialistas, predomina na linguagem das crianças, algumas há, porém, que exprimem uma posição de crítica social, responsabilizando diretamente as formas de dominação associadas à desigualdade económica e social pela génese, sendo a sua superação a condição de solução da crise: *“Os ricos podiam combater essa pobreza não desperdiçando tanto e em coisas que não precisam realmente.”* (Diana, 11 anos).

Em síntese, as crianças procuram identificar sinais da crise, mas também os modos de lhe fazer frente, demonstrando competências interpretativas, críticas e propositivas.

CONCLUSÕES – A CIDADANIA INFANTIL EM RISCO ?

Neste capítulo procuramos identificar os efeitos da crise económica global nas crianças, tomando por referência indicadores oficiais relativos às crianças portuguesas. Concluimos que, após 2008, a situação da infância portuguesa piorou globalmente, designadamente no que respeita à taxa de pobreza infantil, ao absentismo e abandono escolar, à exposição a situações de disrupção do ambiente familiar, a maus-tratos e a violência. Reportamos, também, que as situações de maior vulnerabilidade ocorrem especialmente junto das crianças mais pequenas e nos grupos de adolescentes.

Analisamos, também, os efeitos discursivos da crise nas crianças, procurando identificar traços marcantes das representações infantis sobre a crise. Sublinhamos três aspetos principais dessas representações. Em primeiro lugar, as crianças tendem a identificar alguns efeitos da crise nos seus contextos familiares; todavia, o discurso dominante não vai no sentido de sinalizar carências ou privações, mas antes de

referir ajustamentos quotidianos, interpretados menos como perdas e mais como mudanças comportamentais autoinduzidas para fazer face às dificuldades (menos almoços fora, férias limitadas, etc.). Em segundo lugar, a procura pelas crianças de um significado político e de responsáveis políticos pela crise. Esta constitui um motivo de grande referência mediática e as crianças são induzidas à produção de opiniões políticas próprias, mesmo se estas não se destacam pela sua particular originalidade face aos discursos dominantes. Em terceiro lugar, as crianças exprimem em múltiplos casos formas solidárias de ação sobre a crise, procurando encontrar soluções de ajuda familiar (maior poupança nas despesas diárias, por exemplo), bem como a ajuda solidária em programas emergenciais perante situações extremas (partilha de roupas, brinquedos, livros ou alimentos, por exemplo). Estas conclusões vão no sentido homólogo de outros estudos sobre representações sociais da crise pelas crianças (Martorano *et al.*, 2013).

Há um outro efeito importante da crise económica na situação da infância. Portugal começou no início dos anos 2000 apenas a abordar as questões da participação infantil e, de forma mais geral, a questão dos direitos da criança, tendo tido lugar, aliás, nesta década um momento crucial de debate sobre os direitos da criança, a propósito do “caso Casa Pia” (denúncia de abusos sexuais prolongados numa instituição pública de acolhimento de crianças, perpetrados por personagens das classes dominantes, algumas delas fortemente mediáticas). A crise económica, um pouco paradoxalmente, atenuou esse debate. As políticas públicas contribuíram fortemente para reduzir e limitar as condições de bem-estar familiar e associaram-se à restrição dos direitos das crianças.

No entanto, o sentido geral de emergência social não apenas diluiu, na opinião pública, os efeitos específicos da crise na infância, como questões cruciais da afirmação dos direitos das crianças, como a participação infantil, perderam oportunidade na agenda política e comunicacional. Assim, tem sido possível ao poder político impor novos dispositivos reguladores fortemente autoritários – é o caso do novo Estatuto do Aluno, que judicializa o processo pedagógico da imposição da disciplina escolar e rasura qualquer direito participativo nas escolas públicas – sem que isso tenha tido repercussão significativa nas posições públicas. Há um efeito de “naturalização” do empobrecimento e da precarização, que limita as possibilidades de afirmação da cidadania da infância. As condições de vida das crianças são assim, afetadas, em

todas as dimensões, nomeadamente na dependência face aos adultos, criando-se o cenário propício ao recrudescimento de práticas paternalistas e autoritárias.

Não obstante, ocorrem formas de resistência, sendo comum verificar a presença de crianças nas múltiplas manifestações de protesto cívico e político, acompanhando os seus pais. A figura inesperada da criança política reemerge nesses momentos de protesto e de revolta. Não há razão nenhuma para supor que essa ação política não seja legítima, intencional e decorrente de um pensamento político crítico por parte das crianças. Uma cidadania infantil da resistência ocorre, assim, ao mesmo tempo que são impostas condições estruturais da restrição da cidadania da infância.

A crise económica, afetando sobretudo as classes populares e as classes médias, repercute-se sobre todas as crianças, pelo efeito da restrição geral de direitos. No entanto, afeta diferenciadamente as crianças. São as crianças mais pobres as que mais atingidas, nomeadamente no que respeita aos direitos de proteção e aos direitos de provisão. Pode mesmo, a este propósito, falar-se de um importante retrocesso social. Esta conclusão remete-nos para a importância de considerar, em simultâneo, a infância como categoria social geracional e os diferentes estratos sociais de crianças, articulando dialeticamente a identidade da infância com a diversidade das condições de existência, como atrás assinalamos.

A realidade de um país como Portugal, a par dos países do Sul da Europa especialmente afetados pela crise, pode contribuir poderosamente para compreender como as forças estruturais, económicas, políticas e sociais operam mudanças na infância contemporânea, reconstruindo novos termos nas relações entre estratos sociais de crianças e reconfigurando constrangimentos e possibilidades da cidadania da infância.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ana Alexandra Marinho, e Nuno Filipe Reis Rodrigues. 2010. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 28,2: 127-131.
- ARIES, Philippe. 1973. *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil. (1ª Ed.:1960).

- BASTOS, Amélia, Graça Leão Fernandes, José Passos, e Maria João Malho. 2008. *Um Olhar sobre a Pobreza Infantil. Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra: Almedina.
- BIBI, Sami, John Cockburn, Christian Arnault Emini, Ismaël Fofana, Paul Ningaye e Luca Tiberti. 2010. *Impacts of the Global Economic Crisis on Child Poverty and Options for a Policy Response in Cameroon*. Florence: UNICEF Regional Office for West and Central Africa, Dakar, and UNICEF Innocenti Research Centre (Innocenti Working Paper No. 2010-04).
- CHRISTENSEN, Pia e Allison James. 2005. *Investigação com crianças. Perspetivas e Práticas*. Porto: ESE Paula Frassinetti.
- COCKBURN, Tom. 2013. *Rethinking children's citizenship*. Londres: Palgrave Macmillan
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. 2014. *Relatório Anual de Avaliação das Atividades das CPCJ no ano de 2013*. http://www.cnpcjr.pt/%5CRelatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf
- DAVIS, John, e Malcolm Hill. 2006. Introduction. In *Children, young people and social inclusion. Participation for what?* Organizado pr E. Kay, John Tisdall, M. Davis, Alan Prout e Malcolm Hill. Bristol: Polity Press, 1-14.
- DE NEUBOURG, Chris, Jonathan Bradshaw, Yekaterina Chzhen, Gill Main, Bruno Martorano e Leonardo Menchini. 2012. *Child Deprivation, Multidimensional Poverty and Monetary Poverty in Europe*. Florença: UNICEF Innocenti Research Centre (Innocenti Working Paper No. 2012-02).
- EUROCHILD e EAPN. 2013. *Towards children's well being in Europe. Explainer on child poverty in the EU*. Bruxelas: Eurochild.
- FRAZER, Nancy. 2014. *From a Child Poverty and Wellbeing Perspective*. Bruxelas: Eurochild.
- HARPER, Caroline, Nicola Jones, Andy MCKAY e Jessica Espey. 2009. *Children in times of economic crisis: past lessons, future policies*. Overseas Development Institut. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/3749.pdf>
- HONIG, Michael-Sebastian. 2009. How is the child constituted in childhood studies? In *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*, organizadores Jans Qvortrup, William Corsaro e Michael-Sebastian Honig, Londres/Nova Iorque: Palgrave-McMillan, 63-77.
- Instituto Nacional de Estatística. 2014. *População residente em Portugal com tendência para diminuição e envelhecimento*. <http://www.ine.pt/xpor>

tal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_bou-
i=218629052&DESTAQUESmodo=2

- JENKS, Chris (Ed.). 1992. *The Sociology of Childhood. Essential Readings*. Brookfield: Gregg Revivals. (2ª ed.)
- LEVISON, Deborah. 2000. Children as economic agents. *Feminist Economics*. 6(1): 125-134
- MACHADO, Natália. 2013. *O lugar da infância em tempos de crise. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância*. Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25999>
- MARTORANO, Bruno, Luisa Natali, Chris De Neubourg, e Jonathan Bradshaw. 2013. *Child Well-Being in Advanced Economies in the Late 2000s* Florença: UNICEF Innocenti Research Centre (Innocenti Working paper 2013-01).
- PROUT, Alan, e James, Allison. 1990. A new paradigm for the Sociology of childhood? Provenance, Promise and Problems. In *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, organizadores Allison James e Alan Prout. Londres: The Falmer Press, 7-34.
- PROUT, Alan. 2005. *The future of childhood*. Londres: Routledge
- QVORTRUB, Jans. 2010. A tentação da diversidade – e seus riscos, *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113:1121-1136.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. 2013. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea. Desafios conceituais e praxeológicos. In *Sociologia da Infância e a Formação de Professores*, organizadores R. T. Ens e M. C. Garanhani. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 13-46.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. 2015. *Privação e Resistência. Perspetivas das crianças sobre a crise económica e social*. (em publicação).
- SARMENTO, Manuel Jacinto, e Rita Marchi. 2008. Radicalização da Infância na segunda modernidade. Para uma sociologia da Infância crítica. *Configurações*. nº4: 91-113.
- TREVISAN, Gabriela Pina. 2014. “Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós”. *Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade*.” Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- UNICEF. 2012. *Measuring child poverty. New league tables of child poverty in the world's rich countries*. Innocenti Report Card nº 10. Florença: UNICEF.

UNICEF. 2014. *El estado mundial de la infancia de 2014 en cifras. Revelando las disparidades para impulsar los derechos de la niñez. Todos los niños y niñas cuentan*. Nova Iorque: UNICEF.

WALL, Karin, Ana Nunes de Almeida, Maria Manuel Vieira, Vanessa Cunha, Susana Atalaia, Mafalda Leitão, Leonor Rodrigues e Filipa Coelho. 2014b. *As Crianças e a Crise em Portugal: Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013*. Lisboa: UNICEF.

WALL, Karin, Mafalda Leitão e Susana Atalaia. 2014a. *Principais Desenvolvimentos das Políticas de Família em 2013*. Lisboa: Observatório das Famílias e das Políticas de Família. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

POBREZA INFANTIL. DIAGNÓSTICO E REFLEXÃO SOBRE OS INDICADORES DE AFERIÇÃO

Amélia Bastos*

INTRODUÇÃO

A Convenção dos Direitos da Criança coordena um conjunto de princípios que visam proteger a criança e promover o seu desenvolvimento. Esta convenção foi retificada por todos os Estados-Membros da União Europeia (UE) .

Paradoxalmente, o problema da pobreza infantil tem vindo a assumir uma importância crescente na UE. Mais, as crianças parecem ser um dos grupos etários mais atingidos pelos efeitos da crise económica que se tem feito sentir desde 2008.

Numa recente recomendação da Comissão Europeia (European Commission, 2013) o combate da pobreza infantil é apontado como uma prioridade dos Estados-Membros. Esta recomendação considera que os princípios estabelecidos na Convenção dos Direitos da Criança deverão constituir a base de conceção das medidas de política social desenhada para a infância e juventude¹. É dado um particular enfoque às medidas que visam atenuar o problema da pobreza infantil, tanto no plano das suas consequências como no dos seus fatores determinantes, visando promover a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente da raça, etnia, género, religião ou orientação sexual, tal como é estabelecido na referida Convenção.

* Membro integrado do CEMAPRE – Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa. abastos@iseg.ulisboa.pt

1 A Convenção dos Direitos da Criança estabelece como idade limite para uma criança os 17 anos. Esta é aliás também a definição de criança adotada pelo EUROSTAT.

A necessidade de implementar medidas de combate à pobreza infantil decorre não só da incidência e intensidade com que o problema se tem vindo a manifestar nos diferentes Estados-Membros, como do reconhecimento dos seus impactos no problema mais geral da pobreza e da exclusão social. De facto, a atuação ao nível das crianças contribui para cortar o ciclo de transmissão intergeracional da pobreza e promover as condições de vida que permitam às crianças que vivem em condições mais desvantajosas, aceder a oportunidades em termos de saúde, de educação e de inserção social que as posicionem mais favoravelmente relativamente aos seus pares, tanto no curto prazo, enquanto crianças, como no médio e longo prazos, enquanto adultos.

A intervenção ao nível da infância tem assim um carácter preventivo mas também constitui um investimento no potencial humano e uma contribuição direta para a estratégia de desenvolvimento e crescimento definida recentemente pela UE – Europe 2020 Strategy ²

Após este capítulo introdutório em que se apresenta a problemática de investigação em estudo, o segundo ponto deste texto delinea os principais traços da pobreza infantil em Portugal, a partir da análise do problema no contexto europeu.

A caracterização do problema utilizará a abordagem monetária e uma metodologia multidimensional que integra o conceito de exclusão social, discutindo os seus fundamentos e questionando o diagnóstico que tais abordagens sugerem no terceiro e último ponto deste capítulo.

POBREZA INFANTIL EM PORTUGAL – TRAÇOS DO PROBLEMA NO CONTEXTO EUROPEU

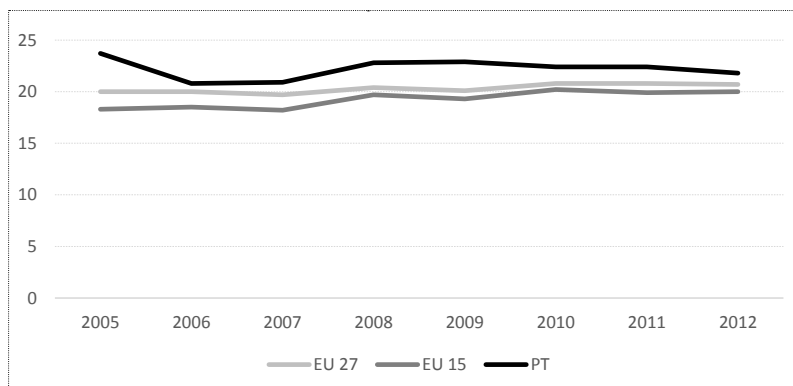
O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) que resulta da aplicação em Portugal do programa europeu sobre análise das condições de vida e rendimento, através do European Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC), levado a cabo pelo EUROSTAT, constitui a base de dados fundamental para a análise empírica a desenvolver neste ponto. Este inquérito foi iniciado em 2004 e os dados mais atualizados do mesmo dizem respeito a 2012 (dados transversais), pelo que

² Para uma apresentação detalhada da Europe 2020 Strategy, veja-se European Commission (2010).

o período de análise vai de 2004 a 2012 (salvo quando pontualmente os dados não são disponibilizados).

No contexto da UE o risco de pobreza monetária das crianças ³ em Portugal é superior ao da média comunitária, durante todo o período analisado. Registrando uma incidência da pobreza infantil pouco abaixo da referente aos países do leste europeu, Portugal apresenta contudo, em média, uma menor proporção de crianças em risco de pobreza do que a verificada nos países da Europa do Sul – Espanha, Itália e Grécia, no período em análise.

Gráfico 1. Risco de pobreza infantil- Portugal e a UE, 2005 a 2012



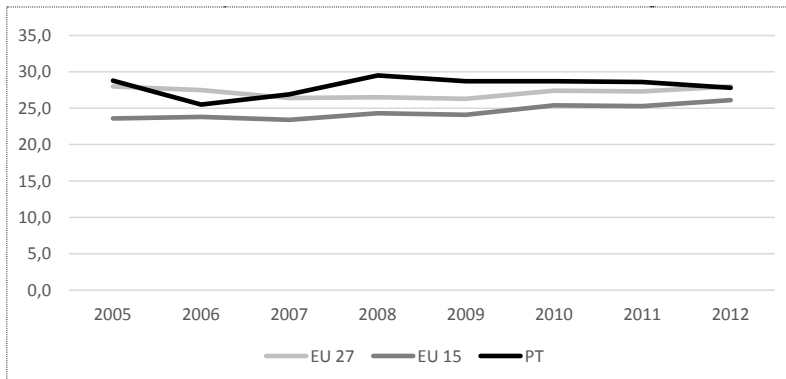
Fonte: EU-SILC, 2005 a 2012

Esta é também a conclusão que poderemos retirar do Gráfico 2, a partir da utilização do conceito de pobreza ou exclusão social ou seja, considerando uma abordagem multidimensional da pobreza com base no *standard* de análise do EUROSTAT ⁴.

3 O risco de pobreza monetária das crianças decorre da definição *standard* de pobreza monetária utilizada pelo EUROSTAT, descrita em anexo. Assim, uma criança encontra-se em risco de pobreza monetária caso o rendimento por adulto equivalente que corresponde ao seu agregado familiar seja inferior ao limiar de pobreza.

4 Trata-se de um indicador definido no âmbito da Estratégia 2020 definida pela UE (European Commission, 2010).

Gráfico 2. Risco de pobreza ou exclusão social das crianças
Portugal e a UE, 2005 a 2012



Fonte: EU-SILC, 2005 a 2012

Note-se que os indicadores de privação utilizados nesta análise são os aplicados para toda a população. Todavia, no estudo desenvolvido pela UNICEF (2013) para o ano de 2009 (ano em que o EUROSTAT recolheu informação no contexto do módulo *ad hoc* sobre Privação Material), a partir da definição de catorze indicadores de privação específicos da criança ⁵, Portugal encontra-se numa das posições mais desvantajosas, apontando uma incidência da privação muito perto dos 30%, apenas suplantada por países como a Letónia, Hungria, Bulgária e Roménia. Mais, Portugal apresenta neste estudo uma taxa de risco de privação bastante superior à dos países da Europa do Sul (mais do que duplica a referente a Itália e a Espanha e é cerca de 10 pp superior à da Grécia).

A partir do mesmo estudo e numa análise da intensidade da privação, regista-se uma aproximação do nosso país aos países da Europa de Leste anteriormente referidos, à medida que cresce o número de itens em situação de privação. Por exemplo a proporção de crianças em Por-

⁵ Estes indicadores avaliam a situação da criança em domínios tais como: alimentação, lazer, condições de habitação e vestuário. Tais indicadores pretendem sistematizar as condições de vida standard de uma criança numa economia desenvolvida. A sua definição detalhada pode ser vista em UNICEF (2013).

tugal com cinco ou mais itens de privação é bastante próxima da verificada na Letónia e na Hungria.

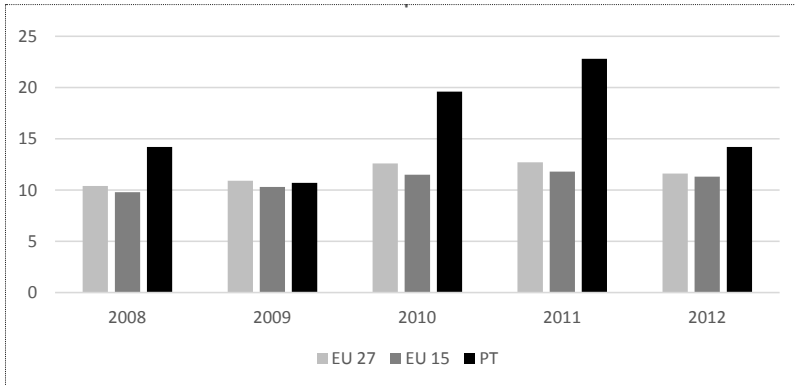
Numa perspetiva complementar de análise, tendo em conta o nível de rendimento do país, Portugal também apresenta uma posição preocupante. De facto com um rendimento per capita de cerca de \$25000 (PPP), semelhante ao de países tais como a República Checa e a Eslovénia, a proporção de crianças com dois ou mais itens de privação no nosso país mais do que triplica a verificada nestes países. Finalmente, note-se também que a posição relativa de Portugal no contexto geral dos países analisados, mantém-se para todos os níveis de privação considerados.

As estatísticas referidas alertam para a necessidade de intervenção prioritária ao nível das crianças em geral e dos grupos particularmente atingidos por carências, grupos estes que, de acordo com os resultados apresentados, apresentam uma dimensão significativa. Mais, tendo em conta o nível de rendimento, os resultados deste estudo da UNICEF apontam para uma relativa ineficácia das políticas sociais desenvolvidas ao nível da infância e juventude uma vez que, com níveis de rendimento semelhantes a outros países, Portugal apresenta uma taxa de privação das crianças bastante mais elevada.

Numa abordagem longitudinal as estatísticas relativas à persistência da pobreza⁶ representadas no Gráfico 3 sublinham, mais uma vez, a importância do problema da pobreza infantil em Portugal. Assim, os dados do EUROSTAT mostram que as crianças no nosso país permanecem em média mais tempo em situação de pobreza do que os seus pares na UE. Note-se que a discrepância observada se regista quer em comparação com o grupo mais restrito da UE15 como relativamente à UE27. Esta realidade é preocupante não só pelas condições de vida inerentes à situação de pobreza monetária em que estas crianças vivem, mas também pelas consequências que tais condições terão no seu futuro, uma vez que a duração acrescida da pobreza alimenta e estimula o ciclo de transmissão intergeracional da mesma (Duncan *et al.*,1997).

6 A taxa de persistência da pobreza indica a proporção de indivíduos em situação de pobreza monetária no ano de referência dos dados e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

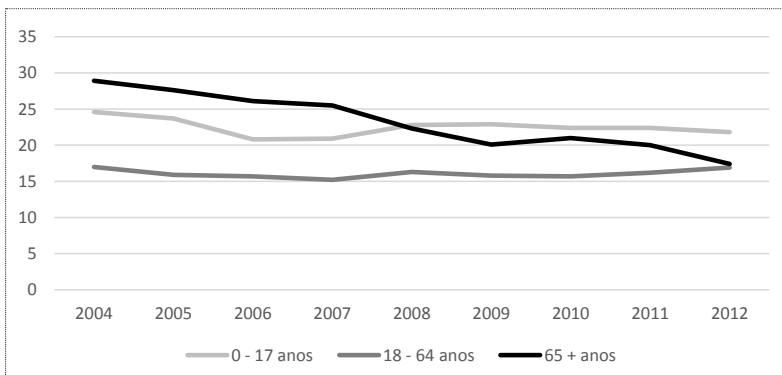
Gráfico 3. Persistência da pobreza infantil – Portugal e a UE, 2008 a 2012



Fonte: EU-SILC, 2008 a 2012

Debrucemo-nos agora de uma forma mais detalhada sobre as especificidades da problemática da pobreza infantil em Portugal. De acordo com os dados do ICOR, as crianças constituem atualmente o grupo etário com um risco mais acrescido de pobreza e simultaneamente é também neste grupo que se observa uma evolução mais desfavorável deste risco desde 2004 –Gráfico 4.

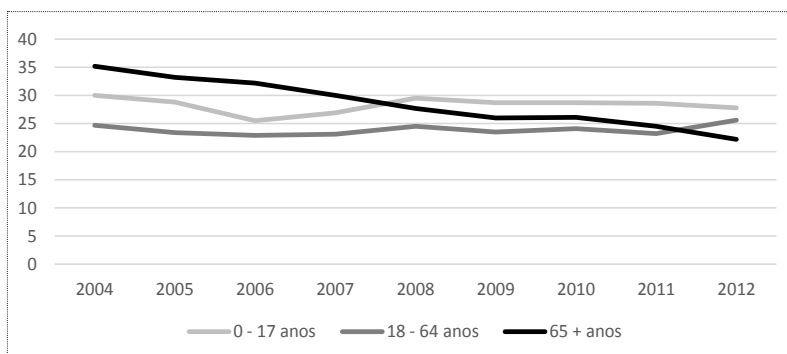
Gráfico 4. Risco de pobreza de acordo com o escalão etário, 2004 a 2012



Fonte: ICOR, 2004 a 2012

Esta é também a conclusão que se retira quando se considera a abordagem multidimensional da pobreza, a partir dos dados representados no Gráfico 5. Note-se que em 2012 quase uma cada três crianças se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social.

Gráfico 5. Risco de pobreza ou exclusão social de acordo com o escalão etário, 2004 a 2012



Fonte: ICOR, 2004 a 2012

As consequências da crise económica ao nível do mercado de trabalho estão subjacentes ao aumento do risco de pobreza ou exclusão social dos adultos em idade ativa. Este facto tem também consequências preocupantes para as crianças, não só pela diminuição inerente de recursos dos agregados familiares, como também pela limitação das perspetivas de vida, quer dos adultos como das crianças da família.

Numa análise mais detalhada da privação material para 2009, a partir do módulo adicional do ICOR desse ano, Bastos *et al.* (2011) mostram, com base num conjunto de indicadores específicos do bem-estar das crianças e de um limiar de privação que apenas considera este grupo etário, que cerca de 22% das crianças estava em risco de privação. Nesta análise sobressaem itens tais como: *capacidade para ter uma semana de férias fora de casa por ano, existência de atividades extra-curriculares, existência de espaço para brincar e capacidade para convidar amigos para casa*. No contexto de crise económica atual os constrangimentos finan-

ceiros decorrentes do desemprego e da redução dos salários não antecipam progressos nestes itens, ou mesmo noutros relacionados com a disponibilidade financeira do agregado familiar.

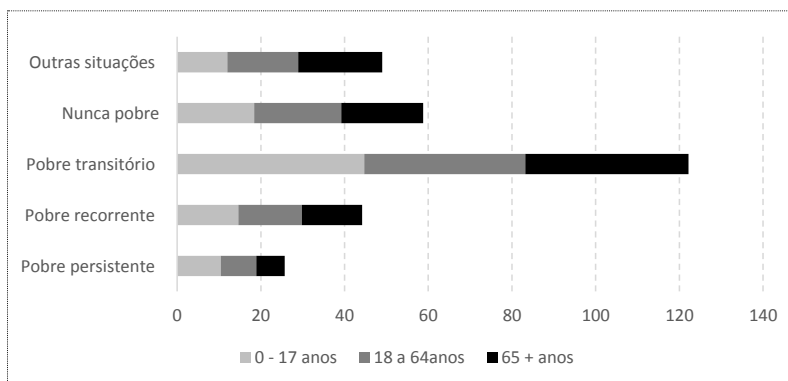
Relativamente aos grupos mais vulneráveis e tendo em conta algumas desagregações sociodemográficas e económicas, os microdados do ICOR mostram que a pobreza ou a exclusão social das crianças são particularmente notórias em grupos tais como: crianças de meios rurais no que reporta a pobreza monetária mas não a privação material; agregados familiares monoparentais ou com três ou mais crianças a cargo; crianças incluídas em famílias com graus de escolaridade ou com níveis de qualificação profissional baixos, sendo de sublinhar a situação particularmente vulnerável das crianças de famílias ligadas à agricultura e pescas e, finalmente, as crianças de famílias com pelo menos um adulto desempregado⁷.

Para terminar a caracterização da problemática da pobreza infantil em Portugal, debrucemo-nos agora sobre o painel de dados longitudinais do ICOR. O período mais atualizado disponível diz respeito a 2008-2011. Utilizando a tipologia longitudinal da pobreza definida na UE ⁸ e considerando o conceito de pobreza ou exclusão social, os microdados representados no Gráfico 6 atestam, mais uma vez, a vulnerabilidade acrescida das crianças à pobreza ou exclusão social, comparativamente com os outros grupos etários.

7 Para uma análise detalhada destes grupos vejam-se, por exemplo: Bastos *et al.* (2011) e Diogo (2010).

8 De acordo com esta tipologia as trajetórias de pobreza podem classificar-se de acordo com três situações: *pobreza persistente* – o indivíduo é pobre durante todo ou quase todo o período observado; *pobreza recorrente* – o indivíduo passa por vários períodos de pobreza e de não pobreza; *pobreza transitória* – o indivíduo apenas experiencia curtos períodos de pobreza. Dado que esta classificação não esgota todas as trajetórias possíveis, as trajetórias não incluídas são agrupadas numa classe por nós designada como *outras situações*. Para uma explicação detalhada desta classificação veja-se European Commission (2012).

Gráfico 6. Tipologia longitudinal da pobreza ou exclusão social (painel 2008 a 2011)



Fonte: ICOR, 2008 a 2011

De facto as situações mais gravosas tais como a pobreza persistente são vividas em maior proporção pelas crianças, com todas as consequências que tal facto representa, tanto no curto como no médio e longo prazo (Duncan, 1997).

O QUE NOS DIZEM AS ESTATÍSTICAS SOBRE O PROBLEMA DA POBREZA INFANTIL?

O diagnóstico da problemática da pobreza infantil realizado no ponto anterior assentou em duas abordagens: monetária e multidimensional. Os conceitos e medidas utilizadas enformam a grelha de análise padrão de organismos internacionais tais como o EUROSTAT e a UNICEF. Estas metodologias são também o *core* de grande parte dos trabalhos académicos desenvolvidos nesta área. Todavia, importa fazer alguma reflexão sobre estes métodos, exercício esse que constitui o propósito deste ponto.

A abordagem monetária da pobreza infantil parte da observação do rendimento do agregado familiar. Contudo, a utilização do rendimento como *próxy* dos recursos da família, não é linear. De facto a informação sobre o rendimento que consta dos inquéritos nem sempre é rigorosa, uma vez que são muitas vezes escamoteados os rendimentos provenien-

tes da economia informal ou mesmo os resultantes da atividade desenvolvida por conta própria. Mais, os recursos financeiros de um agregado familiar não têm somente origem no rendimento auferido num determinado momento, resultam também do suporte da família alargada, das poupanças, dos créditos / dívidas contraídas, entre outros.

No contexto da pobreza infantil a utilização do rendimento como meio de aferição envolve alguns problemas adicionais, pese embora o reconhecido papel da família e dos seus recursos no desenvolvimento da criança (Groder, 2008).

A abordagem monetária considera que uma criança é pobre caso o seu rendimento por adulto equivalente seja inferior ao limiar de pobreza. Este conceito tem subjacente uma repartição igualitária do rendimento no agregado familiar, hipótese bastante forte ⁹. Adicionalmente, esta definição assenta na atribuição de uma ponderação a cada membro do agregado familiar, ditada por uma escala de equivalência. Ora tais escalas apoiam-se apenas em fundamentos empíricos¹⁰ sendo por isso discutível a sua utilização e mesmo a sua escolha.

Note-se também que o limiar de pobreza é calculado a partir de uma proporção da mediana do rendimento por adulto equivalente. Se bem que no contexto da distribuição do rendimento a mediana constitui uma boa escolha para determinar a centralidade do rendimento, a proporção escolhida do seu valor para calcular a linha de pobreza é relativamente arbitrária. O EUROSTAT utiliza 60% da mediana mas a OCDE emprega 50%, o que necessariamente induz resultados diferenciados sobre o mesmo problema.

Por outro lado, ao utilizarmos esta abordagem em termos comparativos internacionais estamos necessariamente a comparar realidades diferentes, apesar do conceito de pobreza utilizado ser de carácter relativo. De facto os custos com a saúde e a escolaridade, assim como a sua acessibilidade / oferta podem por si só constituir uma plataforma concertada da política para a infância e juventude que, independentemente do nível de rendimento, assegura os cuidados necessários ao são

⁹ Para uma discussão desta hipótese veja-se, por exemplo Jenkins, 2000.

¹⁰ As escalas de equivalência têm subjacente uma estimativa da estrutura de despesa do agregado familiar e o impacto das economias de escala nessa estrutura. Esta estrutura é considerada fixa para famílias de idêntica tipologia, hipótese necessariamente discutível. A escala modificada da OCDE adotada pelo EUROSTAT considera que o primeiro adulto do agregado familiar tem peso 1, o segundo adulto e restantes têm peso 0,5 e cada criança tem peso 0,3.

crescimento e desenvolvimento das crianças. Atente-se por exemplo nos países da Europa do Norte e comparem-se os serviços públicos disponibilizados nesta área com os que são oferecidos no nosso país.

Finalmente e não menos importante a variável rendimento nada nos diz sobre a capacidade parental, variável determinante das condições de vida das crianças tanto no curto como no médio e longo prazos¹¹.

Debrucemo-nos agora sobre a abordagem multidimensional. O conceito de privação material utilizado pelo EUROSTAT parte da definição de nove itens que pretendem reunir as condições de vida consideradas como básicas em todos os Estados-Membros da UE. Estes indicadores independentemente dos itens que abrangem¹² foram definidos para qualquer indivíduo pelo que não integram os aspetos específicos das condições de vida das crianças. Aliás, para colmatar esta falta foi aplicado em 2009 o módulo *ad-hoc* do EU-SILC sobre privação material, compreendendo um conjunto de indicadores das condições de vida exclusivos das crianças.

Mas a abordagem multidimensional compreende outros problemas, relacionados com a metodologia estatística de análise dos dados. A agregação dos indicadores de privação e a determinação do limiar de privação são alguns destes problemas cujo desenvolvimento e análise podem ser vistos, por exemplo em European Commission (2012).

De facto a criança não constitui nos sistemas estatísticos uma unidade de observação. Por isso toda a informação que lhes diz respeito ou é proveniente de estudos de caso ou é indiretamente obtida através da família. É o que se passa com a análise da privação infantil a partir do EU-SILC. Para além de este inquérito não conter de forma sistemática elementos que traduzam as especificidades do bem-estar das crianças, a aferição que é feita desse bem-estar utiliza o agregado familiar como

11 As competências parentais traduzem a capacidade dos pais ou dos responsáveis pela criança para promoverem e garantirem o seu desenvolvimento saudável. Neste contexto inserem-se capacidades tão diversificadas como: os cuidados de saúde dos quais se destacam a vigilância médica, a alimentação adequada e a promoção de hábitos de vida saudável, as condições favoráveis à frequência e sucesso escolar, a capacidade de vinculação afetiva aos filhos e a transmissão de valores e normas sociais.

12 A abordagem multidimensional da pobreza tem sempre subjacente a definição de indicadores de privação que, dada a sua natureza, dificilmente colhem consenso. Para uma análise crítica da análise da privação material aplicada pelo EUROSTAT veja-se, por exemplo European Commission (2012).

unidade de medida, não permitindo descortinar a afetação e usufruto dos *items* que constituem a grelha de análise da privação material.

Desde há já algumas décadas vários autores têm vindo a chamar a atenção para a importância da abordagem multidimensional da pobreza infantil (Nolan, 1996)¹³. A Comissão Europeia está neste momento a desenvolver um trabalho de construção de indicadores de privação específicos da criança (European Commission, 2012). De facto só a existência de informação rigorosa, sistemática e atualizada permitirá conhecer a realidade das condições de vida das crianças. Este conhecimento é uma condição necessária ao desenho de políticas sociais eficazes que permitam debelar o problema da pobreza infantil.

Cabe aqui uma nota final para o conceito de pobreza ou exclusão social utilizado pelo EUROSTAT. Este conceito assenta em três definições: pobreza monetária, privação material e intensidade laboral. O conceito de intensidade laboral reporta ao agregado familiar, o que no contexto da pobreza infantil não coloca questões. De facto, por um lado a ligação com o mercado de trabalho não poderia ser diretamente referida à criança e, por outro lado, a inserção no mercado de trabalho tem uma importância crucial na determinação das condições de vida da criança tanto presentes como futuras. A questão que se poderá colocar deriva do conceito de intensidade laboral em si mesmo. Este conceito trata da mesma forma trabalho a tempo integral e trabalho temporário, não descortinando as situações de trabalho precário ou informal. Ora tais situações são bastante comuns nos níveis de rendimento mais baixos podendo fazer a diferença no bem-estar de agregados familiares com idênticos níveis de rendimento.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Amélia., MACHADO, Carla e PASSOS, José. 2011. *Números com esperança. Abordagem estatística da pobreza infantil em Portugal: da análise às propostas de atuação*. Coimbra: Editora Almedina
- BASTOS, Amélia., MACHADO, Carla. 2009. *Child poverty: a multidimensional measurement*, International Journal of Social Economics, vol. 36, Issue 3, pp. 237 - 251.

¹³ Para Portugal, Bastos e Machado (2009) ensaiam uma análise da privação material das crianças a partir da construção de indicadores específicos destas e utilizando a *Fuzzy Set Theory* para analisar estatisticamente esta realidade.

- DIOGO, Fernando. 2010. *Da Pobreza Infantil aos perfis de pobreza infantil, um caminho a trilhar*, in SARMENTO, Manuel e VEIGA, Fátima (org.). *Pobreza Infantil: realidades, desafios e propostas*. Ribeirão: Húmus, 89-106.
- DUNCAN, Ggreg and BROOKS-GUNN, Jeanne (eds). 1997. *Consequences of Growing Up Poor*, New York: Russel Sage Foundation.
- European Commission. 2013. *Investing in children: breaking the cycle of disadvantage*. Commission recommendation of 20.2.2013.
- European Commission. 2012a. *Employment and Social Developments in Europe*. Directorate-General, Social Affairs and Inclusion.
- European Commission. (2012b). *Measuring material deprivation in the EU .Indicators for the whole population and child-specific indicators*, EUROSTAT Task-Force on Material Deprivation, European Commission.
- European Commission. 2010. *Europe 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Communication from the Commission of 3.3.2010.
- GRODERN, Anne. 2008. Household Poverty and Deprivation Among Children: How Strong are the links?, *Childhood*, vol. 15: 107-125.
- JENKINS, Stephen. 2000. Modelling Household Income Dynamics, *Journal of Population Economics*, 13 (4): 529-567.
- NOLAN, Brian and Whelan, Cristopher. 1996. *Resources, Deprivation and Poverty*. Oxford: University Press.
- UNICEF. 2013. *Child Well-being in Rich Countries: A comparative overview*, Innocenti Report Card 11. Florence: UNICEF Office of Research.

ANEXO

NOTA METODOLÓGICA

Intensidade laboral – variável que traduz o número de meses em que um indivíduo com idade compreendida entre 18 e 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou durante o período de referência do rendimento.

Intensidade laboral *per-capita* reduzida – verifica-se quando a intensidade laboral das pessoas com idade entre 18 e 59 anos (não estudantes) incluídas num agregado familiar trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Limiar de pobreza – valor que corresponde a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país, de acordo com o que foi estabelecido pela Comissão Europeia.

Privação material – corresponde à situação em que um indivíduo está quando se encontra em pelo menos três das seguintes situações: sem possibilidade de assegurar uma despesa imediata de valor próximo da linha de pobreza mensal; sem capacidade para ter pelo menos uma semana de férias por ano fora do seu alojamento, para si e para todos os membros do seu agregado familiar; com atrasos nos pagamentos regulares, tais como rendas, prestações, etc.; sem possibilidade de ter pelo menos de dois em dois dias uma refeição de carne ou peixe, ou o equivalente vegetariano; sem capacidade financeira para manter a casa minimamente aquecida; sem possibilidade de ter máquina de lavar roupa; sem ter disponibilidade económica para possuir televisão a cores; sem capacidade financeira para ter telefone fixo ou telemóvel e, finalmente, sem poder económico para ter automóvel. Estes indicadores constituem o core de análise da privação material definida pelo EUROSTAT.

Privação material severa – define a condição de um indivíduo que se encontra em pelo menos quatro das situações identificadas pelos nove indicadores de privação material.

Rendimento por adulto equivalente – rendimento de cada membro do agregado familiar resultante da divisão do rendimento total do agregado pelo número de adultos equivalentes nele inserido. Adulto equivalente é uma unidade de medida que pretende ter em conta a dimensão e composição do agregado familiar, permitindo a sua norma-

lização. Para a determinação deste número é utilizada a escala modificada da OCDE.

Risco de pobreza ou exclusão social – um indivíduo encontra-se em risco de pobreza ou exclusão social caso se encontre em pelo menos uma das seguintes situações: pobreza monetária, privação material severa ou incluído num agregado familiar com intensidade laboral per-capita muito reduzida.

Risco de pobreza monetária – encontram-se em risco de pobreza monetária os indivíduos cujo rendimento por adulto equivalente seja inferior ao limiar de pobreza.

Tipologia longitudinal da pobreza – estabelece uma classificação das trajetórias de pobreza em três categorias: pobreza persistente, recorrente e transitória. A pobreza persistente diz respeito às situações de longa duração da pobreza, o indivíduo é pobre no último ano do painel e em pelo menos dois dos anos três anos anteriores. A pobreza recorrente reporta a situações em que o indivíduo passa por vários períodos de pobreza separados por pelo menos um período de não pobreza. A pobreza transitória refere-se às situações em que o indivíduo apenas tem um período de pobreza no painel.

POBREZA, EMPREGO E ESCOLARIDADE: NOTAS SOBRE O CASO PORTUGUÊS

Fernando Diogo*

O objetivo central deste capítulo é darmos conta de alguns dos principais resultados que obtivemos nos nossos estudos sobre a pobreza ao longo dos últimos 12 anos de maneira a contribuir para a construção de um retrato da pobreza em Portugal a partir da análise da situação açoriana. Os nossos estudos centram-se, em particular, nos indivíduos em situação de pobreza que trabalham, muitos deles beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Pretende-se, portanto, concorrer para uma melhor compreensão de uma parte das pessoas e dos grupos afetados. Neste sentido, recorreremos a estudos com desenhos de investigação muito diversos dado que uns são quantitativos e outros são qualitativos. Pretende-se, enfim, identificar traços e características a partir de vários estudos distintos e não apresentar uma investigação coerente e representativa.

Partimos, contudo, de uma rápida contextualização da pobreza no problema das desigualdades de distribuição de rendimento de forma a robustecermos os dados apresentados para, então, nos atermos nos resultados por nós obtidos ao longo dos últimos anos, com enfoque na relação entre pobreza, emprego e educação.

Ao debruçarmo-nos sobre a pobreza, o próprio termo suscita a tendência para, a partir do senso comum, encerrar-se o problema da pobreza nos pobres não se problematizando o papel da sociedade e dos indivíduos e instituições que lhes dão corpo na sua produção e repro-

* Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc. fernando.ja.diogo@uac.pt

dução, desde logo as elites, as classes dominantes, as corporações e os grupos de interesses (conceitos que se intercetam mas que não se confundem) (Diogo, 2012d). É, pois, necessário contextualizar a pobreza em relação a outras questões estruturantes que a condicionam, desde logo as desigualdades sociais (sendo a própria pobreza uma forma extrema de desigualdades sociais). Neste sentido um dos poucos indicadores estatísticos regulares disponíveis sobre as desigualdades sociais respeita às desigualdades de distribuição de rendimento e aos indicadores que a medem, como o índice de Gini e os rácios S90/S10 e S80/S20.

Assim, o que podemos observar é um crescendo das desigualdades de distribuição do rendimento nos países ocidentais (OCDE, 2012: 5, 13, 182 e 188) que se verifica pelo menos desde a década de 80 (OCDE, 2011: 23; 2014, Piketty e Saez, 2014: 838).

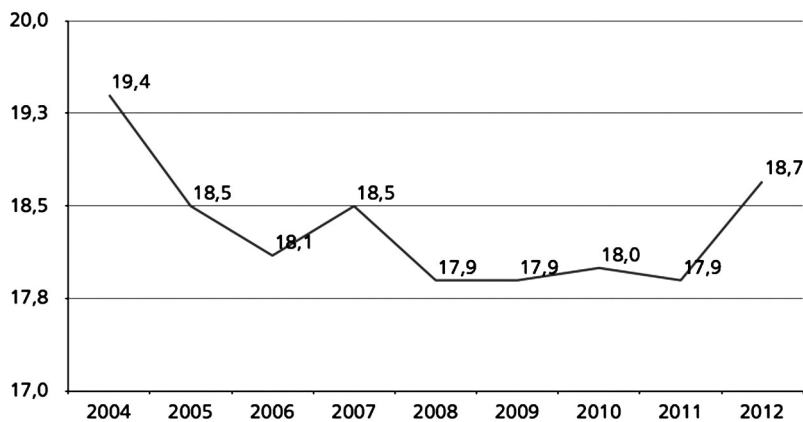
Em Portugal, as desigualdades de distribuição de rendimento são das maiores da OCDE (2012: 185, 2014) e da União Europeia (OD, 2014b). Apesar de terem vindo a diminuir no século XXI (OCDE, 2011:23, Carmo *et al.*, 2010: 9), voltaram a aumentar com a crise internacional de 2008 (OD, 2014), embora se verifiquem algumas contradições entre os resultados do índice S20/S80 e do índice de Gini (OD, 2014b e INE, 2014)¹.

Associada a esta elevada (e crescente) desigualdade de distribuição de rendimento, assiste-se em Portugal a uma elevada taxa de pobreza², tendo esta crescido no último ano para o qual existem dados.

1 Uma possível explicação para esta discrepância tem a ver com o facto do índice de Gini ser mais sensível aos rendimentos médios enquanto que o S20/S80 compara diretamente os mais ricos e os mais pobres.

2 Neste texto, assume-se como sinónimos taxa de pobreza e taxa de risco de pobreza. Existem formas de analisar este problema em que estas duas expressões não são sinónimos, mas não serão aqui abordadas.

Gráfico 1. Evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em % da população residente (2003-2012).



Fonte: INE, ICOR-EUSILC

Acrescente-se que, para além do agravamento registado em 2012, a taxa de risco de pobreza é um indicador muito vulnerável à mudança da sua base de cálculo (mediana dos rendimentos nacionais). Quando esta desce, como tem sido o caso em Portugal, desce também o limiar de pobreza fazendo com que pessoas consideradas pobres num ano deixem de o ser no ano seguinte sem que os seus rendimentos se alterem³. Neste sentido o INE (2014) realizou o exercício de apresentar a taxa de risco de pobreza ancorada a 2009:

Quadro 1. Taxa de risco de pobreza ancorada a 2009

Ano	Tx com limiar variável	Tx com limiar fixo a 2009	Diferença em Pontos Perc.
2009	17.9	17.9	0
2010	18.0	19.6	1.6
2011	17.9	21.3	3.4
2012	18.7	24.7	6.0

Fonte: ICOR EU-SILC (INE, 2014), cálculos do autor

³ Para uma discussão sobre esta vulnerabilidade da taxa de risco da pobreza vide Diogo (2013). Acrescente-se que esta taxa é, também, bastante arbitrária (D'Agostino e Duvert, 2008).

Assim, pode-se observar que, neste cenário, a pobreza tem vindo a aumentar em Portugal pelo menos desde 2009, sendo algo que afeta, grosso modo, um em cada quatro portugueses (se considerarmos o exercício do INE) ou um em cada cinco (se considerarmos a taxa oficial, ambos os resultados para 2012). Quer dizer, independentemente da tendência de crescimento, a pobreza é um fenómeno social de grande relevância, dado o elevado número de indivíduos que afeta, e existe num contexto de grande desigualdade de distribuição de rendimentos que, a nível internacional, tem vindo a aumentar nos últimos 40 anos mau grado algumas particularidades portuguesas.

Se a pobreza está associada a escassez de rendimentos e a uma grande desigualdade na sua distribuição, também está associada a outras características sociais que a descrevem e ajudam a explicar.

Selecionaram-se duas questões principais para a caracterizar, o trabalho e a educação, considerando a importância que ambas têm para a definição do lugar do indivíduo na sociedade (Capucha, 2005: 124-126 e Diogo, 2007: 6), mas também porque o trabalho proporciona os recursos económicos necessários ao desempenho das atividades e à realização dos consumos associados a cada lugar de classe, bem como contribui fortemente para definir a identidade social de cada indivíduo (Diogo, 2007) e, claro, para o facto de se encontrar ou não em situação de pobreza.

Quer dizer, as estatísticas do INE, designadamente o ICOR EU-SILC e o IDEF não são suficientes para sabermos como se estrutura e caracteriza a pobreza em Portugal mau grado a sua relevância para uma primeira aproximação a este fenómeno social. Neste sentido, o Rendimento Social de Inserção (RSI) apresenta-se como uma importante ferramenta auxiliar de compreensão da pobreza em Portugal: permite-nos delimitar e inquirir rapidamente um conjunto de indivíduos em situação de pobreza. No entanto, as análises baseadas no RSI têm algumas limitações pois nem todos os indivíduos em situação de pobreza podem aceder-lhe dada a existência de quatro constrangimentos: i) a prestação máxima por pessoa representa, sensivelmente, um a dois quartos do limiar de pobreza⁴, pelo que muitos pobres não são elegíveis para a

4 Com base no limiar de pobreza de 2012 e prestação máxima por titular e para os restantes membros do agregado familiar (Fonte: Instituto de Segurança Social dos Açores), podemos fazer os seguintes cálculos:

Limiar da pobreza de 2012 (ancorado a 2009): 5624€ anuais;

medida ii) é uma prestação que exige que os indivíduos se candidatem e muitos não o fazem, por motivos vários iii) implica cumprir programas de inserção, algo que, por vezes, se traduz no não acesso ou na exclusão por incumprimento e iv) as mudanças legislativas aplicadas à medida têm-na complexificado burocraticamente, dificultado o acesso e reduzindo os montantes das prestações pagas (Diogo, 2013)⁵.

Um aspeto importante nas análises sobre esta população tem a ver com quem é beneficiário⁶, dada a sua diversidade. Nesta condição destacam-se as crianças e jovens (em 2013 os beneficiários menores de 25 anos correspondiam a 46% do total, Pordata, 2014), bem como as domésticas, e onde tem existido um grupo significativo de indivíduos em idade ativa que desenvolve atividade profissional (Castro *et al.* 2002: 27-28 e 33, Diogo, 2007: 81 e ss). É sobre estes últimos que nos debruçamos.

A questão colocada é: como é que os beneficiários trabalhadores se têm relacionado com o trabalho?

Neste sentido, mobilizámos os estudos que realizámos sobre os beneficiários trabalhadores⁷ para encontrar pistas de resposta aos aspetos elencados, tendo em atenção que a pobreza em Portugal se caracteriza pela sua estruturalidade, isto é pela sua reprodução ao longo da vida dos indivíduos e de pais para filhos (Ferreira, 2005, Costa *et al.*, 2008: 185, Batista e Perista 2010, Rodrigues, 2010, Diogo 2013b). Podemos, portanto, observar que, nos Açores e com dados de 2009, existem vários

Limiar da pobreza mensal (mesmo ano e ancoragem): 468.67€;

% do valor do limiar de pobreza que se pode receber de RSI por um titular e por mês: $178,15\text{€}/468,67\text{€} = 38\%$.

% do valor limiar de pobreza que se pode receber de RSI para uma família de 4 pessoas (dois adultos e dois filhos menores) por mês e por membro do agregado familiar: $((178,15\text{€}+89,07\text{€}+53,45\text{€}+53,45\text{€})/4) = 93,45\text{€}; (93,45\text{€}/468,67\text{€}) = 20\%$.

- 5 O Estado Social está em refluxo (cf. Diogo 2012 e 2013).
- 6 Tenha-se em atenção que beneficiário é distinto de titular, dado que beneficiários são todos os que, num dado agregado familiar, contam para o cálculo da prestação e estão disponíveis para se enquadrarem em programas de inserção, algo que se contrapõe ao titular, a pessoa que requiere e recebe a prestação em nome do seu agregado familiar.
- 7 O nosso trabalho tem apresentado como terreno de eleição o arquipélago dos Açores, por ser aí que exercemos a nossa atividade, mas sobretudo porque este constitui um bom laboratório para se estudar as formas mais extremas de desigualdades sociais, dado ser nesta região que se registam as maiores taxas de pobreza do país (por regiões) e das maiores desigualdades de distribuição de rendimento (neste âmbito os Açores só são ultrapassados pela região de Lisboa) (INE 2008 e 2012).

grupos⁸ de beneficiários do RSI no que respeita à sua relação com o emprego, em especial com a precariedade no emprego (Diogo, 2012b):

Quadro 2. Grupos de beneficiários trabalhadores

Nome do grupo	%
1 – Mulheres nas limpezas e nos serviços pessoais e domésticos em situação de subemprego e precariedade, descontentes com a atividade que realizam.	22.0
2 – Homens, trabalhando na agricultura, construção civil e pescas, em situação de precariedade e posição incerta em relação ao futuro.	25.3
3 – Homens, sobretudo, trabalhando em várias atividades, com destaque para a construção civil, efetivos, com estabilidade no trabalho e sem desejo de mudar.	52.7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, N= 696

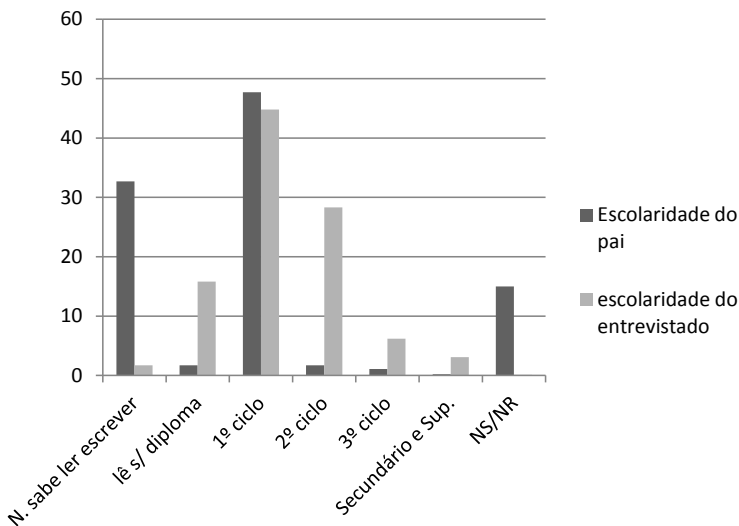
Destaque-se, nos dados apresentados, a evidente desigualdade de género, na medida em que as mulheres estão, na sua grande maioria, em situação de subemprego (i.e. trabalham menos horas que o padrão, resta saber se por opção) e exercem profissões que são a extensão no mundo do trabalho das competências domésticas: nas limpezas, nas profissões de cuidado ou de serviço aos outros e nas profissões da cozinha. Por outro lado, a escolaridade e a idade não são discriminadores dos grupos em presença (Diogo, 2012b) o que significa i) que quase todos têm escolaridades muito baixas, mesmo no contexto português e ii) que a precariedade é uma questão que atravessa gerações.

Sobre a escolaridade, aliás, existem, estudos que mostram que, em Portugal, quanto maior é a escolaridade melhor é o posicionamento na estrutura social. Entre estes destaca-se o estudo sobre a literacia em Portugal (Benavente *et al.*, 1996: 37/37, 135 e 399), assim como os estudos sobre a pobreza que se têm realizado no nosso país (Costa e Silva, 1985: 106, Silva e Costa, 1989:50; Branco e Gonçalves, 2001:19; e Diogo, 2003; Alves, 2009: 136 e 2010: 110, Costa *et al.*, 2008:150, Capucha, 2010). A nível internacional e no mesmo sentido, podemos encontrar os estudos anuais da OCDE que se agrupam sob a designação genérica de *Education at a Glance*, neste caso o que está em causa é o acréscimo salarial que, em regra, os mais escolarizados têm em relação aos menos escolarizados dentro da mesma geração.

⁸ Os grupos em questão foram obtidos através da análise de correspondências múltiplas de uma amostra representativa dos beneficiários do RSI que trabalham na Região Autónoma dos Açores em 2009.

O gráfico abaixo⁹, onde se compara a escolaridade dos pais com a dos entrevistados, beneficiários do RSI que trabalham, mostra que apesar de se registar algum aumento da escolaridade de uma geração para a outra isso não impede que o 4º ano continue a ser o valor modal na geração mais nova. Muito poucos têm, sequer, o ensino secundário.

Gráfico 2. Comparação entre a escolaridade do entrevistado e a escolaridade do seu pai (%).



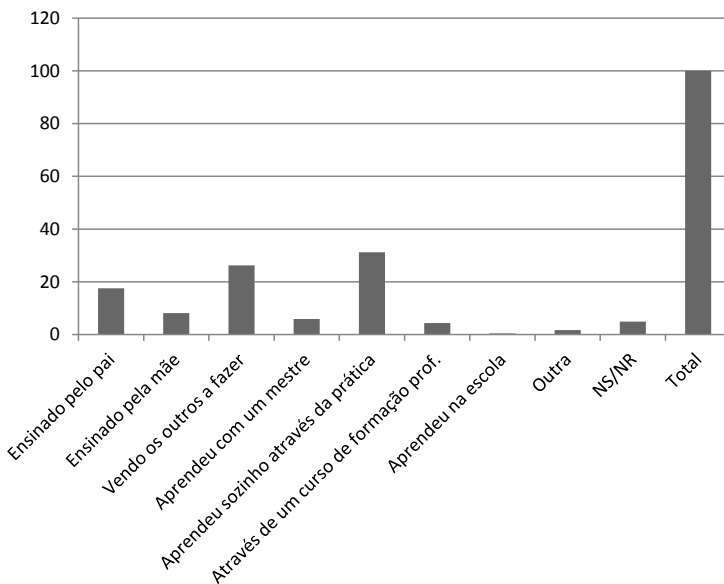
Fonte: inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

Além disso, as profissões desempenhadas foram aprendidas pelos próprios de forma autónoma, sem grande intervenção de sistemas institucionais de formação (quer estes sejam o sistema informal de mestre-aprendiz, quer os sistemas formais da escola e da formação profissional). De facto, a única forma de transmissão de conhecimentos com algum peso respeita à transmissão das profissões de pais para filhos e de mães para filhas. De notar que este tipo de transmissão constitui

⁹ Retirado de Diogo, 2013, tal como o seguinte. Amostra representativa dos Açores e a mesma base de dados do estudo anteriormente apresentado.

uma clara forma de reprodução intergeracional de pobreza na medida em que os filhos herdaram dos pais profissões socialmente desqualificadas e associadas a elevada probabilidade de precariedade no emprego e a baixos salários (Diogo, 2013b). Por outro lado, estamos em presença de uma reprodução das desigualdades de género.

Gráfico 3. Como os Beneficiários do RSI que trabalham aprenderam a profissão atual (%)



Fonte: inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

Aliás, estas conclusões são reforçadas por um outro estudo que envolve a questão da precariedade e da escolaridade, neste caso dizendo respeito à relação com o emprego de beneficiários do programa PROSA, um programa ocupacional existente na Região Autónoma dos Açores para desempregados de baixos rendimentos (Vaz, 2013 e Diogo e Vaz, 2014), portanto, envolvendo pessoas em situação de pobreza. Neste estudo, tendo-se adotado um método intensivo, foi possível, ainda assim, perceber que quase metade dos beneficiários tem uma escola-

ridade até ao 4º ano na ilha de S. Miguel¹⁰ e que os 12 entrevistados (escolhidos segundo critérios de representatividade social, amostra intencional), apresentavam trajetórias de emprego em carrossel (Diogo, 2010): um ano e meio após a experiência do PROSA todos se encontravam ou novamente num programa ocupacional (incluindo uma nova experiência no próprio PROSA) ou desempregados (e 4 de entre estes estavam a exercer funções de voluntariado nas atividades onde tinham estado empregados no PROSA)¹¹. Isto num contexto em que os dois anos em que estiveram no PROSA constituíram a experiência profissional mais longa para quase todos.

Portanto, a questão que se coloca não respeita apenas à baixa escolaridade dos indivíduos mais pobres, sendo beneficiários do RSI ou de um programa ocupacional para desempregados como o PROSA, mas também à relação desta baixa escolaridade com trajetórias de emprego precárias, algo que se designou como trajetórias de emprego em carrossel porque há um recomeçar contínuo de um percurso profissional que se define mais pelas ausências do que por características próprias: ausência de progressão salarial, ausência de um aumento de responsabilidades, ausência de um aumento de prestígio na organização associada à subida de mais um grau na carreira. Nenhum dos benefícios materiais, sociais e simbólicos associados a uma carreira numa empresa ou numa profissão está à disposição dos indivíduos que desenvolvem uma trajetória de emprego em carrossel. (Diogo, 2010).

Retome-se, aqui a questão das desigualdades de género na caracterização da relação com o emprego dos beneficiários do RSI. Por regra as mulheres têm ocupações mais afastadas da esfera do emprego, na medida em que são domésticas ou mais numerosas entre os desempregados (Diogo, 2007). Quando trabalham, isto é quando desenvolvem uma atividade remunerada, tendem a entrar na vida ativa de maneira distinta dos homens. Como se viu aprofundadamente em Diogo e Vaz (2014), a propósito do PROSA, a maioria experimenta um período em que fica em casa a ajudar a mãe a desempenhar as suas tarefas domés-

10 Neste caso a informação refere-se a todos os beneficiários desta medida de ocupação de emprego para a Ilha de S. Miguel nos anos de 2008 a 2010 e não apenas para os casos entrevistados (Vaz, 2013).

11 Isto é algo difícil de compreender mas as instituições acolheram como voluntários indivíduos que exercem voluntariamente as atividades onde estiveram empregados no âmbito do PROSA.

ticas e só depois é que se envolve numa atividade remunerada fora do seu lar (normalmente conseguida na rede social próxima). Quando se envolvem num trabalho este tende a ser a extensão de atividades domésticas na esfera profissional, profissões associadas à cozinha, às limpezas e à prestação de cuidados pessoais e domésticos (Diogo, 2007, Diogo e Vaz 2014), algo que também encontramos num outro estudo intensivo feito sobre mulheres beneficiárias do então RMG em Portugal (Diogo e Roque, 2002). Finalmente, relembremos que as mulheres tendem a desempenhar profissões com um maior grau de precariedade que os homens e a encontrarem-se mais frequentemente em situação de subemprego (Diogo, 2007, Diogo 2012b e Diogo e Vaz, 2014) e, conseqüentemente, com menores rendimentos de trabalho. Entre as populações estudadas pode-se dizer que nem todos os indivíduos em situação de pobreza são iguais, as situações encontradas tendem a ser menos favoráveis para as mulheres.

Portanto, nos estudos realizados fica claro que a relação dos indivíduos em situação de pobreza com o emprego (beneficiários do RSI, sobretudo, mas também do PROSA) não é uniforme. Se, por um lado, a escolaridade e a idade parecem não ser fatores discriminadores, dado que estes indivíduos apresentam uma escolaridade uniformemente baixa e a precariedade no emprego não varia com a idade¹², por outro lado, verificou-se a existência de claras desigualdades de género, as mulheres tendem a ter empregos mais precários e trabalharem menos horas (estando assim subempregadas), e, ao mesmo tempo, constata-se uma distribuição desigual da relação com o trabalho: parte dos beneficiários (homens) apresenta uma relação estável com o emprego e outra parte está envolvida em contratos a termo certo. Neste último caso, por muito que um contrato a termo certo seja uma figura jurídica que remete para uma situação de precariedade em relação ao emprego sem termo, esta forma contratual aproxima-se do contrato sem termo porque implica descontos para efeitos de doença e de aposentação assim como férias e subsídios de Natal e Férias. Neste sentido, este tipo contratual representa um recurso a que boa parte dos indivíduos em situação de pobreza não tem acesso. Noutras for-

12 A idade assume toda uma outra relevância se se tiver em conta os idosos. Apesar do efeito de redução da pobreza (INE, 2014: 2) a idade continua a ser um fator discriminador para os indivíduos serem pobres (14.6% dos que têm 65 e mais anos em 2012, abaixo da taxa nacional de 18.7%, cf. INE, 2014: 1).

mas de enquadramento dos indivíduos no trabalho típicas das populações estudadas (como o contrato oral ao dia, à peça ou à tarefa e ainda a conta própria) a sua frequente associação ao não cumprimento das obrigações legais de descontos coloca os indivíduos numa posição de vulnerabilidade social acrescida em relação aos que trabalham ao abrigo de um contrato a termo certo. Alguns nunca assinaram qualquer contrato formal de trabalho na sua vida (cf. Diogo e Vaz, 2014), nem todos os precários o são da mesma maneira.

Quadro 3. Vínculo

	%
Conta Própria	9,6
Efetivo	42,0
A prazo	14,4
Contr oral (e R. Verde)	27,8
Outra situação (Vinc)	6,2
Total	100,0
	n 696

Fonte: inquérito aos beneficiários do RSI que trabalham, 2009

Os dados acima apresentados, e referentes ao ano de 2009 com validade para os Açores, mostram bem as desigualdades de vínculo, mesmo entre os indivíduos em situação de pobreza (Diogo, 2012c). Destaque-se a existência de 6.2% de indivíduos na categoria Outra Situação, dado que a sua vinculação é tão distante da norma que é difícil de classificar, mesmo numa variável com um conjunto abrangente de categorias, como é o caso (boa parte destes indivíduos são pescadores em barcos de costa pesqueira, chegámos a essa conclusão num outro estudo, cf. Diogo, 2007).

CONCLUSÃO

Sendo o estado português relativamente fraco no contexto europeu (Santos, 1993), essa fraqueza abre espaço a formas de regulação das relações laborais assentes nos interesses e nos costumes, à margem da regulação estatal e dos direitos de cidadania (Diogo, 2010), traduzindo-se numa pluralidade de situações de precariedade no emprego, muitas vezes associadas a formas de contratação ilegais. Mau grado a crescente importância da precariedade laboral nas classes médias, a distância à norma social do emprego sem termo é muito significativa entre a população em situação de pobreza (como se pode observar nos estudos por nós realizados) e constitui um fenómeno estrutural (na medida em que tende a estar presente durante toda a vida dos indivíduos e a perpassar gerações). Boa parte dos indivíduos em situação de pobreza trabalham habitualmente, mesmo que muitos não estejam legalmente enquadrados. Estas conclusões mostram a necessidade de um maior aprofundamento do estudo da relação com o mercado de trabalho dos pobres, sendo necessário explorar outras formas de análise para além das que se centram no par disjuncto empregado/desempregado. Desde logo, emergem como questões relevantes o problema da precariedade no emprego, mas também o da desqualificação (ou fraca escolaridade), assim como outras questões associadas ao emprego e que aqui não foram tratadas ou foram apenas afloradas. De entre estas sublinhe-se o desemprego, o subemprego e a questão mais geral da qualidade de emprego (destacando-se aqui a satisfação, a perigosidade e a penosidade, cf. Diogo, 2007) a que se junta, finalmente, o problema dos rendimentos do trabalho associado às desigualdades de distribuição de rendimento e as questões relacionadas com a saúde entre os pobres, desde logo as suas condições de saúde e o acesso aos serviços de saúde.

Finalizemos com um aviso, a profundidade e a rapidez com que o desemprego atingiu a sociedade portuguesa desde, sobretudo, 2009 tende a associar cada vez mais a pobreza ao desemprego, centrando as atenções sobre a pobreza numa questão relativamente clara, a escassez de rendimentos e contribuindo para ocultar o feixe de relações sociais complexas que a produzem e reproduzem na sociedade portuguesa de onde se destaca a forte desigualdade de distribuição de rendimentos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Nuno. 2009. Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Primavera: 125-154. Disponível em http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2009_1_2_p.pdf acedido em 15 de Abril de 2009.
- ALVES, NUNO. 2010. A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EDUCAÇÃO EM PORTUGAL. IN TEIXEIRA, Aurora A. C. Silva, Sandra T. e Teixeira, Pedro. org. *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal? Em memória da Professora Leonor Vasconcelos Ferreira*. Porto: Vida Económica: 105-124.
- BRANCO, Rui e Cristina Gonçalves. 2001. Exclusão social e pobreza(s) em Portugal: uma primeira abordagem aos dados do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (1994-1997). in *Conferência Internacional – o Modelo Latino de Protecção Social*, ISEG, Setembro. in www.ine.pt.
- BENAVENTE, Ana, Alexandre Rosa, António Firmino Costa e Patrícia Ávila. *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Gulbenkian.
- CAPUCHA, Luís. 2010. Acesso universal a qualificações certificadas: para a ruptura da relação entre insucesso escolar e desigualdades sociais. *Fórum Sociológico* [Online]. 20: 47-55. Acedido em 15 Junho 2014. URL : <http://sociologico.revues.org/174>
- CARMO, Renato, Cantante, Frederico e Baptista, Inês. 2010. Parte I. Análise de indicadores (Portugal e comparação europeia). in Carmo, Renato. org. *Desigualdades sociais 2010: Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos Sociais: 3-97.
- CASTRO, Alexandra; Cavalheiro, Cecília; Quedas, Maria João, Rodrigues, Fernanda; Guerra Florbela e Guerra, Isabel. 2002. *Os beneficiários do RMG: trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*. Lisboa: IDS.
- COSTA, Alfredo Bruto da, Manuela Silva, José Pereirinha e Madalena Matos. 1985. *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- COSTA, Alfredo Bruto da (coord.), Baptista, Isabel, Perista, Pedro e Carrilho, Paula. 2008. *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- D'AGOSTINO, Serge e Duvert, Nicole. 2008. *La pauvreté*. Rosny: Bréal.
- DIOGO, Fernando. 2003. *Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido: Tensão Identitária e (Re)Produção das Identidades Sociais*. Ponta Delgada: Policopiado, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade dos Açores.
- DIOGO, Fernando. 2006. Para uma crítica do conceito de pobreza e exclusão social em contexto português. *Fórum Sociológico*. 15/16: 261/276.

- DIOGO, Fernando. 2007. *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, Fernando. 2010. Precários voláteis e trajectórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI. *Fórum Sociológico*. 20: 29-38.
- DIOGO, Fernando. 2012. Cap. III Estado-Providência, direitos sociais e desigualdade. in Casa Nova, Maria José, Benavente, Ana, Diogo, Fernando, Estêvão, Carlos, Lopes, João Teixeira. *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*. Ribeirão: Húmus: 121-131.
- DIOGO, Fernando. 2012b. Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos. *Observatório das Desigualdades*. publicado em 26 de Outubro de 2012. disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&lang=pt&id=129>
- DIOGO, Fernando. 2012c. Precariedade laboral em situação de pobreza: contributos para uma tipologia. in Atas do VII Congresso Português de Sociologia, *Sociedade, Crise e Reconfigurações*. 19 a 22 de Junho de 2012 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0765_ed.pdf
- DIOGO, Fernando. 2012d. A pobreza nos Açores no contexto nacional, resultados do IDEF 2010-2011. *Colóquio Novas e velhas tendências populacionais: IX Encontro de Sociologia dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores. 22 e 23 de Novembro.
- DIOGO, Fernando. 2013. O crescimento da pobreza: Limites das fontes estatísticas em Portugal e resultados possíveis. Comunicação apresentada ao *colóquio Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermédias*. Lisboa: CESNOVA – FCSH. 23 a 25 de Janeiro.
- DIOGO, Fernando. 2013b. Activos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino in Diogo, Ana e Fernando Diogo. *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*. Lisboa: Mundos Sociais: 45-69.
- DIOGO, Fernando e Ricardo Roque. 2002. *Vidas no feminino: um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*. Lisboa: IDS.
- DIOGO, Fernando e Vaz, Fernanda Freitas. 2014. Precários em trajetória de emprego em carrossel: trabalhadores pobres em Portugal. comunicação apresentada ao *VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas*. Universidade de Évora 14 a 16 de abril.
- FERREIRA, Leonor Vasconcelos. 2005. *Dinâmicas de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal*. Porto: FEP Working Papers. nº 178. Disponível em http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/05.06.23_WP178_leonor.pdf acedido em 23 de junho de 2014.
- INE. 2008. *Despesas das Famílias 2005/2006*. Lisboa: INE.

- INE. 2012. *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*. Lisboa: INE.
- INE. 2014. Rendimento e Condições de Vida 2013 (Dados Provisórios): 18,7% em risco de pobreza em 2012. publicado em 24 de Março de 2014 in http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2 acedido em 4 de Maio de 2014.
- JUDT, Tony. 2011. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.
- OCDE. 2011. *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*. OECD Publishing.
- OCDE. 2014. “Top Incomes and Taxation in OECD Countries: Was the crisis a game changer?” in <http://www.oecd.org/els/soc/OECD2014-FocusOnTopIncomes.pdf> acedido em 2 de Maio de 2014.
- OD, Observatório das Desigualdades. 2014. Desigualdade de rendimento (S90/S10) entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres agrava-se em 2012. publicado em 11 de Abril de 2014 in <http://observatorio-das-desigualdades.com/2014/04/11/desigualdade-de-rendimento-s90s10-entre-os-10-mais-ricos-e-os-10-mais-pobres-agrava-se-em-2012/> acedido em 2 de Maio de 2014.
- OD, Observatório das Desigualdades. 2014b. Gini Coefficient: Portugal between the European countries with more unequal income distribution. publicado em 30 de Março de 2014 in <http://observatorio-das-desigualdades.com/2014/03/31/gini-coefficient-portugal-between-the-european-countries-with-more-unequal-income-distribution/> acedido em 4 de Maio de 2014.
- OECD. 2012. *Economic Policy Reforms 2012: Going for Growth*. OECD Publishing.
- PIKETTY, Thomas e Emmanuel Saez. 2014. Inequality in the long run. *Science*. vol. 344. nº 6186. pp. 838-843. in <http://www.sciencemag.org/content/344/6186/838.full.pdf> acedido a 23 de junho de 2014.
- Pordata. 2014. Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário. in <http://www.pordata.pt/Portugal/Beneficiarios+do+Rendimento+Minimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Insercao+da+Seguranca+Social+total+e+por+grupo+etario-761> acedido em 5 de Maio de 2014.
- RODRIGUES, Eduardo Victor. 2010. *Escassos caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1993. O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. in Santos, Boaventura de Sousa (dir.). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento. pp. 17/56.
- SILVA, Manuela e Alfredo Bruto da Costa (org.). 1989. *A pobreza Urbana em Portugal*. Lisboa: Cáritas.

- VAZ, Fernanda Freitas. 2013. *Trajetórias de emprego precárias: O programa Prosa enquanto política pública ativa*. Ponta Delgada. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade dos Açores.
- WILKINSON, Richard. 2011. Richard Wilkinson: How economic inequality harms societies. in http://www.ted.com/talks/richard_wilkinson.html?utm_source=newsletter_weekly_2011-10-25&utm_campaign=newsletter_weekly&utm_medium=email acedido em 15 de Março de 2012.

QUANDO A MOBILIDADE ESPACIAL É GERADORA DE VULNERABILIDADES: O CASO DOS PORTUGUESES CIGANOS

Alexandra Castro*

ENQUADRAMENTO

Este texto faz parte de um estudo mais vasto, realizado no âmbito do doutoramento em Antropologia, e tem como enfoque principal a mobilidade espacial de um conjunto de famílias ciganas como uma via privilegiada de acesso aos fatores que contribuem para a persistência das situações de exclusão face ao mercado habitacional.

Partiu-se da hipótese de que níveis diferenciados de inserção territorial e residencial estavam estritamente ligados não só a estratégias de ação pública desenvolvidas a nível local, muito ancoradas na forma como historicamente se foi construindo o conhecimento e as representações em torno do “nomadismo” entre a população cigana, mas também a dinâmicas internas a determinadas famílias ciganas e na forma como estas estruturam a sua relação com o território.

Centrar o objeto na mobilidade espacial colocava desafios à pesquisa: qual o contexto relevante quando o elemento permanente de observação não era um lugar, mas diferentes grupos familiares que se deslocavam em âmbitos territoriais diversos? Como captar determinadas práticas e representações que operavam em diferentes contextos e por referência a diferentes escalas geográficas? Como abarcar diferentes escalas de observação e análise?

Tinha-se consciência de entrar numa das “polémicas estruturantes no desenvolvimento da antropologia urbana” (Cordeiro, 2003: 13) e aqui os contributos de uma antropologia da cidade que privilegia a relação entre fenómenos de microescala e as estruturas e processos de macroescala revelaram-se fundamentais. Neste sentido, considerou-se a microescala do quotidiano como uma escala básica de estruturação

* DinamiaCet-ISCTE--IUL. castro.alexandra@gmail.com

das sociedades onde foi necessário desenvolver um “olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2002: 16-17) que valorizasse os “arranjos dos próprios atores sociais” (*idem*), nos polos dos “territórios de mobilidade” (Tarrius, 2000) não como meras localizações topográficas, mas como lugares de referência identitária que importava explorar. No entanto, tinha-se também consciência que um conjunto de fatores exógenos às dinâmicas de organização social da população cigana tinha também a sua influência. Compreender e questionar a forma como a população cigana tem sido estudada, imaginada e regulada implicou, então, uma análise apropriada dos contextos científico, político-institucional e social onde os ciganos referenciados como nómadas assumiam uma categoria específica e eram alvo de estratégias de ação pública particulares.

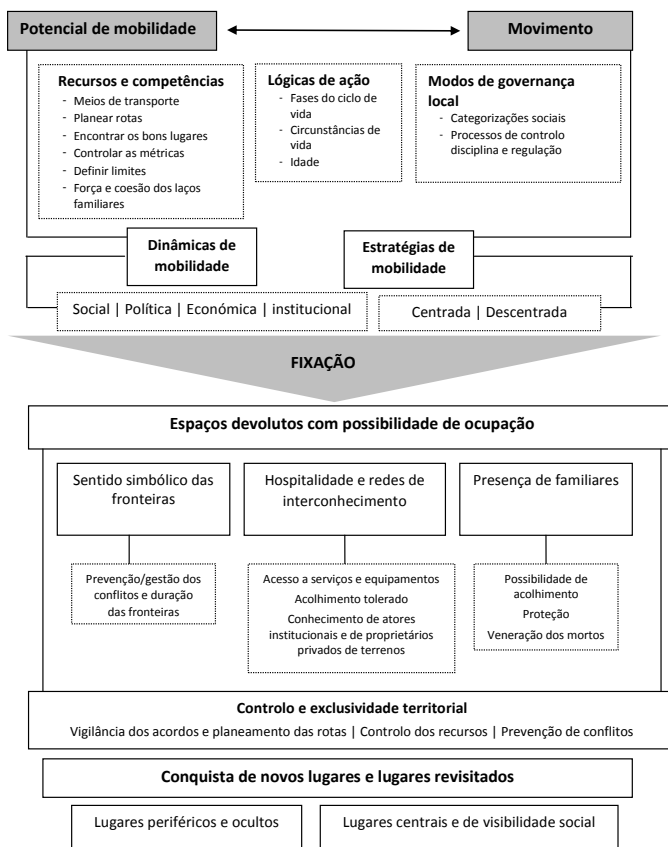
Embora reconhecendo-se que as duas escalas acima referidas são inseparáveis na abordagem do fenómeno da mobilidade espacial, por uma questão de economia de espaço este texto privilegia, com maior detalhe, os principais resultados em torno da diversidade de práticas de mobilidade espacial e das modalidades de organização da vida social e económica na perspetiva de um conjunto de famílias ciganas com três situações de vida significativamente diferentes entre si e que deram corpo a três estudos de caso. Estes estudos de caso incidem i) na mobilidade intensa de uma família alargada que se defrontava com a dificuldade de fixar residência em territórios por ela eleitos; ii) num aglomerado de barracas e tendas, onde existia alguma ambiguidade por parte das instituições locais em relação à presença das famílias no concelho, traduzida no não reconhecimento do estatuto de residente aos diferentes elementos da família, incluindo os que eram naturais do concelho, e pela recusa em se assumir formalmente que tinham um espaço para poderem habitar; iii) num aglomerado de barracas com uma implantação permanente mais longa (desde 1996) e com uma autorização de permanência formal por parte do município para alguns dos núcleos familiares presentes.

Uma nota final deste enquadramento: as unidades de observação que constituíram os estudos de caso não foram selecionadas na perspetiva de serem apresentadas como modelos representativos da diversidade de situações de precariedade habitacional entre a população cigana. No entanto, os procedimentos metodológicos que estiveram na base da sua constituição permitem atribuir-lhes um valor de representatividade em relação ao objeto de estudo, ou seja, pela sua particularidade e contraste tendem a ser ilustrativos da situação das famílias

ciganas sem residência fixa ou a residir em alojamentos não clássicos em Portugal continental, entre 2006 e 2009, proporcionando uma ideia de conjunto na sua diversidade e variabilidade (Bizeul, 1994).

A Figura seguinte pretende sintetizar o enfoque deste texto, demonstrando as condicionantes associadas às dinâmicas e estratégias de mobilidade geográfica das famílias ciganas e as lógicas subjacentes às possibilidades de fixação num dado território. Os resultados que serão apresentados tendem a ser transversais aos três estudos de caso acima referidos.

Figura 1. Do potencial de mobilidade ao movimento e à fixação: lógicas de ação, recursos e competências.



Fonte: Castro, 2012

HABITAR O MOVIMENTO E FORMAS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Um dos resultados centrais da pesquisa permite pôr em relevo o significado do que é “habitar o movimento” (Tarrius, 2000) e compreender os processos associados às formas de territorialização. A mobilidade espacial aparece como um potencial próprio a cada pessoa que pode ser ou não transformado em movimento pela combinação: i) de recursos e competências capazes de desencadear a deslocação no espaço, ii) de diferentes lógicas de ação e iii) da forma que assumem as modalidades de governação local. A conjugação destes três vetores desencadeia diferentes dinâmicas e estratégias de mobilidade que se operam a diferentes escalas geográficas e com ritmos temporais distintos.

Independentemente destas dinâmicas e estratégias, a escolha de fixação numa determinada localidade é seletiva e remete para um conjunto de fatores que configuram a ligação a determinados lugares: a história intergeracional e as memórias positivas associadas a determinadas localidades; o sentido simbólico das fronteiras; a garantia de modos de sobrevivência; as redes de interconhecimento; a presença de familiares (vivos ou mortos) e a hospitalidade territorial (medida pelo grau de aceitação e formas de acolhimento)¹.

Os lugares eleitos para permanecerem configuram os “polígonos de vida” (Humeau, 1997) destas famílias. Trata-se de uma constelação de pólos ativos com diferentes sentidos em função das práticas aí desenvolvidas e de quem as opera: de entreposto nos percursos de mobilidade a lugares de habitat; de veneração dos mortos a reforço dos laços sociais; de reencontros familiares a espaços de negócio e/ou mendicidade. Fixação e mobilidade geográfica são, pois, dois princípios fundamentais e complementares da organização socioeconómica destas famílias, onde cada um dos pólos assume uma estreita articulação entre si, sendo difícil estabelecer qualquer nível hierárquico entre eles, mesmo quando se cruzam diferentes escalas temporais (quotidianas, ocasionais ou excepcionais). Apesar da relevância relativamente paritária dos diferentes pólos, para todas as famílias existe um lugar de referência a que sentem pertencer e aspiram poder aí residir. Os fatores acima enunciados que configuram a ligação preferencial a determinados territórios podem variar de família para família, consoante a fase do ciclo de vida em que

1 Ver a este propósito os trabalhos de Gottman (2001, 2004) sobre as questões da hospitalidade.

cada uma se encontre, mas também decorrente da sua inserção na esfera do trabalho (recolha de sucata, realização de campanhas agrícolas...) ou das suas redes de interconhecimento e familiares.

A configuração dos “polígonos de vida” destas famílias decorre, como veremos mais à frente, das suas dinâmicas e estratégias de mobilidade e obedece a um conjunto de critérios que permitem identificar diferentes tipos de lugares passíveis de serem habitados, em função do tipo de espaço que lhes é permitido ocupar e do tempo que aí podem permanecer, concretamente: i) *lugares legítimos* com a disponibilização, ou não, de um conjunto de condições que facilitam a permanência e que geralmente se encontra associada à necessidade local de mão-de-obra para campanhas agrícolas; ii) *lugares tolerados*, ou seja, espaços dispersos no território, nos quais as autoridades toleram que estas famílias parem, independentemente de terem obtido uma autorização formal para essa paragem, mas impondo-se um número limitado de dias para a sua presença ou quando não é estabelecido um prazo a vigilância e o controlo são práticas recorrentes por parte das autoridades; iii) *lugares ocultos e ameaçados*, pouco visíveis para quem passa, nomeadamente nas traseiras de complexos desportivos, atrás de cerros, no meio de pinhais, nos quais a tolerância de permanência depende da boa vontade dos agentes da autoridade.

“Habitar o movimento” (Tarrus, 2000) produz formas de territorialização inéditas, visíveis pelo que a sua materialidade e simbolismo traduzem, manifestando-se de forma diferenciada em função do tempo de permanência, das lógicas de ação em presença (fases do ciclo de vida; circunstâncias de vida; idade) e dos recursos e competências que cada pessoa dispõe. Vejamos alguns exemplos:

- i) as alianças matrimoniais possibilitam o alargamento das possíveis áreas de residência;
- ii) os elementos mais velhos manifestam um menor potencial de mobilidade, garantindo a vigilância dos espaços de habitat;
- iii) os recursos logísticos para as deslocações (ter ou não ter veículo motorizado ou uma “boa mula”, conseguir ou não o dinheiro necessário para os transportes públicos) incutem ritmos diferenciados entre as famílias que têm um lugar fixo para permanecer;
- iv) a acumulação de obrigações de acordo com a norma da reciprocidade por parte de alguns núcleos familiares pode implicar reduzir os ritmos de

mobilidade ou impor o abandono de determinado local de residência para acompanhar, por tempo indeterminado, um familiar;
v) o nível de competências para produzir arranjos temporários das formas de habitar – “montar os panos” e construir barracas com materiais recicláveis – varia de pessoa para pessoa.

Existem também outros aspetos a salientar que revelam outro conjunto de “competências espaciais elementares” (Lussault, 2007) e permitem garantir algum controlo sobre o espaço. Com o apoio de alguns exemplos vejamos como se traduzem essas competências:

- i) controlar as métricas e definir limites espaciais (maneiras de medir as distâncias, de discriminar o próximo e o distante). A disposição geográfica das tendas/barracas e a forma que assumem revelam afinidades, distâncias e relações de poder. Por exemplo, as pessoas que detêm maior poder têm geralmente um espaço de habitat maior e os momentos de convívio são próximos desta “casa”, podendo ser edificado um espaço para este efeito.
- ii) saber encontrar o bom lugar (competência de localização e organização). As experiências realizadas na procura de um espaço para se fixarem implicam, algumas vezes, tentativas de implantação em diferentes áreas para se perceberem eventuais resistências por parte das autoridades locais.
- iii) decompor o espaço em unidades elementares pertinentes (competência de corte). Quando edificam uma barraca ou montam os panos têm presente as necessidades de espaço em função da dimensão da família, da sua percepção de conforto e de separação funcional dos espaços.

A intensidade da mobilidade ou as escalas geográficas onde se opera o movimento – o lugar central de residência, os lugares no concelho, os lugares no contexto ibérico – não permitem admitir que estas famílias são desterritorializadas. A criação de laços a um dado lugar não pressupõe necessariamente a existência de raízes, mas faz parte de um processo mais amplo de um território constantemente em formação, onde em cada um dos pólos se pode gerar um “raizamento” por via de rituais de inscrição material num espaço (Agier, 2008: 24-25). Nos seus modos de habitar existem diferentes modalidades de territorialização: umas assentes na fixação e no controlo sobre o espaço e outras assentes no movimento como forma de acesso e conexão entre lugares portadores de uma certa funcionalidade ou expressividade.

Mesmo quando a estratégia de mobilidade é centrada, ou seja, quando existe um lugar central e estável, o deslocamento espacial tende a ser intenso, resultado da conjugação de dinâmicas de sobrevivência econômica e de procura de melhores condições habitacionais com a minimização de ameaças de natureza diversa. Estas ameaças podem decorrer de i) acordos tácitos na gestão de conflitos intra-étnicos ou de conflitos com os serviços sociais; ii) de isolamento e de perda de força e coesão familiar quando se experimentam outros lugares que passam pela separação geográfica de alguns núcleos familiares; iii) de carácter higienista pela presença prolongada num espaço sem a possibilidade de se garantir a salubridade desejada.

Esta estratégia de mobilidade centrada ocorre num “território circulatório” (Tarrius, 2000) que é composto de vários nós e tem um centro estável como ponto de referência. Por oposição, na estratégia descentrada é inexistente um local onde possam permanecer o tempo considerado desejável² e as práticas de habitar traduzem uma gestão na urgência: ter sempre os bens que mais se valoriza devidamente acondicionados nos meios de transporte, nunca deixar de ter a tenda como único abrigo e dispor as tendas de forma longitudinal³ são apenas três dos elementos reveladores do estado de alerta permanente que impede concentrar os esforços na edificação do espaço.

Esta experiência territorial remete assim para a distinção já proposta por Pattaroni (2007) sobre o estatuto dos atores: entre “habitante” (permanência mais duradoura num lugar e alargamento das modalidades afetivas de relação ao lugar) e “passante” (atenção menos focalizada). No caso concreto desta pesquisa, estes dois estatutos são exemplares na forma como intervêm no acesso às oportunidades: para os habitantes, terem um espaço para permanecer, sem a intervenção das forças de ordem e com autorização formal ou informal dos proprietários de terrenos permite uma maior facilidade no acesso a prestações sociais, na angariação de aliados para a mediação com os serviços locais, na tomada de palavra na reivindicação de melhores condições de vida; no

2 Ao longo do período de trabalho de terreno, as famílias que apresentavam este tipo de estratégia de mobilidades raramente estiveram mais de sete dias no mesmo lugar.

3 Estas conclusões corroboram as já alcançadas por Reyniers (2004) relativamente à relação entre a disposição no espaço do habitat móvel e o tempo de permanência, pois aqueles que conseguem permanecer mais tempo num local a disposição das tendas/barracas tende para uma configuração alveolar.

caso dos passantes, por não conseguirem permanecer no lugar a que sentem pertencer, encontramos pessoas sujeitas a uma mobilidade forçada, muitas vezes sem terem um endereço que lhes permite aceder a apoios sociais ou sem a possibilidade de poderem receber correspondência fundamental que evite a cessação de prestações, como o Rendimento Social de Inserção.

Existe a possibilidade de reconfiguração dos “polígonos de vida” destas famílias, ou seja, está sempre em aberto a possibilidade de novas conexões, uma vez que um conjunto de fatores pode determinar a repulsão de determinados lugares: conflitos intra-étnicos e com serviços sociais; eminência de operações de realojamento com grande concentração de população cigana; discriminação no acesso a serviços públicos; processos de reconversão urbana; aumento da vigilância e expulsão; dificuldade no acesso a recursos...

DINÂMICAS DE MOBILIDADE: CONTEXTOS SITUACIONAIS E PAPEL DO ESPAÇO

Daquilo que ficou exposto e transversal aos três estudos de caso emerge a noção de espaço como recurso, condição de ação e problema a resolver (Lussault, 2007; Stock, 2007). É um recurso e não um suporte da ação, na medida em que se age com o espaço e não sobre o espaço, emergindo este como um recurso não igualitário.

Trata-se de uma relação transformadora do espaço, pois i) garante a facilidade de gestão da proximidade/dispersão dos elementos que compõem a família alargada no sentido de se manter e reforçar a coesão interna; ii) permite satisfazer necessidades várias; iii) assume-se como uma forma de “capitalização” (Lussault, 2007), no sentido em que garante o controlo sobre um dado território no acesso aos recursos e possibilita adquirir poder com a definição de exclusividades na sua ocupação.

Apesar da centralidade do espaço como um recurso, ele não é igualitário, pois depende das condições que tornam viáveis vencer a luta pelos bons lugares e poder instalar-se de forma duradoura, ou seja, o tempo considerado desejável para se habitar em determinada localidade. No fundo, independentemente dos ritmos da mobilidades e da necessidade

de conexão entre os diferentes pólos que constituem os seus polígonos de vida estas famílias aspiram ter um lugar a que possam chamar “casa” e lhes permita ter liberdade de ser, de agir e de entrar em relação. Neste sentido, o espaço surge como um problema a resolver cujo sucesso depende do capital social e da hospitalidade territorial.

Este movimento decorre de diferentes dinâmicas que revelam fatores endógenos a determinadas famílias ciganas. Nestas dinâmicas tende a prevalecer determinada finalidade da ação, mas sem que, no entanto, se possa ignorar que determinadas situações de mobilidade acabam por cumprir diferentes objetivos, independentemente da natureza destas situações (rotineiras, extraordinárias ou acidentais).

Na *dinâmica social* o movimento define-se por relação à rede afetiva e procura a proximidade de familiares para garantir proteção e entreajudar, mas também para promover ou evitar alianças matrimoniais. O sentido social de cada contexto situacional, geralmente de carácter festivo ou excepcional, não se altera em função do espaço

Na *dinâmica económica* o movimento reflete a forma de acesso aos recursos e decorre da sua especificidade de inserção na esfera económica (trabalho informal, precário e incerto) e da forma de controlo dos recursos por via da constituição de “territórios das raças”⁴. A procura de recursos ocorre nas situações do quotidiano, mas pode ter um carácter mais excepcional face a oportunidades que esporadicamente surgem. O espaço assume um papel central, pois é a condição para a ação: “andar por aí, a correr o mundo”, proferido por alguns elementos destas famílias, traduz um “modo reticular de abertura às oportunidades” (Montulet, 2007) que pressupõe a apropriação e articulação de um conjunto de lugares e permite diminuir a visibilidade e a centralidade assumida pelos territórios exclusivos a determinadas famílias.

Na *dinâmica política* o movimento decorre da forma como se gere a percepção de situações latentes de conflito ou da existência efetiva de conflitos entre conhecidos ciganos ou entre familiares. O espaço tem também aqui um papel central visível em três situações distintas:

1) as causas das tensões e conflitos podem decorrer da proximidade espacial das pessoas envolvidas. Algumas das situações de afastamento temporário entre núcleos familiares dada a existência de situações con-

4 Gestão do território que obedece a uma simbolização do espaço que percorre as áreas económica (controlo dos recursos) e matrimonial, revelando a preocupação com o acesso a lugares de estadia e negócio.

flituosas latentes ou de saída definitiva de um lugar após a recusa de se aceitar propostas de realojamento onde se prevê uma grande concentração de população cigana são ilustrativas de como se procura gerir o eventual surgimento de conflitos decorrentes de uma proximidade quotidiana nem sempre facilmente regulável.

2) a definição de exclusividades na ocupação dos territórios – “cada cigano na sua terra” – é uma forma de evitar conflitos com ciganos e não ciganos.

3) perante um conflito que põe em causa a honra de uma família (sentimento de ofensa ou quebra de acordos estabelecidos) a separação geográfica torna-se imperativa e a mobilidade surge como a capacidade para instituir a distância considerada necessária e daí a expressão de “terras proibidas” ou “aí não posso pisar”.

A par destas três dinâmicas, encontramos também a *dinâmica institucional* que gera uma mobilidade forçada com repercussões no acesso ao parque habitacional público e a outros direitos fundamentais. As formas de atuação por parte de alguns municípios e forças policiais assentam em diferentes estratégias que tendem para uma desresponsabilização das suas competências e camuflam um racismo institucional, dificilmente condenável por ausência de provas substantivas⁵.

Uma questão sobressai com particular relevância – o problema cigano assume uma dimensão espacial incontornável: é pela sua visibilidade social e pela sua relação com o espaço que se geram controvérsias, se produzem identidades e se determina quem é de incluir ou de excluir do benefício das políticas públicas e, em última instância, quem deve ou não ter “direito à cidade”.

Quando as margens perdem, progressivamente, o seu carácter periférico na ordem urbana, deixam também de ficar confinadas à margem do poder local e das suas modalidades de ação pública. A atenção a que o espaço e os seus habitantes passam a estar votados repercute-se numa

5 No âmbito do doutoramento foram realizadas, entre 2006 e 2009, 30 entrevistas a técnicos e decisores de entidades locais, maioritariamente pertencentes a câmaras municipais e juntas de freguesia. Ao longo deste período, o meu envolvimento em duas pesquisas de carácter avaliativo encomendadas por organismos públicos vieram enriquecer e complementar o manancial de informação que ia sendo recolhido: desde 2009 como responsável pela Avaliação Externa do Projecto Mediadores Municipais Ciganos, financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações e entre Setembro de 2006 e Agosto 2007 também como responsável da Avaliação independente do Projecto Coimbra. Cidade de Todos. Iniciativa Comunitária Equal – Acção 2.

“construção social da etnicização da racização” (Fernandes, 1995) em que a aversão à diferença assume expressão institucional. Mas este olhar sobre a população cigana implica a mobilização de diferentes retóricas que raramente assenta nos processos de produção das desigualdades sociais. À medida que aumentam os debates e as controvérsias em torno de espaços ocupados com habitações precárias rigidificam-se categorias identitárias, problematiza-se a atuação autárquica por comparação com outros territórios e/ou faz-se incidir o discurso nas dificuldades de encetar a intervenção:

- O nomadismo surge como uma daquelas categorias e assume-se como “um dos estereótipos sociais mais veiculados” sobre esta população (Machado, 1994: 58). Quando se analisa as situações de exclusão habitacional percebe-se a sua relevância como referencial discursivo para justificar determinadas modalidades de ação pública. No fundo, o nomadismo serve para evidenciar uma diferença étnica que sustenta opções específicas em termos de habitat (ex. Parques de Acolhimento Nómada) e que visa garantir um modo de vida “ancestral”, mas também como um traço que visa rejeitar qualquer possibilidade de autoctonia e de aquisição do estatuto de residente para benefício das políticas públicas. A categoria “nómadas” passa a ser estrategicamente usada, formalmente não discriminatória, pois serve-se da naturalização da mobilidade geográfica como modo de vida.
- O “ser cigano” é também uma outra categoria e remete para uma espécie de bloqueio cultural que etniciza a exclusão social pelo simples facto de se viver “por opção” em barracas. A leitura etnicizante da cultura dos pobres incide na assunção de que a responsabilidade dos problemas está nos indivíduos, aumentando o descrédito da sua possível integração e relegando-se para um plano secundário o papel que o tipo de recursos e de políticas sociais, e a forma como são mobilizados, podem ter na (re)produção das situações de exclusão social. Mas se a culpa está tendencialmente nos pobres, ou seja se a estratificação com base em desigualdades estruturais não é tida em conta ou é relegada para um segundo plano, então, as respostas dificilmente se distanciam da hostilidade ou da designação dos ciganos pobres como “resistentes à mudança” e como “não se querendo integrar”.
- Problematiza-se a presença das famílias ciganas em termos de hospitalidade territorial, evidenciando-se a diferença de estatutos entre hospedeiro e hospede: as estruturas do poder local referindo que as “acolheram e não

as expulsaram”, subestimam a historicidade da sua inscrição local e os sentimentos de pertença manifestados.

– O poder local acusa a inércia do poder central em trazer a solução para problemas sociais sentidos localmente ou inclui no seu discurso os preconceitos e os receios difusos da população, tirando deles partido para as suas formas de atuação (Fernandes, 1995: 50-52) ou como diria T. San Roman o poder relegou para os estratos sociais mais baixos a competição com os ciganos e pode, a partir de cima, descarregar a sua responsabilidade, culpando o racismo dos não ciganos (San Roman, 1986: 224).

Em qualquer dos casos referenciados, produzem-se identidades não negociadas, onde é inexistente um diagnóstico participado das situações e onde emerge a falta de transparência nos processos de acesso aos recursos das políticas públicas. Gera-se, pois, uma espécie de seleção natural no acesso a um lugar na cidade e às oportunidades, uma vez que surgem nos referenciais discursivos dos órgãos do poder local outros destinatários aparentemente mais legítimos nesta competição por recursos que pela sua natureza são escassos: o solo urbano e a habitação social.

BREVES NOTAS CONCLUSIVAS

Contribuindo para colmatar o papel marginal que as questões da habitação e da mobilidade entre os ciganos representam na produção académica nacional, procurou-se pôr em relevo a forma como as famílias ciganas que vivenciam situações de precariedade habitacional e apresentam níveis de mobilidades geográfica com alguma intensidade habitam um lugar no sentido material e simbólico, ou seja, não se pode concluir por qualquer tipo de desterritorialização nem por um nomadismo encrustado nos sujeitos. Aliás, a palavra “nómada” está praticamente ausente nas suas narrativas e totalmente inexistente nos seus modos de autoidentificação.

Para alguns dos elementos destas famílias a sensação de se ser um deslocado no interior do seu próprio país acarreta consigo a experiência de se ser um indesejado, um sem lugar, entrando-se numa “fluidez liminar” sem se saber se é provisória ou durável (Agier, 2002): a privação do direito à cidade, de acesso ao sistema de ensino, ao mercado de trabalho

e às prestações sociais é reveladora de como o sistema de oportunidades não está aberto a estas famílias. A instalação no provisório como regime de existência (Castel, 1998 [1995]) e a gestão da vida na urgência são, pois, as marcas do seu quotidiano, impedindo-as de realizar cálculos e projeções em relação ao futuro a partir de uma base de confiança em si e nos outros.

Importa, pois, interrogar as dinâmicas urbanas em curso desde os anos 80 do século passado, as políticas sociais de regulação da pobreza e as condições de existência de pessoas que nunca tiveram ou deixaram de ter direito à cidade.

No quadro legislativo nacional não existem documentos oficiais que orientem e/ou regulamentem o acesso à habitação por parte da população cigana, sendo também inexistentes programas habitacionais que visem especificamente os ciganos. Como refere a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas⁶, a ausência de “respostas específicas” decorre do “princípio do direito universal de acesso aos programas habitacionais, em igualdade de circunstâncias por parte de todas as comunidades e etnias”. No entanto, esta conceção de políticas generalistas, por parte do estado central, acaba por dar alguma margem de liberdade a quem executa as políticas habitacionais a nível local. Ou seja, socorrendo-se de supostos particularismos culturais é possível ir adiando ou bloqueando o acesso a uma habitação pública ou desenvolver projectos especiais que fomentam a marginalização e a discriminação.

Veja-se a este propósito como soluções específicas de habitat que foram sendo preconizadas em alguns territórios (ex.: Parque de Acolhimento para Nómadas), mas nunca concretizadas em matéria de habitat, revelam o carácter instável nas possibilidades de cooperação inter-institucional, a indefinição de competências nos processos de luta contra a pobreza e a exclusão social, mas também o receio de fundar lugares a partir dos “nómadas”, ou melhor de “nómadas” que se revelariam falsos.

6 Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2013

BIBLIOGRAFIA

- AGIER, Michel. 2002. *Aux Bords du Monde, les Réfugiés*. Paris: Flammarion.
- AGIER, Michel. 2008. O 'acampamento', a cidade e o começo da política. in *A Rua. Espaço, Tempo e Sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte: 17-25.
- BIZEUL, Daniel. 1994. *Nomades en France*. Paris: L'Harmattan.
- CASTEL, Robert. 1995/1998. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes.
- CASTRO, Alexandra. 2012. *Na luta pelos bons lugares: ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de Doutorado, Lisboa: ISCTE-IUL. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7017>.
- CORDEIRO, Graça Índias. 2010. As cidades fazem-se por dentro. Desafios de etnografia urbana. *Cidades. Comunidades e Território*. 20-21: 111-121.
- DUFOUR, Stéphane; Fortin, Dominic; Hamel, Jacques. 1991. *L'Enquête de terrain en sciences sociales. L'approche monographique et les méthodes qualitatives*. Montréal: Ed Saint Martin.
- FERNANDES, António Teixeira. 1995. Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 5: 7-67.
- GOTMAN, Anne. 2001. *Le Sens de l'Hospitalité. Essai sur les fondements sociaux de l'accueil de l'autre*. Paris: PUF.
- GOTMAN, Anne (org.). 2004. *Ville et Hospitalité. Les Municipalités et leurs "Étrangers"*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- HUMEAU, Jean-Baptiste. 1995. *Tsiganes en France. De l'Assignation au Droit d'Habiter*. Paris: L'Harmattan.
- LUSSAULT, Michel. 2007. *L'Homme Spatial. La Construction Sociale de l'Espace Humain*. Paris: Éditions du Seuil.
- MACHADO, Paulo Filipe. 1994. A Presença Cigana em Portugal: um caso secular. *Mediterrâneo*. 4: 53-68.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2002. De perto e de dentro. Notas para uma etnografia urbana, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, 49.
- MARCUS, George E. 1998. "Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography". in Marcus, G.E (ed.) *Ethnography through Thick and Thin*. New Jersey: Princeton University.
- MONTULET, Bertrand. 2007. Les cadres sociaux du temps et de l'espace. In Bassand, M. et al. *Enjeux de la Sociologie Urbaine*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes: 113-134.
- PATTARONI, Luca. 2007. La ville plurielle. Quand les squatters ébranlent l'ordre urbain. in Bassand, M., Kaufmann, V., Joye, D. (dir.). *Enjeux de la Sociologie*

- Urbaine*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes: 283-314.
- REYNIERS, Alain. 2004. Migrations, mobilité et territorialité chez les tziganes. in Drobenko, B. (dir.). *Territoires et Minorités: la Situation des Gens du Voyage*. Limoges: Press Universitaire de Limoges: 63-71.
- SAN ROMAN, Teresa. 1986. *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*. Madrid: Alianza Universidad.
- STOCK, Mathis. 2007. Théorie de l'habiter. Questionnements. In Paquot, T.; Lussault, M.; Younès, C. *Habiter le Propre de l'Humain. Villes, Territoires et Philosophie*. Paris: La Découverte: 103-125.
- TARRIUS, Alain. 2000. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniència de la noción de 'territorio circulatorio'. Los nuevos hábitos de la identidad. *Relaciones*. 21. 83: 39-66.

“POBRES QUE ENVELHECEM OU VELHOS QUE EMPOBRECEM?” – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O TEMA DA POBREZA NA POPULAÇÃO IDOSA

Alexandra Lopes*

As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

Art.72º, nº1, da Constituição da República Portuguesa

INTRODUÇÃO

Embora a questão da pobreza entre as pessoas idosas portuguesas seja questão já antiga, quer na agenda académica, quer na agenda política, tem sido abordada, sobretudo, na perspetiva das suas consequências, sendo praticamente inexistente qualquer discussão sobre as suas causas. Esta leitura, predominantemente focada nas consequências e nos ajustamentos à pobreza na população idosa, acaba por andar de mãos dadas com um conjunto de políticas sociais e programas de intervenção direcionados, sobretudo, ao alívio da pobreza entre os mais velhos, ao invés de direcionadas à sua prevenção pela intervenção ao nível das suas determinantes mais estruturais.

Associada a muitos dos discursos sobre a pobreza nas pessoas idosas, podemos identificar uma suposição mais ou menos latente, mas ainda dominante, que tende a ver o processo de envelhecimento em si como um fator determinante da pobreza. Na realidade, os mais velhos continuam a ser persistentemente considerados como um grupo mais ou menos homogéneo, cujo principal traço de identidade decorre, precisamente, da sua idade e de um conjunto de condições e eventos que a ela se associam. A idade é, por isso, entendida como um fator de vulnerabilidade em si, ou seja, uma variável que cai no lado das variáveis independentes quando se procuram explicações para a condição de pobreza. Nesse sentido, o ajustamento dos indivíduos ao facto de que a

* Professora no Departamento de Sociologia e Investigadora Integrada no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. aslopes@letras.up.pt

velhice se faz acompanhar de uma inevitável deterioração do seu nível de bem-estar acaba por ser naturalizado e, em certa medida, legitimado porque inevitável.

Neste texto procuraremos questionar essa direccionalidade latente dominante, argumentando que a pobreza na velhice é uma condição que decorre de trajetórias de vida de acumulação de desvantagens. O objetivo principal será problematizar a pobreza na velhice como uma função do baixo estatuto económico e social anterior à aposentação, assim como a sua consolidação em consequência dos relativamente baixos benefícios sociais públicos que reproduzem, em Portugal, uma política de mínimos, insensível aos contextos individuais. A persistente dificuldade, no domínio das políticas sociais, em reconhecer as causas do baixo estatuto socioeconómico e as desigualdades entre os mais velhos acaba por determinar, em larga medida, o seu fracasso enquanto políticas de alcance estrutural, apesar das manifestações aparentes de sucesso que as tendências estatísticas possam querer suportar. Dessa desconstrução nos ocuparemos igualmente neste texto.

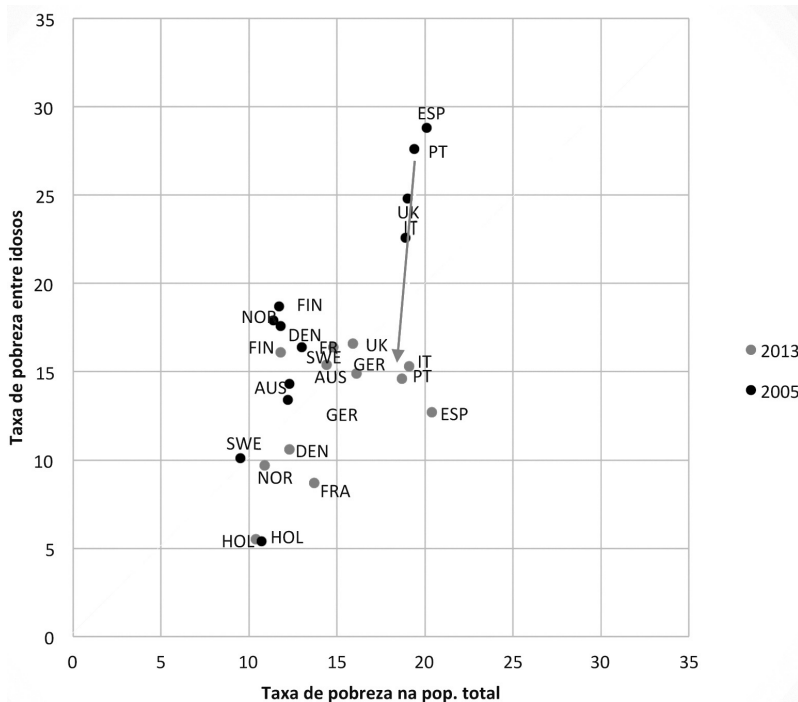
POBREZA ENTRE A POPULAÇÃO IDOSA EM PORTUGAL E NA EUROPA: TENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTOS RECENTES

A redução da pobreza é, desde há largos anos, em Portugal e no espaço da União Europeia, um dos principais objetivos dos programas de proteção social para a população idosa, tendo sido enunciado, inclusive, como o primeiro dos onze objetivos que foram definidos, em 2003, no âmbito do primeiro relatório europeu sobre a adequação dos sistemas de pensões e no âmbito da aplicação do método aberto de coordenação às questões de proteção social dos mais velhos (Comissão Europeia, 2003). Desde então, e um pouco por toda a Europa, têm-se multiplicado as iniciativas nacionais no domínio da redução da incidência de pobreza entre a população idosa. Os resultados, sob o ponto de vista essencialmente estatístico, e globalmente, poderão ser classificados como positivos, no sentido em que temos assistido, ao longo da última década, a uma redução relativamente sustentada das taxas de pobreza entre os mais velhos.

Na figura 1 abaixo, podemos observar o sentido da evolução da taxa de pobreza entre a população com mais de 65 anos, entre 2005 e 2013,

para um conjunto selecionado de países e, adicionalmente, a evolução deste indicador em relação à evolução do indicador equivalente para a população total.

Figura 1. Proporção da população em risco de pobreza monetária entre indivíduos com 65+ anos e na população total, por país – 2005 e 2013



Fonte: Eurostat, Estatísticas sobre o Rendimento e as Condições de Vida, disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tessi120> (último acesso a 19 de janeiro de 2015).

Numa primeira leitura, podemos observar que a tendência geral de evolução tem sido no sentido da diminuição da taxa de pobreza¹ entre

1 Trabalhamos com o conceito de taxa de pobreza como a proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do valor definido para a linha de pobreza nacional, esta definida como 60% do rendimento mediano nacional respetivo, seguindo a metodologia corrente do Eurostat.

a população idosa ao longo do tempo. Essa tendência é mais acentuada entre os países que exibem, tradicionalmente, taxas de pobreza maiores. Esse é, precisamente, o caso do nosso país. Portugal, entre 2005 e 2013, e segundo os dados oficiais do Eurostat, apresentou uma redução de cerca de 47% na taxa de pobreza entre aqueles com 65 ou mais anos.

Paralelamente, podemos observar uma outra tendência, mais ou menos dominante no espaço europeu, e que vai no sentido de retirar a população idosa do lugar cimeiro na incidência da pobreza. Ou seja, se antes este era um segmento da população que se destacava por ter as mais elevadas taxas de pobreza (pontos acima da linha diagonal), a tendência tem sido para que as taxas de pobreza neste grupo etário se aproximem, ou inclusive fiquem abaixo, do mesmo indicador calculado para a população total.

Estas duas tendências, em conjunto, refletem, sem margem para dúvida, alguns efeitos de ordem demográfica, com novas gerações de pessoas idosas menos vulneráveis sob o ponto de vista económico. Mas refletem, igualmente, a centralidade dos mais velhos na agenda de desenvolvimento de políticas sociais e o relativo sucesso dessas mesmas políticas quando medidas a partir do indicador oficial de pobreza, o indicador monetário dos 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

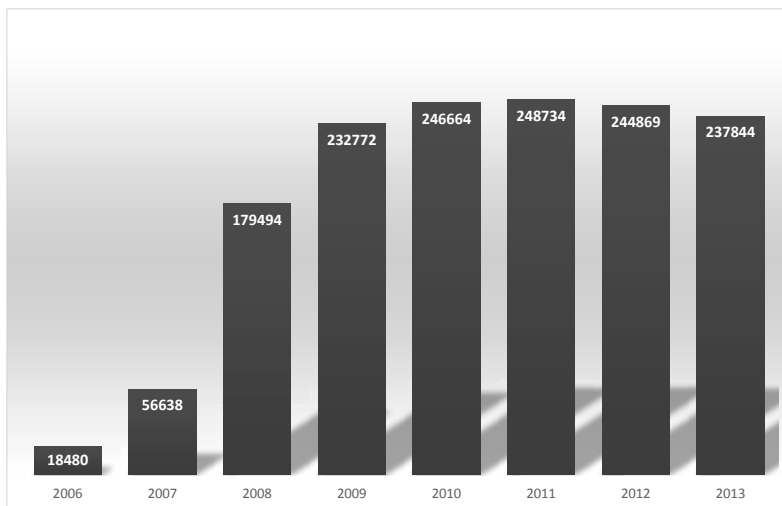
Olhando para o caso português, não poderá ser negada, de facto, a importância que alguns instrumentos específicos de política social, desenhados com o objetivo de reduzir a pobreza monetária entre a população idosa, tiveram ao longo dos últimos anos. À cabeça destes surge o Complemento Solidário para Idosos (CSI), um subsídio monetário de tipo assistencial que é atribuído a todos os que têm mais de 65 anos e cujo rendimento anual seja inferior a um determinado valor. Em 2013, esse valor de referência era um pouco mais de 4900 euros anuais para o rendimento individual, o que significa cerca de 409 euros mensais², exatamente o valor estimado pelo INE, em 2013, para a linha de pobreza (INE, 2014). O valor do subsídio é determinado a partir do cálculo da diferença entre o rendimento anual do indivíduo e esse valor de

2 Optou-se por dividir o rendimento anual por 12 meses dado o facto de aquele valor se reportar a todos os tipos de rendimentos e não exclusivamente aos provenientes de pensões. Dada a prevalência das pensões neste segmento da população, porém, essa divisão poderia, efetivamente, considerar como denominador o valor 14 (14 meses de pensões), o que significaria um valor mensal inferior ao que foi por nós estimado.

referência, sendo essa diferença paga ao beneficiário em parcelas iguais a 1/12 do valor total³. O impacto deste subsídio é determinante na diminuição da taxa de pobreza entre a população idosa, e a principal explicação para o declive tão acentuado que caracteriza a linha de tendência temporal assinalada na figura 1 para o caso português.

Na figura abaixo (Figura 2) vemos, precisamente, a dimensão do impacto desta medida específica de política social a partir da evolução do número de indivíduos abrangidos pela mesma, nos últimos anos com taxas de incidência superiores a 10% da população com 65 anos ou mais. Estes 10% da população passam a auferir, garantidamente, um rendimento anual na ordem dos 4900 euros em 2012 e 2013, o que significa que estão, oficialmente, acima do valor de referência definido para a linha de pobreza.

Figura 2. Número de beneficiários do CSI – 2006 a 2013



Fonte: Ministério da Segurança Social, disponível em linha em www4.seg-social.pt/estatisticas.
Cálculos da autora

³ Fonte: Ministério da Segurança Social, disponível em linha em www4.seg-social.pt/complemento-solidario-para-idosos, último acesso em 24 de outubro de 2014.

Em segundo lugar, porém, deveremos assinalar que o decréscimo da taxa de pobreza entre a população idosa, em Portugal, não é acompanhada de um decréscimo proporcional na taxa de pobreza da população em geral, bem pelo contrário. Segundo os dados disponíveis, em 2013, a taxa de pobreza monetária entre indivíduos com 65 ou mais anos era inferior à da população em geral (14,6% e 18,7% respetivamente), facto que, até certo ponto, pode ser considerado um dado inédito dos últimos dois ou três anos no nosso país, e que inverte a tendência histórica de desvantagem da população idosa na distribuição nacional dos rendimentos.

É certo que devemos olhar para estes valores com alguma cautela, já que refletem dinâmicas que não passam, necessariamente, por uma subida efetiva dos rendimentos dos mais velhos. A linha de pobreza monetária, definida a 60% do rendimento equivalente mediano, é, naturalmente, muito sensível às variações no rendimento mediano. Os últimos anos, em Portugal, têm sido marcados por uma contração relevante no rendimento dos agregados familiares o que, inevitavelmente, tem impacto no abaixamento da linha de referência da pobreza. O rendimento da população mais velha, maioritariamente proveniente de pensões, não é tão dinâmico como o rendimento da população em idade ativa, mais sujeita às flutuações de rendimento decorrentes das dinâmicas do mercado de trabalho. Isso explicará, pelo menos em parte, um certo efeito de salvaguarda da população idosa em tempos de crise económica acentuada. Por outro lado, o abaixamento da linha da pobreza, fazendo-a coincidir com o valor de referência para o CSI, retira estatisticamente um conjunto alargado de indivíduos com 65 ou mais anos do grupo oficialmente pobre. Note-se que, segundo o próprio Instituto Nacional de Estatística (INE), fosse a taxa de pobreza para a população idosa ancorada a 2009, o seu valor seria, de acordo com os dados recolhidos em 2013, igual a 22,4% (24,7% para a população total)⁴.

4 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Destaque Informação à Comunicação Social de 24 de março de 2014, Rendimento e Condições de Vida 2013.

VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS NA ORIGEM DA POBREZA DOS MAIS VELHOS: TRAJETÓRIAS NO MERCADO DE TRABALHO E A ACUMULAÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

As políticas sociais são muitas vezes moldadas por uma segmentação da população em grupos, tendo em vista a identificação de grupos vulneráveis que se tornam, assim, alvos ou beneficiários de programas específicos de assistência social. A segmentação em função do indicador etário tem sido critério fundamental no campo do desenho e implementação de políticas sociais. Está muito alinhada com uma abordagem bastante padronizada ao ciclo de vida, que reflete na idade cronológica a dinâmica da formação da família e participação no mercado de trabalho, bem como os ritmos biológicos. As pessoas mais velhas, nesse sentido, representam uma série de riscos que são vistos como fatores de vulnerabilidade: saída do mercado de trabalho; diminuição de capacidades funcionais físicas e cognitivas; perda do cônjuge por morte ou de outros membros da família, nomeadamente por saída dos descendentes do agregado familiar, entre outros. Este tipo de abordagem tende a colocar a velhice ao lado dos fatores independentes que aumentam o risco de exposição à vulnerabilidade social. Ou seja, é a chegada à idade mais avançada que aumenta, acredita-se, o risco de cair em situação de pobreza.

A nossa abordagem, neste texto, procura completar a discussão que fizemos, na secção anterior, sobre a incidência de pobreza entre a população idosa, com uma discussão sobre esta enquanto uma função de um conjunto de condições e acontecimentos que ocorrem em fases anteriores do curso da vida e que moldam, não só a sensibilidade dos indivíduos aos efeitos das determinantes etárias, como também a sua capacidade de resistência a essas mesmas determinantes. Queremos discutir, em particular, dois elementos que integram essas trajetórias de vida: a relação dos indivíduos com o mercado de trabalho e a sua relação com as modalidades de proteção social dos riscos ao longo da vida.

O pressuposto de partida que assumimos, no fundo, defende que a distribuição dos riscos na velhice é muito desigual, não só devido a uma série de eventos e condições que não podem ser totalmente controlados, mas também, e sobretudo, devido a uma série de dimensões de vulnerabilidade que são socialmente construídas e têm uma base estrutural, dimensões que muitas vezes se desenvolvem gradualmente ao longo da vida. São essas condições estruturais, argumentamos, que moldam não

só o risco de exposição à pobreza na velhice, mas também a capacidade e a forma como os indivíduos conseguem gerir os desafios específicos que surgem com a idade avançada para se abrigarem do risco de pobreza e das suas consequências.

Para sustentar empiricamente a nossa discussão recorreremos, nesta secção, à análise de alguns dos dados disponíveis no âmbito do projeto SHARE⁵. A nossa preferência pelo SHARE é explicada pela riqueza de indicadores disponíveis para compor trajetórias de vida e que, na ausência de dados longitudinais (um problema persistente em Portugal), o qualificam, neste momento, como a melhor fonte de dados disponível. Os dados do SHARE estão disponíveis para Portugal a partir da sua quarta edição, com trabalho de campo feito em 2011. A amostra final de indivíduos com 65 ou mais anos não é a melhor sob o ponto de vista estatístico, mas dado que não estamos tão preocupados em testar dados para chegar a estimativas ou generalizações, e em vez disso mais interessados numa abordagem exploratória para discutir argumentos teóricos, vamos considerar a amostra suficiente. A amostra final compreende 996 indivíduos, 45,5% dos quais são do sexo masculino (54,5% do sexo feminino). Um pouco mais de 34% têm mais de 75 anos de idade. Cerca de 28% vivem sozinhos. Para identificar aqueles que seriam classificados como estando em risco de pobreza, foi utilizada a definição monetária da linha de pobreza a 60% do rendimento mediano do adulto equivalente. A linha traçada teve como limite o valor da linha de pobreza em 2010 (já que os dados foram colhidos em 2011, mas retendo informação sobre o rendimento do ano anterior, 2010). O rendimento foi estandarizado usando uma das metodologias da OCDE para cálculo do rendimento do adulto equivalente, neste caso a raiz quadrada da dimensão do agregado familiar (de Vos e Zaidi, 1997). Estão disponíveis duas versões do rendimento do agregado familiar na base original do SHARE,

5 O SHARE (*Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*) é um projeto multidisciplinar e multinacional que disponibiliza dados sobre a saúde, o estatuto socioeconómico e as redes sociais e familiares de mais de 85.000 indivíduos, com 50 anos ou mais (cerca de 150 mil entrevistas) de 20 países europeus (mais Israel). Os dados estão disponíveis para toda a comunidade científica, de forma gratuita. SHARE produziu a primeira vaga de dados para os anos 2003-2004, estando já em preparação a 6ª vaga, num esforço que garante, pela primeira vez, e a nível europeu, a produção de dados que permitem a análise do processo de envelhecimento de uma forma multidimensional num registo longitudinal. Portugal aderiu ao projeto SHARE na sua 4ª vaga, sendo esses os dados disponíveis para análise à data da elaboração deste texto.

tendo a nossa escolha recaído sobre o indicador calculado a partir dos componentes desagregados de rendimento. 22,8% da amostra acabaria classificada abaixo da linha de pobreza, um valor que é consistente com a proporção de população idosa que vive em situação de pobreza monetária encontrada em outras fontes e publicações.

A estratégia de análise desenvolvida implicou o ajustamento de um modelo de regressão logística binária⁶ para estimar a probabilidade de um indivíduo se encontrar em situação de risco de pobreza monetária. O objetivo era controlar, em simultâneo, o efeito único das determinantes mais frequentemente associadas à idade avançada (eg. saúde diminuída; viuvez ou idade muito avançada) e o efeito de indicadores relacionados com trajetórias passadas, anteriores à entrada na velhice. Estes indicadores dizem respeito à trajetória no mercado de trabalho e, relacionada com esta, ao grau de enquadramento dessa trajetória laboral em termos de mecanismos de proteção social.

Uma nota explicativa breve sobre os indicadores relativos a trajetórias impõe-se. As variáveis incluídas no modelo logístico para captar trajetórias são variáveis compósitas que resultaram da análise dos seguintes indicadores originais:

- experiência, ao longo da vida, de trabalho remunerado [sim/não (inclui trabalho familiar não remunerado)];
- condição no último trabalho remunerado (trabalhador por conta de outrem; trabalhador por conta própria; empresário);
- grupo profissional genérico, de acordo com a classificação da profissão em termos de estatuto socioprofissional e usando uma tipologia com um grau elevado de agregação (profissões mais qualificadas; profissões de qualificação intermédia; profissões menos qualificadas);
- tipo de transição para a reforma por velhice (transição direta por idade; transição indireta antecedida de período de desemprego, de inva-

6 Regressão logística binária é uma técnica multivariada que utiliza a teoria de probabilidade binomial. Estima a equação ou função melhor ajustada segundo o método da máxima verosimilhança, o qual maximiza a probabilidade de classificar os dados observados (para a variável dependente) na categoria apropriada e conhecidos os valores dos coeficientes de regressão (para as variáveis independentes). Trata-se, no fundo, de uma abordagem que segue a lógica geral da análise de regressão linear múltipla, mas que se usa quando a variável dependente é nominal dicotómica e as variáveis independentes incluem variáveis não numéricas. É frequentemente discutida como uma alternativa à análise discriminante para conjuntos de variáveis independentes que incluem variáveis nominais e ordinais simples. Para familiarização com a técnica de regressão logística binária consultar Pampel (2000).

lidez ou de reforma antecipada). Note-se que o objetivo é captar um quadro geral que enuncie tendências e não entrar em discussões sobre teoria sociológica aprofundada no campo da análise da estratificação social, análise que os dados empíricos disponíveis, de qualquer forma, não suportariam e que já desenvolvemos noutra texto (Lopes, 2011). Assim, pretendia-se, por um lado, captar as diferenças ao longo do período da vida ativa em termos do acesso aos sistemas de distribuição de recursos, entre os quais o emprego é, sem dúvida, o mais importante. Ou seja, o pressuposto de partida é o de que aqueles que têm acesso às profissões melhor remuneradas terão, à partida, melhores oportunidades para acumular poupanças, para adquirir propriedade ou esquemas privados complementares de proteção de rendimento. Aqueles, por seu turno, que estiverem excluídos do mercado de trabalho ou que ocupam as posições com menor *status* socioprofissional terão menos oportunidades desse tipo. Por outro lado, o objetivo era também captar algum tipo de precariedade na trajetória no mercado de trabalho. Para isso recorreu-se ao indicador que capta o acesso à proteção que decorre da integração em algum tipo de mecanismo formal de segurança social associado à existência de um contrato de trabalho, e ao indicador que mede a existência de alguma quebra na trajetória laboral antes da idade estatutária de reforma (por desemprego, por doença ou por redundância). Embora não tenhamos informação completa para traçar um quadro preciso, e conscientes de que estamos a trabalhar com *proxies* que estarão, previsivelmente, afetados por alguns erros de estimação, os indicadores disponíveis foram sujeitos a uma análise combinatória simples, sendo transformados na tipologia abaixo, com as seguintes ocorrências:

1. Profissões qualificadas com trajetória protegida (137 casos)
2. Profissões qualificadas com trajetória desprotegida (32 casos)
3. Profissões de qualificação intermédia com trajetória protegida (230 casos)
4. Profissões de qualificação intermédia com trajetória desprotegida (75 casos)
5. Profissões não qualificadas com trajetória protegida (147 casos)
6. Profissões não qualificadas com trajetória desprotegida (96 casos)
7. Indivíduos sem qualquer experiência de trabalho remunerado (144 casos)

O modelo multivariado foi então ajustado, tendo sido possível chegar aos resultados enunciados na tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Determinantes da probabilidade ajustada de um indivíduo com 65 ou mais anos, em Portugal, se encontrar abaixo da linha de pobreza monetária – 2010.

	b	Erro padrão do estimador	e ^b
Trajectoria no mercado de trabalho (base = não qualificada e não protegida)			
Sem qualquer experiência de trabalho remunerado	-,049	,283	,944
Trajectoria qualificada e protegida	-1,939**	,472	,146
Trajectoria semiquificada e protegida	-,581*	,280	,566
Trajectoria não qualificada e protegida	-,234	,284	,796
Trajectoria qualificada e não protegida	-1,449**	,519	,240
Trajectoria semiquificada e não protegida	,102	,287	1,121
Idade	,529 ⁺	,286	1,702
Idade ²	-,003 ⁺	,002	,997
Sexo (base = homem)			
Mulher	-,062	,190	,940
Parentalidade (base = tem filhos)			
Não tem filhos	-,027	,340	,969
Estado civil (base = viúvo(a))			
Casado(a)	-,421 ⁺	,224	,657
Divorciado(a) ou Separado(a)	,312	,402	1,366
Sem qualquer experiência de conjugalidade	,861 ⁺	,499	2,365-
Limitações em ADLs (base = não)			
Sim	,507**	,187	1,660
Estatuto quanto à propriedade da habitação (base = é proprietário)			
Não é proprietário	,196	,187	1,217

** significativa a 1%; * significativa a 5%; significativa a 10%

Constante incluída no modelo (-21,869) χ^2 de Hosmer e Lemeshow=5,203 com p=,736

O modelo foi testado para efeitos interativos de 2.ª ordem e para multicolinearidade grave. Não foram encontrados efeitos significativos

Fonte: SHARE, 4ª edição. Cálculos da autora.

Não é tanto a análise detalhada dos estimadores que iremos discutir aqui, não só porque estamos a trabalhar com indicadores conceptualmente afetados por algumas limitações, mas também porque a direção de todos os efeitos se alinha com o que, razoavelmente, se esperaria encontrar. Ao invés, interessa-nos focar a análise da significância estatística de cada um dos fatores considerados, para daí retirar algumas implicações que, entendemos, vale a pena detalhar.

Em primeiro lugar, destacaríamos o facto de que, uma vez controlado o impacto dos indicadores relativos às trajetórias laborais, os fatores que normalmente são discutidos, na arena de debate político, mas também na literatura, como principais fatores de vulnerabilidade entre os mais velhos não suportam qualquer significância estatística. Em particular, assinalamos a forma como o sexo e a idade não mostram qualquer poder discriminatório (incluindo aqui a idade elevada ao quadrado para captar algum efeito não linear no indicador respetivo). Isto é muito relevante discutir em termos das suas implicações para a formulação de políticas sociais. Por exemplo, permite-nos concluir que as diferenças de género na velhice são o resultado de oportunidades elas próprias sensíveis ao género (ou falta de oportunidades) ao longo do curso da vida, o que nos deve levar a falar sobre os caminhos de género da acumulação de vantagens e desvantagens, em vez de falarmos sobre «as mulheres mais velhas», uma expressão que, quando usada pelos decisores políticos, tem sempre um potencial de naturalização dos processos de desigualdade sem atacar verdadeiramente a sua origem social. Por outro lado, a não significância de variáveis como estado civil e experiência de parentalidade desconstrói a frequente associação da viuvez e do isolamento ao risco acrescido de pobreza. Ou seja, alguns dos temas que mais recorrentemente se associam ao avançar da idade e à velhice, e que concorrem, precisamente, para uma leitura ao grupo dos mais velhos como se de uma minoria separada do resto da população se tratasse, são temas que nos aparecem sem relevância discriminatória. Essa ausência de relevância estatística questiona, no fundo, a visão da população idosa como uma minoria independente dos sistemas socioeconómicos e políticos, marcada por elementos de identidade muito específicos consequentes com o envelhecimento cronológico. Pelo contrário, aponta para a necessidade de leituras que promovam a reintegração da população idosa no sistema estruturado de desigualdades das sociedades capitalistas, reclamando que se entre em linha de conta com o envelhecimento

como decorrente de processos dinâmicos marcados por oportunidades distintas de acesso a vantagens e desvantagens.

Em segundo lugar, gostaríamos de assinalar a forma como, neste modelo, o estado de saúde tem um impacto muito significativo. Claro que poderíamos argumentar que tal significado era esperado, mas o facto de que ele mantém um tão claro peso mesmo depois de controlarmos os fatores de curso de vida é que nos parece bastante interessante. Em particular, tal como o vemos, ele reforça a necessidade de desenvolver instrumentos de política social melhor sintonizados, que levem em conta o contexto das necessidades em que cairão as prestações pecuniárias e, mais especificamente, o potencial de erosão dos recursos disponíveis suscitada pela deterioração do estado de saúde, nomeadamente se esta for prolongada. Note-se, por exemplo, que os mecanismos preferenciais de atuação no quadro da proteção social portuguesa para redução da pobreza entre os mais velhos são cegos para o estado de saúde do requerente.

Em terceiro lugar, e com lugar de maior destaque, chamamos a atenção para o indicador que capta trajetórias anteriores no mercado de trabalho, no nosso modelo com um impacto muito significativo. Note-se que o *status* socioprofissional exhibe, como esperado, um impacto importante (que se reflete, naturalmente, na distribuição do rendimento e na distribuição das oportunidades que mais diretamente se encontram associadas ao rendimento: poupanças, aquisição de propriedade, esquemas complementares de proteção do rendimento, cuidados de saúde), mas, mais significativamente, destacamos o impacto notável da dimensão relacionada com a precariedade na trajetória no mercado de trabalho. Isso reforça a dependência do bem-estar de um grande número de pessoas mais velhas dos sistemas de proteção social públicos e de carreiras regulamentadas no mercado de trabalho, uma característica, de resto, conhecida de todos os sistemas de bem-estar Bismarckianos. Estar, de alguma forma, fora da rota regulada e protegida tem impactos muito fortes em termos de capacidade de captação de recursos que garantam o bem-estar na vida adulta e, particularmente, na velhice.

No fundo, o que a evidência empírica apresentada, com todas as limitações que possa ter, mas analisada a partir das tendências gerais que esboça, nos parece sugerir é que, de facto, a pobreza na velhice é, sobretudo, uma função de baixo estatuto socioeconómico anterior à própria velhice, nomeadamente do maior ou menor acesso a trajetó-

rias qualificantes e protegidas no mercado de trabalho. Estar fora do mercado de trabalho ou em trajetórias de precaridade e desqualificação é que constitui o grande fator de risco de pobreza na velhice, uma condição que será, seguramente, mais frequente entre mulheres, previsivelmente mais incidente entre aqueles com pior estado de saúde, e, por isso, fazendo emergir tendências na distribuição da pobreza que acabam por branquear as trajetórias passadas.

Este tipo de análise, que poderia ser ainda mais detalhada, antecipa, no plano da discussão sobre o impacto das políticas sociais para alívio da pobreza, algumas questões. Uma dessas questões será relativa à relação entre o rendimento monetário disponível e a sua tradução em condições de vida e, mais concretamente, à capacidade efetiva de rutura com aquilo que é uma pobreza estrutural a partir de uma lógica de mínimos na atribuição de apoios sociais coincidentes com a linha de pobreza monetária. Essa é a abordagem preferencial no nosso país e que, priva, para todos os efeitos, o indivíduo de quebrar o ciclo de pobreza em todas aquelas dimensões que se apresentam como resultado de trajetórias como as que discutimos acima, e que previsivelmente se agravarão à medida que o tempo avança. Exemplos dessas dimensões, pela relevância particular que têm neste segmento etário são as dimensões de pobreza habitacional, de pobreza energética, de pobreza nutricional, medicamentosa, entre outras, dificilmente ultrapassáveis a partir de abordagens unicamente monetaristas e assentes em valores mínimos como aqueles que caracterizam o caso português.

NOTAS CONCLUSIVAS

Complexidade e indeterminação fazem da vulnerabilidade à pobreza um fenómeno difícil de estudar e combater através da formulação de políticas. Vivemos em tempos de recuo e contenção nos sistemas de proteção social e de reforma do Estado social, sendo que todas as tendências sugerem que aos indivíduos será pedido que assumam cada vez mais responsabilidades pela provisão do seu bem-estar na velhice. Em simultâneo, o envelhecimento da população antecipa crescentes pressões sobre os sistemas de proteção social. É fundamental, por isso, discutir a pobreza na velhice a partir das suas causas e nas suas manifestações mais abrangentes.

Entender a pobreza na velhice como o resultado de trajetórias de vida de vulnerabilidade traz um novo desafio para a formulação de políticas, o desafio de formular políticas preventivas em fases anteriores da vida. Por outro lado, também nos obriga a refletir sobre os termos das reformas anunciadas nos sistemas de pensões, não só do ponto de vista das alterações paramétricas que abordam questões de sustentabilidade financeira, mas também a partir de uma perspectiva sistêmica: o objetivo deve ser o de atenuar a acumulação de desvantagens associadas a trajetórias menos protegidas no mercado de trabalho, temática tanto mais relevante para as gerações futuras de idosos quanto se assiste a uma progressiva desintegração dos mecanismos de regulação dos mercados laborais, um pouco por toda a Europa.

As políticas sociais, em Portugal, dirigidas especificamente à proteção social dos mais velhos, têm privilegiado, como sabemos, as abordagens de tipo monetarista. Nesse sentido, assentam quase exclusivamente em metodologias de medição de rendimento disponível para definição de elegibilidade. O que se verifica a este respeito é que deixam de fora um número muito significativo de indivíduos que, mesmo que oficialmente acima da linha monetária de pobreza, vivem em condições que dificilmente são ultrapassáveis com os rendimentos próprios (Lopes, 2008). A medição do nível de bem-estar a partir da variável 'rendimento' não permite entrar em linha de conta com o processo de construção, ao longo da vida, de mecanismos de proteção (ou de exposição) em relação ao risco de pobreza que, sendo certo que eles próprios estarão dependentes do rendimento, podem salvaguardar um nível mínimo de bem-estar futuro em situações em que o rendimento monetário por si só se mostre insuficiente ou, pelo contrário, podem determinar a acumulação de elementos de desvantagem que, aprofundando-se ao longo do tempo, comprometem o nível de bem-estar dos indivíduos, não sendo ultrapassáveis mesmo em condições em que, em termos monetários, o indivíduo não se encontra em situação de pobreza.

Retomando o título que escolhemos para este texto, o que está em cima da mesa é a necessidade de nos afastarmos de uma visão relativamente estática e artificialmente naturalizada da pobreza entre a população idosa, como se de uma consequência inevitável se tratasse, ao lado de outras perdas que se associam ao envelhecimento, para nos aproximarmos de uma leitura dinâmica que integra a análise da pobreza na

velhice nos processos dinâmicos e socialmente determinados de construção de desigualdades ao longo da vida.

BIBLIOGRAFIA

- Comissão Europeia. 2003. Adequate and Sustainable Pensions. Luxembourg: Publications Office.
- DE VOS, Klaas e Ashgar ZAIDI. 2005. Equivalence Scale Sensitivity of Poverty Statistics for the Member States of the European Community. *Review of Income and Wealth*, 43 (3): 319-333.
- LOPES, Alexandra. 2008. Rendimento e privação entre os idosos portugueses. Uma análise de dados do Painel dos Agregados da Comunidade Europeia. Atas do VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais, Saberes e Práticas, <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/584.pdf>.
- LOPES, Alexandra. 2011. Ageing and social class: towards a dynamic approach to class inequalities in old age. In *Age Discrimination and Diversity. Multiple Discrimination from an Age Perspective*. Organização de Malcom Sargeant. Cambridge: Cambridge University Press.
- PAMPEL, Fred. 2000. *Logistic Regression: A Primer*. Sage quantitative applications in the Social Sciences Series, 132. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

SOBRE-VIVÊNCIAS

DA POBREZA À VULNERABILIDADE: TRANSFORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E NO AGIR COLETIVO

Isabel Guerra* / Teresa Costa Pinto**

INTRODUÇÃO

As mudanças da sociedade atual estão a alterar os perfis de pobreza e de vulnerabilidade tornando estas situações, por um lado, cada vez mais presentes e transversais a vários grupos sociais e, por outro, reajustando o papel das instâncias tradicionais de socialização face às novas vulnerabilidades introduzidas por um Estado cada vez menos providência e cada vez mais colado à lógica da competitividade a todo o custo. Esta situação tem fortes impactos nos indivíduos e nas famílias, obrigando ao acionamento de novas estratégias de sobrevivência e ao reequacionar do seu lugar no mundo e das suas expectativas face ao futuro. Estamos perante fenómenos de pobreza e de exclusão social, essencialmente de causalidade coletiva, cuja dimensão estrutural escapa à capacidade de ação do sujeito, sendo vividos com grande dramaticidade nos palcos quotidianos. O sujeito vê-se obrigado a reestruturar a sua identidade e os seus modos de vida para suportar os limiares de sobrevivência que lhe são impostos e, pelo menos no caso português, como os fatores de proteção são essencialmente familiares (e por vezes comunitários), tal situação exige frequentemente a reestruturação das redes sociais.

Numa publicação anterior (Costa Pinto e outros, 2010) defendeu-se que a satisfação das necessidades – para todos, pobres ou não – passa por uma relação entre as oportunidades sociais e as capacidades

* Isabel Guerra, ISCTE-IUL/DINAMIA'CET-IUL. imcguerra@gmail.com

** Teresa Costa Pinto, ISCTE-IUL/DINAMIA'CET-IUL. teresa.pinto@iscte.pt

individuais. As oportunidades relacionam-se, quer com os processos de desenvolvimento societal, quer com a forma como os responsáveis políticos nacionais incorporam as formas de redistribuição social e promovem o acesso às oportunidades. Por seu turno, as capacidades para concretizar projetos individuais e familiares fazem apelo a um conjunto de recursos mobilizáveis pelos sujeitos (identidade e resiliência, competências e domínio intercultural, etc.) que moldam também o sistema de oportunidades/constrangimentos nos quais se inserem – desigualmente – visto os sujeitos serem dotados de distintas capacidades e capitais.

O interesse dessa abordagem interativa entre oportunidades sociais e capacidades individuais reside em poder conceber o processo de construção das trajetórias individuais como um jogo entre um sujeito com determinadas capacidades e um sistema que se apresenta com determinadas oportunidades. A satisfação das necessidades derivaria, assim, de processos de ajustamento, de intensidade e frequências variáveis, entre capacidades e oportunidades. Esta relação entre oportunidades e capacidades permite, de igual modo, entender os processos de “*decisions-make*”, a dimensão mais proactiva do sujeito e, a um nível mais abstrato, entender como a sociedade se constrói e reconstrói nesta relação entre o Actor e o Sistema.

Este texto, aproveitando várias pesquisas realizadas no âmbito do DINAMIA/CET¹, pretende dar visibilidade, de forma mais compreensiva, aos processos de acionamento destas capacidades, preocupando-se essencialmente com as transformações identitárias individuais que têm impactos nas formas de estar no mundo da população portuguesa nesta fase de crise. Pretende-se ressaltar o modo como a “crise” veio alterar as formas de pobreza e os seus protagonistas, os modos de perceção do mundo e como isso interroga os processos de construção identitária, implicando, frequentemente, um fechamento sobre si. Estes processos parecem, contudo, ser apaziguadores de maior revolta social e pouco mobilizadores de uma ação coletiva.

1 Ver no quadro anexo, as pesquisas que inspiram este texto.

NA SOCIEDADE DE ALTO RISCO, A POBREZA NÃO É UM ESTÁDIO IRREVERSÍVEL MAS UM PROCESSO DE VULNERABILIDADE POTENCIALMENTE TRANSITÓRIO

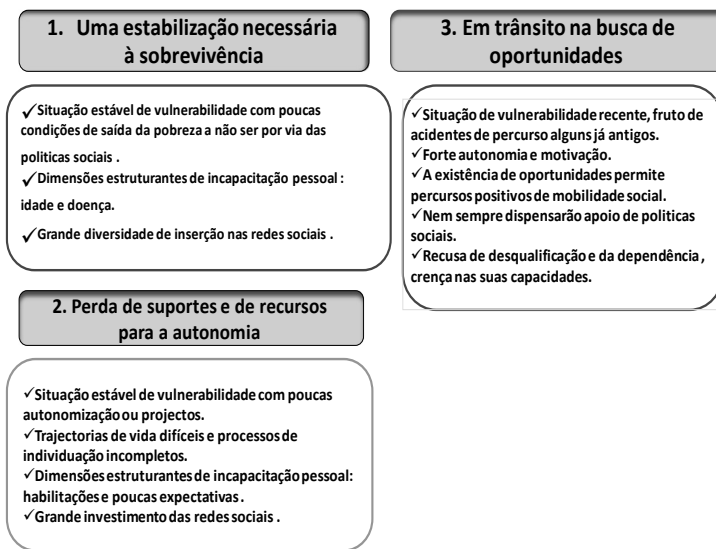
O desenvolvimento da sociedade de risco multiplica e complexifica as causas, formas e perfis de pobreza, indiciando que esta é um processo de construção de vulnerabilidades que atingem, no contexto atual, uma enorme diversidade de grupos sociais e que podem ocorrer de forma abrupta em vários estádios da vida. Desemprego, doença e ruturas familiares parecem explicar uma parte significativa da situação de necessidade e de apoio social.

Estas situações não são meramente individuais. As investigações mais recentes², identificando alguns perfis individuais de vulnerabilidade, revelam sobretudo dificuldades ao nível das oportunidades, nomeadamente as referentes ao atual funcionamento do mercado de trabalho e à incapacidade dos sistemas de proteção social fazerem face aos riscos de forma adequada. Assim, a atual situação de crise tem fortes impactos nos indivíduos e nas famílias, gerando novos fatores de instabilidade social e de vulnerabilidade pessoal. Esta instabilidade é sentida como uma crise de oportunidades, de valores e de expectativas e, sobretudo, de confiança no país e nos outros. Para a maioria dos entrevistados nas diferentes pesquisas, não se trata apenas de súbita mudança de rumo das suas vidas, mas de uma quebra de expectativas assentes num percurso esforçado de mobilidade social inacabado. É neste jogo, assimétrico e temporalmente variável, entre capacidades e oportunidades que se vai gerando uma grande multiplicidade de “perfis de pobreza/vulnerabilidade” que dependem, na sua especificidade, quer das conjunturas económicas e da diversidade das dinâmicas regionais, quer dos perfis psicossociais das pessoas e das famílias.

Na pesquisa de Castro e Guerra (2010), identifica-se a diversidade dos perfis de pobreza nessa dupla dimensão de relação entre as capacidades individuais e as oportunidades sociais.

2 Ver nota anterior

Figura 1. Perfis de pobreza em Lisboa



Fonte: Adaptado de Castro e Guerra (2010)

De uma forma geral, nos vários estudos realizados, os entrevistados manifestam a sensação de que “cair na pobreza” tem uma origem diversificada e pode acontecer a qualquer um em qualquer momento. Mesmo os que se consideram hoje como pobres salientam que os seus percursos de vida não foram sempre assim: a maioria dos entrevistados relata a coerência de uma vida integrada onde acontecimentos estruturantes (problemas de saúde, desemprego, etc.) os pressionaram para uma situação de pobreza no presente. Interessante é o facto de, nesta interação entre capacidades pessoais e oportunidades sociais, a maioria revelar consciência que a sua situação deriva dessa relação. Apesar de estarmos perante pessoas atingidas por níveis de pobreza significativos, não deixa de ser relevante o olhar complexo e racional sobre as dinâmicas sociais necessárias à alteração da sua situação e das suas capacidades, sendo que a grande maioria está consciente que só de uma estratégia cooperativa entre os seus esforços individuais e os recursos disponibilizados (sobretudo pelo mercado de trabalho e pelas entidades públicas) poderão emergir soluções para a situação em que se encontram.

Nalgumas pesquisas, pretendeu-se entender a forma como as pessoas percebem a situação de vulnerabilidade em que se encontram e a sua capacidade de autonomia (ver figura seguinte). Se é verdade que parece evidenciar-se uma gradação das capacidades de autonomia, que advém essencialmente da capacidade em angariar recursos para a sobrevivência, de forma autónoma ou apoiada, também é verdade que a “auto-imagem” veiculada mostra como a interação entre as capacidades individuais e as oportunidades sociais se encontram intimamente ligadas a essa auto-perceção. De facto, os entrevistados organizam uma análise da situação “objetiva” onde a idade, a escolaridade, os problemas de saúde são a base de uma perceção de dependência e os apoios externos são considerados um fim e não um meio. Noutros entrevistados, a simples expectativa de inserção no mercado de trabalho e subsequente “autonomia” gera uma identidade mais positiva e atitudes mais pró-ativas. Sociologicamente, seria importante aprofundar porque é que, em Portugal, a dependência de terceiros, e sobretudo do Estado, está associada a fatores de perceção negativa de si mesmo quando “objetivamente” a situação pessoal justificaria um apoio exterior. Se considerarmos um Estado de direitos e de deveres, a doença, a idade, ou mesmo o desemprego e outras características pessoais, deveriam ser encaradas como passíveis de suporte público, como um direito suportando menos carga negativa.

Figura 2. Auto-perceção das características e competências pessoais e capacidade de se projetarem no futuro

Vulneráveis dependentes	Integráveis condicionais	Integráveis
Reconhecimento de condições objetivas inibidoras da inserção	Dificuldade de inserção no mercado de trabalho	Dificuldade de inserção no mercado de trabalho
Auto imagem muito negativa	Auto imagem positiva	Auto imagem positiva
Incapacidade de se projetarem num futuro sem apoios	Esperança face a um futuro sem apoios	Capacidade de se projetarem num futuro sem apoios
Apropriação dos recursos como um fim e não como um meio	Apropriação dos recursos como um meio para atingir a autonomia	Apropriação dos recursos como um meio para atingir autonomia
RESIGNAÇÃO	ESPERANÇA	AÇÃO

Fonte: Adaptado de Castro e Guerra (2010)

Nesse sentido, parece evidente que a pobreza, pelo menos para alguns dos entrevistados, não emerge como um estágio permanente, mas como um processo de múltiplas facetas na sua gênese, temporalidade e manifestação. É verdade que, para muitos, em função das suas características (idade, saúde, etc.), a situação de pobreza é sentida como permanente, mas, para a maioria, a esperança de retoma do percurso anterior é o sentimento que fornece energia suficiente para tecer estratégias de sobrevivência ativas. De facto, na sociedade atual, a situação de escassez de recursos parece apresentar-se não como um estado mas como *“um processo – oscilante ou contínuo – que acompanha a vida dos indivíduos havendo flutuações nas biografias individuais e familiares com múltiplos coloridos e temporalidades”* (Castro, 2012: 242) mas, e sobretudo, a pobreza emerge como um risco transversal o que transforma os pobres em outros como nós e já não seres estranhos, de estranhos modos de vida.

MERCADO DE TRABALHO: DA PROCURA INDIVIDUAL À EXCLUSÃO COLETIVA

Na sociedade moderna, é sobretudo, a inserção no mercado de trabalho que permite a independência não só económica, mas social e identitária³. No entanto, a crise da sociedade salarial atual está a provocar alterações que mesmo os mais pessimistas não previam, quer nos seus efeitos diretos, quer indiretos. A lógica de acumulação do modelo de desenvolvimento atual faz-se à custa do fator trabalho, baixando salários e descolando-o da produtividade, precarizando e degradando as condições laborais e deteriorando o custo da mão-de-obra. Como referem diferentes relatórios da OIT (2010, 2011, 2012, 2013, 2014), a economia não está a gerar suficiente emprego e a qualidade do trabalho gerado também parece insuficiente. Uma das medidas mais significativas do combate à pobreza é a inserção pelo trabalho a que deveria corresponder um salário justo. O mercado de trabalho sempre foi um recurso importante para as estratégias de sobrevivência nas suas múltiplas formas, incluindo o trabalho formal, informal, a economia paralela, etc. Um dos estudos sobre pobreza na Europa atual (OCDE, 2010) destaca o papel das estra-

3 Ver a emergência precoce dessa discussão, ainda antes do agravar da crise, em Castel (1997).

tégias de sobrevivência de pessoas em situação de pobreza, referindo: 1) a exclusão gradual dos mais pobres da maioria dos mercados a que tradicionalmente tiveram acesso (do trabalho, dos apoios sociais, das medidas de discriminação positiva do ponto de vista fiscal, do suporte em políticas habitacionais, de saúde, etc.), 2) a desregulação das condições de trabalho e de salário; 3) o aumento do trabalho na economia informal; 4) a sensibilidade de determinados perfis a estes fenómenos: mulheres, os mais velhos, imigrantes e ciganos, etc. Contudo, no atual contexto económico e social, a inclusão no mercado de trabalho é cada vez menos um fator de fuga à situação de pobreza. Como tem vindo a ser mostrado pelos relatórios ESDE⁴, tem crescido a percentagem de pobres entre os que trabalham ao ponto de se ter estruturado o conceito de “in-work poverty” (também “working poor”) referindo-se aos que estão inseridos no mercado de trabalho mas cujos rendimentos não lhes permitem a saída das situações de pobreza. Na Europa, em 2013, cerca de 9% dos empregados (mais de 15 milhões de pessoas) inseriam-se em famílias que viviam abaixo do limiar de pobreza. Em Portugal, estimava-se que 10% dos ativos não ultrapassassem a linha de pobreza e mesmo o seu decréscimo estatístico é razoavelmente ilusório, pois a baixa de rendimentos generalizada tem feito também baixar o valor nominal de 60% da mediana a partir do qual se contabiliza a entrada na situação de pobreza (ESDE, 2013⁵). De facto, a fase atual de desenvolvimento económico, ligado à globalização, não significa apenas a intensificação da troca de mercadorias, das tecnologias e da comunicação, traduz-se numa nova forma de organização do trabalho, transformando e desequilibrando as relações de força ao nível das empresas e desequilibrando as relações entre capital e trabalho. Estamos perante o aprofundamento de uma sociedade *onde a relação salarial deixa de estar no coração da inserção*, de tal modo o alargamento do desemprego (nomeadamente, em certos países como Portugal) coloca fora do mercado de trabalho muitos que o poderiam integrar⁶. As pesquisas mais recentes, realiza-

4 Trata-se de relatórios anuais da União Europeia sobre Emprego. Ver <http://ec.europa.eu/social/>

5 Ver nota anterior. Para 2013, <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7684>.

6 Donzelot apelida estes potenciais desempregados que estão em condições de integrar o mercado de trabalho de “normais inúteis” ressaltando que são rejeitados pelo mercado de trabalho que deles não necessita mas têm competências “normais” de inserção laboral (Donzelot, 1997).

das com desempregados⁷ fazem emergir três lógicas que contextualizam as situações de desemprego e que decorrem amplamente da especificidade da situação portuguesa, refletindo-se no percurso profissional dos desempregados. Em primeiro lugar, o forte impacto da crise e do programa de austeridade na atual situação de desemprego; em segundo lugar, a desqualificação da atividade produtiva portuguesa que faz com que este perfil menos qualificado tenha encontrado, até 2008, condições de trabalho minimamente confortáveis. Por último, a idade revela a sua importância, pois a vivência do desemprego surge atravessada por perspectivas de futuro que se relacionam com o grupo etário de pertença.

A importância das conjunturas históricas e das oportunidades que elas geram tornaram-se evidentes com a inserção na Comunidade Europeia, em 1986, momento a partir do qual Portugal sofre um impulso significativo ao nível dos rendimentos das famílias e do emprego, fruto, em larga medida, dos apoios europeus. Esta situação permitiu que a inserção no mercado de trabalho de trabalhadores não qualificados não se caracterizasse maioritariamente por um percurso de precariedade, mas antes por um percurso de mobilidade profissional ascendente onde a mudança de emprego ocorria, frequentemente, por opção do próprio (procura de melhores salários). Muitos gozaram de estabilidade profissional durante largos anos nas empresas e trabalharam com contrato permanente até à crise. Fruto da escassez de mão-de-obra muito qualificada, os entrevistados, nesta pesquisa, apesar das suas habilitações, reduzidas ou médias, protagonizaram um percurso profissional ancorado numa experiência de autoformação que lhes permitiu estabilidade e progressão de rendimentos e, a alguns, um nível de rendimento bastante confortável. A estabilidade laboral e o gradual aumento de rendimentos caracterizam, sobretudo, as trajetórias dos mais velhos, ou seja, os que alicerçaram a sua carreira profissional nos anos 70 e 80, enquanto os mais novos entram no mercado de trabalho já num período de maior instabilidade (após 2000).

7 Ver particularmente o Qualitative Study on Coping Strategies in the Crisis: How do Portuguese citizens cope with the economic shock, 2013, Relatório de Pesquisa, Dinamia/CET, Lisboa. Relatório comparativo internacional em <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7729&type=2&furtherPubs=yes>

**A TRIPLA FACE DO SOFRIMENTO IDENTITÁRIO:
A PARCIAL ASSUNÇÃO PESSOAL DO FRACASSO,
UM SENTIMENTO DE DESIGUALDADE E A RESTRUTURAÇÃO
DAS FORMAS DE ESTAR NO MUNDO/ATIVACÃO**

A pobreza e a não satisfação de necessidades têm fortes impactos na construção identitária dos sujeitos atingidos, efeitos que decorrem de uma reconstrução social da realidade, em larga medida, paradoxal. A falta de oportunidades implica um forte sofrimento identitário que se organiza através de três dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, pela inevitável autoculpabilização (mesmo que parcial) pela situação; em segundo lugar, por um forte sentimento de injustiça e de desigualdade na distribuição das oportunidades e, finalmente, pela reestruturação das formas de estar no mundo, calando necessidades e reduzindo as expectativas, através de uma racionalidade prática de quem está perante o inevitável.

Excluindo os que se situam em perfis de grande dependência, cujo suporte só poderia derivar de apoios familiares e de políticas públicas, é o desemprego que torna ainda mais gravosa a sensação de desamparo, dando uma percepção assente num paradoxo: por um lado, atribuem-se as dificuldades ao exterior – a uma sociedade de imponderabilidade que não oferece oportunidades – mas, por outro lado, o desempregado assume a responsabilidade de procurar sair da sua situação, questionando a sua capacidade pessoal e sentindo-se simultaneamente culpado e vítima num percurso de vida individual onde se contam com poucos apoios para além da família.

Aliás, o contexto externo, por vezes, reforça essa dimensão individualizante e penalizadora. Num certo sentido, os desafios coletivos são encarados, por alguns, e muito particularmente pela lógica das políticas públicas, como desafios individuais exigidos por um processo que avalia cada um pelo que faz no seu processo de “ativação”. Assume-se a explicação de que, porventura, não se é suficientemente responsável, suficientemente mobilizado pela procura de emprego, suficientemente inteligente para competir com outros na procura de emprego. Como se os desempregados, os pobres não fossem mais vítimas do sistema, mas deles próprios, da sua incompetência. Ora, na atualidade, esta desolação identitária repousa em mudanças assaz paradoxais. Por um lado, se é verdade que se aprofunda o processo de individualização, dando cada

vez mais visibilidade pública às expressões de liberdade e de construção individual, também, em simultâneo, as oportunidades de desenvolvimento pessoal estão mais coartadas, quer pelos rendimentos em queda, quer pela falta de recursos materiais, afetivos e simbólicos. Quando surgem as dificuldades e cada um se sente só, condenado e preso na sua individualidade, culpabilizando-se, manifesta-se um profundo sofrimento presente em todas as pesquisas.

As pesquisas que o Dinâmia/CET tem vindo a realizar, quer com metodologias quantitativas, quer qualitativas, com populações pobres, mas também com amostras nacionais, demonstram algum aquietamento e conformação dos inquiridos face a situações desvantajosas de trabalho, de rendimentos, de qualificações e alguma incapacidade de ação com vista à alteração substantiva destas condições⁸. Nas pesquisas mais qualitativas, sublinhava-se o contraste entre uma racionalidade manifesta numa capacidade de gestão do quotidiano, capaz de assegurar a sobrevivência, e a incapacidade de planear e projetar a médio e longo prazo, de atuar de forma consistente e estratégica no sentido provocar a mudança pessoal, (incluindo ao nível da formação escolar e profissional), social e coletiva. Aí se dava conta da multiplicidade de estratégias de contorno dos constrangimentos quotidianos e se destaca o predomínio de uma atitude de conformação, de “*resiliência de sobrevivência*” em vez de uma “*resiliência adaptativa*”, passível de transformar as oportunidades em reais recursos mobilizáveis. Numa dimensão pragmática de orientação dos modos de vida, compreende-se que a luta pela sobrevivência e o suporte dos grupos familiares esgotem rapidamente os poucos recursos disponíveis, conduzindo a um sentimento de ausência de alternativas. A perceção de aquietamento e ausência de revolta na sociedade portuguesa pode ter origem neste apaziguamento das expectativas e silenciamento das necessidades, o que traz fortes consequências não apenas individuais, mas nas formas de vida e ação coletivas.

A aparente normalidade com que os desempregados interrogados nestas pesquisas parecem encarar a sua situação depende, em larga medida, da leitura que fazem do contexto sociopolítico onde observam a escassez de emprego e se comparam com os seus meios de vizinhança

8 Ver pesquisa da nota anterior. De facto, mesmo quando descontentes só uma minoria de entrevistados manifestava intenção de voltar a estudar, ou reconhece estar a tentar alterar a situação profissional ou que enveredava pela via do empreendedorismo. Ainda a participação em ações de protesto era sempre reduzida.

onde estão acompanhados por muitos outros desempregados. Não que estejam paralisados, pois persistem na procura de emprego e a sensação de injustiça pela sua exclusão do mercado de trabalho está presente, mas, sobretudo, instalou-se a descrença numa saída rápida. Tem-se consciência de que a sua capacidade de ação depende não apenas dos seus níveis de recursos e das suas capacidades, mas também do ambiente externo que (não) oferece oportunidades. Nesse sentido, a capacidade de ação do sujeito gere-se nesse jogo entre capacidades e oportunidades que, neste momento, joga a seu desfavor, restando uma profunda sensação de injustiça social.

Esse apaziguamento parece também ser inteligível, não como uma menor apetência para a intervenção coletiva, mas como a reconstrução social da realidade e do seu lugar no mundo no contexto atual de desenvolvimento do país e das oportunidades oferecidas. A noção de privação associa-se à percepção de uma sociedade desigual e à falta de poder pessoal, fatores que estão na base de processos de adaptação conformada⁹. Neste sentido, torna-se necessário contextualizar esta aparente desativação do sujeito nos contextos de uma sociedade de risco e em crise e onde as oportunidades escasseiam. Parece ser também este trabalho de redefinição de si e do sentido da situação que permite o apaziguamento e uma relativa satisfação consigo que está frequentemente presente mesmo nas situações mais difíceis.

Sociologicamente, talvez seja a compreensão desta “reconversão identitária” dos que se encontram numa situação de privação o contributo mais importante destas pesquisas, não apenas pelo que significa do ponto de vista do sofrimento e resiliência do sujeito, mas também pelo que significa do ponto de vista da matriz portuguesa de ação coletiva. Como refere Soulet “*O processo de subjetivação como instituição e processo de auto-governo não emerge apenas como um contexto de realização pessoal, constitui, ao mesmo tempo, os fundamentos de uma nova questão social devido ao carácter vital que esse processo de individualização tem para a produção da sociedade.*” (Soulet, 2008: 4)

9 Contudo, emergem, sobretudo nos mais jovens e escolarizados, uma atitude mais crítica e mais reivindicativa.

CONCLUSÃO

As pesquisas realizadas mostram a grande interpenetração entre os momentos históricos e os destinos individuais, bem como as dificuldades dos sujeitos, individualmente considerados, em contornar o peso dos constrangimentos sociais. De facto, a situação portuguesa, sujeita a fortes medidas de austeridade, tem tido como resultado o sistemático fecho de empresas, a degradação dos rendimentos e um desemprego histórico que atinge todos os grupos sociais, mas mais particularmente os de menores qualificações. Esta situação é bem diferente da que foi vivida até então e apanha de surpresa a memória histórica dos entrevistados. As transformações da sociedade portuguesa, desde 25 de Abril de 1974, vinham convencendo gerações que, apesar das dificuldades, um horizonte positivo de desenvolvimento permitiria um aumento da qualidade de vida. Assim se passaram os últimos 30 anos, anteriores ao desencadear da crise e se transmitiu de pais para filhos esta lenta, mas quase certa, evolução da qualidade da vida do país e das famílias. Mas as debilidades estruturais do país, agravadas pela crise financeira de 2008, quebraram esse ciclo de melhoria das condições de vida num contexto onde muitos vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade.

Parece evidente, até pela dimensão que a pobreza e a vulnerabilidade adquirem nas sociedades ocidentais, que estas não podem ser reduzidas a um problema individual e que necessitam de reflexão e de ação a nível macro social. Assim, frequentemente, o discurso sobre a pobreza situa-a como marginal às dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico, o que tem como consequência intensificar a procura de medidas corretivas, transferindo os recursos para uma esfera externa aos “mercados”, para a apelidada “esfera do social” (Baptista, 2010).

A pobreza, assim encarada, parece homogénea e coerente e pode ser traduzida estatisticamente, quer nas variáveis quantitativas de rendimento, quer nas mais qualitativas de apreciação subjetiva sobre o problema. Mas o facto da carência de rendimentos vir associada a outras variáveis “multidimensionais” (identidade, percursos de vida, estrutura familiar, qualificações, etc.) torna a variável rendimento sem grande potencial explicativo, dificultando o formular de estratégias diferenciadas à medida das reais problemáticas sociais.

O que as diferentes pesquisas aqui referenciadas permitem concluir é, por um lado, a extrema diversidade de variáveis psicossociais

que influenciam as estratégias de ação do sujeito, mas por outro, a importância das oportunidades, fornecidas pelo sistema social e, muito particularmente, pelas comunidades locais. Assim, parece evidente a importância do sujeito e da sua capacidade de ação, mas esta perde sentido se o contexto societal não for dinâmico, inovador e potenciador do desenvolvimento pessoal e social de cada um. Estas análises mostram que, na sociedade portuguesa, a existência de novas oportunidades permitiria *ativar* fortemente muitos dos que se encontram hoje numa situação de privação, pois a grande maioria dos entrevistados investe, mesmo que apoiados pelas famílias ou pelas instituições, na procura de saídas para a sua situação.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, António. 2010. *Do discurso da pobreza ao investimento no “Capital social”*. <http://csifbelemxavier.blogspot.pt/2010/08/do-discurso-da-pobreza-ao-investimento.html>
- CASTEL, Robert. 1997. L’effritement de la condition salariale. *Le Social en Question. Sociétés & Représentations*. CREDHESS. 5. 1997.
- CASTRO, Alexandra (coord). 2012. *A Cidade Incerta: barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*. Lisboa: Cadernos EAPN.
- CASTRO, Alexandra e Isabel Guerra (coords). 2010. *Os Caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*. Lisboa: Edição Santa Casa da Misericórdia.
- DONZELOT, Jacques. 1997. Le déplacement de la question social. *Le Social en Question. Sociétés & Représentations*. CREDHESS. 5. 1997.
- DUBAR, Claude. 2000. *La socialisation*. Paris: Armand Collin.
- FOUREL, Christophe e Guillaume Malochet. 2013. *Les politiques de cohésion sociale Acteurs et instruments*. Travaux coordonnés par Centre d’analyse stratégique. (Coll. Rapports et documents). Paris.
- GUERRA, Isabel (coord.). 2009. *Vulnerabilidades e Potencialidades da Coesão Social nos Açores – Análise de 10 anos de Percursos de Inclusão Social (RMG/RSI)*. CET.
- GUERRA, Teresa Costa, Isabel Guerra, Marta Martins, Sara Almeida e Alda Gonçalves. 2010. *À Tona de Água II: Retratos de um Portugal em Mudança*, Lisboa: Tinta da China /Fundação Calouste Gulbenkian.

- GUERRA, Isabel (coord.). 2013. Report *Qualitative study on coping strategies in the Crisis: How do Portuguese citizens cope with economic shock?* Bruxelas: DG V/ EC.
- GUERRA, Isabel, Teresa Costa Pinto, Marta Martins, Sara Almeida, Aida Gonçalves; À Tona de água II: Retratos de um Portugal em Mudança, Lisboa: Tinta da China/Fundação Calouste Gulbenkian.
- OIT. 2010. *World of Work Report 2010. From one crise to the next?*. Genève: OIT.
- OIT. 2011. *World of Work Report 2011, Making Markets, work for jobs*. Genève: OIT.
- OIT. 2012. *World faces 600 million jobs challenge*. Genève: OIT.
- OIT. 2013. *Global Employment Trends, 2013 recovering from second jobs dip*. Genève: OIT.
- OIT. 2014. *World of work, developing jobs*. Genève: OIT.
- SOULET, Marc-Henry. 2008. Vers une nécessaire individualisation des politiques sociales? in *Le social à l'épreuve des parcours de vie*. Edição de D. Vrancken e L. Thomsin. Bruxelles: Academia Bruylant.
- PINTO, Teresa Costa, Isabel Guerra, Marta Martins e Sara Almeida. 2010. À Tona de água I. Necessidades em Portugal, tradição e tendências emergentes, Lisboa: Tinta da China /Fundação Calouste Gulbenkian.
- EU. Relatórios sobre o Emprego em <http://ec.europa.eu/social/>

PESQUISAS UTILIZADAS NO ARTIGO

Nome da pesquisa, ANO	Análise de 10 anos de Percursos de Inclusão Social (RMG/RSI), 2009	Acolhimento Social e Construção da Autonomia dos Clientes (empowerment) na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, financiamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2007/08	Os Caminhos da Pobreza: Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa, 2010	Necessidades em Portugal, Tradição e Tendências Emergentes, 2010	Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa BARÓMETRO, 2011	Coordenadora do projecto internacional, Qualitative study on coping strategies in the Crisis: How do Portuguese citizens cope with the economic shock, 2013
População Alvo	População a receber RSI	Utentes da Sta Casa da Misericórdia de Lisboa no Atendimento Social	Utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Atendimento Social	População portuguesa	População de Município de Lisboa	População portuguesa/desempregados não qualificados
Principais técnicas de recolha de informação	Análise documental dos ficheiros RSI Entrevistas a informadores privilegiados Entrevistas a beneficiários RSI	Estudo de processo por amostragem 60 entrevistas a técnicos 89 Questionários aos técnicos 18 Entrevistas a utentes Situações de cliente mistério (20)	600 Questionários 60 entrevistas qualitativas	1237 Questionários 54 entrevistas	74 entrevistas	15 entrevistas
Equipas de Pesquisa	Isabel Guerra (coord.) M ^o José Lobo Antunes, Alexandra Castro, Sonia Costa Consultores: Carlos Farinha, Fernando Diogo, Paulo Madruga	Alexandra Castro (coord.) Carolina Vilas-Boas (CESSS) Elsa Silva (CESSS) Inês Amaro (CESSS) Sónia Costa (CET) Consultores: Isabel Guerra, Francisco Branco, Albino Lopes	DINAMIA/CET e CESSS Coordenação Isabel Guerra, Alexandra Castro, Francisco Branco	TESE, DINAMIA/CET Coordenação João Meneses (TESE), Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto	DINAMIA/CET Alexandra Castro (coord.), Sónia Lobo Antunes, M ^o José Lobo Antunes, Isabel Guerra (cpons)	DG V Employment DINAMIA/CET Isabel Guerra (coord.), Teresa Amor Fatima Sulleman
Publicações	Relatório Final, Vulnerabilidades e Potencialidades da Coesão Social nos Açores, 2009; Análise de 10 anos de Percursos de Inclusão Social (RMG/RSI)	Relatório final Acolhimento social e construção da autonomia dos clientes na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Abri de 2008	Alexandra Castro, Isabel Guerra (coords.), 2010, Os Caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa, Edição Santa Casa da Misericórdia, 333 páginas, ISBN 978-972-8761 69-1	Teresa Costa Pinto, Isabel Guerra,, Marta Martins, Sara Almeida, Alda Gonçalves, 2010, A Tona de água: necessidades em Portugal tradição e tendências emergentes, Tinta da Chima/Fundação Calouste Gulbenkian,, 318 páginas, ISBN 978-989-671-042-2 Isabel Guerra,	Alexandra Castro (coord) ; Sonia Costa, Marta Santos, Maria José Lobo Antunes, Isabel Guerra, 2012, A Cidade Incerta: barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Cadernos EAPN, Lisboa, ISBN – 978- 989-8304-21-6	Qualitative study on coping strategies in the Crisis: How do Portuguese citizens cope with economic shock?2013

A DIMENSÃO RELACIONAL DO FENÓMENO DA POBREZA CONTEMPORÂNEA: DESAFILIAÇÃO, LAÇO SOCIAL E VIDA URBANA

Maria Inês Amaro

NOTA PRÉVIA

O presente texto resulta de uma síntese reflexiva do pensamento que a autora tem vindo a desenvolver em torno do problema da pobreza como fenómeno político, que aponta para a interligação produzida entre indivíduo e sociedade. Explora-se, por isso, a sua relação com o conceito de exclusão e retoma-se o conceito de desafiliação como particularmente heurístico neste campo de estudos.

A reflexão apresentada, bem como alguns dados recolhidos por entrevista e histórias de vida de indivíduos em situação de exclusão profunda (sem-abrigo, prostitutas, toxicodependentes, reclusos, etc.), baseia-se em 16 anos de investigação nesta área, designadamente em dois estudos sobre pobreza e exclusão social em Lisboa (Garcia *et al.*, 2000 e Guerra *et al.*, 2010) em que a autora teve o privilégio de participar. Sempre que há uma referência direta a dados, a sua origem está devidamente identificada.

INTRODUÇÃO

Hoje, parece assumir cada vez maior clareza a ideia de que a pobreza se apresenta como um fenómeno social estrutural, sobre o qual já muito se sabe e para cuja resolução se aponta para um esforço que não pode vir apenas do domínio da política social. Se é verdade que num contexto

* CIES, ISCTE-IUL e CEDH, FCH-UCP. ines_amaro@iscte.pt

pautado pelas políticas de austeridade a pobreza aparece como uma evidência e, até, como uma inevitabilidade ou um efeito colateral com o qual as sociedades têm necessariamente que conviver, também temos que reconhecer que, mesmo nos períodos de maior prosperidade, Portugal, mas também a Europa e o mundo ocidental de um modo geral, nunca conseguiram dirimir este fenómeno e nem sequer reduzi-lo às suas raízes mais individuais.

Mesmo ao longo de todo o progresso social vivido pelas sociedades ocidentais durante o século XX, e mormente no pós-segunda Guerra Mundial, a pobreza nunca se tornou o reduto dos que não querem aderir à “ordem social” e revelou sempre dimensões estruturais e coletivas, que denunciavam ineficiências nos sistemas de redistribuição e limitações na interpretação política dos conceitos de justiça social e cidadania. Assim, em Portugal, por exemplo, nunca se resolveu cabalmente o problema da pobreza na velhice, o problema do desemprego estrutural e o problema da precariedade juvenil. A estas características de extensividade, severidade e persistência do fenómeno da pobreza já se aludia em 2000, em pleno contexto de crescimento económico, num estudo sobre a exclusão juvenil na cidade de Lisboa (Garcia *et al.*, 2000: 26-32). Questionava-se, então, a existência de uma classe de *Estranhos* que mesmo as sociedades do progresso e da abundância teimavam em não integrar e reconhecer como cidadãos de pleno direito e aludia-se a um fenómeno de pobreza imbricado numa lógica de exclusão como uma “solidariedade de infortúnios” que se abate sobre trajetórias individuais.

Com efeito, considera-se fundamental voltar a salientar que uma aproximação séria ao fenómeno, numa perspetiva sustentada de contribuir para a sua resolução, implica olhá-lo como um fenómeno político de primeira grandeza, que exige soluções advindas dos sistemas económico, cultural e social que regem as sociedades contemporâneas. Alfredo Bruto da Costa (1998, 2008) tem sido, quer enquanto investigador neste campo, quer enquanto ator político com responsabilidades a nível nacional, uma das vozes que se tem feito ouvir neste sentido: quando se verifica que uma parte substantiva dos pobres em Portugal trabalha ou é idoso, fica claro que a compreensão e abordagem ao fenómeno tem que ultrapassar a esfera culpabilizante e moralizante da individualização do problema.

Contraria-se, desta forma, um dos grandes cinco mitos identificados por Daniel Dorling (2010) e que, segundo o autor, autojustificam

a existência e persistência de desigualdades nas sociedades contemporâneas: o mito de que a pobreza sempre existiu e sempre existirá. O autor explicita esta ideia no princípio, que considera estar profundamente enraizado nas sociedades ocidentais contemporâneas, de que “a exclusão é necessária”. Daniel Dorling argumenta que hoje em dia a manutenção da desigualdade e injustiça que grassam nas sociedades, designadamente nas mais desenvolvidas, deve-se mais à adesão a crenças e pressupostos socialmente propalados do que à escassez de recursos disponíveis. A capacidade que a comunidade em geral, mas em particular os meios académico e político, têm de caracterizar o fenómeno da privação e identificar os recursos existentes parece, de facto, evidenciar que a manutenção da desigualdade, mais do que uma inquestionável base objetiva, assenta na “naturalização” de circunstâncias passíveis de serem dirimidas.

A durabilidade e estruturalidade da pobreza desvelam um outro aspeto da complexidade do fenómeno: é que se trata não apenas de um problema sistémico, no sentido de ter as suas raízes situadas fora do âmbito individual, mas também de um problema suscetível de ser analisado na micro-realidade do “mundo da vida” de cada indivíduo e na forma como ele estabelece e com ele estabelecem relações, laços, ligações sociais. Esta dimensão mais imaterial do fenómeno não é desprecienda, uma vez que a permanência e irreversibilidade de situações de “desqualificação social”, sabe-se hoje, está associada à cultura, estilos de vida e capitais relacionais que cada indivíduo tenha desenvolvido. Sobre esta linha de análise há toda uma esteira de pensamento influenciada pelos estudos de investigadores como Pierre Bourdieu (1970; 1993) e Serge Paugam (1991), que apontam a complexidade dos processos de reprodução e de manutenção nas situações de pobreza.

Sem prejuízo do imprescindível valor heurístico do estudo do fenómeno a partir das suas consequências individuais e das suas vivências pessoais, considera-se importante sublinhar que a pobreza é um problema eminentemente social, passível de ser solucionado, mas cuja resolução só pode ser equacionada se forem desencadeadas respostas que se situem para lá do social, para lá do local e para lá do conjuntural.

DESAFILIAÇÃO: UM CONCEITO-CHAVE PARA INTERPRETAR OS FENÓMENOS DE POBREZA E EXCLUSÃO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS?

A clarificação e distinção dos conceitos de pobreza e exclusão, bem como da relação que entre estes se pode estabelecer é fundamental para uma análise circunstanciada do fenómeno.

Não sendo o propósito do presente texto aprofundar uma tal discussão conceptual, vai seguir-se a proposta de Bruto da Costa de entender pobreza como a situação de privação por falta de recursos e a exclusão social como a limitação na participação na vida social “normal” de uma determinada sociedade (1998). Não sendo conceitos sinónimos, sabemos que atualmente se trata de conceitos imbricados, de tal forma que nas sociedades contemporâneas dificilmente conseguimos falar de pobreza sem falar de exclusão social e de exclusão social sem falar de pobreza.

Efetivamente, em sociedades de base materialista a situação de privação por falta de recursos invariavelmente redundava numa limitação no acesso à vida social “normal” de um determinado contexto. Por outro lado, é no âmbito das sociedades ditas desenvolvidas que a relação entre estes conceitos se torna mais simbiótica, e por vezes até parece indistinta, já que, precisamente o facto de se tratar de sociedades de abundância (mesmo em tempos austeros), enfatiza a lógica da diferenciação, da distinção, entre os que têm acesso pleno à vida da *polis* e os que dele são privados. Nesta medida, pode argumentar-se que o fenómeno da pobreza é também relacional, uma vez que se desencadeia no jogo de relações que o indivíduo estabelece com as estruturas sociais, com as instituições e com os outros.

Estar integrado é, efetivamente, estar ligado à sociedade a que se pertence por um conjunto de laços e relações que se constituem como a rede de suporte que, não raras vezes, afasta o indivíduo de situações de pobreza e marginalização, fornecendo-lhe os recursos materiais, afetivos e psicológicos necessários à manutenção da sua integridade pessoal e social. *A contrario*, os fenómenos de pobreza e exclusão são cada vez mais atravessados por processos de desligamento, de desconexão, do indivíduo com a sociedade. É neste sentido que se pode entender a pobreza nas sociedades ocidentais contemporâneas como também um

processo de corrosão e desligamento do laço social, que se pode conceitualizar como um processo de desafiliação social.

O conceito de desafiliação foi proposto por Robert Castel, em 1995, para designar o processo descendente de sucessivas ruturas do indivíduo com a sociedade, tendo como contraponto o recíproco movimento de estigmatização ou rejeição da sociedade sobre o indivíduo. Esta progressiva desconexão com a sociedade vai desde a integração plena até à exclusão total e acaba por resultar numa perda de cidadania. Nas palavras do autor, o indivíduo desafiado é aquele que se encontra “na última fase do processo de marginalização, entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade” (Castel, 1995).

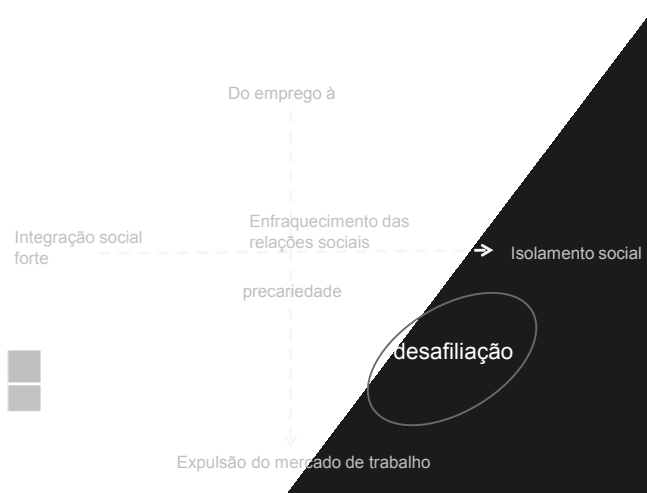
O autor situa esta progressividade a partir das relações do indivíduo com a sociedade, mas também, e muito centralmente, a partir das relações do indivíduo com a esfera do trabalho. A precarização da relação salarial é aliás o foco central da análise que Castel (1995; 2003; 2009) faz às dinâmicas de fortalecimento/enfraquecimento do laço social na sua ligação com o problema da pobreza e da exclusão. Considera-se que nas sociedades ocidentais contemporâneas, que, simultaneamente, vivem uma crise do emprego e estão profundamente centradas na relação de base salarial, o olhar sobre a posição do indivíduo perante o mercado laboral é incontornável, sendo esta que lhe confere estatuto pleno de cidadania. Veja-se, a este propósito, o extrato de uma entrevista realizada a um imigrante angolano:

O salário é que nos dignifica (...), o nosso suor diário. Trabalho na verdadeira, no verdadeiro sentido da palavra, trabalho é muito importante. O trabalho é muito importante porque sem o trabalho não se faz nada. Porque todos os problemas que nós temos é através mais de dinheiro. E onde é que sai no dinheiro, é no trabalho. O trabalho é muito importante na vida do homem.

Homem, imigrante, 19 anos in Garcia *et al.*, 2000: 158

O espaço de desafiliação é, então, aquele que fica criado pelo cruzamento de processos de precarização laboral com processos de enfraquecimento das relações sociais, indo do emprego à expulsão do mercado de trabalho e da integração social forte ao isolamento social. Graficamente, o conceito pode ser apresentado do seguinte modo:

Figura 1: O processo de desafiliação



Fonte: elaboração própria.

É claro que ambas as dinâmicas se hétero-exponenciam, sendo que o enfraquecimento das relações sociais agudiza situações de precarização laboral e a degradação da relação salarial fragiliza as relações sociais. É nesta medida que se alude à metáfora da “cadeia de negatividades”, que inclui também um dinamismo recíproco que implica, da parte do indivíduo, uma recusa das pertenças, dos laços e do bem comum e, da parte da sociedade, a rejeição do indivíduo nas suas circunstâncias específicas. Se o individualismo contemporâneo (Beck, 2005; Amaro, 2012) encerra, de algum modo, a rejeição da sociedade pelo indivíduo; a política social ativa (Branco, 2008; Branco e Amaro, 2011), como tendência a partir dos anos 90 do século XX, pode ser entendida como uma rejeição, em certo sentido, do indivíduo pela sociedade.

Veja-se como a progressividade e encadeamento do processo de desafiliação parece deixar perplexos os seus próprios protagonistas:

Era empregado, como qualquer pessoa. Casado. Divorciei-me. Vivía com a minha mulher, a minha filha e a minha mãe. Depois do divórcio a minha vida modificou-se muito porque eu comecei... resenti-me. Entretanto tive um AVC com 42 anos. Entretanto morre a minha mãe. A minha filha com

17 anos quis ser independente e saiu da casa.. De maneira que isto foi muita coisa.

(...)

E quando dei por mim, comecei a não pagar a renda da casa, água, luz. O meu cérebro parece que parou. Desinteressei-me. Como hoje, que me sinto desinteressado pela vida. Estou aqui por estar.

Depois, quando dei por mim, recebi uma ordem de despejo. Ainda dormi dois meses no patamar da minha escada porque não conseguia arredar o pé da minha casa. Depois os vizinhos tinham pena de mim mas diziam que a minha presença ali lhes fazia mal. E numa noite, em 1996, à meia-noite, levantei-me do patamar, vesti-me e fui. Dei por mim, estava nos Restauradores a perguntar a um rapaz que ia a passar com um cartão, onde é que eu podia dormir. E foi a primeira noite que dormi na rua, nunca tinha dormido. Homem, reformado, 66 anos in Guerra *et al.*, 2010

Este circunstancialismo do “dei por mim” tão bem ilustrado no excerto anterior parece ter especiais condições de propagação na atual vida urbana das sociedades ocidentais.

A VIDA URBANA CONTEMPORÂNEA COMO CONTEXTO PROMOTOR DE FENÓMENOS DE DESAFILIAÇÃO

Os processos de desafiliação são exponenciados por contextos urbanos caracterizados pelo crescimento do desemprego e de predisposições individualistas, que implicam um enfraquecimento e fragmentação das redes sociais e, mesmo, do «sentido social» da análise da realidade. Argumenta-se que a desafiliação se apresenta, justamente, como a face mais sombria dos atuais fenómenos de pobreza (Amaro e Oliveira, 2010). Nestes, conjuga-se a fraqueza dos laços sociais com a exclusão do mercado de trabalho num contexto em que as próprias políticas sociais tendem para a colocação no indivíduo do ónus do seu próprio processo de integração, subvalorizando a importância dos mecanismos estruturais.

Identificam-se três esferas que entrecruzadas propulsionam os processos de desafiliação, de acordo com a perspetiva que tem vindo a ser explanada:

1. Desregulação do mercado de trabalho. Pauta-se pelo fim da generalização do emprego estável, duradouro e protegido; o crescimento da com-

petitividade e o desenvolvimento da vulnerabilidade estrutural (Amaro, 2005; Balsa, 2006; Boltansky e Chiapello, 2001; Castel, 1995; Gorz, 1999; Rifkin, 1996; Sennett, 2000; Soulet, 2005);

2. Mudança na orientação das políticas sociais. Centralidade da ideia de contratualização, ativação e individuação; preponderância das medidas de política sob condição de recurso; centramento das políticas na produção de ferramentas de fortalecimento individual, mais do que na resolução de problemas (da redistribuição à capacitação) e o predomínio da norma da interioridade, que tende para encontrar no indivíduo a explicação e a resolução para os problemas da exclusão social (Branco, 2008; Guerra *et al.*, 2010; Branco e Amaro, 2011; Soulet, 2005);

3. Crescente individualismo. A emergência da ideia de indivíduo como matricial das sociedades modernas assume uma vertente de libertação e emancipação pessoal, mas também de maior responsabilização sobre as decisões e as opções realizadas; cada indivíduo torna-se o autor da sua própria vida e, em última instância, deverá responder sozinho às suas próprias necessidades. O processo de individualização nas sociedades contemporâneas é expressão última da liberdade humana, mas também competitividade que fragiliza os mais fracos (Amaro, 2012; Beck, 2005; Foucart, 2009; Soulet, 2005).

É na conjugação destes processos que se constata “a existência de indivíduos que se encontram como que flutuando na estrutura social, sem ligações ou presos por laços muito frágeis que ameaçam quebrar. A multiplicação dessas situações de precariedade, de vulnerabilidade e, em última instância, de exclusão, parece ser uma componente importante da situação atual” (Castel *cit in* Soulet, 2006:27). Veja-se, a título ilustrativo:

Eu não tenho amigos... nem o meu pai é meu amigo!

Homem, sem-abrigo, 46 anos in Guerra *et al.*, 2010

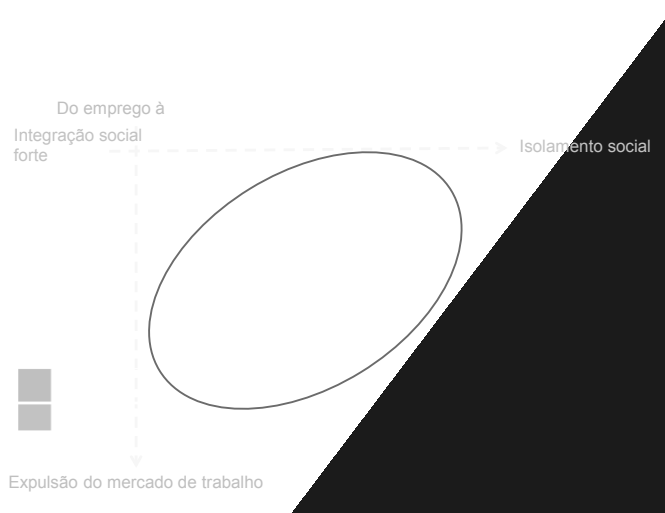
Nem por isso... para já não gosto porque não tenho confiança nas pessoas. Derivado à experiência que tenho, estou a incluir toda a gente... estou tão habituado a não poder falar da minha vida com ninguém, (...) e então habituei-me a não ter amigos para desabafar... não tenho amigos... a minha mulher também não... temos pessoas conhecidas, sim... (...) porque as pessoas ao nosso nível nem para desabafar servem... infelizmente é assim...

Homem, ex-recluso, 39 anos in Guerra *et al.*, 2010

Os atuais contextos urbanos oferecem um quadro favorável ao desenvolvimento destes processos, uma vez que a sua característica de impessoalidade e anonimato expõem mais as fragilidades individuais. Nesta medida, as cidades tornam-se frequentemente *locus* do reforço da individualização e do isolamento (Gorz, 1999; Boltansky e Chiapello, 2001). Já no início do século XX, Georg Simmel (2001 [1903]) ao analisar a vida na metrópole refletia sobre o isolamento originado pelos aglomerados e a ideia de estranho ou de estranhamento do outro.

Em suma, a vida urbana atual exponencia o espaço de desafiliação criado pelo cruzamento da vulnerabilidade laboral com o enfraquecimento das relações. Apresenta-se, em seguida, nova representação gráfica do conceito:

Figura 2: Tendências do processo de desafiliação nas sociedades urbanas atuais



Fonte: elaboração própria.

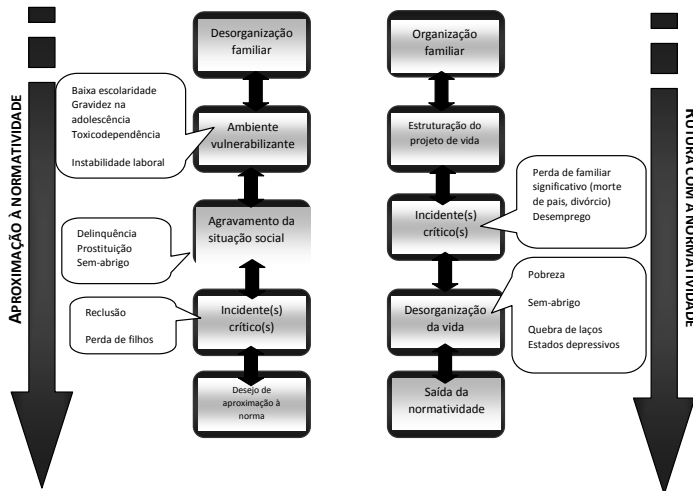
AS DUAS VIAS OBSERVADAS DA DESAFILIAÇÃO

A análise de diversas histórias de vida (Amaro e Oliveira, 2010; Garcia *et al.*, 2000) permite distinguir dois percursos distintos de desafiliação social: aquele em que se verifica uma busca constante de aproximação à

normatividade social pelos indivíduos e aquele em que o que sobressai é uma visão crítica da sociedade e uma recusa da sua normatividade. Em ambos os casos são evidenciadas as dificuldades de se projetarem perspectivas realistas de inclusão e os limites das visões voluntaristas sobre a capacidade de ação autónoma dos indivíduos sobre as suas próprias vidas. Sobressai, ainda, na análise um fechamento das oportunidades apresentadas pela sociedade a estes indivíduos.

É possível, desta forma, apresentar duas vias descendentes, de racionalidade ideal-típica, que conduzem os indivíduos a processo de desafiliação:

Figura 3. As vias da desafiliação



Fonte: elaboração própria com Oliveira (2010).

No que diz respeito à primeira via, desenvolve-se em torno de uma *entourage* problemática que desde cedo coloca os indivíduos em situações de privação, sofrimento e fragilidade. Face a esta desintegração existe uma fraca motivação mobilizadora de capacidades e valorizadora das oportunidades. Neste grupo, a prisão, a doença, a perda emocional profunda apresentam-se como incidentes críticos redentores, que proporcionam uma reflexão conducente à conformação com a sua situa-

ção acompanhada de uma busca incessante por pequenos recortes de “normalidade”. Encontram-se, neste grupo, indivíduos profundamente afetados por processos de sofrimento e desintegração social, nos quais a fome, a violência e a humilhação ocupam um lugar central.

Batia-me, quando nasceu a mais velha, a partir do nascimento da mais velha agredia-me. Tenho tido muitos problemas com ele, mas pronto.

Mulher, prostituta, 36 anos in Guerra *et al.*, 2010

Eu ter ido parar à prisão, ao mesmo tempo foi mau, mas ao mesmo tempo foi bom porque me fez pensar em muita coisa e refletir em muita coisa que quando pisei o chão cá fora já não penso da mesma maneira que pensava quando entrei lá para dentro. Aquilo fez-me pensar e para bem... Fiquei uma pessoa totalmente diferente, apesar de algumas pessoas saírem de lá piores, eu não, eu saí melhor...

Homem, ex-recluso, 39 anos in Guerra *et al.*, 2010

Delinquência grave, mesmo. Não foi por acaso que, hoje em dia aquilo por que fui condenado, com o novo código penal é até 25 anos. Na altura era até 20. E levei 16 anos e meio. Eu estava a 3 anos e meio da pena máxima. E era um miúdo.

Homem, ex-recluso, 30 anos in Guerra *et al.*, 2010

Apesar de todos os problemas, gostava de conseguir ter uma vida estável. Partilhar outra vez a minha vida com os meus filhos. Voltar a uma vida dita normal...

Mulher, prostituta, 36 anos in Guerra *et al.*, 2010

Relativamente à segunda via, assiste-se a uma infância sem problemas de maior monta e sem especial potencial de vulnerabilidade. A doença, a rutura familiar ou a morte de um elemento da rede de suporte apresentam-se como incidentes críticos que propulsionam o contínuo desligamento até ao isolamento social. Encontram-se neste grupo indivíduos com fraquíssimas expectativas face ao futuro e com uma autoestima caracteristicamente reduzida. Incluem-se, ainda, nesta linha indivíduos que não querem ou que creem já não conseguir aderir à normatividade social.

O meu problema nunca foi a minha infância, nem nenhum problema com os meus pais. Foi na realidade aquele acontecimento [diagnóstico de seropositividade] que mudou... sem dúvida.

Homem, sem-abrigo, 41 anos in Guerra *et al.*, 2010

Sinto-me tão em baixo, era uma pessoa cheia de força para brincar e para me divertir, sinto-me tão em baixo. Nem sequer quero voltar a ter força...

Homem, toxicod dependente, 51 anos in Guerra *et al.*, 2010

DESAFILIAÇÃO E REAFILIAÇÃO: QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

O presente texto está longe de ser conclusivo e o campo de estudos da pobreza longe de estar esgotado, pese embora se possa sinalizar a existência de um acervo já suficiente para fundamentar uma intervenção política e técnica mais estruturada sobre este problema. Não tem sido, com efeito, escorreita a transferência de conhecimentos entre a academia e os agentes sociais e esta dificuldade será quiçá explicativa da presente viragem assistencialista que a esfera das políticas neste campo tem vindo a sofrer, sob o signo da austeridade.

Quer de um ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, quer privilegiando abordagens mais macro, quer dando conta de uma microanálise, continua a ser pertinente a realização de estudos sobre a pobreza em Portugal, mormente quando assistimos a um cruzamento da “velha pobreza” que ainda não se conseguiu debelar com a “nova pobreza” que resulta das contemporâneas transformações sociais.

No que respeita aos processos de desafiliação social, considera-se que o conceito merece maior reforço operacional e robustecimento com evidência empírica, nomeadamente as duas vias da desafiliação carecem de um maior confronto com a empiria e aprofundamento na compreensão das dinâmicas de afastamento ou tentativa de aproximação à normatividade social.

De especial relevância será o estudo dos processos de reafiliação e a compreensão da forma como eventualmente se desenvolvem dentro e/ou fora da esfera da integração social. É certo que no campo da desafiliação, tal como foi graficamente representado, também se desenvolvem ligações que importará perceber que efeitos, importância, implicações têm nos percursos individuais. Como restabelecer ligações tenden-

tes à integração? Como devolver significado positivo às trajetórias de vida? Como aprofundar o equilíbrio entre a abordagem do problema da pobreza como uma questão estrutural e os efeitos particulares que tem na vida pessoal de cada indivíduo?

Apontam-se estas como apenas algumas questões relevantes para prossecução dos estudos neste campo.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Maria Inês. 2005. *Contextos de Instabilidade no Mundo Globalizado: tecnologia, trabalho e laço social*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Lisboa: ISCTE, texto policopiado.
- AMARO, Maria Inês e Ana Oliveira. 2010. Desafiliação e perda o caminho descendente da integração à exclusão. *in* Isabel Guerra e Alexandra Castro (coord.). *Os Caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais em Lisboa*. Lisboa: SCML editora.
- AMARO, Maria Inês. 2012. Do Indivíduo moderno ao Individualismo contemporâneo: algumas anotações reflexivas. AAVV. *Diafanias do Ser – obra de homenagem ao Professor Mário Lages*. Lisboa: UCE.
- BALSA, Casimiro (org.). 2006. *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS.
- BECK, Ulrich, e Elizabeth Beck-Gernsheim. 2005 [2001]. *Individualizatio*. Londres: Sage.
- BOLTANSKI, Luc, e Ève Chiapello. 2001 [1999]. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre, e Jean-Claude Passeron (1970). *La reproduction. Eléments pour une theorie du système d'enseignement*. Paris: Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (org.) (1993). *La Misère du Monde*. Paris: Editions Seuil.
- BRANCO, Francisco. 2008. Acção social, individuação e cidadania: a construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo. *Cidades, Comunidades e Territórios*. 17: 81-91.
- BRANCO, Francisco, e Maria Inês Amaro. 2011. As práticas do «Serviço Social activo» no âmbito das novas tendências da política social: uma perspetiva portuguesa, *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez.
- CASTEL, Robert. 1995. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- CASTEL, Robert. 2003. *L'Insécurité Sociale – qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil.

- CASTEL, Robert. 2009. *La montée des incertitudes: Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil.
- COSTA, Alfredo Bruto da. 1998. *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, Alfredo Bruto da; Isabel Baptista; Pedro Perista, e Paula Carrilho. 2008. *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- DORLING, Daniel. 2010. *Injustice: why social inequality persists?* Bristol: Policy Press.
- FOUCART, Jean. 2009. *Fluidité Sociale et Souffrance*. Paris: L'Harmattan.
- GARCIA, José Luís (coordenador); Helena Mateus Jerónimo; Rui Norberto, e Maria Inês Amaro. 2000. *Estranhos: Juventude e dinâmicas de exclusão na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta.
- GUERRA, Isabel e Castro, Alexandra (coord.). *Os Caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais em Lisboa*. Lisboa: SCML editora.
- GORZ, André. 1999 [1997]. *Reclaiming Work – Beyond the Wage-Based Society*. Cambridge: Polity Press.
- PAUGAM, Serge. 1991. *La Disqualification Social: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF.
- RIFKIN, Jeremy. 1996. *The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*. Nova Iorque: Putman Books.
- SENNETT, Richard. 2000 [1998]. *A Corrosão do Carácter: as consequências do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- SIMMEL, Georg. 2001 [1903]. A Metrópole e a Vida do Espírito. in Carlos Fortuna. *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.
- SOULET, Marc-Henry. 2005. La vulnérabilité comme catégorie de l'action publique. *Pensée plurielle*. n°10
- SOULET, Marc-Henry. 2006. Confiança e capacidade de acção. Agir em contexto de in-quietude. Casimiro Balsa (org.). *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS.

COMO SE SAI DA POBREZA? – OS PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA (PRSI) DE PORTUGUESAS NO PAÍS BASCO, PELA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA ORALIDADE

Maria de Fátima Toscano*

COMO SE SAI DA ‘POBREZA’? — PRESSUPOSTOS E PROBLEMÁTICA-UTENSÍLIO¹

“Como se sai da *pobreza*”? Esta pergunta desloca a formulação mais comum da pobreza que se nos afigura como uma *formulação do problema pela negativa* pois, focada em fatores e causas da ‘queda’ ou desqualificação (Paugam,1994), no passado e no presente, não observa a ‘saída’ ou requalificação dessas condições. Daí que, desde os anos 90, venhamos trabalhando num modelo analítico-compreensivo que reorienta a análise para os percursos de ‘saída’ da pobreza – atentando nas vivências da ‘entrada’, nas expectativas e utopias futuras, como no imaginário.

O presente texto decorre da nossa pesquisa de doutoramento em sociologia sobre processos de requalificação sócio-identitária (futuramente abreviado por prsi) de mulheres portuguesas migrantes no País Basco. Para tal, co-construímos 31 relatos de *casos exemplares*², seguindo

* CEPESSE, Porto; Membro Assoc. Dinâmica Cet – IUL / ISCTE, Lx, ISMT – Coimbra.

1 O uso do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos editores.

2 Os casos iniciais — 31 mulheres — foram reconhecidos por técnicos de acção social, de entre utentes seus (de diversas entidades do PB) como vivenciado prsi. Considerámos 5 hipotéticos critérios-condições-utensílio desta vivência (Toscano, 2010: 110 e ss.): Monoparentalidade, Morte, Liderança, Maus Tratos e Handicaps; e ainda 5 critérios-factores-guia — económico-materiais; relacionais e afectivo-emocionais; simbólico-culturais e de poder; e disposicionais. O gradual aprofundamento do ‘modelo prsi’ provocou selecção e recategorização dos 31 casos, até identificarmos 5 que nos mereceram uma análise muito aprofundada: Paloma, Mafalda, Esmeralda, Amélia — e Sara, apresentada neste texto, embora nalgumas conclusões reenviemos para os outros 4 casos.

a pergunta: «Que lógicas de ação e tipos de estratégias identitárias constroem as mulheres que, face à experiência social da desqualificação, se implicam na sua ‘requalificação sócio-identitária?’».³

A discussão teórica focalizou a pesquisa nos fatores e etapas de prsi; nas respetivas lógicas de ação e reações identitárias, considerando 3 grandes dimensões: material, simbólica e relacional; e nos capitais, finalidades e estratégias-táticas identitários. Da problemática-utensílio deste ‘modelo prsi’ citemos os 3 postulados centrais:

Postulado I: os prsi são experiências sociais temporalizadas e circunstancializadas em contextos e situações (Dubar, 1991); a leitura subjetiva de trajetos exemplares é a escala e o tipo de observação adequados para captar essa requalificação de atores em sujeitos sociais, adotando a formulação de sujeito pela obra de Alain Touraine.

Postulado II: sete vetores dicotómicos⁴ — emergentes com a modernidade e partindo da análise de estudos históricos sobre a pobreza em Portugal —, moldam a visão dos pobres como ‘fatalidade e utilidade sociais’⁵; esta visão tem legitimado usos moralistas, miserabilistas e populistas, naturalizando a pobreza.

Postulado III: conhecer sociologicamente é estudar *como* os atores sociais se situam e re-contextualizam (*não há ‘idiotas sociais’*), e integrar o que entendemos como os três eixos analíticos da sociologia das identidades⁶, a saber: *a)* opor identidades prescritas/assumidas; *b)* opor lógicas, recursos dos atores/determinismos sociais; e *c)* re-situar as identidades como negociações objetivas e inter-subjetivas em espaços-tempos da ação.

“Uma Sociologia das Identidades, é possível?”, inquiria Suzie Guth (1994) há 20 anos. Hoje, aqui, visa-se contribuir para a ‘sociologia da

3 Sobre os conceitos de estratégias, tácticas e finalidades identitárias, ver Lipiansky, Taboada-Leonetti e Vasquez. 1990, como Camilleri *et al.* 1990. Cf. ainda contributos, centrais, para nós, de Gaulejac (s. d.); Gaulejac e Taboada-Leonetti. 1994 e de Taboada-Leonetti e Aubert. 1990.

4 I.e.: atributos e designações sociais de pobreza material/espiritual, digna/indigna, socializada/inata, individual/colectiva; factores subjectivos/objectivos; sócio(etno)centrismo e androcentrismo.

5 Estudos de fins da Idade Média até anos 70, publicados até aos anos 90. Cf. nossas análises: Toscano 1992a, 1993a, 1993b, 1993c, 1994 e 1995a.

6 Cf. contributos, marcantes para nós, de Bourdieu, 1972; 1980a e 1980b, 1993; e Dubar 2006 e 1991.

esperança, pela análise dos processos de requalificação sócio-identitária – “Como se sai da pobreza”?.

Numa abordagem de crítica construtiva da tradição de estudos sobre ‘a pobreza’, evoquemos o caso exemplar de Sara.⁷

CASO EXEMPLAR — O TRIÂNGULO QUE LEGITIMA
O SOFRIMENTO DE SARA

Sara (S) nasce há 43 anos numa nortenha família extensa de 15 filhos, do estilo de vida do mar: todos os homens da família são pescadores. Da carência absoluta informam-nos as condições económico-materiais, alimentares e habitacionais (dormiam 5 num quarto); e os maus tratos a mulheres e crianças (por cunhado, 2 irmãos e pai). *Humilhações* na base da representação negativa de pai para S pois, se diz herdar o seu carácter forte, o modelo católico dela é a *mãe-galinha* que *agasalha e encobre*, a mãe-bondade. Após várias ‘quedas’, Sara progride até ao estilo de pobreza relativa, ao fim de 17 anos afastada do mercado de trabalho, apesar de imigrante no País Basco. Da narradora ansiosa realçam rosto e mãos enrugados, gargalhada fácil, imaginação fértil e o prazer de contar histórias: *não é mentira*.

SARA: FÉ NA PRECE E NA SORTE — 3 SUPORTES DO RISCO
ESTRATÉGICO

Vida instável com 5 *momentos marcantes* de densas ruturas espaço-relacionais e práticas que designamos por risco estratégico – efeitos da fé na prece e na sorte –, é exemplar da crise do modelo da integração na modernidade tardia.

No *momento marcante 1* (1962-1976), composto por duas etapas, a instabilidade laboral (6 empregos) marca o fim da infância aos 8 anos: 1.^a etapa-rutura (1962-68): precoce inserção laboral (fábrica de conserva e criada a servir). 2.^a etapa-rutura (1968-76): regresso à casa familiar dos 14 aos 22 anos, numa fase de esmola (*eu pedia com fome!*),

⁷ Trata-se de um dos casos exemplares integrantes da nossa pesquisa de doutoramento (Toscano 2010), pelo que as contextualizações no tempo e datações se reportam a esse ano.

biscates (*andar ao mexilhão, andar nas feiras aos carretos*) e trabalho infantil (fábrica finlandesa de costura; empregada doméstica; *soldagem de tornos em fábrica de peixe*); a par de abandono escolar no fim da 3.^a classe, com mais de 10 anos.

Da juventude e infância ela só aprecia a vida na cidade do Porto *muy bonita!!tch!, com boa alimentação e tudo*; o resto foi *vida triste*, fome e efeitos na saúde por trabalhar descalça nas insalubres fábricas de peixe.

Assim, no *momento 1* domina a lógica de destino social ao qual reage pela interiorização e a adaptação-resistente. Estas reações firmam-se, por sua vez, nas duas estratégias identitárias da S-adolescente-jovem: a estratégia de risco e a que designámos como sacrifício estratégico (Toscano 1990).

Desde que se casa, aos 22 anos, no *momento marcante 2* (1976-1980) destacam-se duas lógicas de ação (Dubet 1996) estratégicas: realismo; utilidade e duplicidade do casamento. Do marido, um Galego imigrante desde os 21 anos no PB, Sara faz uma avaliação muito positiva como pessoa, trabalhador, marido e pai: *um senhor*. E após um mês de casada cumpre o dever, evidenciando uma estratégia de luta adaptativa: *tinha que seguir-lo* (sic no relato) para a, então, *terra do dólar*⁸.

Com a emigração e a mobilidade familiar por três residências na 3.^a etapa-rutura (Nov. 1976 a 1980), aos recursos notados associam-se práticas de risco (raturas, descontinuidades espaciais). Para S, a reação de luta pela rutura sócio-espacial deve-se à estabilidade dele no emprego.

Porém, com a crise do PB, o marido fica desempregado quase 1 ano, 1.^o fator de desqualificação familiar que abre o *momento marcante 3* (1980-92).

Dos 26 aos 38 anos Sara irá viver na Galiza — 4.^a etapa-rutura espacial — conjugando a instabilidade e separação familiares, com a dependência da sogra. É que o marido arranja trabalho no PB e ela tem de ir para casa da sogra com as duas filhas, durante 18 meses de sacrifício infernal.

Mas depressa Sara recicla a sua recusa interiorizada da separação numa reação identitária – interna e externa – arditosamente negociada. Reações conflitualistas de resistência, apoiadas na lógica da irreverência face ao destino social, levam-na à resposta individual de risco. E na 5.^a etapa-rutura (1981-1992), tendo uma consulta da filha mais velha em

8 Designação do País Basco nas conversas entre migrantes da época.

San Sebastián, foge com ambas as meninas para lá. Sara tenta legitimizar a lógica de risco-fuga em lógica de salvação da qualidade da vida afetiva familiar, dignificando a sua opção de irresponsabilidade familiar sob a capa duma estratégia arriscada de luta pela família. Em vão: a família ‘cai’ mesmo até à privação primária, em total dependência das redes sociais portuguesas, quer para procurar casa (5.^a e 6.^a residências), quer para as respetivas mudanças, como para o empréstimo de mobília. Pouco depois ela zanga-se com essas mesmas portuguesas que a tinham apoiado e à sua família, justificando-se com a dependência familiar agravada.

Seguem-se 12 anos de aparente estabilidade nos territórios sócio-identitários⁹ habitacional, dos recursos económico-materiais e das sociabilidades, até saberem que a casa é clandestina — causa do 2.^o fator de desqualificação: o desalojamento familiar.

Nos 2 anos do *momento marcante 4* (1992-93) vão agravar-se os territórios sócio-identitários espaço-habitacional, sociabilidades e recursos.

De facto, na 6.^a etapa (1992) de rutura espaço-habitacional, a múltipla fragilização da trajetória familiar associa lógicas de risco e destino social. Contudo, como para S se trata duma fatalidade mística-sobrenatural, ela responde com estratégias de risco e resistência-luta comprando a 7.^a e atual casa, mais pequena e a precisar de obras, pois urgia alojar os, agora, 6 elementos do agregado¹⁰. A compra gera estratégias familiares divergentes face à dependência dos parentes dela: quer de superação, por autonomia espacial; como de reforço, pelos empréstimos para as obras e guardando a mobília excedente.

A 7.^a etapa de sobreendividamento, desnorte e sacrifício motiva novas respostas: 1) estratégia de resistência-luta e esforço laboral: a filha mais velha passa a trabalhar como ama e S retoma a atividade laboral (7.^o emprego); 2) endividamento bancário: risco que formaliza a dependência do agregado (clara estratégia de contorno familiar).

Como se não bastasse, na 8.^a etapa (1992-93) outro fator de desqualificação provoca *A Desgraça* familiar. O marido fica de baixa médica durante um ano, por acidente laboral. Ora, sem o ordenado dele e tardando o seguro, decaem até ao patamar da subsistência absoluta de

9 Cf. a nossa proposta da noção de *territórios sócio-identitários* (Toscano 2010).

10 Ao casal, duas filhas e filho de 5,6 *aninhos* tinha-se juntado o irmão mais novo dela, com 24 anos.

Rowntree (Costa, 1984), sem dinheiro para comida, cola-cao, nem para Sara pagar o bilhete de autocarro para ir trabalhar.

Face à desgraça social e à dependência instalada que S vê como *provações divinas*, relata-nos 7 tipos de reações: i) instalação na situação; ii) vergonha da eventualidade da venda do andar; iii) encobrimento da situação dos filhos e de estranhos; iv) conflitos relacionais e sensação de abandono pelas portuguesas; v) isolamento social; vi) medo do casal sair à rua, devido às dívidas; vii) fragilidade psicológica e da saúde de Sara que entra em depressão.

Vivendo em total desgraça, e consciente desta, o casal pensa em várias soluções, como mudar-se para a Galiza. *Oração* e *fê* são os recursos mais-valia de Sara; dois, os apelos da prece: comida e *abrigo*, para evitar a *vergonha* de vender o andar.

Face ao fracasso (transações objetivas exteriores¹¹ negativas), a *vergonha* e correlativo orgulho aliam-se às necessidades de subsistência, parecendo suplantá-las. É como S reage às transações objetivas interiores, também negativas.

Tal afirmação de orgulho identitário traduz-se em *não ter de pedir nada a ninguém*, numa clara mudança de atitude: em situação *desesperada*, aceitara a solidariedade das redes de proximidade; agora, em pior situação – de *desgraça* – recusa-a. Dois motivos podem explicar a mudança: restrição das sociabilidades (já não ter quem a apoie); e autovitimização por ter seguido os conselhos dos que, alegadamente, a *abandonam*. Daí que encobrimento e isolamento se aliem e fundam, ambos, nas estratégias de risco, defesa e contorno identitários. S agarra-se ao orgulho para legitimar o isolamento pessoal-familiar dos que, confidencia, têm a natural *maldade humana*.

Num discurso tão defensivo de contorno do risco, a solução justa só virá de uma entidade superior: *Deus dá-lhe sorte*. Daí que, para ela, a requalificação se deva à eficácia das suas preces e *fê*, *de um dia p'ó outro*, exacerbando o que categorizamos como as componentes do seu realismo tardio: a fatalidade místico-sobrenatural e o sacrifício estratégico. Portanto, no *momento marcante 5* (1993-96) a requalificação familiar brota da eficácia do 'mixed prece-fê-sorte-direitos sociais'.

11 Ver a formulação articulada e inovadora da construção identitária, e respectiva mudança e avaliação social, por Dubar (1991, 2006).

Com efeito, na 9.^a etapa, o marido é indenizado do acidente, com 5 700 pesetas, e do seguro, com 32 1000 a fundo perdido; e também recebe os salários em atraso do armador: *86 000 pst mais “p’ó” monte*. Impondo a lógica do realismo pragmático, S paga aos trabalhadores nas obras da casa, as prestações atrasadas ao banco e todos os empréstimos. E conclui que a família evoluiu da *desgraça* para uma situação de contenção de recursos: *não te sobrava, mas (...) não andavas, tão pouco, esquentada!*. Pelas estratégias do pragmatismo e do sacrifício estratégico dá-se a superação precária da desgraça familiar. Nesse viver *apertado*, Sara tem a nova aspiração de renovar a casa para ficar *Um pouco decente!* – o que também concretiza, já que lhe sairá, literalmente, um novo fator de promoção social.

A 10.^a etapa (1996) confirma a eficácia da *prece/fé* na *sorte* pois *Deus* abre-lhe de novo a porta da *sorte*: o prémio da Lotaria de 2 milhões de pesetas sai a Sara e a uma amiga que ‘tava” a passar mal.

Por fim, S supera a fase de *desgraça* da vida pessoal-familiar com a estabilidade e remodelação da casa, aliada à partilha da alegria pela promoção da amiga. Mas, sendo uma vitória pessoal-familiar, representa também a vitória dela em relação às outras que tinham *raiva* e *inveja* da sua vida. E para evitar esta *inveja*, de novo S recorre ao encobrimento – neste caso do sucesso – revelando a desconfiança e a lógica de conflito social, matrizes da vivência dela com as imigrantes portuguesas.

Já no fecho da breve síntese do prsi de Sara, ganham sentido os seus 5 enunciados narrativos ou repetidos elementos discursivos de i) exacerbada autoestima e ii) elogios pessoais; de iii) sobrevalorização discursiva da cultura de origem; de iii) classificação e comparação etno-cêntricas; de iv) fé e misticismo; e de v) paradoxo identitário: auto-categorização de abertura relacional/continuadas ruturas relacionais.

O QUE SE APRENDE COM O ‘MODELO ANALÍTICO-COMPRENSIVO DOS PRSI’ ?

Do ‘modelo prsi’ salientam-se três conclusões gerais (Toscano 2014): os modos de configuração de prsi supõem um *saber inter-subjectivo, incorporado e implicado*.

UM SABER INTER-SUBJETIVO E INTER-REFLEXIVO:
CONTRIBUTOS PARA UMA 'SOCIOLOGIA DA ESPERANÇA' PELA
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS IDENTIDADES

Para nós, as transações identitárias e os territórios sócio-identitários organizam-se pela interação social como sistema da ação. Logo, as transações identitárias são os modos de construção dos atores em sujeitos, tal como a interação social é o modo de construir o sistema da ação. Com efeito, se as identidades sociais não são nem estados nem estáticas, a interação tão-pouco o é; logo, a interação não é um simples cenário do sistema da ação.

Transpondo o saber em torno dos sistemas de comunicação — “*é impossível não comunicar*” — para os sistemas de ação, obtém-se: “*é impossível não interagir*” pois o que muda são os modos da interação.

Portanto, apreendemos a *interação* como o *cerne dos sistemas da ação*, ao passo que as transações identitárias são o cerne da reconfiguração de atores em sujeitos. Ou seja: estas transações realizam a atualização identitária combinando

a) por um lado, as estratégias e táticas, com as dinâmicas e orientações – investidas ou emergentes – na (re)avaliação e na reflexividade dos sujeitos;

b) por outro, as lógicas sociais – subjacentes ou decorrentes – com as construções identitárias e do sistema da ação: “*Il n’y a pas de volonté sans objet. (...) l’objet de la volonté c’est, justement, réaliser le désir. (...) le désir c’est le moteur de l’action (...). L’utopie [objet virtuel du désir] c’est le font où l’action plonge son sens. Le désir part à la conquête du temps futur pour donner un sens au vécu présent.*” (Michel Godet. 1991. Cit. in Clément & Tjoelker. 1992: 119).

O ‘modelo prsi’ acolhe o sujeito inter-subjetivamente reflexivo e os elementos da construção significativa do social: desejo e vontade da ação. Enfim, como ação mobilizada pelo desejo, os prsi trabalham 1) os territórios sócio-identitários no presente, o agora; 2) os recursos-capitais do agora e do passado vivido, no presente¹²; 3) as lógicas e os imaginários sociais, orientando-os do presente para o futuro – numa fenomenologia da requalificação, base da sociologia da esperança, com claras implicações no plano metodológico.

12 Recursos-capitais identificados nos prsi que mais à frente explicitamos.

UM SABER INCORPORADO, VIVIDO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMO-METODOLÓGICAS

Decorrendo da primeira, esta conclusão desdobra-se em 4 vectores metodológicos:

1) **Atenção aos obstáculos:** os obstáculos transversais aos estudos da pobreza e a nossa discussão da problemática identitária, justificam que se alerte quanto à persistência

a) da influente ‘visão lácrimo-fatalista’ (Toscano 1992, 1994 e 2012) e das noções de vazio social, limitando a construção social dos prsi e, portanto, a afirmação da cidadania como o desenvolvimento das próprias ciências sociais;

b) da formulação do problema pela negativa, sob uma visão moralista, latente.

2) **Em que consiste construir o saber científico?:** sem aprofundar-se aqui este tópico, anote-se só que o ‘modelo prsi’ assume a interdependência complexa entre sujeitos e investigadores, o abandono definitivo do conceito de ‘objeto’ de estudo, e a defesa da inter/transdisciplinaridade e correlativas críticas ao divórcio (positivista) de domínios (Toscano, 2010: 315-316).

3) **O que é a Oralidade?:** é, para nós, a **condição da co-construção da experiência social;** em consequência, ela própria é a condição da pesquisa dos conteúdos ou matéria viva daquela vivência.

Nas abordagens compreensivas, conhecer a co-construção da ação social supõe aceder à expressão da reflexividade; e esta emerge sob a forma oral. Mas, para conhecer a co-construção da ação social, para além da expressão da reflexividade também importa a sua reconstrução interpretativa. Ora, a reflexividade enquanto reconstrução interpretativa decorre da co-construção da subjetivação social pelos atores sociais a qual, por sua vez, supõe a oralidade como processo de possibilidade.

Por isso, na hipótese analítica do ‘modelo prsi’ sustentámos que a subjetivação dos prsi, pelos atores, interfere no lugar e valor que atribuem à sua oralidade, como nas respetivas formas de expressão e formulação (Toscano, 2010, 310 e ss.).

4) **Transição paradigmática:** o exposto pretende evidenciar que se está em plena transição e reconfiguração paradigmáticas (cf. Toscano, 2010: 317-321) — se bem que, aqui, não se demore mais neste conteúdo para passar-se à construção dos prsi.

UM SABER IMPLICADO, NÃO EXTERNO — CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA

Quanto à construção social dos prsi, do processo de pesquisa realizado retirámos cinco grandes lições.

Desde logo, concluímos que são 7 os componentes centrais dos prsi. Por outro lado, aprendemos que estes processos se objetivam em múltiplos territórios sócio-identitários, pois (terceira lição), não são lineares e são des-coincidentes em vários elementos da sua configuração, assim como (quarta lição) mobilizam múltiplos intervenientes e atores. Logo, a nossa pesquisa ratifica o entendimento e a prática de diversos atores sociais (investigadores, técnicos, atores políticos ou cidadãos participativos): os prsi exigem um trabalho técnico contínuo e segundo uma abordagem sistémica e transdisciplinar — i.e.: diagnóstico, planificação, ações, formação e avaliação — e não só de modo interdisciplinar como ainda vigora na, dominante, ação fragmentada inter-serviços.

Tendo de fazer opções sintéticas, passamos agora a aprofundar apenas a primeira destas cinco conclusões: vamos deter-nos nos componentes dos prsi.

OS 7 COMPONENTES CENTRAIS DOS PRSI:

A construção do ‘modelo prsi’ destaca, como componentes desta vivência, as *condições sociais* de origem e de inserção dos atores sociais; e, articulando a estas condições mais estruturais e duradouras, as *situações vivenciais* da sua trajetória identitária.

Um segundo componente são os *momentos marcantes* que constrói todo o prsi e que se sucedem e diferenciam na sequência e como resultado de fatores: *fatores da mudança* entre momentos.

Como terceiro componente temos que esses mesmos momentos se organizam, internamente, em *etapas*, por sua vez estruturadas e viabilizadas por díspares *fases de reação*. A mudança de etapa depende da orientação e força identitária dessa reação.

Com efeito, etapas e fases de reação enraízam-se e desenrolam-se mediante um jogo complexo que o ator gere, mobilizando as suas *estratégias identitárias* e as suas *táticas e finalidades identitárias*. Pude-

mos observar que as estratégias são co-construídas ao longo da trajetória e de forma não linear, nem intocável ou definitiva. Portanto, não estão disponíveis na vida dos atores como *dados* à partida mas são, sim, ensaios e respostas aos seus objetivos de vida e aos modos de os atingir.

Acresce ainda que as estratégias, como as finalidades e as táticas identitárias, também nem sempre são conscientemente expressas ou vividas pelos atores — o que guia a nossa distinção entre atores e sujeitos: com efeito, pelo ‘modelo prsi’ constatámos que a *construção do sujeito nos prsi passa pela sua concreta e gradual construção em ator-consciência inter-subjetiva* (cf. primeira conclusão).

Da pesquisa realizada salientamos ainda duas novas estratégias identitárias: trata-se da que identificámos como *otimismo realista*; e da ratificação de uma estratégia que já havíamos sinalizado há algumas décadas atrás: o *sacrifício estratégico* (Toscano 1990).

Um quinto componente dos prsi são as *lógicas de ação* subjacentes a todos estes processos de negociação identitária. Assim, as cinco lógicas de ação centrais para Dubet (1996) — integração, interação, conhecimento, comunicação, utilidade e negociação — permitiram interpretar e analisar os percursos exemplares.

Quanto ao sexto componente, categorizámos *dez territórios sócio-identitários* mudados ou nascentes nos prsi da nossa pesquisa. Quer dizer: a requalificação sócio-identitária não se circunscreve aos territórios económico-materiais, habitacionais, escolares e laborais-profissionais. Isto é o que todos os casos por nós analisados evidenciam: que a requalificação mobiliza os sujeitos nas sua globalidade e complexidade, abrangendo, para além dos referidos, os territórios sócio-identitários; étnico-cultural, sócio-espacial; das sociabilidades (desdobrado em afetivo-relacionais e psicológico-emocionais); simbólico-representacional e, ainda, os territórios societal e de estilo de vida (cf. Toscano 2010, 145-312). Com efeito, nos 5 casos exemplares analisados em profundidade – e a par da inquestionável e realista marca dos territórios materiais e profissionais em todos esses percursos – salienta-se o forte e real poder de outros territórios sócio-identitários: os simbólico-representacionais nos prsi de Sara e de outra narradora: Mafalda; e os afetivo-emocionais, nas trajetórias de outros dois casos analisados: Esmeralda e Paloma.

Por fim, os *recursos-capitais* constituem o sétimo componente dos prsi. Assim, na pesquisa realizada, deduzimos quatro ilações a este respeito:

- 1.º- os prsi desenvolvem e trabalham *4 grandes tipos* do que categorizámos como *recursos-capitais* centrais, a saber:
 - tipo a – recursos-capitais situacionais;
 - tipo b – recursos-capitais contextuais e societais;
 - tipo c – recursos-capitais disposicionais; e
 - tipo d – recursos-capitais de subjetivação;
- 2.º- nos prsi, os recursos-capitais *situacionais* e os *contextuais e societais* (tipos a e b), só por si, são impotentes ou estéreis para a requalificação social.
- 3.º- os prsi, para se construírem, exigem a co-mobilização de outros recursos e a sua *negociação, relacional e inter-subjetiva*.
- 4.º- os prsi dos casos exemplares investigados salientaram a importância dos recursos-capitais *disposicionais* (tipo c) e, sempre, na relação com recursos-capitais *de subjetivação social* (tipo d).

Na verdade, por um lado, pela análise sociológica em emergência dos casos exemplares de mulheres em prsi, confirma-se o forte poder de imposição dos estereótipos femininos e masculinos, através da herança e das expectativas sociais de atributos e papéis da identidade da mulher definida ou circunscrita à condição familiar. Os figurinos de mulher desenhados por todas as narradoras ostentam a clara permanência dos atributos androcêntricos, quer por reprodução – veja-se o figurino de Sara; ou por enobrecimento (nos casos de Mafalda e Esmeralda); ou, ainda, pela inversão simétrica (no figurino do caso de Paloma ou no trajeto do caso de Amélia) a qual redundava na mesma lógica androcêntrica, porque não se supera a visão fundadora das dicotomias desqualificadoras.

Porém, o mesmo ‘modelo prsi’ ensina-nos que o conhecimento social e as lógicas de ação (categorias comuns e práticas) das mulheres-sujeito analisadas combina estereótipos tradicionais com expectativas sociais paradoxais: quer as de reprodução e adequação aos padrões estereotipados; quer as de superação destes; quer, ainda, as de negociação (entre os de adequação e os de mudança).

Na verdade, constatou-se que o estereótipo tradicional não coincide com a *diversidade dos modos de vida da condição social das mulheres*: nem quando é socialmente adequado – como Paloma, ou mesmo Amélia atestam; nem quando se projeta através de diferentes modos de ser no feminino, como os casos analisados ilustram

i) pela monomarentalidade — em 3 dos 5 casos aprofundados — e pelos diferentes modos de, sobretudo, reorganizar as dinâmicas familiares e a condição social da mulher-mãe e da mulher-esposa — em todos os casos (Toscano, 2010);

ii) pelos 5 perfis-em-ação testemunhados, categorizados e analisados (Toscano, 2010);

iii) pelo próprio manejo dos estereótipos pelas mulheres: quer no caso invocado no presente texto: a manipulação, por Sara, da suposta superioridade feminina, exercida através de poderes subterrâneos (sedução e fé); quer nos outros casos aprofundados: em Esmeralda, o amor idílico (*idem*: 173-188); a desconstrução da *mulher-floreiro* (sua designação para mulher-objeto) e a permanência da noção do 6.º *sentido feminino* em Mafalda (*idem* 189-235); a reciclagem da figura paterna, entre tantos exemplos de Paloma (*idem* 236-291); e o total arrependimento do percurso antagónico às expectativas maternas em Amélia (*idem*: 292-309).

NOTA CONCLUSIVA: SOCIOLOGIA DA ESPERANÇA E ‘MODELO PRSI’

Sendo os prsi processos instáveis, imprevisíveis e não lineares, essa imprevisibilidade e instabilidade objetivam-se nos múltiplos territórios sócio-identitários acima apresentados, e que podemos analisar e tipificar em três grandes tipos: i) os territórios sócio-identitários implicados pelos fatores de desqualificação: ‘a queda’; ii) os territórios sócio-identitários passíveis ou em vias de requalificação; ou iii) territórios sócio-identitários requalificados: ‘a saída’.

Cumprir referir que, para reconverter lógicas de ação, estratégias e táticas identitárias, os sujeitos concretizam reconversões profundas quer nos próprios tempos sócio-identitários, quer no uso dos espaços sociais – como os trajetos de Mafalda e de Paloma assinalam claramente.

Do exposto deriva ainda que os prsi são processos des-coincidentes ou que exercem, mesmo, ruturas em vários níveis da sua configuração.

É que a leitura externa da desqualificação não coincide com a sua vivência nem com a consciência e nem, muito menos, com a verbalização da mesma. O que se repercute na distância entre, por um lado, ritmos e tempos de instituições e técnicos implicados na requalificação;

e, por outro, ritmos e tempos dos sujeitos-em-requalificação. Podendo parecer um lugar-comum, esta é uma conclusão transversal a todos os trajetos analisados. Ora, face ao conhecido desfasamento, no combate à pobreza, entre planificação de trabalho técnico e processos de mudança, impõe-se o registo da sua evidência. Porque, a nosso ver, compete à análise sociológica compreender as desigualdades socialmente construídas e, como tal, contribuir para desconstruir tais desigualdades socialmente mutáveis.

BIBLIOGRAFIA

- AMANCIO, Lígia. 1993. Identidade Social e relações intergrupais. In J. Vala e M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social*. Lisboa: F.C. Gulbenkian: 287-307.
- 1995. *Masculino e Feminino*. Porto: Afrontamento.
- BOURDIEU, Pierre. 1972. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz.
- 1980a. L'identité et la représentation. (...). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.º 35: 63-72.
- 1980b. *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- 1993. *La Misère du monde*. Paris: Seuil.
- CAMILLERI, Carmel et al. 1990. *Stratégies Identitaires*. Paris: PUF.
- COSTA, A. Bruto da 1984. Conceito de Pobreza. *Estudos de Economia*. vol. IV. n.º 3: 275-294.
- DUBAR, Claude. 2006. *A Crise das Identidades*. Porto: Afrontamento.
- 1991. *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- DUBET, François. 1996. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- E PASSERON, Jeab-Claude. 1964. *Les Héritiers*. Paris: Minuit.
- FRANÇOIS, Clément & To Tjoelker. 1992. *Gestion stratégique des territoires (méthodologie)*. Paris: L'Harmattan.
- GAULEJAC, Vincent de, e Taboada-Leonetti, Isabel. 1994. *La lutte des places*. Marseille: Hommes et Perspectives.
- (s. d.). *Le Manager et le RMIste. POUR*. s/nº : 167-178.
- GODET, Michel 1991. *De l'anticipation à l'action*. Paris: Dunod.
- GUTH, Suzie (Dir.) 1994. Une Sociologie des Identités est-elle possible? – *Actes du Colloque Sociologies IV*. Paris: L'Harmattan. Tome III.
- LIPIANSKY, Taboada-Leonetti e Vasquez. 1990. Introduction à la problématique de l'identité. In Camilleri et al. 1990. *Stratégies Identitaires*. Paris: PUF: 7-26.

- PAUGAM, Serge. 1994. *La disqualification sociale Éssai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF.
- TABOADA-LEONETTI, Isabel; N. Aubert. 1990. *Femmes au singulier ou la parentalité solitaire*. Paris: Klincksieck.
- TOSCANO, M.^a de Fátima. 1992. Os conceitos de Pobreza como categorias de análise sociocêntrica: uma leitura das abordagens sociocêntricas do industrialismo. *Forum Sociológico*. n.º 1: 121-155.
- 1993a. «A Constituição dos Pobres como Grupo Social na Idade Média: a linguagem quotidiana como indicador». *Forum Sociológico*. n.º 3: 213-221.
 - 1990. Descobertos. Mas Não «Descobridos»: mecanismos de (des)-integração dos imigrantes africanos em diáspora em Lisboa – leitura sociológica de um caso de intervenção. *Comunicações ao Colóquio Viver (N) A Cidade*. Lx: LNEC/NEUT 18 a 20 Out.: 73-90.
 - 1994. Destinos Fatais e Utilidade Social. *Dinâmicas Multiculturais: novas faces. outros olhares. Actas das sessões temáticas do IIIº Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa: ICS, Vol. II: 325-342.
 - 1993b. Dimensões Sociocêntricas dos Estudos Sociais em torno dos “Grupos Pobres”. In APS. *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lx: Fragmentos. vol. II: 303-319.
 - 1995. «O Direito a ser pobre: A construção social do direito a ser pobre é uma herança medieval – I.^a parte». *Forum Sociológico*. n.º 6: 141-153.
 - 2012. How women, designated as poor, reconstruct identities and ways of life? — the PRSI or the processes of re-qualifying social-identity. *Journal of Education Culture and Society*. issue 02/2014: 75-81. [DOI: 10.15503/jecs20142.75.81; ISSN 2081-1640 International Scientific Journal semiannual peer-reviewed]. <http://nowadays.home.pl/JECS/data/documents/JECS=202014=20=282=29=2075.81.pdf>
 - 1993c. *Pobres: Destinos Fatais e Utilidade Social – por uma Sociologia da Acção Histórica*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa. Univ. Nova de Lisboa. Dep. Soc. FCSH. 546 pp. + Apêndices, doc. Polic.
 - 2012. Pobreza e Requalificação Sócio-Identitária: leitura sociológica crítica da tradição de estudos sobre ‘A pobreza’. *VII Congresso Português Sociologia. Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto, 20-23 Junho: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0071 ed.pdf.
 - 2002. Racionalidades Complexas, Trajectórias, Reinclusão Social: Esmeralda – um Processo Social de Reconstrução Identitária Cigana. *Actas do IV Congresso*

Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia, versão em papel e em CD.

- 2010. *Sociologia das Identidades, Ofício de Revelação: Exemplares Formas de Vida: Testemunhos de Mulheres em Luta Pela Requalificação Social*. Tese submetida como requisito parcial p/ obtenção grau de Doutor em Sociologia. [Reg. especial: Art. 33.º DL 74/2006, DR 60/3/2006. ISCTE].

POLÍTICAS SOCIAIS

O FSE NO REFORÇO DA INCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL (2007-2013)

Pedro Perista*

INTRODUÇÃO

O Fundo Social Europeu (FSE) é o mais antigo dos fundos estruturais, tendo sido instituído em 1957, nos termos do artigo 146º do Tratado de Roma. Trata-se do principal instrumento financeiro que permite à União Europeia concretizar os objectivos estratégicos da sua política de emprego, contribuindo, também, para a promoção da inclusão social e para melhorar os níveis de educação e de qualificação dos seus cidadãos. As atribuições cometidas ao FSE pelo Tratado são promovidas em parceria com os Estados-Membros, pelo que estes e as respetivas regiões definem os seus próprios Programas Operacionais do FSE.

Ao longo de sucessivos períodos de programação, o FSE tem vindo a apoiar muitas das políticas nacionais de educação, formação, emprego e inclusão social. Embora o emprego continue a constituir, desde o início, preocupação central, o âmbito do FSE alargou-se e os seus objetivos têm tentado acompanhar a evolução das prioridades da União Europeia face a novos desafios que lhe são colocados, relevando-se dentre eles a exigência de novas competências, as novas tecnologias, a globalização, as dificuldades sentidas pela população jovem em encontrar o seu primeiro emprego, o envelhecimento das sociedades europeias e as profundas mudanças ao nível das necessidades do mercado de trabalho.

* Investigador no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

A Comissão Europeia definiu, para o período de programação 2007-2013, um conjunto de temas prioritários para a alocação de verbas do FSE¹, entre os quais ‘Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos’.

Tentar compreender de que forma o objetivo do reforço da inclusão social foi integrado no quadro do FSE e quais os resultados alcançados pelas iniciativas e medidas apoiadas pelo FSE que contribuíram para aquele objetivo é a proposta que se pretende levar a cabo neste documento.

Deve ser realçado, porém, que não se trata de um exercício de avaliação *per se* mas antes um exercício que se baseia em informação secundária. Neste processo, foram analisados os relatórios anuais de execução produzidos pelos programas operacionais que funcionaram no âmbito do FSE, bem como os estudos de avaliação constantes dos planos de avaliação desses programas operacionais e do plano de avaliação global do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)². Na maioria dos casos, estes estudos foram solicitados a equipas de avaliação externas. Apenas num reduzido número de casos estudos foram desenvolvidos pela autoridade de gestão nacional, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.

A análise empreendida incidiu principalmente nos resultados das tipologias de intervenção mais diretamente relacionadas com o reforço da inclusão social sem, contudo, esquecer outras ações que, embora não diretamente classificadas neste tema prioritário, tiveram resultados evidentes no combate à exclusão social.

A INCLUSÃO SOCIAL NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS DO FUNDO SOCIAL EUROPEU EM PORTUGAL

No período de programação 2007-2013 estiveram em execução, em Portugal, quatro Programas Operacionais (PO) no âmbito do FSE. Três destes programas corresponderam às regiões NUTS1 do país, ou seja, Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, ao passo que o quarto dizia especificamente respeito à Assis-

1 Definidos no artigo 3 do Regulamento (CE) nº 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de julho de 2006.

2 O QREN constituiu o enquadramento para a aplicação em Portugal, no período 2007-2013, do conjunto de fundos oriundos da política de coesão da União Europeia.

tência Técnica. Dadas as suas características e objetivos específicos, relacionados principalmente com apoio e monitorização, este último não será analisado no contexto deste documento.

O PO para o Continente – Programa Operacional Potencial Humano (POPH) foi estruturado em torno de 10 eixos prioritários (EP), sendo que os primeiros sete tinham como alvo as regiões de convergência (Norte, Centro, Alentejo), o EP8 tinha como alvo o Algarve e o EP9 tinha como alvo a região de Lisboa. O enfoque do EP10 era a assistência técnica.

Nenhum dos eixos prioritários do POPH tinha todas as suas tipologias de intervenção exclusivamente alocadas ao tema prioritário ‘Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos’. No entanto, o EP6 (e eixos congéneres para as regiões do Algarve e Lisboa), designado por ‘Cidadania, inclusão e desenvolvimento social’ constituiu, como o próprio nome indica, o eixo onde se integrava a larga maioria das tipologias de intervenção relevantes em termos de inclusão social.

O EP6 estruturava-se em quatro sub-prioridades: i) combate à pobreza e à exclusão social, ii) educação para a cidadania, iii) empregabilidade e igualdade de oportunidades dos imigrantes, iv) qualidade de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade.

No programa Rumos, o PO para a Região Autónoma da Madeira, o reforço da inclusão social incluía-se principalmente na sub-prioridade 3 ‘Desenvolvimento do mercado social de emprego e apoio a grupos vulneráveis no mercado de trabalho’ do eixo prioritário 2 ‘Emprego e coesão social’.

No programa Pro-Emprego, PO para a Região Autónoma dos Açores, incluía-se particularmente na sub-prioridade 6 ‘Inclusão social através da qualificação, emprego e empreendedorismo’ do EP1 ‘Qualificação do capital humano, do emprego e das iniciativas para a competitividade regional’. A sub-prioridade 6 dividia-se em quatro tipologias de intervenção: i) Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana, ii) Projetos-piloto de formação-ação para a inclusão social, iii) Apoio à inserção profissional de públicos desfavorecidos em regime experimental, iv) Qualificação para a modernização das organizações do terceiro sector.

O PAPEL DO FSE NO REFORÇO DA INCLUSÃO SOCIAL

Dois dos estudos de avaliação realizados no âmbito dos planos de avaliação do QREN e dos Programas Operacionais FSE incidiram sobre tipologias de intervenção mais diretamente relacionadas com o reforço da inclusão social. Foram eles a *‘Avaliação externa do programa Escolhas 2010-2012’* (Saint-Maurice *et al.*, 2013) e o *‘Contributo das intervenções do QREN para a inclusão social de indivíduos residentes em territórios urbanos problemáticos’* (Barroso *et al.*, 2013).

Este último assinala importantes conquistas por parte de residentes em territórios urbanos problemáticos³. Muito embora o estudo tenha abrangido o QREN e, portanto, não apenas intervenções no âmbito do FSE mas também no âmbito, nomeadamente, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a análise por tipo de intervenção permite, na vasta maioria dos casos, uma diferenciação entre os fundos. Permite ainda, de forma inequívoca, demonstrar uma contribuição muito mais preponderante das intervenções FSE por relação às que ocorreram noutros âmbitos.

Todos os instrumentos de política tendo por objetivo a promoção da inclusão social foram considerados como tendo contribuído para os resultados obtidos. No entanto, e dada a sua natureza específica, os considerados mais eficazes foram os financiados pelo FSE, em especial os Contratos Locais para o Desenvolvimento Social (CLDS), os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) e o Programa Escolhas.

Apesar disso, Barroso *et al.* (2013) salientam que as intervenções apoiadas pelo QREN mantiveram lógicas de atuação de curto prazo, não promovendo, pois, estratégias locais de longo prazo que permitissem contrariar as debilidades estruturais identificadas e as dinâmicas de exclusão social que, sobretudo nestes designados territórios urbanos problemáticos, passam, amiúde, de geração em geração.

Alertam, também, para o facto de estes territórios não constituírem um conjunto homogéneo, quer em termos das suas características, que refletem problemáticas socio-urbanísticas diversas, quer ao nível da sua gestão, quer ainda no que diz respeito às intervenções de que são alvo ao nível de políticas públicas de promoção da inclusão social.

3 Para informação completa relativamente às definições utilizadas e aos territórios considerados, cf. o estudo disponível em: <https://www.igfse.pt/upload/docs/2013/inclusaosocial-territoriosurbanosproblematicos.pdf>.

Consideram, pois, que a resposta a este desafio multidimensional, “embora adequadamente abordado através da mobilização de diversos instrumentos de política pública, carece de melhoramentos, especialmente com abordagens plurifundo e com a dinamização da base económica, das iniciativas empresariais e da economia solidária” (Barroso *et al.*, 2013: 78).

Da análise empreendida relativamente a diferentes áreas a equipa de avaliação realça que as intervenções apoiadas contribuíram para a melhoria da imagem interna e externa dos territórios estudados, com efeitos potenciais na redução do estigma associado ao local de residência, no reforço do sentido de pertença e na dinamização do tecido associativo e do comércio local.

Estas são conclusões que vão ao encontro do apontado por Saint-Maurice *et al.* (2013), a propósito do programa Escolhas, que realçaram, no que se refere ao eixo ‘Comunidade e cidadania’ do programa, os altos níveis de participação e o dinamismo das actividades envolvendo a comunidade, que resultaram numa cidadania mais ativa, num maior sentimento de pertença e na desconstrução de estigmas de natureza territorial.

Barroso *et al.*, 2013, por seu turno, consideram que a capacitação das organizações e grupos locais, o reforço das redes de solidariedade e a dinamização do voluntariado apenas foram concretizadas em alguns territórios. Como consequência, consideram não ser possível esperar “ganhos generalizados ao nível da resiliência comunitária à crise económica e às mudanças estruturais, nem a criação de condições para que as intervenções futuras possam ser mais participadas e mobilizadoras” (Barroso *et al.*, 2013: 79).

Pelo contrário, assinalam resultados muito positivos no que diz respeito à criação de condições fomentadoras do acesso à aprendizagem e a uma cidadania ativa e à autonomização e capacitação dos indivíduos, em especial junto das crianças e jovens notando, porém, algumas limitações na capacidade demonstrada de mobilização das populações para processos de qualificação.

Resultados similares no que respeita à integração escolar foram obtidos por Saint-Maurice *et al.* (2013) que assinalam que mais de dois em cada três jovens beneficiários do Programa Escolhas, entre os 11 e os 24 anos, consideraram que a sua integração escolar melhorou após a

participação no Programa, sendo que 60% referiu uma mudança positiva no que se refere à sua interação com amigos/as e outras pessoas.

Finalmente, no que concerne à valorização da diversidade étnica e cultural das diferentes comunidades, Barroso *et al.* (2013) afirmam o papel importante das intervenções levadas a cabo, que terão contribuído, sobretudo, para a melhor conseguida participação das populações com origem imigrante na sociedade portuguesa

Já relativamente às comunidades ciganas os resultados são considerados como tendo sido mais limitados, no que é secundado por Saint-Maurice *et al.* (2013), que realçam os/as mais velhos/as e os/as pertencentes à comunidade cigana como os/as participantes que menos reportaram mudança, levando a equipa de avaliação a concluir pela maior dificuldades dos projetos em conseguir resultados com estes sub-grupos específicos.

Barroso *et al.* (2013) analisaram, ainda, o contributo das intervenções QREN para três aspetos específicos: o aumento do emprego, o combate à pobreza e à exclusão social e a redução do abandono escolar precoce.

No que se refere ao primeiro, apontam que o esforço de capacitação profissional e educativa da população ativa desempregada nos territórios em análise não foi suficiente para promover a empregabilidade com a escala e a rapidez desejável, sobretudo tendo em atenção a situação de crise económica e financeira vivida.

Em relação ao segundo, consideram que nomeadamente a dinamização local e o reforço de redes de parceria permitiram, em alguns dos territórios em análise, e apesar dos reflexos da crise económica e financeira, reforçar redes de solidariedade e apoio. Considera, a equipa de avaliação, que tal permitiu aumentar “a capacidade de resposta no combate à pobreza e à exclusão social” (Barroso *et al.*, 2013: 79), formulação exagerada na medida em que ao falar-se de apoio solidário aos indivíduos e famílias mais desfavorecidas, nos situamos sobretudo ao nível do atenuar de situações de pobreza e exclusão social (Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Por último, no que se refere à redução do abandono escolar precoce, realçam a importância de ações continuadas e integradas de combate ao abandono escolar precoce, ao absentismo e ao insucesso, factores cruciais para a interrupção da transmissão inter-geracional da pobreza.

A prevalência de baixas qualificações, do insucesso escolar e do abandono escolar precoce entre a população portuguesa, quer entre a população adulta, quer entre a população jovem em idade escolar, são fatores commumente apontados como obstáculos essenciais à inclusão social.

Foi exactamente sobre os sistemas de educação e formação profissional que se debruçou um conjunto significativo de estudos de avaliação (Oliveira das Neves *et al.*, 2009; Carneiro *et al.*, 2010; Brites *et al.*, 2011; IGFSE, 2011; Abrantes *et al.*, 2011; Pereira *et al.*, 2011, Figueiredo *et al.*, 2010, 2013). Apesar da consciência de muito poder ainda ser feito nestas áreas, estes estudos consideram, genericamente, que as intervenções levadas a cabo tiveram, de facto, resultados concretos.

No que respeita à população jovem, a definição de prioridades ao nível educativo, apoiadas por iniciativas de apoio ao sucesso educativo, e o desenvolvimento de cursos profissionais são consideradas como tendo reduzido, embora de forma moderada, o insucesso escolar e o abandono escolar precoce, favorecendo a inclusão social e, de forma mais indireta, a inclusão no mercado de trabalho e a inclusão social.

Oliveira das Neves *et al.* (2009), salientam dados resultantes de um questionário distribuído às escolas, que apontaram o potencial dos cursos profissionais no que se refere ao abranger de alunos e alunas que, de outra forma, abandonariam o sistema de ensino, na diminuição do insucesso escolar e na atração de mais jovens para as escolas.

Salientam, porém, por outro lado, a partir de estudos de caso realizados, fragilidades nos (ou mesmo ausência de) serviços de orientação vocacional. Identificados como elementos preponderantes para a redução da taxa de abandono, os processos individualizados de orientação vocacional, centrados na apreciação da adequação do perfil do aluno quanto ao seu grau de motivação para frequentar o curso, expectativas e conhecimentos de base, corresponderam sobretudo a casos pontuais.

Brites *et al.* (2011) e Abrantes *et al.* (2011) realçam que o programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária teve resultados importantes no que se refere à luta contra a indisciplina e a violência em contexto escolar, áreas prioritárias no contexto do programa. Uma das constatações é a de que “podemos mesmo afirmar que as escolas conseguiram globalmente desenvolver estratégias de inclusão escolar e social, invertendo a tendência de estigmatização, segregação e agravamento

das condições para a promoção do desenvolvimento das aprendizagens” (Brites *et al.*, 2011: 345).

O sucesso destas ações é associado à diversificação das opções educativas e formativas nas escolas e agrupamentos TEIP, o que permitiu um leque mais alargado de escolhas que incluem diferentes abordagens pedagógicas, bem como ao apoio de profissionais exteriores às escolas, que apoiam estas com novas competências e novos serviços, promovendo abordagens mais integradas.

Os estudos concluíram que, entre os anos letivos 2006/2007 e 2008/2009, o investimento feito no aumento e diversificação dos cursos profissionais, com o apoio nomeadamente do programa TEIP, levou a um aumento de cerca de três mil alunos e alunas neste percurso de ensino. Porém, Brites *et al.*, 2011 salientam também que esse aumento não foi consistente no conjunto de 34 agrupamentos e escolas não agrupadas que participaram no programa.

A mesma heterogeneidade foi notada no que se refere à evolução do abandono escolar precoce e do insucesso escolar, demonstrando alguma falta de consistência interna face ao sucesso global das medidas, o que levou mesmo Figueiredo *et al.* a realçarem a “necessidade de afinar estratégias para elevar a um patamar de maior eficácia a ação do Programa” (Figueiredo *et al.*, 2013: 121).

De qualquer forma, deve ser notado que, entre os anos letivos acima referidos, a taxa de abandono escolar precoce no primeiro ciclo de escolaridade baixou de 1.7% para 0.4%; no segundo ciclo, baixou de 2.6% para 0.9%; e no terceiro ciclo baixou de 2.9% para 1.6%. No caso específico de alguns agrupamentos e/ou escolas não agrupadas, o fenómeno terá sido mesmo eliminado.

No que se refere ao insucesso escolar, Brites *et al.* (2011) e Abrantes *et al.* (2011) realçam as descidas constantes das taxas relativas a todos os ciclos da escolaridade básica, de 11.5% para 8.1% no caso do primeiro ciclo; de 20.2% para 16.8% no caso do segundo ciclo e de 23.8% para 18.9%, no caso do terceiro ciclo.

Estes resultados levam Brites *et al.* a concluir que os resultados obtidos decorreram, fundamentalmente, das estratégias desenvolvidas para combater o abandono escolar precoce, dado que estas sobrepuseram-se, em grande medida, com as ações para a prevenção do insucesso escolar. “As acções e actividades desenvolvidas na perspectiva da inclusão não

foram apenas capazes de manter os alunos nas escolas, como potenciaram a melhoria dos resultados escolares” (Brites *et al.*, 2011: 322).

Os autores expressam também, porém, que a tendência para a seletividade social, sobretudo no ensino secundário, não tinha sido ainda totalmente debelada, reforçando-se, assim, a necessidade de continuar com as estratégias de diversificação da oferta educativa no ensino secundário e com o reforço da acção social escolar.

Avaliando diretamente o contributo do QREN para o combate ao abandono e insucesso escolar, Figueiredo *et al.* não têm dúvidas em realçar o contributo da oferta de dupla certificação e dos TEIP para “a evolução nas taxas reais de escolarização no básico e secundário, a redução para valores residuais das taxas de desistência do ensino básico e o ganho obtido na redução da taxa de abandono escolar precoce” (Figueiredo *et al.*, 2013: 120).

Embora realçando os resultados positivos do programa TEIP, Abrantes *et al.* apontam a discrepância entre a lenta evolução dos resultados e as percepções muito positivas resultantes de processos de inquirição a docentes e encarregados/as de educação. A equipa de avaliação salienta, no entanto, que “mesmo que estas últimas reflitam uma vontade coletiva de apoiar a conservação do projeto TEIP, este mesmo facto já é muito significativo, sobretudo atendendo a que estes grupos sociais têm sido muito críticos relativamente a outras evoluções do sistema educativo”, salientando também que as representações muito positivas “podem também resultar de uma consciência da dificuldade de transformação das realidades escolares em contextos sociais marginalizados, pelo que mesmo avanços quantitativamente pequenos podem ser vividos como importantes conquistas” (Abrantes *et al.*, 2011: 90).

Um outro aspeto relevante foi realçado por Saint-Maurice *et al.* (2013), a propósito do programa Escolhas. Constatou este estudo alguma evidência de internalização, por parte dos/as jovens e das suas famílias, do valor da educação e da formação e do investimento em qualificações, em contraste com a que consideraram ser uma lógica enraizada na sociedade portuguesa. Em tal lógica, a educação surge largamente desvalorizada, sendo o acesso ao mercado de trabalho mais associado ao acaso, à sorte e ao empenho pessoal do que à detenção de conhecimento e de qualificação.

Estes são dados que permitem, de alguma forma, minorar as críticas feitas, alguns anos antes, por Figueiredo *et al.*, que notaram a ine-

xistência de evidências ao nível da operacionalização de mecanismos que envolvessem as próprias pessoas nos processos de qualificação e que permitissem alterar atitudes e comportamentos face à educação e à formação (Figueiredo *et al.*, 2010: 124), ao mesmo tempo que criticavam o facto de a formação em determinadas áreas como o ‘Desenvolvimento Pessoal’, ‘Serviços Sociais’ e ‘Serviços Pessoais’ evidenciar uma sobre-orientação para a aquisição de competências pessoais e competências não formais.

No que diz respeito à população adulta, a Iniciativa Novas Oportunidades representou um esforço significativo no combate às baixas qualificações e, dessa forma, na promoção da inclusão social. O objetivo estratégico de “elevação do patamar de qualificação generalizada dos portugueses para o nível do ensino secundário” terá sido, segundo Carneiro *et al.*, 2010, em grande medida, concretizado.

A avaliação externa da Iniciativa é ilustrativa ao afirmar que “a adesão das populações visadas pela Iniciativa é, pela sua expressão quantitativa e temporal, um caso único e destacado no panorama das políticas públicas de educação-formação de adultos, seja em Portugal, seja mesmo no contexto europeu (Carneiro *et al.*, 2010: 79) e que “no plano estratégico, e num horizonte de médio prazo, a Iniciativa Novas Oportunidades encerra um potencial precioso e de inigualável riqueza conceptual para inspirar a estruturação de um Sistema de Aprendizagem ao Longo da Vida susceptível de colocar Portugal na dianteira dos demais países Europeus e da OCDE, que normalmente lhe servem de *benchmark*” (Carneiro *et al.*, 2010: 82).

Deve, porém, manter-se em mente que a Iniciativa visava, sobretudo, o reconhecimento e validação de competências pré-existentes. Tal implica que, para que um maior grau de inclusão social pudesse ser atingido, as competências teriam de ser ‘reconhecidas’ também pelo mercado de trabalho, traduzindo-se num acesso mais facilitado a empregos e níveis salariais mais consentâneos com o investimento entretanto feito ao nível das qualificações.

Este é um trabalho que se encontra largamente por fazer, não existindo dados seguros relativamente ao impacto da medida em termos da melhoria efetiva de competências e do reconhecimento atribuído pelo mercado de trabalho. Independentemente disso, a situação de crise económica e financeira que tem caracterizado o país nos últimos anos veio, sem dúvida, impedir, em grande medida, uma real avaliação a

este respeito, sobretudo porque as evoluções registadas se traduziram no aumento do desemprego e na estagnação ou mesmo decréscimo dos salários reais.

Por outro lado, a equipa de avaliação reconheceu que, apesar do grande número de pessoas abrangidas, estas seriam provavelmente as mais fáceis de qualificar. Faltaria, pois, envolver mais de dois milhões de pessoas com baixas qualificações, aumentando a captação de jovens adultos/as até aos 30 anos e de mulheres com mais de 50 anos.

QUE VALOR ACRESCENTADO COMUNITÁRIO?⁴

Da análise da informação contida nos relatórios de avaliação considerados resulta claro que a intervenção do FSE teve papel preponderante em termos do volume⁵ das intervenções, com efeitos ao nível da inclusão social.

Brites *et al.* salientam que “dados os níveis de desenvolvimento económico do país e o objectivo de manter o equilíbrio nas contas públicas, os Fundos Estruturais são um elemento estratégico no objectivo de ultrapassagem das debilidades estruturais de qualificações da população portuguesa, dado serem eles uma das principais fontes de co-financiamento das diversas medidas implementadas e a implementar em todo o processo de reforma do sistema educativo e formativo” (Brites *et al.*, 2011: 1).

Carneiro *et al.* (2010) chamam a atenção para a “alocação de recursos financeiros com significado” (2010: 13), tornada ainda mais necessária na medida em que, como salientava, em 2010, a ‘Avaliação Global da Implementação do QREN 2007-2013’, “a aceleração e o agravamento das condições restritivas do PEC terão por efeito imediato a progressiva diminuição/extinção das medidas de estímulo anti-cíclico. Na sequência deste processo, dificuldades acrescidas ao nível do investimento público

4 O Valor Acrescentado Comunitário (*Community Added Value – CAV*) mede a diferença originada pelo financiamento e intervenções FSE em comparação com os financiamentos e intervenções regulares dos Estados-Membro. A nota metodológica “A Framework to Describe the Community Added Value of the ESF” identifica quatro dimensões-chave de CAV: volume, âmbito, *role effects* e processo.

5 Quando a ação do FSE é adicionada a ações já existentes, seja através de um apoio global às ações (“mirroring”) ou do apoio a áreas específicas de política (“boosting”).

de contrapartida nacional, central e local irão marcar a implementação da programação”. (Figueiredo *et al.*, 2010: 192)

Os estudos de avaliação que incidiram sobre a esfera da educação e da formação tornam claro o impulso dado pelo FSE a este nível, quer através de programas como o TEIP, quer através da expansão dos cursos profissionais e da Iniciativa Novas Oportunidades. Esta última levou o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências a um novo patamar, alargando o seu âmbito e atingindo um número elevadíssimo de beneficiários finais, na ordem de 1.3 milhões de pessoas.

Embora menos facilmente aferíveis, parece igualmente muito provável que tenha tido efeitos de âmbito⁶, nomeadamente considerando os impactos da crise económica e financeira. Parece plausível afirmar que, no que se refere à promoção da inclusão social, determinadas áreas teriam visto a intervenção diminuir (ainda mais) ou mesmo cessar sem o apoio do FSE.

NOTAS FINAIS

Os estudos de avaliação disponíveis demonstram efeitos positivos decorrentes das medidas co-financiadas pelo Fundo Social Europeu, quer no que se refere às vivências em contextos territoriais vulneráveis, quer no que se refere à melhoria dos resultados educativos e à descida do insucesso e do abandono escolar precoces, as duas dimensões principais abordadas pelos estudos de avaliação. Para além disso, há evidência de uma melhoria no ambiente escolar global e na importância das escolas enquanto elementos de socialização.

Existem, no entanto, vulnerabilidades e fragilidades várias nos programas e na sua implementação e nos próprios processos de avaliação. É exemplo destas últimas o facto de terem sido ainda poucos os exercícios de avaliação de impacto, por exemplo de natureza contrafactual ou com base em modelos como as Teorias de Mudança (Weiss, 1995) ou a Avaliação Realista (Pawson e Tilley, 1997), algo que tem vindo, crescentemente, a ser encorajado pela própria Comissão Europeia.

Por outro lado, como realçado por Figueiredo *et al.* (2010), “os sistemas de informação de suporte à gestão, monitorização e avaliação do

6 Quando a ação do FSE alarga ações já existentes através do apoio a grupos e/ou a áreas de política social que, de outro modo, não receberiam apoio.

QREN continuam a produzir outputs demasiado centrados na lógica financeira e pouco ágeis em termos de indicadores de execução física [pelo que] a extracção de resultados e indicadores surge fortemente ligada à elaboração dos relatórios de execução, obrigando por isso a que os trabalhos de avaliação e de monitorização estratégica tenham de adaptar-se aos tempos de elaboração dos relatórios de execução e não o contrário”. (Figueiredo *et al.*, 2010: 248).

No que diz respeito aos programas, a inconsistência de resultados do programa TEIP, a sobre-orientação de conteúdos formativos para a aquisição de competências pessoais e de competências não formais ou as dificuldades evidenciadas pela Iniciativa Novas Oportunidades e pelo programa Escolhas para atingir determinados grupos são exemplos de aspetos não inteiramente conseguidos.

Os estudos de avaliação chamam ainda a atenção para a necessidade de integrar as intervenções realizadas com intervenção noutras áreas. Há provas de sucesso nas intervenções integradas e resultados que ficam abaixo das expectativas quando isso não acontece.

Os desafios acrescidos trazidos pela situação de crise e pelos seus efeitos perpassaram os estudos de avaliação realizados. Para além da preocupação de que, a montante, colocasse em risco as intervenções, foi também realçado o risco de que, a jusante, a eficácia das intervenções resultasse diminuída ou, pelo menos, posta em causa. O fim da iniciativa Novas Oportunidades e os constrangimentos impostos ao programa CLDS são exemplos destes tipos de preocupação.

Os estudos realçam também que muito está ainda por alcançar, nomeadamente porque os desafios enfrentados eram – e são ainda – vastos. Apesar das melhorias verificadas, os indicadores relativos às esferas da educação e da formação continuam abaixo dos *standards* europeus, quer no que se refere à população jovem, quer no que se refere à população adulta.

Para além disso, é preciso dividir a eficácia em termos do ‘reforço da inclusão social’ em dois níveis distintos: o nível macro e o nível meso-micro. Ao nível meso-micro parece claro que intervenções relevantes foram levadas a cabo, dando origem a resultados claros de reforço da inclusão social ou, pelo menos, de mitigação de situações de exclusão social. Os estudos de avaliação dão disso conta.

No entanto, é preciso ter em mente que, a um nível macro, os indicadores mostram que a população em risco de pobreza (e exclusão

social) se manteve estável em torno dos 18% durante a maior parte do período de programação, tendo mesmo subido, em 2012, para 18.7%, e, em 2013, para 19.5%, o valor mais elevado desde 2003. Estas subidas são tanto mais assinaláveis quanto o facto de a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente ter registado um decréscimo nominal entre 2011 e 2013, com a consequente redução do limiar ou linha de pobreza relativa (que corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes). Ou seja, mesmo reduzindo-se o montante abaixo do qual se considera um indivíduo como pobre, aumentou o número de indivíduos em situação de pobreza. De acordo com dados do INE, a utilização de uma linha de pobreza ancorada em 2009 levaria a que a taxa de pobreza em 2013 se cifrasse em 25.9%. Para além do mais, a investigação demonstrou já que a pobreza em Portugal tem um carácter estrutural muito significativo (Bruto da Costa *et al.*, 2008; Perista & Baptista, 2010, 2012).

É, pois, muito relevante que, para o período de programação 2014-2020, a Comissão Europeia tenha definido que um mínimo de 20% do orçamento do FSE seja dedicado ao combate à pobreza. Exige-se, também por isso, que o acompanhamento e avaliação da intervenção FSE sejam cada vez mais rigorosos e detalhados, contribuindo para uma profícua implementação e para a concretização dos objetivos a que a aquela intervenção se propõe, entre os quais o combate à pobreza e o reforço da inclusão social.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Pedro, Rosário Mauritti, Cristina Roldão, Liliana Alves, Patrícia Amaral, Inês Baptista, Telma Leal, Cristina Nunes, Tânia Rocha, e Ana Teixeira. 2011. *Efeitos TEIP: Avaliação de impactos escolares e sociais em sete territórios educativos de intervenção prioritária*: CIES-ISCTE-IUL.
- BARROSO, Sérgio, Maria João Marques, Inês Andrade, Sónia Vieira, Ana Caetano, Augusto Mateus, José Manuel Simões, e Jorge Gaspar. 2013. *Contributo das intervenções do QREN para a inclusão social de indivíduos residentes em territórios urbanos problemáticos*. Lisboa: Augusto Mateus & Associados / CEDRU.
- BRITES, Rui, Alexandre Calado, Pedro Estêvão, José Manuel Carvalho, e Helena Conceição. 2011. *Estudo de avaliação e acompanhamento dos ensinos básico e secundário*: ISCTE-IUL.

- BRUTO DA COSTA, Alfredo, Isabel Baptista, Pedro Perista, e Paula Carrilho. 2008. *Um Olhar sobre a Pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- CARNEIRO, Roberto, Ana Cláudia Valente, Carlos Liz, Henrique Lopes, Jorge Cerol, Maria Amélia Mendonça, Maria Ana Carneiro, e Rodrigo Queiroz e Melo. 2010. *Iniciativa Novas Oportunidades: Resultados da Avaliação Externa (2009-2010)*: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa.
- European Commission – DG Development, Social Affairs and Equal Opportunities – Evaluation and Impact Assessment Unit. 2008. *A Framework to Describe the Community Added Value of the ESF Methodological Note*.
- FIGUEIREDO, António M., António Oliveira das Neves, Artur Costa, Ana Cláudia Valente, Carlos Fontes, Catarina Pereira, Isabel Leal, Luís Madureira Pires, Lurdes Cunha, Manuel Mira Godinho, Nuno Cabral, Paulo Pedroso, Raul Marques, Rui Azevedo, Rui Godinho, Sérgio Costa, e Sónia Trindade. 2010. *Avaliação Global da Implementação do QREN 2007-2013*: IESE/Quaternaire Portugal.
- FIGUEIREDO, António M., Paulo Feliciano, Ana Cláudia Valente, Ana Simões, Filipa Santos, Maria de Lurdes Cunha, e Sónia Trindade. 2013. *Estudo de avaliação do contributo do QREN para a redução do abandono escolar precoce*: IESE/Quaternaire Portugal.
- IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu. 2011. *Intervenção do FSE no período 2007-2010. Contributo do FSE para a Qualificação no contexto da Iniciativa Novas Oportunidades*. Lisboa: IGFSE.
- OLIVEIRA DAS NEVES, António, Catarina Pereira, Filipa Santos, Rui Godinho, Tiago Pereira, Ana Cláudia Valente, e Paulo Pedroso. 2009. *Avaliação Externa do Impacto da Expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações*: IESE.
- PAWSON, Ray, e Nick Tilley. 1997. *Realistic Evaluation*. London: Sage.
- PEREIRA, Catarina, Rui Godinho, Pedro Estevão, Alexandre Calado, Filipa Santos, Tiago Pereira, e António Oliveira das Neves. 2011. *Estudo de avaliação externa dos percursos pós-formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no sistema nacional de qualificações*: IESE.
- PERISTA, Pedro, e Isabel Baptista. 2010. A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Forum Sociológico* n.º 20: 39-46. Lisboa: CESNova.

- 2012. Pobreza em Portugal: retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso, *Revista Angolana de Sociologia* nº 9 (Junho de 2012). Luanda: SASO/Edições Pedago.
- SAINT-MAURICE, Ana, Sónia Costa, Vanessa Palma Pereira, Isabel Guerra, e Cristina Roldão. 2013. *Avaliação externa do Programa Escolhas 2010-2012*. Lisboa: Dinâmia/CET.
- WEISS, CAROL. 1995. Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-Based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families. In *New Approaches to Evaluating Community Initiatives*. Edição de J. Connell, A. Kubisch, L. Schorr e C. Weiss. Washington DC: Aspen Institute.

A PROCURA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL COMO REVELADOR DA POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Francisco Branco*

O RECURSO À ASSISTÊNCIA COMO REVELAÇÃO DE VULNERABILIDADES REALIZADAS

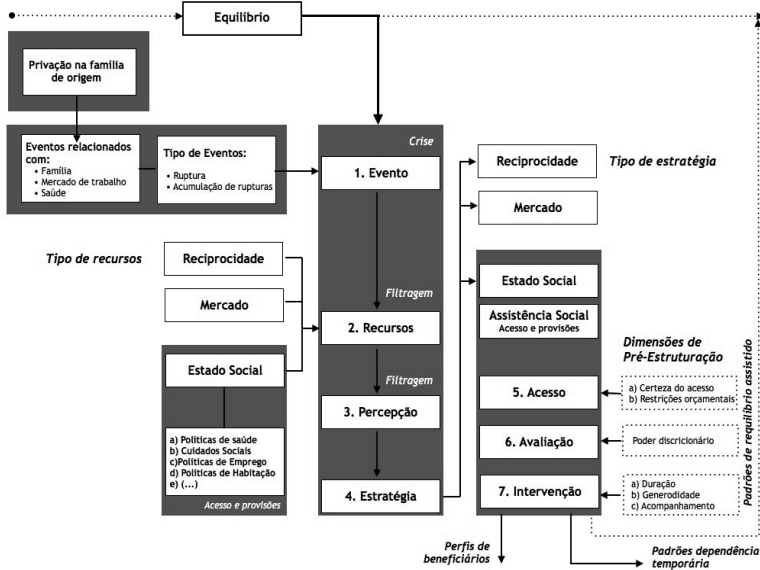
A possibilidade de se construir como indivíduo, e assim regular a sua própria vida e autonomia requer, nas atuais circunstâncias de uma socialização individualizada (Soulet, 2006: 5), capacidades de promoção, gestão e realização de si, de reflexividade, de capitais sociais e recursos económicos que não estão ao alcance de todos os cidadãos. É assim pertinente retomar a formulação de Castel (2009) de que a modernidade tardia produz dois novos perfis emergentes de indivíduos hipermodernos: «os indivíduos por excesso» e os «indivíduos por defeito», inscrevendo-se nesta última categoria todos aqueles que experimentam a dificuldade e a impotência de se realizarem enquanto indivíduos.

O recurso à assistência social é, neste registo, uma revelação de vulnerabilidades realizadas resultantes quer: 1) do cumprimento de um “destino” de pobreza, pela exposição precoce e de longa duração a contextos de pobreza e exclusão; 2) de eventos críticos que desorganizaram o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos, devido a uma situação de rutura e/ou instabilidade nas relações de trabalho, a ruturas familiares, ou à fragilização decorrente da situação de saúde; 3) de uma acumulação de eventos críticos geradores de

* ICEDH – Centro de Estudos Para o Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa.

uma trajetória descendente em termos de posição social (Garcia e Kazepov, 2002). (cf. Figura 1)

Figura 1: Dinâmica do processo social e institucional de construção da assistência social



Fonte: Adaptação (Saraceno, 2002: figura 4.2)

Noutro plano, o dos recursos individuais, tornar-se ou manter-se como beneficiário da assistência social é igualmente a revelação de um défice e/ou bloqueio dos capitais experienciais e disposições requeridas para um agir individualizado, cuja atualização e mobilização é requerida para operar um ajustamento aos constrangimentos e um aproveitamento das oportunidades proporcionadas (Soulet, 2008). Mas, como assinala Pattaroni (2002: 110-113), a capacidade de responder às expectativas de uma «sociedade de indivíduos» supõe um conjunto de competências práticas fundamentais quer à sua inserção social, quer à reintegração num espaço comum de dignidade. Nesta perspetiva as competências práticas requeridas para participar «normalmente» na sociedade não residem exclusivamente na pessoa, mas estão dependentes do contexto nas quais se situam. Tra-

ta-se, deste modo, de uma visão que concebe as competências que na atualidade constituem a matriz de reconhecimento subjacente às políticas públicas numa perspetiva relacional e estreitamente articulada com as diferentes formas de (re)construção dos laços sociais.

Nestes termos, a relação de assistência é concebida como um processo de (re)construção das competências do «indivíduo» apoiado nas qualidades das pessoas e inscrito numa lógica de (re)construção dos laços sociais. O que pressupõe um conjunto de recursos materiais, relacionais e discursivos para promover a pessoa à condição de indivíduo, ou seja, capaz de realizar escolhas por si próprio, de estabelecer compromissos, de gerir as exigências que lhe são colocadas pelos outros e pela sociedade, de desempenhar um papel. Assim, é na perspetiva dos apoios (recursos materiais) e da adequação do acompanhamento (recursos relacionais) requeridos pela (re)construção do «sujeito» que nos importa analisar a «performance» dos dispositivos de assistência social.

A DINÂMICA DOS DISPOSITIVOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FACE AO CRESCIMENTO DOS RISCOS SOCIAIS E INCERTEZA

Os estudos sobre a dinâmica dos dispositivos de assistência social e designadamente sobre os tempos de permanência tendem a privilegiar, quer as explicações associadas aos perfis dos beneficiários, ainda que adotando diferentes modelos explicativos (modelo da escolha racional/*rational choice*, modelo baseado nas expectativas, modelo cultural), quer as explicações baseadas nos fatores institucionais dos próprios sistemas de assistência, quer ainda as dimensões contextuais, designadamente as características das políticas locais e das dinâmicas dos mercados de trabalho, procurando-se neste artigo uma articulação entre estas diferentes lógicas de análise, combinando quer a determinação da estrutura, quer a influência da agência, quer ainda a relevância das dimensões institucionais e contextuais na compreensão da dinâmica dos dispositivos de assistência social.

A investigação sobre os regimes de assistência social conheceu um desenvolvimento tardio face à ênfase colocada pelos investigadores das políticas sociais nas macro regulações dos sistemas de *welfare* e nos modelos de *welfare state*. Na última década no entanto têm-se

assistido a um crescente interesse por uma abordagem dos regimes de assistência enquanto formas de estruturação da regulação da pobreza e exclusão social por parte dos diferentes Estados e comunidades.

É nesta linha que se revela pertinente mobilizar, quer as perspectivas analíticas, quer os resultados empíricos de alguns estudos que vêm analisando o papel dos dispositivos institucionais de assistência social no suporte aos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Saraceno (2002) as diferenças em termos de número e perfis dos beneficiários da assistência social podem ser explicadas (critério *ceteris paribus*) pelo desenho institucional dos esquemas de assistência social em conjunto com o sistema de proteção social. Os estudos empíricos evidenciam que as estratégias individuais tendem a refletir o desenho institucional: perfis caracterizados por um alto grau de marginalidade e exclusão ocorrem nas situações em que os mecanismos de seleção são mais apertados (caso típico dos países da Europa do Sul), ao passo que regimes com critérios de elegibilidade mais abertos dão origem a perfis mais heterogêneos dos beneficiários.

Esta componente dos dispositivos de assistência social atua então como um elemento de filtragem dos beneficiários condicionando, quer o perfil dos beneficiários, quer as perspectivas de permanência e saída dos dispositivos públicos de apoio social. Na verdade, no primeiro caso, uma lógica muito seletiva dos beneficiários da assistência conduz a que estes cidadãos tendam a apresentar perfis sociais caracterizados por um baixo nível de recursos pessoais requeridos pela construção da autonomia e por isso tendam a permanecer por períodos longos na condição de beneficiários. Pelo contrário, nos regimes de recorte mais universalista, os perfis encontrados são mais heterogêneos e existe por isso uma maior probabilidade de estes beneficiários permanecerem por períodos mais curtos nestes dispositivos uma vez que dispõem de recursos e capitais ativáveis significativos. Estamos assim face do designado efeito *means-test* (Gustafsson *et al.*, 2002: 183) com importantes impactes na construção social do público da assistência, ou dito de outro modo: quanto mais seletivos e menos generosos são os dispositivos de assistência social, mais beneficiários é provável que sejam iniciados em trajetórias de dependência de longo termo, se não

existirem regras relativas à duração da atribuição dos apoios assistenciais (Saraceno, 2002).

Estabelece-se deste modo uma estreita articulação com uma outra característica relevante no desenho institucional dos regimes de assistência social a qual se reporta ao período de duração consignado às prestações e benefícios assistenciais¹. O designado efeito «constrangimento de tempo» opera uma diferenciação muito significativa entre os regimes, e que aqui nos interessa sobretudo pela sua relação com as carreiras de assistência dos beneficiários.

Uma primeira distinção assinala-se entre regimes orientados pela lógica da necessidade, que em regra não estabelecem limite temporal para a duração dos benefícios assistenciais conquanto persista a necessidade, e os regimes nos quais o direito a um rendimento mínimo ou apoio pecuniário assistencial tem uma duração pré-determinada. No entanto, o impacto desta dimensão nas carreiras dos beneficiários da assistência social não pode ser analisado isoladamente. Assim, verifica-se que, de um modo geral, os regimes sem limite temporal na atribuição de benefícios coincidem com os dispositivos mais seletivos e menos generosos e deste modo tendem a induzir períodos longos de permanência dos beneficiários nos dispositivos de assistência. Impõe-se no entanto uma análise mais cuidadosa no que respeita aos regimes de duração predeterminada nos quais a permanência dos beneficiários tende a ser de curta duração. Nestes casos a literatura (Saraceno, 2002) indica que uma duração curta pode estar relacionada com: i) o efeito do sistema de «deveres dos beneficiários»; ii) o efeito «recursos de apoio à saída da assistência social», e ainda iii) o efeito de «pressão para a saída dos beneficiários da assistência» desenvolvido pelos trabalhadores sociais e administração social (Stewart, 1999; Hvinden, 1999; citados por Gustafsson *et al.*, 2002: 183). Tal significa que a duração do(s) período(s) de assistência deverá ser analisada por relação à efetividade dos programas de assistência social, não nos estritos termos do «efeito de saída» mas, quanto ao seu

1 Utiliza-se a designação de prestações e benefícios assistenciais de forma genérica e abrangente, incluindo quer medidas de garantia de rendimentos no âmbito dos regimes de protecção social de cidadania (rede de protecção social não contributiva e universal), quer apoios económicos e materiais atribuídos no âmbito da rede de assistência social clássica (rede de protecção social discricionária) (Branco, 2001: Figura 3.3., p. 134).

impacte na suspensão e inversão de situações e trajetórias de pobreza e vulnerabilidade.

A boa articulação entre a política de assistência social e as políticas ativas de emprego² e a qualidade destas surgem como fatores com impacte significativo nas carreiras de assistência social, reduzindo os períodos de permanência, contribuindo para a valorização dos capitais sociais e culturas dos cidadãos beneficiários, potenciando a sustentabilidade da retoma da autonomia económica e existencial ou prevenindo a estigmatização social e a deterioração do capital humano gerado por uma assistência de longa duração. Assim, estes programas «oferecem a oportunidade de enriquecer ou manter competências, experimentar diferentes possibilidades, e evitar permanecer numa solução de “equilíbrio assistido”» (Gustafsson *et al.*, 2002: 232). Pelo contrário, os períodos longos de permanência na assistência social serão o efeito, quer da ausência de políticas activas de emprego eficazes, quer das estratégias dos beneficiários que, face à baixa generosidade dos benefícios assistenciais, procuram combinar as prestações assistenciais com os recursos provenientes de empregos informais, dando origem a um *mixed use of welfare resources and informal jobs* (Gustafsson *et al.*, 2002: 231) que tende a reproduzir-se num círculo pouco virtuoso. Esta situação, se por um lado revela que estes beneficiários mantêm alguns contactos com o mercado de trabalho e não se encontram por isso totalmente excluídos desta importante dimensão da integração social, por outro limita de forma muito significativa as oportunidades de diversificação das experiências de inserção laboral e de valorização de competências, tanto mais importantes quanto estamos em face de beneficiários com perfis sociais caracterizados por baixos recursos pessoais.

No ponto de vista que nos interessa privilegiar, importa sublinhar que não parece ajustado eleger como indicador de autonomia económica e existencial dos beneficiários de programas assistenciais a existência de episódios curtos («efeito de saída») pois o fim do recurso à assistência social não significa necessariamente que a situação económica dos beneficiários tenha melhorado em consequência destes terem encontrado via(s) alternativa(s) de obtenção

2 Veja-se projecto ESOPPO – *Evaluation of Income Support Policies at Local Urban Level*, 2002), no que se refere à análise de diferentes regimes locais de regulação da pobreza tendo por base cidades de diferentes países europeus, incluindo Portugal.

de recursos, podendo mesmo ocorrer um agravamento da situação de vulnerabilidade dos cidadãos beneficiários, podendo conduzir os requerentes a retornar aos dispositivos de assistência uma vez que não dispõem de tempo suficiente ou de recursos para desenvolver estratégias adequadas de autonomia (Gustafsson *et al.*, 2002).

A existência de episódios curtos de assistência social pode também ocorrer em virtude do designado «efeito dos deveres dos beneficiários». O tipo de deveres dos beneficiários varia no entanto consideravelmente entre os diferentes regimes de assistência podendo consistir na procura formal de emprego junto das agências públicas de emprego, na aceitação de algumas propostas de trabalho, na frequência de cursos de formação, ou na participação em atividades de integração social.

Observando-se uma tendência geral no sentido do balanceamento entre direitos e deveres dos beneficiários dos programas de assistência social, podem identificar-se lógicas de ativação com assunções distintas. Assim, nuns casos pode prevalecer uma «lógica de prevenção» da passividade e dependência dos beneficiários, enquanto noutros funciona uma «lógica de merecimento» questionando-se até que ponto os beneficiários em idade ativa e com capacidade de trabalho são totalmente merecedores de ver reconhecido o seu direito a receber prestações assistenciais, tendendo neste caso a impor-se a existência de uma contrapartida.

Como a literatura assinala, a lógica da contrapartida pode ser muito ambígua e formal conduzindo a que programas de formação, emprego apoiado ou outras modalidades possam constituir mais formas de controlo e ocupação dos beneficiários do que medidas relevantes para a integração profissional (Bonny e Bosco, 2002; Branco, 2001).

Uma vez mais importa sobretudo analisar de que modo a interpretação e aplicação do princípio da obrigação, se traduz em medidas com um efeito positivo em termos da melhoria da situação dos beneficiários e em termos do desenvolvimento das suas capacidades de autonomização, o que nos reconduz de novo à questão da relevância das políticas sociais ativas, ou de modo mais específico à questão da qualidade das medidas de ativação. Assim, e de acordo com Bonny e Bosco (2002), três aspetos parecem assumir uma particular relevância:

- i) o nível de apoio (para além do plano monetário): variedade e adequação do apoio proporcionado tendo em vista a melhoria da situação dos beneficiários, quer em termos sociais, quer em termos psicológicos, quer ainda de formação e qualificação profissionais;
- ii) o grau de efetividade: grau de utilidade dos programas para conduzir à autonomização dos beneficiários da assistência social (e de um modo mais geral da superação da situação de pobreza);
- iii) o nível de personalização do acompanhamento: grau de sofisticação do modo como se processa a adequação da ajuda às situações individuais (condição essencial do sucesso da integração).

Em síntese, foi identificado um conjunto diversificado de aspetos com influência no impacte dos dispositivos de apoio social, designadamente nas carreiras de assistência social dos beneficiários dessas medidas. Os contributos mobilizados não autorizam o estabelecimento de relações lineares de causalidade entre os diferentes fatores considerados, antes enfatizando a interação entre estes diferentes aspetos. No entanto, nas pistas que vimos explorando, é assinalada, quer a preponderância dos contextos locais nas suas dimensões demográficas, socioeconómicas e institucionais, traduzidas no conceito de *local welfare system*, o qual influencia de forma significativa não só os recursos que podem ser usados para enfrentar os riscos de empobrecimento, quer os recursos que podem ser ativados pelos próprios beneficiários. Articulam-se aqui várias dimensões entre as quais se destacam as políticas sociais ativas, aí incluindo as políticas locais de emprego.

OS REGIMES LOCAIS DE INSERÇÃO E AS OPORTUNIDADES DE RECONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Numa pesquisa de 2001, a equipa da MATISSE³ explora as lógicas locais de interação entre mercado de trabalho, mínimos sociais e proteção no desemprego no contexto local evidenciando que as práticas dos beneficiários podem ser compreendidas de uma forma mais complexa se não se reduzir a análise à consideração da sua racionalidade

3 Unidade I&D do *Centre National de Recherche Scientifique* e da Universidade Paris I

individual e se levarem em linha de conta as interações em jogo entre as dimensões institucionais, as estruturas político-administrativas e os atores.

Assim, a análise centrada na racionalidade dos beneficiários da assistência social não toma em consideração as características do mercado de trabalho local (volume e estrutura do emprego), as quais se vão refletir não só sobre os cidadãos que serão abrangidos, mas também nas estratégias selecionadas pelos atores institucionais responsáveis pelas medidas de acompanhamento social. Deste modo, quer a reinserção no mercado de trabalho, quer a saída dos dispositivos de garantia de rendimentos e de apoio social, diferenciam-se em função do grau de mobilização dos atores sociais em torno das iniciativas de inserção e sua orientação para determinados perfis de beneficiários segundo critérios variados (relativos à eficácia, necessidade, mérito, etc.). É nestes termos que a noção de regimes locais de inserção revela o seu potencial analítico, enquanto tradução da expressão diferenciada segundo os territórios das múltiplas interações entre contexto socioeconómico, prática dos atores institucionais, tipo de mercado de trabalho e características dos beneficiários (Bouchoux et al., 2004).

A pesquisa empírica realizada em diferentes contextos locais, pôs em evidência quatro grandes tipos de regimes locais de inserção (relativamente ao RMI – *Revenue Minimum d’Insertion*⁴), cuja distribuição territorial varia de modo considerável, refletindo a diversidade das interações referidas:

- i) O RMI como rendimento de existência: nestes casos a inserção profissional, a procura de emprego ou a orientação profissional é baixa. O acompanhamento privilegia o campo da ação social. O grupo de beneficiários respeita sobretudo aos «inativos pobres»;
- ii) O RMI como subsídio de desemprego: as ações de inserção centram-se na procura de emprego sem acompanhamento e na formação profissional. O grupo beneficiário é composto no essencial por «pessoas à procura de emprego e sem indemnização de desemprego»;

4 Dispositivo francês que inaugura uma nova geração de políticas de garantia de rendimento na Europa, equivalente e inspirador do Rendimento Mínimo Garantido criado em Portugal em 1996, e que, no entretanto, foi substituído em 2009 pelo RSA – *Revenu de Solidarité Active*.

iii) O RMI como complemento salarial: o carácter diferencial da garantia de rendimentos e as disposições de incentivo à retoma do emprego dão lugar as situações temporárias ou duráveis (trabalho a tempo parcial) em que se acumula a condição de beneficiário e de trabalhador ativo. Os beneficiários nesta condição são sobretudo «trabalhadores pobres ou em trajetórias de precariedade»;

iv) O RMI como rendimento transitório⁵: a inserção é orientada para o acesso a empregos apoiados ou protegidos no mercado social ou para a formação e caracteriza-se por uma levada rotatividade entre entrada e saída do dispositivo.

PROCURA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL: ASSISTÊNCIA DE LONGA DURAÇÃO MOTIVADA PELA VULNERABILIDADE NA ESFERA DO TRABALHO E CONDIÇÃO DE SAÚDE ⁶

Os principais motivos que estão na base da procura dos serviços de assistência social são diversos e estão frequentemente relacionados. Cerca de um terço dos beneficiários recorre a estes serviços por motivo de perda de trabalho ou desemprego (29,8%). As questões do foro da saúde surgem como o segundo principal motivo da relação com a assistência social, com um peso relativo aproximado à perda de trabalho ou desemprego (27%). A insuficiência das prestações sociais, principalmente por força dos baixos valores das pensões de velhice, invalidez ou sobrevivência representam 13,2%. Eventos críticos na esfera das relações familiares, como a principal razão da procura do apoio, verificam-se em 12% dos utentes inquiridos (Quadro 1).

5 Num trabalho publicado mais tarde (Bouchoux *et al.*, 2004) os autores consideram apenas três regimes locais de inserção, tendo abandonado o designado regime de rendimento transitório

6 A análise ensaiada neste tem base um inquérito por questionário a 600 utentes do serviço de atendimento social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aplicado no âmbito de um estudo realizado pelo CET/ISCTE e CESSS/UCP em 2009, o qual constitui a fonte dados quadros e figuras apresentados.

Quadro 1: Motivo principal da procura da assistência social, 2009

Motivo	N	%
Perda de Trabalho ou Desemprego (PTD)	179	29,8
Doença / Problemas de Saúde do próprio ou dos familiares (DPS)	162	27,0
Insuficiência de prestações e serviços sociais (IPSS)	79	13,2
Questões de ordem familiar (separação, divórcio ou outras) (QF)	72	12,0
Redução ou Insuficiência do salário ou rendimentos (RISR)	26	4,3
Outras Razões	20	3,3
NS/NR	62	10,3
Total	600	100,0

Fonte: Questionários aos utentes do atendimento social da SCML, 2009, CET-SCML.

Assim, as razões que estão na base da procura da assistência social são consistentes com as hipóteses avançadas pela literatura e estudos empíricos que apontam os eventos críticos que desorganizaram o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos, devido a uma situação de rutura e/ou instabilidade nas relações de trabalho, a ruturas familiares, ou à fragilização decorrente da situação de saúde, como vetores essenciais para a compreensão das dinâmicas de vulnerabilidade social que estão na base do recurso à assistência social (Garcia e Kazepov, 2002).

Não se dispondo de dados que permitam construir uma série cronológica e assim observar a dinâmica da procura da ação/ assistência social no tempo, e assim estabelecer um padrão comparativo entre a situação agora observada e aquela que terá ocorrido em períodos anteriores, parece poder sustentar-se que, quer as razões associadas à condição de saúde, quer a pobreza monetária decorrente das baixas pensões em Portugal, que em conjunto explicam 40 % da procura, são consistentes com a designada pobreza tradicional, característica que emerge como a mais vincada no perfil dos utentes do principal serviço de assistência social na cidade de Lisboa.

A perda de trabalho/ desemprego, afeta de modo mais incisivo os grupos etários mais novos e os desempregados, enquanto que as ruturas e problemas familiares surgem, do mesmo modo, mais representados entre os grupos etários mais jovens, e distribuem-se

de forma proporcional entre os empregados e desempregados. De modo distinto, os problemas de saúde e a insuficiência de prestações sociais concentram-se nos grupos etários mais velhos e entre os reformados. Finalmente, a redução ou insuficiência de rendimentos, distribui-se de forma quase proporcional entre empregados, desempregados e reformados. (cf. Quadro 2)

Quadro 2: Motivo principal da procura da assistência social por grupos etários (%)

	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65-74	≥75	Total
Perda de Trabalho ou Desemprego	3,8	24,0	29,8	26,9	9,6	4,8	1,0	100
Doença / Problemas de Saúde do próprio ou dos familiares		5,9	11,8	20,2	21,8	21,0	19,3	100
Insuficiência de prestações e serviços sociais	5,9	8,8	17,6	5,9	5,9	25,0	30,9	100
Questões de ordem familiar (separação, divórcio,...)	15,0	25	26,7	15,0	5,0	10,0	3,3	100
Redução ou Insuficiência do salário ou rendimentos		14,3	9,5	4,8	19	38,1	14,3	100
Outras Razões		31,3	12,5	12,5	12,5	6,3	12,5	100
Total	5,7	14,9	19,8	17,5	12,6	16,0	13,4	100

Fonte: Questionários aos utentes do atendimento social da SCML, 2009, CET-SCML.

Confirma-se, assim, a diversidade de razões e de perfis de procura dos serviços de assistência social que vão desde as situações de desemprego até aos perfis de pobreza tradicional, uma vez que estamos face a pessoas reformadas e incapacitadas para o trabalho, que procuram apoio social tendo por base problemas de saúde e insuficiência de prestações sociais, bem como trabalhadores pobres, utentes empregados, mas cujos salários e/ou rendimentos

se revelam insuficientes para fazer face às suas necessidades ou das suas famílias.

Estes dados permitem no entanto identificar um perfil de utentes menos tradicional, com peso transversal aos vários escalões etários que procuram estes serviços alegadamente por motivo de perda do emprego ou desemprego. Não dispondo de todas as informações necessária para uma análise aprofundada, este grupo revela ser frágil e com uma não continuada relação com a esfera do trabalho, entendida em termos de uma relação prolongada de inserção no «mercado de normal de trabalho», emergindo sobretudo uma relação caracterizada pela intermitência e informalidade.

Considera-se que o aumento do desemprego que se vem registando nos últimos anos pode explicar uma parte, eventualmente acrescida, da procura da assistência social, mas a análise global dos dados recolhidos faz distanciar esse grupo do que a nível europeu se vem designando de “novos pobres”. Estamos antes perante perfis que teriam até agora uma relação, mesmo que intermitente, sempre continuada com o mercado de trabalho e cuja fragilidade de competências não permitem hoje a sua continuação. Note-se, no entanto, que neste grupo estão alguns utentes com qualificações superiores, mas com dificuldades de inserção no mercado de trabalho atual.

À luz de toda a informação recolhida parece mais plausível admitir que se estará em presença de grupos sociais maioritariamente de baixo estatuto social e laboral⁷ com uma relação intermitente com o mercado formal de trabalho e/ou uma inscrição predominante no mercado informal de trabalho, que as características do contexto de desemprego estrutural e subida do desemprego conjuntural associado à crise económica arrasta para a linha de pobreza.

7 Algumas pesquisas realizadas em Portugal nos últimos anos designam este grupo de «famílias sandwich» situando-as no limiar da pobreza o que as exclui das políticas sociais para os mais pobres, mas não lhes permite uma vida sem dificuldades pelo que qualquer evento mais significativo que implica a perda de rendimentos ou despesas acrescidas tem um efeito crítico arrastando-as para baixo da linha de pobreza (Tese/CET-ISCTE, 2009)

Quadro 3: Período de permanência enquanto beneficiários da assistência social

Episódios de Assistência Social		N	%
Curta duração (CD)	Até 1 ano	188	31,3
Média duração (MD)	Entre 1 e 2 anos	117	19,5
Longa duração (LD)	Entre 2 e 5 anos	147	24,5
Muito longa duração (MLD)	Entre 5 e 10 anos	61	10,2
	Mais de 10 anos	20	3,3
NS/NR		67	100,0
Total		600	

Fonte: Questionários aos utentes do atendimento social da SCML, 2009, CET-SCML.

Esta diversidade de perfis não esconde que a maioria dos utentes dos serviços de assistência social apresentam, quer uma duração longa em termos médios, quer valores elevados para os episódios de longa duração (LD=25 %) e de muita longa duração (MLD= 13,5), os quais, conjuntamente, totalizam 38 %. Mas, isso não obsta a que 31,3 % sejam beneficiários de programas e serviços assistenciais há menos de um ano (cf. Quadro 3). Na categoria de mais curta duração (CD) 11,2% dos inquiridos tinha a condição de utente da SCML por um período igual ou inferior a 6 meses e 20,2% por um período que se situa entre os 6 meses e um ano, totalizando no conjunto 31,3%.

Apesar de os dados apurados pelo questionário aos utentes não permitirem apurar o período de duração do primeiro episódio de recurso ao serviço, o inquérito revela que com apenas 20% dos inquiridos ocorreram interrupções na sua trajetória de relação com este serviço de assistência, o que permite confirmar as características já assinaladas no que respeita às suas trajetórias de assistência social.

Assim, e em síntese, observa-se uma duração média de longa duração e uma forte polarização entre os beneficiários no que se refere à duração da relação de assistência: num pólo, aproximadamente 1/3 dos beneficiários com uma experiência tendencialmente curta de permanência nos dispositivos de assistência social (31,5%) e, no outro pólo, utentes com longas e muito longas permanências enquanto beneficiários da assistência social (38%). Se a existência de um contingente significativo de utentes que permanece por perío-

dos curtos neste dispositivo de assistência é um factor aparentemente positivo perante os quais o dispositivo de apoio social cumprirá uma função de apoio e suporte necessário ao seu reequilíbrio, já a existência de mais de um 1/3 de utentes que permanece por um período longo na condição de beneficiários é duplamente crítica. Por um lado, a persistência da necessidade de apoios sociais dos serviços de assistência social revela a exposição destes cidadãos a situações de vulnerabilidade social a qual, sem prejuízo do efeito compensatório ou redutor que possa ser exercido pelos apoios sociais, não deixa de se traduzir em muitas circunstâncias na persistência da pobreza e em sofrimento social. Por outro lado, a presença prolongada em dispositivos de assistência social traduz-se, em muitas situações, quer numa deterioração de competências sociais e desatualização de competências profissionais, quer em sentimentos de auto-desvalia e perda de confiança. Ainda que importe analisar, de forma mais fina, o perfil, trajetória e disposições destes cidadãos, que de forma mais prolongada permanecem na condição de assistidos, este aspeto não pode deixar de merecer uma particular atenção uma vez que necessariamente interroga, do lado dos dispositivos institucionais de assistência social e políticas públicas, as fragilidades de uma política de reconhecimento social (Breviglieri, 2008) e a qualidade e eficácia das medidas promotoras de uma saída positiva, generativa, dos cidadãos da condição de assistidos.

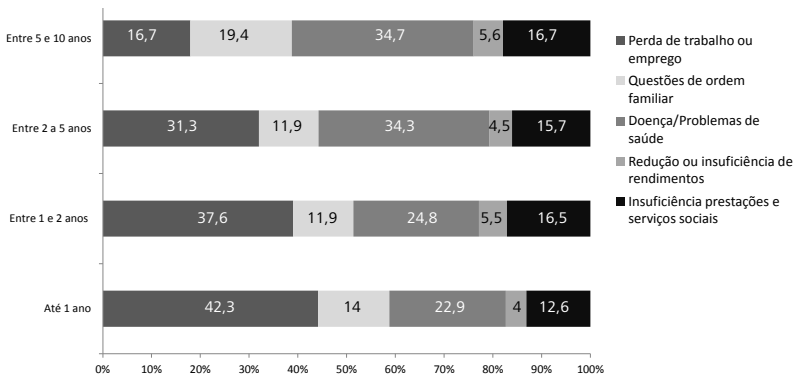
O tempo de permanência na qualidade de utente destes serviços varia de acordo com as características sociodemográficas dos beneficiários. Assim, quanto maior é a escolaridade, menor é o período de tempo em que estes utentes recebem apoio assistencial: 21,3% dos utentes que estão há menos de um ano no dispositivo de assistência têm o ensino secundário e 29,8% o 2º ou 3º ciclo do ensino básico, enquanto que os utentes que permanecem por períodos longos ou muito longos são os que apresentam os valores mais elevados entre os que não sabem ler nem escrever ou apenas sabem ler e escrever.

Os mais velhos tendem a ficar mais tempo no dispositivo de assistência social, apesar da associação entre estas duas variáveis ser fraca ainda que estatisticamente significativa. Por outro lado, tendem a ser os indivíduos reformados ou em situação de invalidez permanente que registam um período de contacto mais prolongado (MLD) com o Serviço de Atendimento Social, ainda que os desempregados estejam

representados em todos os demais períodos de permanência considerados assumindo nalguns casos o valor mais elevado.

A perda de trabalho ou desemprego, em primeiro lugar, e os problemas de saúde, em segundo lugar, são os principais motivos que estão na base da procura deste serviço com menor duração de apoio, representado aproximadamente 2/3 dos casos.

Figura 2: Tempo de duração do apoio segundo o motivo principal da procura da assistência social (%)



Fonte: Questionários aos utentes do atendimento social da SCML, 2009, CET-SCML.

A figura 2 permite observar que o peso relativo destes dois motivos inverte-se, nas situações de longa duração assumindo as questões de saúde uma maior preponderância relativa, aspeto que se acentua no que se refere aos motivos da procura dos beneficiários que permanecem como utentes do serviço por um período de muita longa duração. Nestes casos as questões de ordem familiar e a insuficiência de prestações e serviços sociais surgem relativamente a par da perda de trabalho como motivos principais da procura. Assim, se os eventos e incidentes críticos na esfera do trabalho são preponderantes na procura de recurso à assistência social por curta duração e média duração, enquanto as situações de doença assumem a principal relevância na permanência na condição de utentes por períodos de longa e muito longa duração, observa-se que as questões de ordem

familiar, a insuficiência de prestações e serviços sociais e a redução ou insuficiência de rendimentos apresentam um peso relativamente independente da duração da condição de beneficiário dos serviços.

Numa visão de síntese sobre a relação com a assistência social é possível identificar perfis distintos de utentes se tivermos em conta, quer os motivos da procura da assistência social, quer a condição de beneficiários no tempo e as suas disposições subjetivas.

Um importante perfil dos beneficiários da assistência social, analisada a partir do serviço estudado, é constituído por idosos reformados e pessoas em situação de invalidez permanente, que apresentam trajetórias longas enquanto utentes, que procuram este serviço por insuficiência das suas reformas e pensões e para os quais os apoios sociais que nesta condição desfrutam são essenciais à sua sobrevivência. Poderíamos designar este grupo, seguindo Bouchoux *et al.* (2004) de «inativos pobres».

Um segundo perfil de utentes é constituído por pessoas cuja procura dos serviços de assistência social radica em problemas de saúde que obstaculizam ou impedem a sua inserção no mercado de trabalho normal, em número significativo constituído por mulheres, e que apresentam igualmente face ao grupo anterior trajetórias longas enquanto utentes.

Um terceiro perfil é constituído por indivíduos dos grupos etários mais jovens, com uma relação de intermitência com o mercado de trabalho e/ou informalidade e com trajetórias de curta e média duração de relação coma assistência;

Um quarto perfil é constituído pelos trabalhadores pobres (*working-poor*) que apesar da sua inserção laboral auferem baixos salários e/ou salários insuficientes para fazer face às suas necessidades e das suas famílias e que apresentam uma relação com os serviços de assistência social caracterizada pelo facto de estarem representados, quer nos episódios de curta duração, quer nos de média e mesmo longa duração.

PISTAS PARA UMA RECALIBRAGEM DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO COMBATE À POBREZA

Em termos gerais, os resultados deste estudo da procura da assistência social, tendo como observatório a cidade de Lisboa, recomendam uma ponderação aprofundada sobre a lógica de funcionamento dos dispo-

tivos de assistência social em Portugal e a sua efetividade na prevenção da dependência no tempo e promoção da autonomia material e existencial dos cidadãos-beneficiários.

De modo mais particular, a verificação da existência de perfis tão significativamente diferenciados recomenda uma eventual recalibragem das orientações da política de assistência social, em articulação estreita com as demais medidas de política pública de âmbito nacional, e particularmente das medidas de proteção social de cidadania, de que são exemplo o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos. Assim, sem prejuízo de estudos mais aprofundados, os perfis apresentados justificarão medidas e orientações distintas. Para o primeiro perfil apurado, as medidas de apoio social deverão ser equacionadas como um *rendimento de cidadania* em articulação com as medidas e programas que contribuam para a elevação da qualidade de vida destes cidadãos. Para o segundo perfil, dever-se-ão equacionar, quer as medidas de apoio social de base não contributiva ou assistência social convencional, como um *rendimento de cidadania*, quer o reconhecimento de um *salário social* pelo trabalho não pago de cuidados sociais, quer ainda medidas e programas de qualificação pessoal e social na esfera dos cuidados sociais e parentais, e no domínio profissional. Para o terceiro grupo, os apoios sociais devem ser equacionados como um *rendimento transitório*, em articulação com programas de qualificação/formação pessoal, social e profissional orientados para a inserção no mercado de trabalho, enquanto que para o quarto grupo, os apoios sociais devem ser concebidos como *salário complementar* explorando-se as possibilidades de requalificação profissional do titular ou dos membros da sua família.

BIBLIOGRAFIA

- BONNY, Y., & Bosco, N. 2002. Income support measures for the poor in European cities. in C. Saraceno (Ed.). *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press: 81-126.
- BOUCHOUX, J., Houzel, y, & Outin, J.-L. 2004. Revenu minimum d'insertion et transitions : une analyse des inégalités territoriales. *Revue Française des Affaires Sociales*. 2004(4): 107-132.

- BRANCO, F. 2001. *A Face Lunar dos Direitos Sociais. Virtualidades e Limites do RMG como Direito de Cidadania em Portugal*. Doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo – Brasil.
- BEVIGLIERE, M. 2008. L'individu, le proche et l'institution: travail social et politique de l'autonomie. *Informations Sociales*. 145: 92-101.
- CASTEL, R. 2009. *La montée des incertitudes: Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil.
- GARCIA, M. & Kazepov, Y. 2002. Why some people are more likely to be on social assistance than others. in Saraceno, C. (Ed.). *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press: 127-17.
- GUSTAFSSON, B., Muller, R., Negri, N., Voges, W. 2002. Paths through (and out) social assistance. In C. Saraceno (Ed.). *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press: 173-234.
- MATISSE, 2001. *Les régimes locaux d'insertion – principes de justice et transitions sur la marche du travail des bénéficiaires du RMI*. Paris: Université Paris I.
- PATTARONI, L. 2002. Les Compétences de l'Individu. Travail Social et Responsabilisation. in V. Chatel & M.-H. Soulet (Eds.). *Faire face et s'en sortir* (Vol. 2). Fribourg: Editions Universitaires Fribourg Suisse: 107-114.
- SARACENO, C. 2002. Exploring social assistance dynamics. In C. Saraceno (Ed.). *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press: 1-34.
- SOULET, M.-H. 2006. Confiança e capacidade de acção. Agir em contexto de inquietude. in C. Balsa (Ed.). *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri: 25-47.
- SOULET, M.-H. 2008. La Vulnérabilité: un problème social paradoxal. In V. Chatel & M.-H. Soulet (Eds.). *Penser la Vulnérabilité*. Presses de l'Université du Québec: 65-88.
- Tese/Cet-Iscte. 2009. Necessidades em Portugal – Tradição e tendências emergentes – Resultados do Inquérito por Questionário (Junho de 2009). Disponível em http://tese.org.pt/assets/files/pdf/Relatorio_mq_questionário_Necessidades_em_Portugal.pdf

(ES)COLHE AS SEMENTES: IMPACTES DO PROGRAMA ESCOLHAS PERCECIONADOS PELOS JOVENS

Ana de Saint-Maurice* / Vanessa Palma Baptista**

INTRODUÇÃO

Este capítulo intenta, assumidamente, divulgar parte dos resultados empíricos obtidos no quadro da Avaliação Externa do Programa Escolhas/4ª Geração (2010-2012) tal como foram apresentados à entidade responsável pelo Programa – *Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural*. O relatório que serviu de base a este texto, tem como co-autoras Isabel Guerra e Sónia Costa, ambas investigadoras do DINAMIA-CET¹. O referido Programa que, à data, acumulava já dez anos de história, tinha como alvo da sua intervenção, crianças e jovens dos 10 aos 24 anos e definiu como áreas prioritárias de atuação, a inclusão escolar e educação não-formal, a formação profissional e a empregabilidade, a dinamização comunitária e cidadania, a inclusão digital, o empreendedorismo e capacitação.

A pertinência do Programa fundamenta-se na existência de um grupo alargado de pré-adolescentes e jovens cuja inserção na escola não foi de sucesso e cuja entrada no mercado de trabalho está prejudicada, não apenas pelas suas frágeis habilitações, como também pela escassez

* DINAMIA-CET – ISCTE-IUL

** DINAMIA-CET – ISCTE-IUL

1 O centro de investigação DINÂMIA-CET do ISCTE, foi responsável pela Avaliação Externa do Programa Escolhas-4ª Geração. Trata-se de um programa: i) com mais de 10 anos de intervenção, com uma evolução notória ao longo do tempo; ii) que abrangeu, ao longo das quatro fases, de 53 a mais de 130 projectos, atingindo um público-alvo de 6.000 a mais de 60.000 crianças e jovens

das ofertas de trabalho e de salário razoável que, por sua vez, os confrontam com as suas próprias perspectivas.

De facto, é cada vez maior, o número de jovens que, entre os 10 e os 22 anos, entram numa espécie de limbo social, onde a “galera” e a ausência de objetivos de longo prazo os torna uma “classe à parte” de *teenagers* que preocupa as famílias, as autoridades municipais, as escolas, etc.. Uma parte significativa destas crianças e jovens só mais tarde vai esboçar projetos de médio prazo, nomeadamente quando pretendem ter autonomia financeira para suportar o seu próprio alojamento ou encontrar um parceiro matrimonial e, nessa altura, vêem-se confrontados com 6/8 anos em que a ausência de investimento no seu próprio projeto os tornou “deserdados”.

Por outro lado, este conjunto de crianças e jovens, encontra-se cada vez mais à margem dos programas e das formas tradicionais de apoio das políticas públicas, quer em termos de estudo, de formação profissional quer de emprego, pois as suas características específicas não se adequam aos perfis formatados dessas políticas públicas, muito especialmente das políticas europeias desenhadas à distância a partir de pressupostos, mais ligados à competitividade do que à coesão social.

No diagnóstico realizado pelos projetos integrados no Programa Escolhas, a existência de um *défice* de competências pessoais e sociais associa-se a comportamentos de risco e a uma baixa participação cívica. Não se considere, no entanto, que estes jovens não têm competências e qualidades, mas estas emergem laterais às exigidas pelas instituições formais. A cultura, as formas hábeis de lidar com a sociedade, a capacidade de convivência, de organização e de resolução de problemas, a produção cultural própria, etc., não emergem como valores numa sociedade que pretende o conhecimento formal, a hierarquia formalizada dos mais novos e premeia a obediência mais do que a criatividade. Paradoxalmente, é o modelo da competitividade que reconhece esses valores das competências pessoais e relacionais como a nova necessidade de formação da cidadania e das profissões do século XXI.

A capacidade de interação positiva é um elemento emocional indispensável que torna possível à criança e jovem o relacionamento com as instâncias de socialização, sejam elas a família, o grupo de pares, a escola, a comunidade ou a cultura. O Programa Escolhas pretende um desenvolvimento integrado da criança e do jovem, através da construção positiva do seu desenvolvimento, incluindo competências

sociais, emocionais e cognitivas. Muitos esforços do programa procuram desenvolver capacidades para integrar sentimentos (competências emocionais), pensar (competências cognitivas) e agir (competências comportamentais), a fim de ajudar a criança a conseguir concretizar objetivos específicos que ela própria define e prossegue. Pretende-se ainda reforçar a competência moral como a habilidade de avaliar e responder às dimensões éticas, afetivas, ou sociais da justiça de uma situação.

O Programa Escolhas 4ª Geração decorre de um contexto experiencial que vem desde o primeiro programa em 2001. Poucos Programas em Portugal têm tido a duração do Programa Escolhas que, iniciado em 2001, vai hoje numa quinta fase, detendo pois mais de 12 anos de duração o que lhe confere um carácter particular mas, e sobretudo, lhe permitiu uma capacidade reflexiva que facilitou um sucessivo ajustamento às conjunturas históricas da última década afinando objetivos e públicos-alvo ao longo do tempo.

Na 4ª fase, o Programa, definido pelo despacho normativo nº27/2009 de 6 de Agosto, alarga o campo de intervenção, definindo com maior clareza as ações no âmbito da formação escolar e reforçando as áreas de formação profissional, empreendedorismo e capacitação. Este novo enfoque alarga um trabalho centrado nas crianças para o reforço de atenção a um público jovem numa grande multiplicidade de potenciais atividades.

No âmbito da avaliação externa que foi realizada, a estratégia metodológica adotada privilegiou uma diversidade de técnicas de recolha de informação, umas enquadradas por uma lógica extensiva (questionários, análise estatística dos indicadores da plataforma AGIL gerida pelo Programa) outras, por uma lógica intensiva (observação direta, conversas informais, entrevistas semi-directivas aos diversos atores envolvidos e análise documental exaustiva).

O objetivo específico deste capítulo centra-se não só, na avaliação que as crianças e jovens fizeram do Programa, sempre por via dos projetos que integravam, como também, nos impactes por eles percebidos. Destarte, interroga-se: Que méritos reconhecem ao Programa? Qual o significado da pertença ao universo Escolhas? Que ganhos são contabilizados? Que impactes têm estes projetos nas suas vidas, ainda curtas, mas que ocorrem em fases cruciais do seu desenvolvimento pessoal e social?

O texto organiza-se em duas partes a que correspondem conteúdos recolhidos e tratados por metodologias, se se quiser, polarizadas: a primeira traz informação coletada através de um inquérito por questionário, procura, por isso, abranger um maior número de testemunhos – cerca de 300 – que revelem tendências em termos da avaliação do Programa em diversas dimensões pouco complexas; a segunda parte, assente numa estratégia metodológica de natureza qualitativa, conta Histórias: *histórias de vida* cheias de uma singularidade que não se consegue sentir quando se atua recorrendo a metodologias mais extensivas. São “*histórias de vida*” que (in)esperadamente levam até ao substantivo que acompanha cada incursão no campo: *escolhas*. São vidas carregadas de contínuas *escolhas*; umas mais conscientes, outras menos. Umas feitas de forma mais autónoma, outras de forma mais automatizada. *Escolhas* que atuam de forma infinita e ininterrupta levando sempre a outras tantas, mais e mais *escolhas*. Não são projetos de vida com fim à vista, aqueles com que se depara quem ouve os jovens que acedem a “partilhar” as suas vidas. Não obstante a opção por esta organização, a primeira parte que faz a contabilização enfatizando ou desvalorizando significados, é ilustrada aqui e acolá com testemunhos dados no âmbito das histórias de vida. Procura-se colorir a aparente frieza dos números. Reforça-se a ideia de que as histórias de vida coletadas tiveram como objetivo ilustrar a informação recolhida nos estudos de casos, representando processos e dinâmicas de vida e, jamais, querendo alcançar a representatividade numérica dos universos intervencionados.

“ESTAR NO ESCOLHAS É UMA SORTE”

“É importante (estar integrado no Programa Escolhas) *no sentido do futuro. Porque aqui nós construímos um futuro e basta nós querermos. Temos apoio profissional e pessoal!*”²

Este é o registo do discurso direto de um dos jovens que contou a sua história de vida, história na qual o Programa Escolhas esteve presente. Alguns outros jovens subscreveriam aquele registo, outros não teriam capacidade reflexiva para o fazer, outros ainda pensariam de

2 De modo a respeitar o compromisso de anonimato da informação, não se menciona qualquer dado sociográfico que possa identificar os jovens entrevistados

forma diferente. Atente-se agora no que foi dito e não no que ficou por dizer.

A importância do Projeto³ na captação de alguns jovens que estavam em abandono escolar ou a meio caminho disso, é vivida na 1ª pessoa por este mesmo jovem:

“Eu chumbei, queria um curso, vim aqui, pronto, aconselharam-me... um amigo, a vir aqui (...). Eh não conheço aquilo... eu vou lá contigo, depois vieram...conheci a J., conheci a I., depois comecei a ir a acampamentos, porque vim ver o curso... mas depois no fim, disse... em casa dei tanto trabalho a eles que depois ‘ah não quero curso nenhum vou é fazer a escola, pelo menos até ao 9º ano’ e fiz.” [Os pais ficaram contentes por ter continuado a escola]

E porque um caso não ilustra o conjunto dos impactes percebidos pelos jovens, veja-se qual a percepção dos crianças e jovens quando questionados acerca das mudanças operadas pelo Programa Escolhas nos âmbitos escolar, familiar, relacional e num plano geral:

Quadro 1. Percepção dos efeitos da intervenção dos Projetos em diferentes dimensões da vida social das crianças e jovens

	Mudaram alguma coisa p/ pior (%)	Não mudaram (%)	Mudaram alguma coisa p/ melhor (%)	Mudaram muito p/ melhor (%)
Plano escolar	0,4	32,0	24,6	43,0
Plano familiar	0,3	43,5	29,9	26,3
Sociabilidade	1,3	39,2	21,5	38,0
Vida em geral	0,0	27,4	31,0	41,6

Fonte: Inquérito por questionário aos jovens, 2012

Os efeitos positivos mais evidentes – “as coisas mudaram muito para melhor” – situam-se ao nível das sociabilidades (38,0%) e da vida em geral (41,6%). Nesta última categoria caberão, certamente, aspetos difíceis de discernir ou nomear mas o que importa é a percepção do

3 Os jovens reportam-se ao Projeto ao qual estavam vinculados.

impacte genericamente apercebido e experienciado. Se a estes valores se adicionar aqueles relativos a “alguma melhoria” então concluir-se-á que para a larga maioria destas crianças e jovens, o Programa foi, de sobremaneira, vantajoso. Destaca-se a importância dos efeitos na vida escolar que, espera-se, tenha efeitos a médio senão, a longo prazo. O efeito dominó repercute-se, em tese, na auto-estima; na maior qualificação que incrementa a probabilidade de inserção no mercado de trabalho; na consequente autonomização e afirmação enquanto sujeito; etc..

O efeito mais imediato é na família. As mudanças não ocorrem apenas por via da melhoria no desempenho escolar – embora seja condição suficiente mas não necessária – mas também pela aquisição de competências pessoais e sociais. Para 56% as mudanças em casa foram positivas ou muito positivas:

“A minha mãe batia-me muito. Nessa altura, a minha mãe... sim, quando comecei a ser rebelde... a minha mãe, fogo...!” O pai era mais compreensivo. ... “(...) Depois bateu-me. Depois eu tinha a minha cadela que era a cocker, que era a N., ela gostava muito de mim, a única que dava-me mais atenção... quando viu que a minha mãe estava-me a bater ela ia mordendo à minha mãe se não fosse o meu pai”.

No campo das sociabilidades os efeitos também foram notados. Seis em cada dez declaram ter melhorado as suas relações eletivas (vd. quadro 1.)

“Houve pessoas que ficaram contentes com essa nova B⁴. “Aí já tinha melhores amigos, até...!”

A noção de que o comportamento conflituoso leva ao isolamento social é muito clara nesta jovem que fez um caminho de rebeldia, com efeitos dolorosos nos vários contextos em que se movia. Com a ajuda de uma professora e do Projeto arrepiou caminho:

“Eu gostava de ser como era. Mas tive que me fazer outra pessoa, para ter amigos”

4 Inicial do nome da entrevistada de modo a garantir o anonimato

As crianças e jovens foram igualmente solicitadas a avaliarem os impactes que o Programa Escolhas produziu nas suas vidas em geral. Não obstante a capacidade de abstração necessária para responder à pergunta, uma larga maioria ajuizou de modo muito positivo os impactes trazidos pelo Programa Escolhas, como anteriormente referido. Quer isto dizer que os restantes itens avaliados (escola, família e amigos) não esgotam as dimensões que lhes completam a vida:

Este é um resultado muito importante em todo este processo de avaliação: mais de 70% considera que a sua vida melhorou – objetiva e/ou subjetivamente – graças à intervenção dos projetos.

“Ajuda bastante porque eles ajudam-nos a escolher o que é que nós queremos... Vá faz lá um coisa de futebol pros putos: “És crescida, tens capacidades, faz lá isso...! (...) “Eles ajudam-nos bastante e mostram-nos que temos que ter responsabilidades” .

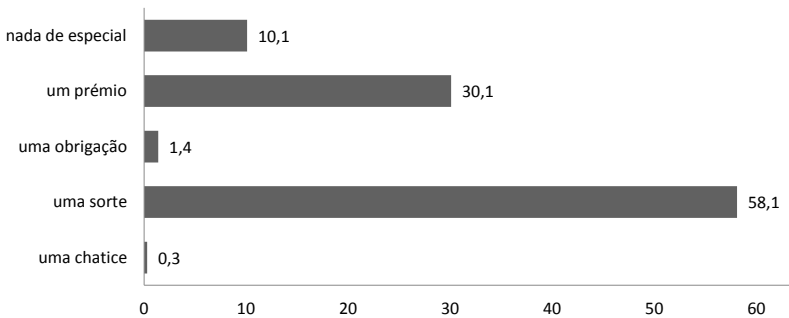
A força da intervenção, instrumentalizada pelo trabalho muito humanizado e afetivo dos técnicos, esforço reconhecido por todos os atores sociais contactados neste processo de avaliação, expressa-se no testemunho desta jovem:

“Muitos jovens agora estão em cursos e isso, não é por terem força de vontade, mas se não tivessem o apoio de fora, para levantar o ombro, para poder subir ainda se estava a enterrar mais”

Definitivamente, para os jovens-destinatários inquiridos, estar no Programa Escolhas⁵ é uma sorte! São 58% que o afirma. Se juntarmos a estes os 30% que consideram essa pertença como um prémio, então temos quase 90% a reconhecer o Programa Escolhas como uma dádiva. Um em cada cem não encontra “nada de especial” no facto de estar ligado ao Programa Escolhas. Veja-se o gráfico abaixo:

5 Quando da aplicação do questionário no terreno, verificou-se que uma boa parte dos jovens o Programa Escolhas não lhes é familiar mas sim o seu projeto.

Gráfico 1. “O que significa pertencer ao Programa Escolhas” (%)



Fonte: Inquérito por questionário aos jovens, 2012

HISTÓRIAS DE VIDA: QUANDO ESTAS SE CRUZAM COM ESCOLHAS

“Os cursos de vida são caminhadas nas quais os caminhos percorridos, conforme são percorridos, se vão enrolando sobre si mesmos, carregando-se nos dorsos dos caminhantes – de caminhos transformam-se em bagagens, em capital adquirido. O passado (tempo histórico) não é “passado” simplesmente porque não esteja já no presente – essa seria uma denominação extrínseca -, mas porque se reporta a um determinado conjunto de acontecimentos que passaram a um indivíduo e que este “carrega” no seu presente.

José Machado Pais, in “Culturas Juvenis”, p. 58

Os *cursos de vida*, vimo-los assim, tal e qual José Machado Pais os descreve⁶. Existiram encontros com quatro jovens que integram ou integraram Projetos promovidos pelo “Programa Escolhas”, tendo sido possível, à equipa, ter o privilégio de abrir e explorar algumas das *bagagens* de que fala o autor. *Bagagens* que se vão enchendo, multiplicando,

6 A escolha dos quatro jovens assenta na diversidade das características sociográficas (género, idade e etnia) e dos contextos sociais e territoriais que os enformam. Acresce a estes critérios a centralidade que os projetos têm na vida destes jovens: em dois casos eles são centrais e estruturadores ao ponto de, num dos casos, o jovem tornar-se animador do Programa Escolhas e, nos outros dois casos, o Programa não teve os impactes desejáveis. Quer-se com este critério, garantir a isenção e neutralidade por parte dos avaliadores.

refazendo e remexendo a cada dia e a cada passo importante das suas vidas. São *bagagens* onde, atrevidamente ou de forma mais técnica, pode dar-se uma arrumação, se se socorrer de “etiquetas” que, de modo mais imediato, remetam para a “Infância” e para “Adolescência”, para a “Família ou para a “Escola”, para “Lugares e Territórios” ou para o “Escolhas”. São *bagagens* que podem ver-se separadas, mas que os narradores nos oferecem sempre como um todo, preenchidas de acontecimentos e histórias que se misturam e interligam de forma coerente. Como diz o autor acima mencionado, não é *Passado* aquilo que é revelado nas entrevistas; mais do que *Passado*, é o fio condutor de uma *história* que melhor permite compreender e apreender o Presente dos entrevistados. São percursos em construção e em que as tais *bagagens* continuam completamente *abertas*, mesmo que algumas das secções já estejam simbolicamente fechadas. O conteúdo das *bagagens* não apresenta os mesmos pesos, os mesmos balanços, os mesmos olhares, as mesmas alegrias ou infelicidades. São conteúdos muito ricos ou, se se quiser, aquilo a que se chama comumente *Passados* e que foram sendo generosa e genuinamente cedidos para que pudesse, mediante um olhar científico, encontrar pontos-chave e particularidades que, devidamente analisados, contribuam para a intervenção de quem se cruza com algumas destas vidas (ou com vidas destas). É esse o exercício que tentaremos fazer de seguida.

Na aplicação da técnica de recolha de “Histórias de Vida”, embora dando liberdade aos entrevistados para que enfrentassem e desbravassem de forma autónoma as suas próprias memórias, não deixou de existir um fio condutor que os guiou no vasto conjunto de informação acumulada nas suas *histórias*. De modo natural, cada um dos jovens conseguiu enquadrar-se nos *espaços* e nos *tempos* que procurávamos, fazendo-se acompanhar de *personagens* e de *cenários* que, também com naturalidade, conseguiram que se tornassem familiares para quem os escutava.

Dentro da aparente unicidade de cada uma das vidas, encontram-se algumas surpreendentes *semelhanças* entre as histórias. Inseridos num quotidiano em que impera a palavra “*crise*” e em que as entidades responsáveis se veem a braços com a difícil manutenção de um Estado que se pretende mais social e mais participativo, a equipa depara-se com quatro jovens que não se afundam nos maus prognósticos da *Economia* ou das *Finanças*. Quatro jovens não conformados. Quatro jovens ambiciosos. Quatro jovens que tiveram todas as condições que os tratados académicos considerariam poder ser determinantes para a prossecução

de uma vida plena de *riscos* ou de *comportamentos desviantes*, mas que tentam contornar, ou contornaram de facto, o percurso desenhado pela sociedade.

Todos os encontros tidos com estes quatro jovens levaram à imediata e consequente reflexão acerca do papel que o *Escolhas* terá tido/continua a ter nestes percursos. Sabia-se, desde logo, que de forma natural e transversal a estas quatro vidas, encontrar-se-ia o Programa. Isto, mesmo que *a priori*, não se soubesse qual a marca deixada em cada um dos quatro percursos. As *histórias* tornam evidente que não é de forma idêntica e uniforme que o Programa atravessa estas vidas. Embora sempre em prol da inclusão e do reforço da coesão social, os impactes serão tão diferentes quanto diferentes são as necessidades e as especificidades destes jovens. Um trabalho que se estende à comunidade, o destes Projetos, mas que faz a diferença pela forma individualizada com que atua junto daqueles a quem se destina.

O PAPEL DO PROGRAMA ESCOLHAS NOS CURTOS PERCURSOS BIOGRÁFICOS

Os relatos ouvidos fornecem uma divisão equilibrada: dois jovens que veem o programa como central nas suas vidas e outros dois que, independentemente da equipa de avaliação ter a noção de que poderá ter sido mais profunda, apenas lhe reconhecem uma importância relativa ou secundária. De comum, o que encontramos? A evidência de que, para todos eles e em uniformidade, se trata de um *bem relacional*, que se dirá imprescindível, preenchido de *escolhas* que se formam através de novas vivências, experiências, oportunidades e afetos.

Se a profundidade da intervenção difere entre os quatro, já não diferirá assim tanto a base da relação que se estabelece com os técnicos. Sabemos, pelo Estudo de Casos que foram feitos aos diferentes Projetos, que existe mesmo uma contínua e necessária “gestão dos afetos” por parte das equipas. Os jovens entrevistados, certamente como a maioria daqueles que passam pelo Programa, contactam e tornam-se amigos de pessoas que passam a ser *adultos de referência*. Os técnicos do projeto, quer seja ou não sua intenção, quer “fujam” ou não dessa inevitabilidade, são indivíduos que ultrapassam o mero papel de *técnico de intervenção social*. Fica claro, ao longo do trabalho de campo, que chamar-lhes *técnicos*, será uma designação *desadequada* ao significado que aqueles jovens

lhes atribuem. Eles são *amigos*, são pessoas próximas, muitas vezes íntimas. São fontes de partilha e desabaços. São guias, são conselheiros, são protetores.

Técnicos, professores, *pares*: pessoas que podem ser as *certas*, no momento *certo*. Pessoas ou *personagens* a quem, desde já, se faz menção porque situam e balizam etapas importantes destas *histórias de vida*. Mesmo que a sua atuação vá sofrendo alterações consoante as necessidades dos jovens, eles ali estão para simbolizar e relembrar, precisamente, a existência de *escolhas*. *Escolhas* que estão muito associadas a *oportunidades*, algumas das quais relatadas nas entrevistas. Estes foram jovens a quem foram oferecidas *oportunidades* que não lhes seriam natural e imediatamente acessíveis.

Do cruzamento entre, por um lado, tudo aquilo que continuamente é colocado à disposição destes jovens e, por outro lado, a realidade das suas ainda curtas vidas resultam, arrisca-se dizê-lo, inesgotáveis fontes de *resiliência*. A *resiliência* é, aliás, o que sobressai destas *histórias de vida* como fator unificador das mesmas.

Uma *resiliência* que surge como que feita de *quatro verbos* que também se tatearam ao longo *histórias*, e também eles iniciados pela letra *r*: *resistir*, *recuperar*, *reconstruir*, *reinventar*. Em vários momentos dos encontros, são ações que *ecoam* entre o que vão dizendo e declarando.

Acredita-se que existam variáveis individuais e conjunturais que definem o quão *resiliente* será um indivíduo. Não é o *Escolhas* que lhes fornece a capacidade de adaptação a obstáculos e situações adversas; no entanto, não existem dúvidas de que a promoverá. Portanto, de comum a estas quatro vidas: a *resiliência* com que enfrentaram e continuam a enfrentar algumas *bagagens* mais *pesadas*; em comum também, o *Escolhas*.

INFÂNCIAS FELIZES NA DESESTRUTURAÇÃO: O PARADOXO REVELADO PELA UNIÃO FAMILIAR

Embora a segmentarização do *curso de vida* em várias fases – *infância*, *adolescência*, *juventude*, *adulterz e velhice* – possa ser vista não mais do que como um processo de *construção social* (Pais, 1996:29), a verdade é que na análise destas *histórias de vida*, essa segmentarização e as categorias daí decorrentes parecem fazer sentido. Parece clara a existência de uma divisória entre a *infância* e a *adolescência e/ou juventude*; como que uma divisória entre *momentos felizes* e o início/surgimento de alguns

problemas. Hoje, todos eles a caminho de se sentirem mais *adultos* do que *jovens*, deixam retratados o peso e a importância das *fases* da *adolescência* e *juventude* na (re)estruturação das suas vidas. Uma fase que vai estruturando o percurso dos jovens tanto pelos *maus*, como pelos *bons motivos*; uma idade ou fase de vida em que muitas coisas acontecem.

Ainda que com contrariedades/episódios que, aos olhos de quem ouve os relatos, poderiam ser suficientes para assombrar aqueles tempos, a verdade é que é com convicção que se dirá que aquelas crianças que agora se movimentam nos meandros da adultez já foram *felizes*. E foram-no num *tempo* e em *espaços* em que poderia ser-se levado a pensar que isso seria uma fraca possibilidade.

Pode dar-se também o caso de essa *felicidade* ser real, apenas agora, quando se olha para aquele *tempo* com olhos já *adultos* e mediados por uma distância temporal que permite essa avaliação. Pode ainda pôr-se a hipótese de que outros acontecimentos, ocorridos noutras *fases de vida*, tenham relativizado certos conteúdos da *bagagem* da infância. Ao colocarmos estas hipóteses somos levados a refletir sobre o conceito de *bem-estar subjetivo*, amplamente apresentado e discutido no trabalho de Rui Brites (2011:175): “O *bem-estar subjetivo* é um tradutor que “mede” a capacidade do indivíduo atingir os objetivos que traça. Quando alcançados, esses objetivos potenciam as emoções positivas e a satisfação com a vida.”

É certo que ao longo do discurso e do relato das *histórias de vida*, os entrevistados identificam momentos não *felizes*. No entanto, e muito concretamente no que respeita à *infância*, não estará a recorrer-se abusivamente ao conceito se se disser que, *subjetivamente*, há uma sensação de *bem-estar* e de *felicidade*. O *lado feliz* que encontramos na *infância* parece estar intimamente ligado à *família* ou, mais especificamente, ao valor que atribuem ao papel de alguns elementos da mesma e que se torna crucial para transformar momentos *infelizes* em momentos *felizes*. Para além de uma intensa *liberdade* – a *liberdade de andar na rua*, a *liberdade* do *andar* à vontade, a *liberdade de brincar com os amigos* – que naturalmente surge como alvo de saudade por parte dos jovens – existe também um inequívoco reconhecimento ao papel que os laços familiares tiveram nesses momentos: é a *união familiar* a sobrepor-se à *desestruturação familiar*, por mais que isto surja como um paradoxo.

Para além de *numerosas*, principalmente as famílias de dois dos entrevistados, encaixam ainda no tão difundido conceito de *família*

desestruturada, na medida em que o núcleo base ou inicial não se mantém. Não obstante, ao longo do trabalho de campo sentiu-se que este conceito que remete para a *desestruturação* não se adequa à realidade que é representada pelos jovens. O que se encontra é o reconhecimento e a validação perante as estruturas existentes. Nestes dois casos particulares, o rótulo de *famílias desestruturadas* adviria, de forma imediata, do facto de estarmos a falar de famílias *monoparentais, recompostas, separadas, novamente reunidas, novamente separadas*. Uma multiplicidade de conceitos e designações para falar de duas famílias em que é a figura da *mãe* que gere o grupo familiar e em que a tentativa de reconciliação com o antigo cônjuge, num dos casos, ou o casamento/união com outros parceiros noutra dos casos, não resulta. Trata-se então de *famílias monoparentais* que, conforme é referido por Lobo e Wall (1999:124-128), não são um fenómeno recente. Ainda antes de ser possível comprová-lo através de dados de recenseamentos portugueses, certos estudos localizados em diferentes pontos do território nacional vieram provar ser esta uma realidade há muito existente (e com importantes valores numéricos) em Portugal.

Também nos casos em que a *família nuclear* se manteve intacta, não havendo, por exemplo, afastamento de nenhum dos progenitores, poder-se-ia, ainda assim, encontrar indícios de um qualquer tipo de *desestruturação* (pobreza, desemprego, instabilidade financeira...). Paralelamente a esta identificação (ou não) com a *desestruturação*, algo se torna claro e ressalta nestas quatro entrevistas, como já tinha sido anteriormente referido: o *sentido de família*. O *sentido de família* que contribui para a sobreposição da *união familiar* perante a “catalogada” *desestruturação*. Em todos os casos historiografados, a admiração e/ou valorização da *família* são imensas. E em todos eles, a *família* é considerada como sendo formada por muitos mais elementos do que aqueles que compõem a família nuclear. Mesmo numa das entrevistas, onde a *família* é várias vezes *posta em causa* e identificada como possível desencadeadora de comportamentos desviantes numa das fases de vida do entrevistado, a mesma nunca deixa de funcionar como suporte, referência e estímulo.

A questão/reflexão passa pelo que serão então *famílias desestruturadas* ou pelo impacto que têm as *desestruturações* de que padecem na vida destes jovens.

Na década de 90 do último século, Cristina Lobo (1995:69) fazia notar que em consequência do aumento do divórcio vinha aumentando também, e desde há 20 anos, o recasamento entre divorciados que já tinham filhos dos anteriores casamentos; o resultado era a existência de novas configurações familiares. A investigação desta autora (Lobo, 1995) revela-se interessante na nossa reflexão, na medida em que nos confronta com a alteração que vai existindo no olhar que é deitado sobre a família. Muitos estudos na década de 60 continuam a partir do pressuposto: “*a família nuclear representa estatística e socialmente o modelo dominante e todas as variantes a esse modelo são desvios que se repercutem de forma negativa na personalidade das crianças, no seu comportamento social e no seu sucesso escolar*” (p. 72). Ao mesmo tempo, Anália Cardoso Torres (1996:109) lembra-nos que o facto de nas últimas décadas termos assistido a grandes mudanças quanto ao funcionamento das estruturas familiares, verificando-se “*deslocações no plano valorativo de visões mais rígidas e autoritárias das relações familiares para perspectivas mais relativistas e democráticas*”, não implica que se ponha em causa a importância da família enquanto referência.

As últimas ideias expressas no anterior parágrafo merecem concordância face ao que foi sentido no trabalho de campo. Estas quatro famílias, mesmo não correspondendo àquilo que é o conceito de *família nuclear*, constituídas apenas por pais e filhos, apresentam-se como um *núcleo forte* de referências para os filhos. Não é no seio do que consideram ser a sua *família* que estes jovens identificam as experiências mais negativas do seu percurso. Ao contrário, memórias e referências positivas e felizes estão, constantemente, associadas às mesmas.

Cláudia Fonseca (2005:51) faz referência à reflexão do antropólogo Luís Fernando Duarte (1994)⁷, segundo o qual “*(...) o valor “família” tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto, significa coisas diferentes dependendo da categoria social. Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu património), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes*

7 Duarte, L. F. D. (1994). “Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família” in: Ribeiro, I. (Org.). *Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, p. 23-41.

de ajuda mútua”. Para além deste, outros estudos e referências citados pela autora vêm corroborar algo sentido na nossa análise: a importância de uma rede familiar alargada num contexto que pode ser considerado de exclusão social.

Alheio a qualquer conceito, categorização ou tipo de *família* fica desta incursão ao campo, a certeza da relevância e a forte presença que as famílias têm na vida destes jovens. A abordagem e a intervenção de que o jovem for alvo tenderá a ter tanto mais sucesso quanto mais a família for tida em conta nesse processo.

O BAIRRO: ESSE LUGAR-COMUM

São vários os relatos acerca de lugares e dos territórios que povoam as memórias trazidas para estas entrevistas; novamente, diríamos que sempre mais “felizes” os que são mais diretamente ligados à *infância*. No entanto, ainda que as memórias não se cinjam somente ao local onde o Programa Escolhas faz a sua intervenção, é nesse espaço que se situam alguns dos seus referenciais mais fortes e mais recentes; no caso dos quatro entrevistados estaremos a falar do *bairro* ou da *escola*.

A expressão *bairro* surge na medida em que é assim que os entrevistados, e também os técnicos, delimitam o espaço da intervenção. Não recorrendo a *bairro* usam o nome pelo qual aquele território é conhecido. Ao proceder-se desta forma, mais do que uma delimitação rigorosa do espaço em que o Projeto atua temos também uma associação imediata e forte do jovem a um determinado local. Não se fala de uma cidade, de um espaço anónimo, mas sim de um local que sendo restrito é também alvo de um controlo social mais apertado. No caso de um dos entrevistados, em que a *escola* é o pano de fundo para o desenrolar das atividades e de toda a dinâmica do Programa, o sentimento de pertença ao *lugar* é igualmente forte e intransponível. Em ambas as situações o Programa consegue associar-se aos locais, instituições e atores mais presentes e determinantes na socialização daqueles jovens.

Os *Projetos* e o *Programa Escolhas* podem contribuir de forma decisiva para a revitalização dos *espaços* que, embora sendo públicos, muitas vezes se confinam aos habitantes do mesmo, mercê das suas especificidades urbanísticas. Inegável, em todos os projetos, a constatação de que os mesmos revitalizam e dinamizam os territórios onde se inse-

rem, sendo que os entrevistados reconhecem essa atuação. Como dizem Pinto e Gonçalves (2000:110), “*Desde logo, a imagem que se interioriza do seu local de habitação e a imagem que se crê que este projeta para o exterior são dimensões decisivas na estruturação da identidade pessoal, quer se trate de formas identitárias assumidas ou prescritas, pela continuidade com que é percebida a imagem do bairro e a imagem pessoal*”. Ao longo do trabalho de campo, mesmo que não diretamente através das *histórias de vida*, houve a percepção de que algumas vezes a *identidade* que se buscava no *bairro*, acabava por surgir em identificação com o projeto. Ou, crê-se, pode confundir-se onde termina um e começa o outro.

Presente em todas as entrevistas a sensação de uma *proximidade* com o Projeto que não é apenas *emocional*, mas muito física. Impossível estes jovens não *tropeçarem* no mesmo, enquanto fazem o seu percurso. Seja porque este se *atravessa* no seu percurso diário, seja porque existem amigos que o frequentam, seja porque os pais o recomendam. De alguma forma, inseridos nos locais em que estão sediados, os jovens hão-de por *lá passar*.

CONCLUSÕES

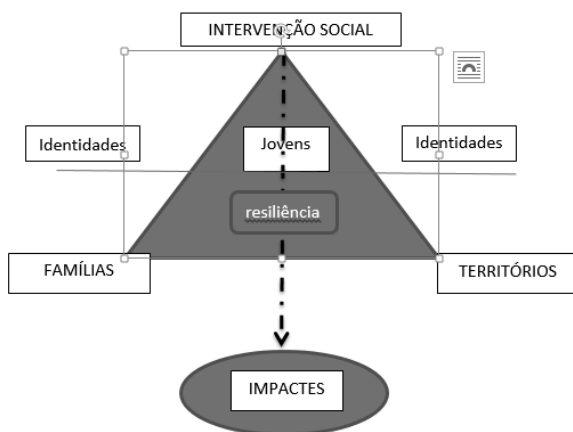
Como inicialmente foi afirmado, a informação tratada neste capítulo foi, necessariamente, amputada correndo-se, com isso, o risco da excessiva simplificação da matéria em termos heurísticos.

Procurou destacar-se o protagonismo dos atores-alvo do Programa de Intervenção Social em análise – os jovens – no que se refere aos impactes por eles percebidos, o que não coincide, necessariamente, com os efeitos ditos “objetivos”. Procuraram-se olhares, subjetividades, pontos de vista, percepções, tão ou mais válidos que os números dos formulários dos vários instrumentos de avaliação interna e outros a que os Projetos estavam obrigados.

Os impactes percebidos resultam de um intrincado complexo, mas que por facilidade analítica, aqui foi reduzido à triangulação abaixo esboçada: i) a implementação do Programa da qual se destaca o papel fundamental dos técnicos no seu *modus operandi*; ii) a família como agente de socialização primária, âncora instrumental mas, sobretudo,

afetiva, estruturante das identidades pessoais dos jovens intervencionados; iii) e o território/bairro, também ele responsável pela formação das identidades sociais, de geometrias e coloridos variáveis.

Figura 1. Factores estruturantes dos impactes do Programa



A partir dos relatos biográficos e dos estudos de caso realizados, a resiliência foi uma das dimensões inferidas do comportamento e atitudes dos jovens. Ceconnello (2003:24), refere-se a estudos que apontam aspetos que, não estando diretamente relacionados com resultados positivos, contribuem para o incremento da *resiliência* reforçando a capacidade que os indivíduos têm para lidar com as adversidades; serão os denominados “fatores de proteção”: “*Fatores de proteção* são características que diminuem a probabilidade de um resultado negativo ou indesejado *acontecer na presença de um fator de risco, reduzindo a sua incidência e a sua severidade*”. Acrescenta ainda Ceconnello (p. 24) que os “*fatores de proteção*” “(...) *são considerados como a contraparte positiva na interação com o risco, pois estão relacionados com características individuais ou ambientais que desempenham uma função de proteção. Tais fatores possuem um efeito catalítico, na medida em que modificam os efeitos do risco através da sua interação com ele*”. Ceconnello (2003:

24), apresenta os três grupos de fatores de proteção: i) características individuais, como auto-estima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competência social; ii) coesão familiar e apoio transmitido pelas pessoas da família, através de um vínculo positivo com os cuidadores; iii) apoio social externo que pode ser dado por pessoas que sejam significativas ou por outras entidades externas como escola, Igreja ou Grupos de Ajuda.

O recurso ao conjunto destes três fatores será, portanto, um auxílio positivo na interação com os fenómenos presentes na vida de cada um. Parece verosímil aceitar a hipótese de que os *Projetos* frequentados pelos jovens têm esta capacidade e poderão ser vistos enquanto fator de proteção.

No que concerne à família, do ponto de vista da intervenção e de quem tem de trabalhar com *estes* jovens, ficou clara – a partir dos estudos de casos – a importância de apostar no trabalho/acompanhamento/formação com as *famílias*. Não só porque os jovens parecem reconhecer-lhes competências educativas e formativas, mas também porque, aparentemente, nas relações familiares se encontrarão muitas pistas para os comportamentos que apresentam em determinados momentos das suas *histórias*. No geral, a análise aos seus discursos não revela desvalorização à atuação daqueles que são responsáveis máximos pela sua educação.

O programa pode, de facto, ser uma mais-valia no trabalho das competências parentais e conseqüente aproximação entre os jovens e os familiares. Concomitantemente, a necessidade e importância de encarar a família enquanto entidade *alargada* não devem ser ignoradas.

BIBLIOGRAFIA

- BRITES, Rui. 2011. *Valores e felicidade no Século XXI: um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia* [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, Tese de doutoramento.
- CLAVEL, Gilbert. 1998. *A Sociedade da exclusão: Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- CECCONELLO, A. M. (2003). *Resiliência e Vulnerabilidade em Famílias em Situação de Risco*. Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor e Psicologia. Universidade do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia.

- GUERRA, Isabel. 1993. Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos. *Sociologia: Problemas e Práticas*. 13: 59-74.
- GUERRA, Isabel. 1999. A nova Acção Social: certezas e perplexidades in *A Acção Social em debate*, Lisboa, MTS/DGAS/CRSS.
- GUILIANI, F. 2006. La procédure de l'entretien individualisé dans le travail d'accompagnement: quand les usagers et intervenants sociaux ont á organiser l'expérience de situations sans qualité. in I. Astier e N. Duvoux (Eds.). *La Société Biographique: Une injonction á Vivre Dignement*. Paris: L'Harmattan. 195-212.
- PAIS, José Machado. 1996. *Culturas Juvenis*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PINTO, T. C., Gonçalves, A. 2000. Os Bairros Vistos Por Si Mesmos. Imagens, Conflitualidades e Insegurança. *Cidades: Comunidades e Territórios*. 1. 101-111.
- SEGALEN, Martine. 1996. *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar.
- YUNES, M. e Garcia, Albuquerque, B. 2007. Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: Entre as Crenças dos Profissionais e as Possibilidades da Convivência Familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. (20) 3: 444-453.

IMPACTOS DOS ACORDOS DE INSERÇÃO NO DESEMPENHO DO RSI (ENTRE 2006-2009)

Madalena Matos* / Sónia Costa**

INTRODUÇÃO

No âmbito do estudo “Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009)”¹ solicitado pelo Instituto de Segurança Social, foi aplicado um inquérito presencial por questionário a uma amostra representativa de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção em Portugal continental em 2011. Este estudo procurou caracterizar as condições de vida dos beneficiários e avaliar a adequação dos recursos e oportunidades disponibilizados por esta medida de política social às situações de pobreza/exclusão tendo em conta os dois tipos de atores envolvidos na implementação da medida – equipas protocoladas e centros distritais.

Decorridos dois anos desde a conclusão deste trabalho e com o objetivo de contribuir para o debate sobre uma medida importante na luta contra a pobreza, apresentam-se aqui as conclusões relativas às características da população dos beneficiários e às razões do recurso ao RSI (1), à comparação de dois modelos de intervenção (2) assim como às condições de realização dos objetivos da medida que se traduzem na “autonomização” e consequente saída da condição de “beneficiário” (3).

* DinamiaCet-ISCTE-IUL

** DinamiaCet-ISCTE-IUL

1 O Estudo integral encontra-se disponível para consulta em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13308/Relat%C3%B3rio_RSI_impactos_2006-2012 (consultado em 30 de Setembro de 2014).

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS BENEFICIÁRIOS E CONDIÇÕES DE RECURSO

Em 2011 havia 138.286 famílias, cerca de 350 mil beneficiários, com processo ativo. Esta é uma população que vive maioritariamente em contextos de reprodução de pobreza, em condições particularmente fragilizadas não só do ponto de vista da sobrevivência – condições de saúde e autonomia física – e da subsistência – condições económicas associadas em grande medida ao desemprego e à precariedade laboral – como também do ponto de vista da cidadania e da participação cívica.

A amostra inquirida é composta por 411 agregados familiares o que corresponde a 1291 indivíduos. Uma característica marca esta população: a das *famílias numerosas* (cinco elementos ou mais). A dimensão média dos agregados familiares (3,1) é superior à média nacional (2,6). Regista-se, igualmente, um elevado peso das famílias monoparentais – 24%, face aos 9% a nível nacional.

Uma segunda característica desta população prende-se com o *elevado número de dependentes*: 59% (39% dependentes menores e 20% dependentes por razões de saúde física ou mental), o que significa que em cada 5 indivíduos há 3 dependentes. Refira-se ainda que entre os entrevistados que não se consideram como dependentes mas como tendo problemas de saúde, 63% refere que estes problemas os “limitam” ou “limitam muito” nas suas atividades diárias.

Uma *situação económica particularmente fragilizada* é, como sabemos, um traço distintivo da população alvo desta medida. Esta fragilidade traduz-se, em primeiro lugar, em rendimentos baixos ou muito baixos. Se considerarmos como referência os cálculos do INE que, em 2009, definia a linha de pobreza como os rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores a 5 207 euros (cerca de 434 euros por mês), é de referir que a grande maioria (92%) dos agregados deste inquérito se encontram abaixo dessa linha. Ou seja, nem a atribuição desta prestação coloca os seus beneficiários acima do limiar da pobreza. Na realidade, outros estudos dão-nos conta disso mesmo. Como refere Castro *et al.* (2013), a componente pecuniária desta prestação não permite mitigar muitas das necessidades básicas, sendo muitas vezes complementada com outros apoios sociais prestados por instituições de ação social local que disponibilizam apoio nas mais diversas áreas.

No que respeita à relação com o trabalho, a maioria da população inquirida encontrava-se, à data do inquérito, **desempregada** – 61% do total de inquiridos e cônjuges. A percentagem de inativos (25%) é substancialmente inferior à mesma percentagem na população nacional (40%), ao mesmo tempo que a distribuição entre diferentes situações de inatividade é distinta: menos reformados (7% na amostra / 45% na população nacional); mais “domésticas”, categoria que inclui explicitamente a situação “a cuidar de crianças ou outros sem ser pago” (53%/12,7%); 9% encontra-se a estudar (23,3% na população nacional); e 31% de “outros inativos” (18,6% na população nacional) que no caso do nosso inquérito se classificaram na categoria “situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes” sem receberem reforma.

Se nos centrarmos nos indivíduos inquiridos e seus cônjuges que se encontram a trabalhar, a maioria (72%) integra apenas dois grupos profissionais: trabalhadores qualificados da agricultura e indústria e trabalhadores não qualificados. Realça-se ainda a fragilidade da situação contratual de uma parte importante dos que se encontravam a trabalhar. Os contratos a termo certo e os casos de inexistência de vínculo são claramente maioritários.

A situação profissional antecipa baixos níveis escolares. Enquanto 50% da população nacional residente com mais de 15 anos têm pelo menos o 3º ciclo do ensino básico, no caso dos entrevistados este grupo não representa mais do que 27%. Também os valores relativos à situação “sem qualquer grau de escolaridade” são significativos: 11% da população nacional e 21% entre os beneficiários do RSI. No entanto, é de realçar que nestes agregados existem, numa proporção significativa, outros elementos com graus de escolaridade mais elevados do que os do beneficiário. O que pode constituir um resultado da aplicação desta medida, um investimento na escolaridade dos filhos e na dos próprios, como veremos à frente.

Os dados apresentados refletem as características médias desta população: famílias numerosas, elevado peso de agregados com pessoas dependentes, situação económica marcada pelo desemprego, trabalho pouco qualificado e precário e baixos níveis de escolaridade. No entanto, esta caracterização “média” pode ser afinada se considerarmos associações específicas destas variáveis. Neste sentido procedemos a uma análise estatística que permitiu definir cinco tipos de agregados familiares beneficiários do RSI: três tipos que se encontram tanto nos territórios

metropolitanos como nos territórios não metropolitanos² e dois tipos, cada um deles claramente maioritário num destes dois territórios.

Agregados familiares de territórios metropolitanos e não metropolitanos:

1) Os casais com filhos: o grupo mais jovem nesta população, com um peso importante (29%) de famílias numerosas (cinco pessoas ou mais) e 1/3 de agregados que incluem pelo menos uma pessoa dependente por razões de saúde. Neste grupo distinguem-se os agregados de territórios não metropolitanos onde os beneficiários constituem o grupo mais jovem e um dos grupos menos escolarizados da população de beneficiários, estando, relativamente a esta condição, no polo oposto dos casais com filhos de territórios metropolitanos que constituem o grupo mais escolarizado.

2) Agregados unipessoais: as pessoas que vivem sós, desempregadas, com 50 anos ou mais e, em parte significativa (39%), dependentes por razões de saúde. Também aqui se distinguem os beneficiários de territórios metropolitanos dos de territórios não metropolitanos: os primeiros são mais escolarizados e têm um passado profissional mais qualificado.

3) “Outras situações”, designa um conjunto de agregados onde existem outros elementos, aparentados ou não, para além do casal e filhos. Caracterizam-se pelo peso das “famílias numerosas”. Trata-se de um grupo jovem, marcado também pelo desemprego, com escolaridade média (dominam os beneficiários com 2º e 3º ciclos do ensino básico). No caso deste grupo, a percentagem de “famílias numerosas” é mais elevada nos territórios não metropolitanos (55%) onde, ao contrário dos territórios metropolitanos, há também um peso expressivo (66%) de agregados com pelo menos um dependente por razões de saúde.

Agregado “típico” de territórios metropolitanos

4) Famílias monoparentais: desempregados, relativamente jovens, constituem o segundo grupo mais escolarizado na população de beneficiários. Em mais de metade destes agregados existe pelo menos uma pessoa com dependência física ou mental.

Agregado “típico” de territórios não metropolitanos

² A variável tipo de território foi construída com base no concelho onde residem os entrevistados, distingue os territórios metropolitanos (Lisboa e Porto) dos restantes territórios.

5) Casal sem filhos: desempregados, mais velhos, são também o grupo menos escolarizado (80% não tem mais do que o 1º ciclo do ensino básico) e com uma maioria significativa de dependentes por razões de saúde (60% dos agregados).

Assim, se o desemprego é o traço comum à grande maioria dos agregados beneficiários de RSI, um conjunto de outros fatores de “empobrecimento” se associa, de forma diferenciada em cada um destes grupos: a doença e presença de dependentes, a dimensão da família, e também a idade, a escolaridade e a qualificação profissional.

É ainda de referir que as razões indicadas pelos próprios beneficiários para recorrerem ao RSI, se assentam fundamentalmente na perda do emprego e na incapacidade de fazer frente às necessidades do agregado, são diferentes consoante o requerente é um homem ou uma mulher.

Para os homens a insuficiência das prestações e serviços sociais, a toxicodependência de um dos elementos da família e os problemas de saúde são as principais razões. Para as mulheres, as situações que mais frequentemente despoletam o recurso ao RSI são as situações de separação, divórcio ou viuvez e a necessidade de cuidar de elementos da família por dependência (crianças, idosos, pessoas com deficiência). Os baixos rendimentos auferidos, a situação de cuidadora não remunerada, as roturas familiares parecem colocar as mulheres numa situação de maior vulnerabilidade social.

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E MODELOS DE INTERVENÇÃO: O ATUAL PROTAGONISMO DO TERCEIRO SECTOR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

O acompanhamento dos agregados familiares a beneficiar de Rendimento Social de Inserção é feito por duas vias: por técnicos dos centros distritais (equipas dos CDIS) ou por equipas constituídas para o efeito no âmbito de protocolos assinados entre entidades privadas, maioritariamente IPSS, e o Instituto da Segurança Social (equipas protocoladas). Estas duas vias distinguem-se em alguns aspetos organizativos que importa destacar. Os processos acompanhados pelos centros distritais são da responsabilidade de um técnico que pode socorrer-se pontualmente de outros técnicos ou equipas mediante as problemá-

ticas em causa. Por sua vez, cada equipa protocolada é composta por dois técnicos superiores da área das ciências sociais e três ajudantes de ação direta; a sua atuação desenvolve-se segundo uma metodologia de trabalho interativa, ainda que cada processo seja atribuído a um gestor de caso. Na amostra inquirida, representativa do universo, os técnicos dos centros distritais acompanham cerca de dois terços dos processos, tendencialmente em territórios metropolitanos (68%), e as equipas protocoladas acompanham um terço do total, e dividem-se entre os territórios metropolitanos e não metropolitanos, com maior pendor para este último (57%).

A grande aposta do sistema de ação social nacional tem sido a descentralização das políticas e dos dispositivos financiados pelo Estado através do chamado terceiro sector. Das políticas de educação, de inserção profissional e laboral aos diversos mecanismos de apoio social, a tendência é para a concretização local dos dispositivos que devem ser acionados o mais próximo possível das realidades sociais dos públicos intervencionados.

Foi a necessidade de responder à diversidade dos modos de vida e às especificidades locais que impulsionaram os poderes públicos para uma nova forma de intervir na luta contra a pobreza, orientando-se para serviços de proximidade que procuram articular-se localmente com parceiros, promovendo uma partilha de responsabilidades e potenciando uma intervenção mais adequada, capaz de distribuir em tempo útil recursos e oportunidades. Esta descentralização é assegurada por via de protocolos estabelecidos com instituições locais, cujo papel social não é, como se sabe, recente; pelo contrário, assumem tradicionalmente um papel fundamental de apoio às comunidades, papel que tem vindo a ser alargado numa lógica complementar das funções do Estado. É nesta estratégia de territorialização da intervenção que se inscreve a recente criação da Rede Local de intervenção social (RLIS) enquanto “*modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social*”. (Despacho n.º 12154/2013 de 24 de Setembro de 2013).

A partilha na implementação de políticas sociais é defendida por alguns autores (Ferreira, 2000; Hespanha, 2000) como benéfica pelos fatores já referidos: a *proximidade com as comunidades*; uma *maior rapidez e flexibilidade na intervenção*; uma *maior capacidade de articular recursos e respostas locais*; assim como os próprios *impactos nas institui-*

ções que acolhem a sua implementação; e na sua capacidade de influenciar a conceção e implementação de políticas sociais.

Todavia, são também apontadas algumas críticas a tal descentralização. Com efeito, para alguns autores como Vallancourt (2008) corre-se o risco de uma instrumentalização das instituições do terceiro sector pelo Estado, na medida em que o controlo da implementação e intervenção é estritamente definido aquando do protocolo estabelecido, deixando um espaço reduzido para a iniciativa e a inovação local.

Como é referido no Manual de Protocolos RSI *“a entidade distrital do Instituto da Segurança Social, IP (ISS) continua a ser responsável pela coordenação do acompanhamento às famílias na sua área de responsabilidade, sendo competente para superintender a atividade desempenhada pelas instituições/organizações protocoladas, designadamente através da avaliação da ação desenvolvida por estas”* A consulta deste manual coloca, de facto, algumas questões: em que medida o desenho dos protocolos permite que as vantagens que lhes são apontadas gerem e prosperem já que se encontra estipulado um vasto conjunto de regras de funcionamento que vão do processo de priorização de acompanhamento até à composição, competências e conteúdo funcional das equipas e perfil dos seus elementos.

Se existe um modelo de intervenção diferenciado entre protocolos e centros distritais, é certo que estas diferenças advêm, em grande medida, do conjunto de regras definidas e impostas pela administração central às equipas protocoladas. Resta questionar qual o impacto desta diversidade.

Tentámos num primeiro momento perceber se a perceção dos beneficiários face à intervenção das equipas é distinta consoante se trata de equipas dos centros distritais ou de equipas protocoladas.

A informação recolhida junto dos beneficiários permite dar conta de modelos de intervenção distintos que se refletem a vários níveis, desde o conteúdo dos acordos de inserção, da interação beneficiários/técnicos até à apreciação dos beneficiários sobre a intervenção de que são alvo.

A reflexão sobre a intervenção desenvolvida – os recursos disponibilizados, as ações a desenvolver pelos beneficiários e as problemáticas centrais que motivaram o recurso ao RSI – conclui pela coerência e equilíbrio dos acordos de inserção, ou seja, os recursos disponibilizados tendem a ser nos mesmos âmbitos das ações solicitadas pelos beneficiários.

rios. Verifica-se, igualmente, a adequação dos apoios às problemáticas centrais.

Esta coerência distingue-se na intensidade e abrangência da intervenção segundo a entidade que acompanha os processos.

A intervenção ao nível dos recursos disponibilizados e das obrigações a desenvolver pelos beneficiários no âmbito do emprego, formação, documentação e escolarização dos filhos destacam-se nas equipas protocoladas. Ou seja, estas equipas parecem desenvolver uma intervenção mais alargada – cobrem diferentes áreas e disponibilizam um maior número de recursos – e promovem uma maior implicação ativa destes beneficiários. Já os apoios à saúde e à habitação tendem a ser igualmente disponibilizados sendo no entanto apontados por todos os beneficiários como tendencialmente escassos.

Esta primeira observação não significa que não existam apoios/recursos e ações desenvolvidas no âmbito dos centros distritais relativos às áreas do emprego, formação e documentação e à escolarização dos filhos. Mais do que a existência desses mesmos apoios ou ações desenvolvidas, os dados apontam para uma avaliação mitigada da sua eficácia.

Uma segunda observação diz respeito às ações que visam a qualificação escolar de beneficiários e seus agregados. Vimos como nesta população as habilitações de 2º e 3º ciclos do ensino básico são proporcionalmente superiores às da população nacional, o que poderá resultar do investimento nas ações de escolarização destes públicos. Embora não existindo uma evidência empírica clara, pode inferir-se dos dados que este investimento será superior nas equipas protocoladas quando comparado com as equipas dos CDIS. No entanto, é de referir que os centros distritais, estando tendencial e proporcionalmente mais presentes nas zonas metropolitanas lidam com agregados onde à partida o grau médio de escolaridade é superior; assim, o eventual menor investimento neste tipo de ação por parte das equipas dos CDIS pode explicar-se por ele ser menos imediatamente necessário.

Uma terceira observação diz respeito à avaliação, feita pelos beneficiários, de obrigações e contrapartidas associadas ao RSI.

Neste campo, os beneficiários acompanhados por equipas protocoladas reconhecem um maior número de contrapartidas e com maior diversidade de dimensões – nomeadamente na vida familiar, na saúde, no emprego e na escolarização – do que aqueles que são acompanhados por equipas dos CDIS. Ao contrário, metade destes não reconhece qual-

quer contrapartida para além da prestação pecuniária. Destes dados pode assim inferir-se uma intervenção mais alargada por parte das equipas protocoladas.

Esta intervenção mais alargada por parte das equipas protocoladas é ainda acompanhada por uma apreciação positiva da interação com os técnicos que contrasta com a apreciação de um acompanhamento aquém das expectativas por parte dos técnicos dos centros distritais.

São ainda os beneficiários acompanhados pelas equipas protocoladas que parecem ter uma perceção mais clara do seu percurso, da assisnatura do acordo, da sua revalidação e do seu conteúdo.

Ou seja, diversos indícios apontam para uma maior proximidade entre beneficiários e técnicos no âmbito das equipas protocoladas. Esta apreciação poderá resultar diretamente das condições laborais disponibilizadas aos dois tipos de interventores. Por um lado, o acompanhamento protocolado é feito por equipas compostas por técnicos multidisciplinares e integradas localmente, tendo como única função o acompanhamento de processos RSI, o que potencia uma abordagem mais holística, com maior proximidade aos beneficiários acompanhados, logo, um maior conhecimento do contexto familiar e um acompanhamento mais aprofundado e regular dos processos. Por outro lado, os técnicos dos centros distritais que fazem acompanhamento a processos RSI tendem a acumular com esta tarefa outras funções, para além de acompanharem, muitas vezes, um número de processos RSI superior ao das equipas protocoladas, salvaguardadas pelo número indicado no âmbito do protocolo estabelecido com a Segurança Social.

Contudo, apesar de estarmos perante uma intervenção mais abrangente e mais satisfatória para os beneficiários, estes agregados familiares tendem a permanecer na medida o mesmo tempo que os que são acompanhados por técnicos dos centros distritais. Conclusões semelhantes foram apontadas no Estudo de avaliação dos impactos dos protocolos celebrados no âmbito do RSI na Região Autónoma dos Açores.

A leitura combinada destes diferentes indicadores aponta assim para uma outra questão: qual o impacto destes dois modelos de intervenção na autonomização e saída da situação de beneficiário do RSI?

AUTONOMIZAÇÃO E SAÍDA DA SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DO RSI

Apesar de se verificar, nos dois tipos de intervenção, uma tendencial coerência entre os recursos disponibilizados, as ações desenvolvidas e as necessidades sentidas, estas parecem não ser totalmente satisfeitas. A necessidade de um reforço das ajudas financeiras é a principal apreciação. Destacam-se ainda as dimensões da saúde e habitação como áreas que carecem de um reforço de intervenção. O domínio da saúde em particular, muito relacionado com a pobreza, parece ser um âmbito de intervenção largamente a descoberto ou com respostas aquém das necessidades, constituindo um dos grandes obstáculos à autonomização e consequente saída da situação de beneficiário do RSI.

No domínio do trabalho os beneficiários parecem debater-se com árduas dificuldades, bem patentes na baixa proporção dos que integraram o mercado de trabalho em resultado da entrada na medida (apenas 23 indivíduos dos 293 que se encontravam desempregados aquando da inserção na medida estavam a trabalhar à data da aplicação do inquérito). Sabemos que a inserção laboral depende tanto de fatores individuais, objetivos (idade e escolaridade) e subjetivos (expectativas e projetos de vida), como de fatores sistémicos. A generalidade dos casos deste estudo mostra, sobretudo, como esta medida parece ser insuficiente face aos constrangimentos sistémicos que bloqueiam as iniciativas dos que tentam voltar ao trabalho e foram progressivamente frustrados.

Face a estes diferentes resultados é necessário reconhecer que poderíamos colocar o conjunto de beneficiários do RSI num eixo entre dois polos opostos: de um lado, os beneficiários potencialmente autonomizáveis, com uma projeção no futuro motivada e confiantes na mudança e na autonomia que poderia resultar da sua inserção no mercado de trabalho (2/3 dos inquiridos respondem que sairiam do RSI se encontrassem emprego). No outro polo, um grupo de beneficiários de escasos recursos escolares e económicos, marcados por um longo processo de vulnerabilização social (desemprego de longa duração, doença, pobreza) e para quem a inserção no mercado de trabalho não constitui uma solução, porque não concretizável.

Esta diversidade de situações demonstra a necessidade da intervenção proporcionada pela medida não ter como objetivo a reinserção definida exclusivamente pela integração no mercado de trabalho³.

Em determinados contextos e realidades, em particular quando a inserção no mercado de trabalho ou a qualificação escolar são metas objetiva e subjetivamente quase inatingíveis, a intervenção deverá proporcionar outros meios de inserção social.

Nos outros contextos, onde existe um potencial de autonomia, nomeadamente pela qualificação e inserção no mercado de trabalho, é fundamental que não se permita enveredar por uma intervenção paliativa: esta tornar-se-ia no principal motor do processo de dependência de muitos dos beneficiários. A dificuldade em aceder e mobilizar recursos que tornem possíveis processos de ativação não deve conduzir à retração numa intervenção padronizada de mitigação das necessidades mais prementes. A falta de oportunidades e respostas adequadas e atempadas potenciam uma atitude de resignação e passividade de parte dos beneficiários para quem “viver sem o RSI” se desvanece progressivamente no seu projeto de vida. Esta é já uma realidade apontada também por outros estudos e sobre a qual importa intervir com brevidade sob pena das situações de dependência se estabilizarem e reforçarem.

Nesta perspectiva, a tendência para a descentralização, anunciada pelo desenvolvimento de parcerias locais e de novos modelos de intervenção protagonizados pelas “equipas protocoladas”, pode constituir uma oportunidade de construir novos modelos de ativação da população beneficiária do RSI, pelas características já referidas de um maior conhecimento dos contextos de intervenção, uma maior proximidade entre técnicos e beneficiários, uma maior flexibilidade e possibilidade de articular recursos e respostas locais.

No entanto, esta intervenção poderá a prazo corroer um processo de autonomização dos beneficiários se as ações a que estes são conduzidos no decurso desse processo chocam de forma recorrente com não respostas ou respostas inadequadas potenciando sentimentos de frustração, reforçando autoimagens negativas e remetendo-os para um passado de pobreza e vulnerabilidade social de que se torna impossível sair.

3 O estatuto, nos dispositivos de garantia de rendimento, das medidas que não têm como finalidade direta a integração no mercado de trabalho é uma das questões que marca desde o início o debate sobre as políticas de RSI na União Europeia (Guibentif e Bouget, 1997)

Assim, se a descentralização parece ser indispensável na implementação do RSI, ela não pode deixar de ser acompanhada por recursos que garantam resultados adequados aos processos de autonomização desencadeados. E estes recursos não podem ser garantidos pelo chamado terceiro sector. Há assim que encontrar fórmulas de articulação, ao nível local, da ação de equipas de intervenção com os sistemas de apoio, em particular, ao emprego e à saúde. Com efeito, verificámos neste inquérito, tanto a dificuldade de inserção laboral de beneficiários marcados por situações de desemprego, interrupção e precariedade dos vínculos laborais, apesar de um esforço reconhecido na qualificação escolar e profissional, como a desadequação ou insuficiência das respostas ao nível dos equipamentos sociais que permita apoiar as famílias na educação dos seus filhos bem como no apoio de retaguarda aos dependentes e ainda às situações de saúde que condicionam ou impedem a inserção no mercado de trabalho.

Mais radicalmente teme-se que, em vez de reforçar identidades e projetos de vida, a ineficácia relativa da intervenção nestes campos decisivos, a acontecer de forma recorrente, contribua para a fragilização desses mesmos projetos, a consolidação de atitudes de resignação, a estigmatização destes grupos da população com consequências inevitáveis de reprodução da vulnerabilidade social.

BIBLIOGRAFIA

- BRANCO, Francisco. 2008. *A investigação em serviço social em Portugal: trajetórias e perspectivas*. Disponível em http://locussocial.cesss-ucp.com.pt/page4/files/page4_11.pdf acedido em 20.07.15.
- CASTEL, Robert. 1991. De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation in Donzelot, J. (ed.) *Face à l'exclusion. Le modèle français*. Paris: Esprit.
- CASTEL, Robert. 2003. *L'insécurité sociale. Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil et La République des Idées.
- CASTEL, Robert. 2007. *La discrimination négative*. Paris: Seuil.
- CLAVEL, Gilbert. 1998. *A Sociedade da exclusão – Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- DUBET, François e Antoine Vérétoit. 2003. "Reducing" Actor's Rationality: Why Go off the RMI Welfare Program? *Revue Française de Sociologie*. (44): 79-108.

- ESTIVILL, Jordi. 2003. *Panorama da luta contra a exclusão social – Conceitos e estratégias*. Bureau Internacional do Trabalho – STEP/ Portugal. Acessível em <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf> acedido em 20.07.15.
- FERREIRA, Sílvia. 2000. *O Papel das Organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social – Uma abordagem teórico-histórica*. Tese de Mestrado: Universidade de Coimbra
- GAUJELAC, Vicent e Taboada Léonetti, Isabel. 1994. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Bower.
- GUERRA, Isabel. 1997. The dark side of the moon do rendimento mínimo garantido, Lisboa, *Sociologia: Problemas e Práticas*, 25: 157-164.
- GUIBENTIF, Pierre e Bouget, Denis. 1997. *As políticas de Rendimento Mínimo na União Europeia*. Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas.
- HESPANHA, Pedro. 2000. *Entre o Estado e o Mercado: As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Ed. Quarteto.
- HESPANHA, Pedro. 2008. Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Brasil, (39) 1: 5-15. disponível em http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/pedro_hespanha.php acedido em 30.09.14
- ISSS, IP. 2007. *Manual dos Protocolos do Rendimento Social de Inserção*. Serviços Centrais. Lisboa. Instituto da Segurança Social, IP.
- LELIÈVRE, Michèle e Nauze-Fichet, Emmanuelle. 2008. *RMI, L'état des lieux 1988-2008*. Paris: La Découverte.
- PAUGAM, Serge. 2003. *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- QUEROZ, Nelma Caires, & Neri, Anita Liberalesso. 2005. Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia idade e na velhice. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. (18) 2: 292-299.
- SOULET, Marc-Henry. 2007. O Trabalho Social Paliativo: Entre redução de riscos e integração relativa. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*. 15: 11-27.
- VAILLANCOURT, Yves. 2008. *Note de recherche sur l'apport de l'économie sociale dans la coproduction et la coconstruction des politiques publiques*. Collection Études théoriques. CRISES – Centre de Recherche sur les Innovations Sociales.
- Lei nº 19-A/96, de 29 de Junho de 1996
- Lei nº 13/2003 de 21 de Maio de 2003 – revoga o rendimento mínimo garantido.
- Lei nº. 45/2005 de 29 de Agosto de 2005
- Decreto-Lei nº. 70/2010 de 16 de Junho de 2010

ÍNDICE

- 7 Prefácio
- 17 Introdução

CONCEPTUALIZAÇÕES

- 29 Desigualdade, pobreza e exclusão social:
entre legitimações e realidades de ontem e hoje
Manuel Carlos Silva
- 49 Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o
estudo da pobreza
Luís Capucha
- 65 A dinâmica da pobreza em Portugal
Nuno Alves

GRUPOS VULNERÁVEIS

- 81 A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica
em Portugal
Manuel Jacinto Sarmento / Natália Fernandes / Gabriela Trevisan
- 101 Pobreza infantil. Diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição
Amélia Bastos
- 117 Pobreza, emprego e escolaridade: notas sobre o caso português
Fernando Diogo
- 133 Quando a mobilidade espacial é geradora de vulnerabilidades:
o caso dos portugueses ciganos
Alexandra Castro
- 149 “Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem?” –
Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa.
Alexandra Lopes

SOBRE-VIVÊNCIAS

- 167 Da pobreza à vulnerabilidade: transformações identitárias e no agir coletivo
Isabel Guerra / Teresa Costa Pinto
- 183 A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea:
desafiliação, laço social e vida urbana
Maria Inês Amaro

- 197 Como Se sai da pobreza? – os processos de requalificação sócio-
-identitária (PRSI) de portuguesas no País Basco, pela análise
sociológica da oralidade.
Maria de Fátima Toscano

POLÍTICAS SOCIAIS

- 215 O FSE no reforço da inclusão social em Portugal (2007-2013)
Pedro Perista
- 231 A Procura da Assistência Social em Portugal como Revelador da
Pobreza e Vulnerabilidade Social
Francisco Branco
- 251 (Es)colhe as sementes: impactes do Programa Escolhas percecionados
pelos jovens
Ana de Saint-Maurice / Vanessa Palma Baptista
- 271 Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI
(entre 2006-2009)
Madalena Matos / Sónia Costa

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL
CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS

Organização: Fernando Diogo / Alexandra Castro / Pedro Perista

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva
Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda., 2015
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão
Telef. 926 375 305
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão
1.ª edição: Novembro de 2015
Depósito Legal: 400005/15
ISBN: 978-989-755-147-5

Coleção Debater O Social – 34

Publicação subsidiada por Fundos Nacionais ao abrigo do projeto
UID/SOC/04647/2013 da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

“Para quem no início dos anos oitenta do século passado dava os primeiros passos no estudo sistemático da pobreza em Portugal, é verdadeiramente reconfortante ter nas mãos um livro em que dezena e meia de especialistas analisam e comentam os mais diversos aspetos do problema. A elevada qualidade dos autores e a diversidade das respetivas origens torna a obra particularmente valiosa, não só pelo que afirma mas também pelas questões que, expressa ou implicitamente, levanta.”

— Do prefácio, por **Alfredo Bruto da Costa**



Instituto de Educação
Centro de Investigação
em Estudos da Criança (CIEC)



ISBN 978-989-755-147-5

